AQUI, DESDE SEMPRE

João Felipe da Trindade

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da publicação na Fonte. UFRN/Biblioteca Central Zila Mamede

Trindade, João Felipe.
Aqui, desde sempre [recurso eletrônico] / João Felipe Trindade. – Natal, RN: EDUFRN, 2016.
7.317 Kb ; PDF

Modo de acesso: <repositorio.ufrn.br>

ISBN 978-85-425-0587-0

1. Genealogia – Rio Grande do Norte. 2. Rio Grande do Norte - História. 3. Rio Grande do Norte – Biografia. I. Título.

RN/UF/BCZM 2016/13 CDD 929.1
CDU 929.5(813.2)

Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

João Felipe da Trindade

Aqui, Desde Sempre

Dalvanira Avelino e Miguel Trindade Filho

Este livro é dedicado, especialmente, ao meu pai, Miguel Trindade Filho, por sua luta nesta vida, e à minha mãe, Dalvanira Avelino Trindade, que faleceu no ano de 2015, com 97 anos de idade.

do natural. E o futuro trará infalli-
vel [illegible] compensação dos sacrificios que
tenho feito. A liberdade não morre!
Esta é p.ª [illegible] você tambem e p.ª
toda a familia.
Mando a procuração, que o Comp.ª
pediu. O dinheiro que receber deve
ser dividido, ficando o que vocês
precizarem alli.
Abracem por mim o Vieira, Raul,
Helena, Rita e os demais da familia.
Escrevam-me sempre. Do Rio
nem uma carta, desde o mez passado.
Do pai, que [illegible]
os esquece;
J. da Penha

Carta de José da Penha

Agradeço, mais uma vez, à UFRN, pelo apoio nas publicações anteriores e, também nesta, ao *O Jornal de Hoje*, que acolheu nossos artigos semanais; aos amigos, colegas e parentes que prestigiaram as publicações no jornal, no *blog* e no lançamento dos meus outros livros, bem como aos que me mandaram informações importantes para este trabalho.

Sumário

Apresentação, 13

Genealogia, Matemática e existência 15

+ Bezerra Cavalcanti 19

1881, descrição de Angicos (I) 23

1881, descrição de Angicos (II) 29

A chegada dos Rodrigues de Sá e a viúva Maria 33

A inquisição de Dona Felícitas Uchoa de Gusmão, 1730 37

A mãe e duas irmãs do padre Manoel de Arruda Câmara 43

A morte de Dona Altina, esposa de José da Penha 49

Adélia Cavalcante de Albuquerque, a esposa de Leônidas 55

Alexandre Rodrigues da Cruz de Castro, do Seridó 59

Almirante Theotônio Carvalho Cerqueira 63

Antigos documentos no Fórum e Museu de Macau 69

A Fortaleza, as contas de Mascarenhas Homem e outras denúncias 73

Aos são-gonçalenses 77

Balthazar Soares, da Fazenda Curralinho, e a Baronesa de Serra Branca 83

Capitão Manoel Varella Barca, lá do Assú (I) 89

Capitão Manoel Varella Barca, lá do Assú (II) 93

Capitão Manoel Varella Barca, lá do Assú (III) 97

Clara, irmã de Frei Miguelinho, e supositício de Cascudo 101

Comentários sobre *Velhas heranças* 105

Comissário José de Oliveira Velho 109

Cordeiros e Carneiros 115
Dona Clara Camarão, uma lenda 119
Dona Clara Joaquina e o senador Pompeu 125
Domingos João Campos, tetravô de João Café Filho (I) 129
Domingos João Campos, tetravô de João Café Filho (II) 133
Dr. Carvalhinho, sobrinho do Barão de Serra Branca 137
Dr. Francisco Ivo e os Andrades 141
Exupéry e Pinto Martins 145
Francisco Emiliano Pereira, pai e filho 151
Francisco Xavier de Sousa, lá do Sertão Central Cabugi (I) 155
Francisco Xavier de Sousa, lá do Sertão Central Cabugi (II) 159
Francisco Xavier de Sousa, lá do Sertão Central Cabugi (III) 163
Frei Aníbal de Gênova e Francisco Xavier Torres 169
Gente de nosso tempo (I) 173
Gente de nosso tempo (II) 177
Gente de nosso tempo (III) 181
Gente de nosso tempo (IV) 185
Isolina Alves Avelino Waldvogel e seus irmãos 189
João Barbosa Pimentel, bisneto de João Lostau Navarro 193
João Bosco e outras pessoas conhecidas 199
João de Barros, Pirangi e o Porto de Búzios 203
Jerônimo de Barros, o primogênito de João de Barros 209
João de Barros (o filho), jogos e dívidas 215
João Ferreira Domingos Carneiro, o juiz 221
João Teixeira de Barros e a família Tetéo, de Macau 225
Joaquim Felício Pinto de Almeida Castro 229
José Felix Alves de Sousa e Cynira de Vasconcellos 233
Lafaiete Pinheiro de Sousa 237
Lopo Gil Fagundes e a barrica de bacalhau 243
Luiz Eduardo e outras pessoas conhecidas 247

Maria Antonia Fontes Taylor, matriarca dos Tassinos 253
Natal e o Forte dos Reis Magos 259
Notícias da família Valladão, lá de Macau 265
Novas notícias de antigos jornais 269
O Conde do Rio Grande 273
O escrivão da Fazenda Real, Estevão Velho de Mello 277
O General Antonio da Rocha Bezerra Cavalcanti 281
O gesto de Felis Rodrigues Ferreira 285
O mestre latinista de Almino Afonso e Bezerra de Menezes 289
O Sargento-mor Valentim Tavares de Mello 293
O telegrafista extremista 297
O Vigário Simão Rodrigues de Sá, pai de Eugenia 303
Os nossos ilustres peregrinos 307
Os sobrinhos de Dona Felícitas no RN (I) 313
Os sobrinhos de Dona Felícitas no RN (II) 319
Os Torres, de Cururu 323
Os velhos Barretos, de Martins 327
Pau dos Ferros e os Rochas Pittas 333
Rocha Pitta e os informes de Nestor dos Santos Lima 337
Pirangi do Norte, final de 2013 341
Pirangi do Norte, final de 2014 347
Por que Leônidas Hermes da Fonseca? 353
Professora Júlia Alves Barbosa 359
Um retrato de Angicos em 1885 363
Velhas notícias 369
Vicente Maria da Costa Avelino, uma correspondência (I) 373
Vicente Maria da Costa Avelino, uma correspondência (II) 377
Victorino Rodrigues de Sá, de Pirituba 381
Viva a Hemeroteca da Biblioteca Nacional! 387
O Processo 636 393

Bibliografia, 399

Angicos 4 de 7br.
de 1870

Offereço ao Ex.mo Sr.
Dor Luiz Gonzaga
de Brito Guerra,
em prova de estima
e amisade.

Vicente Maria da
Costa Avelino.

N. a 23 de Janro
de 1837: photo-
grafado em Maio
de 1870.

Oferecimento de Vicente Maria da Costa Avelino para o Barão do Assú

Apresentação

Este livro traz novos artigos publicados n'*O Jornal de Hoje*, depois daqueles publicados em *Mais Notícias Genealógicas* do Rio Grande do Norte. Acrescento outros artigos que postei no meu *blog* e outros mais que compus especialmente para esta edição.

Devido ao espaço limitado que tenho no jornal, complementei alguns artigos, quando necessário, com algum comentário. Também eliminei informações que só eram necessárias para a publicação no referido jornal.

As principais fontes desses artigos foram os documentos da Cúria, das Casas Paroquiais do Assú, de Angicos e de Macau, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, do Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco, dos Fóruns de Assú e de Macau, do Museu José Elviro, da Hemeroteca Nacional e dos documentos digitalizados da UNB. Além disso, algumas informações vieram de colegas pesquisadores.

Neste trabalho tivemos uma preocupação maior em trazer informações complementares sobre personagens que

fizeram nossa História, tais como o caminho percorrido por Dona Clara Joaquina, irmã de Frei Miguelinho, após a Revolução de 1817; o processo de inquisição de Felícitas, que tinha parentes aqui no Rio Grande do Norte; notícias de como morreu Dona Altina, esposa do famoso capitão J. da Penha; a família de Dona Adélia, esposa do tenente Leônidas Hermes da Fonseca, candidato virtual ao governo do Rio Grande do Norte, em 1913; a concessão de título de Conde do Rio Grande, após a saída dos holandeses; alguns detalhes da viagem de Frei Aníbal de Genova pelo Rio Grande do Norte; o Processo 636, contendo um depoimento do meu pai, Miguel Trindade Filho, a respeito de fatos ocorridos na Intentona Comunista de 1935; e detalhes desconhecidos pela maioria dos norte-rio-grandenses sobre João de Barros, donatário da capitania do Rio Grande.

Agora, duas sugestões: que nossas universidades e faculdades ajudem os municípios na reconstituição de suas verdadeiras histórias; que os municípios digitalizem os documentos antigos, ainda existentes em suas sedes. Educação é muito mais que prédios, merenda escolar, bolsas e bibliotecas.

Ainda está em tempo das autoridades se empenharem para preservação desses poucos documentos, antes que sejam destruídos de vez. Eles devem ser digitalizados, imediatamente.

É fundamental o apoio dos órgãos públicos à nossa "Casa da Memória", o nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

Genealogia, Matemática e existência

Cada indivíduo que está na Terra neste momento tem uma quantidade significativa de ascendentes, que, a partir dos seus pais, cresce em progressão geométrica, se desprezarmos os casamentos entre parentes. Os pais são dois, os avós já são quatro, os bisavós, em número de 8, e os trisavós (ou terceiros avós) são 16. É uma progressão geométrica de razão 2 que começa com dois e que se expressa, em cada geração de ascendentes, como uma potência de 2. Assim, a quantidade de trisavós, que são 16, é representada por 2 elevado à quarta potência. Quando você chega aos seus nonos avós, eles já são 1024 (2 elevado à décima potência). Imagine a quantidade de ascendentes, em todo o mundo, se você recuar muitos anos atrás. Você, talvez, prefira que seu sobrenome seja Miranda Henriques, mas, com certeza, você tem, através dos seus ascendentes passados, milhares de sobrenomes.

Qualquer que seja o evento acontecido anos atrás, você ou um seu ascendente estava vivo. Assim, quando Buda nasceu, existia, em algum lugar do mundo, um ascendente seu, contemporâneo do mestre, que talvez até tenha convivido com ele. Da mesma forma, quando Jesus foi crucificado,

alguém, que está na sua ascendência, era vivo nesta terra, e talvez estivesse lá, naquela hora.

Em 1706, meus hexavós, João Machado de Miranda e Leonor Duarte de Azevedo, batizavam uma filha em São Gonçalo do Potengi, com o nome de Felizarda. Alguns dos ascendentes desses meus hexavós podem ter presenciado ou ter sido vítimas do massacre de Uruaçu, em 1645. Quando invadiram a Ilha de Manoel Gonçalves, em 1818, meu tetravô, João Martins Ferreira, estava lá presente.

Acredito, pois, que carregamos dentro de nós a história da humanidade desde o seu início. Muitas vezes, fico me perguntando se alguns fenômenos que ocorrem com algumas pessoas não são frutos desses conhecimentos que vão passando de geração a geração, através de suas descendências. A holografia revela que a parte contém o todo. Na Matemática, descobrimos que um segmento de reta contém a mesma quantidade de pontos que a própria reta. Assim, creio que toda vez que um ser é gerado, traz consigo informações do mundo passado. Nosso DNA pode ser mais valioso do que pensamos!

Li durante muitos anos sobre diversos assuntos, sem nenhum preconceito científico ou de outra natureza. Mesmo como matemático que sou, li sobre astrologia, numerologia, quiromancia, rabdomancia, radiestesia e outras coisas mais. Interessei-me por espiritismo, reencarnação, zen, ioga,

psicografia e múltiplas personalidades. Sempre gostei de biografias, de estudar sobre gênios, escritores, pintores e músicos famosos.

Muitos gênios falam de suas experiências relatando que alguns escritos, quadros, descobertas ou músicas surgiam como um todo nos seus cérebros. Por que algumas crianças se tornam geniais com poucos anos de vida? Como surge essa genialidade neles?

Quando Chico Xavier psicografava, o que acontecia de verdade dentro do seu cérebro? Quando alguém faz regressão de vidas passadas, que partes do cérebro são ativadas que dão acesso às informações por elas relatadas? Como elas conseguem descrever paisagens, costumes, roupas de certa época do passado?

Por que, de repente, uma pessoa, com múltiplas personalidades, acessa dentro de si, um indivíduo que fala inglês, se ela mesma não conhece nada dessa língua? O que de fato acontece lá dentro do seu cérebro que ativa um personagem, aparentemente, inexistente? De onde vêm tais informações ou ações?

O hinduísmo fala em Registros Akáshicos, uma espécie de Biblioteca Virtual, que cada indivíduo possui, onde estão registradas todas as ações pretéritas. Entretanto, os estudos genealógicos me convencem, a cada dia, que tudo que existia, na época dos nossos ascendentes, vai passando de geração

a geração para seus descendentes. Porém, a nossa educação, ao contrário do que devia acontecer, vai podando nossas potencialidades e dificultando nossa capacidade para acessar essas informações. A ciência e a religião, muitas vezes, ao longo do tempo, mutilaram nossas capacidades naturais, tratando com desprezo e preconceitos nossas percepções.

Acredito, também, que estamos em rede, uns com os outros. Quando alguém sente, em uma determinada hora, que um parente ou amigo que mora distante faleceu, e depois isso se confirma, temos uma prova da existência dessa rede entre as pessoas. Por que algumas descobertas ocorrem simultaneamente em lugares distantes? Há plágio, sincronicidade, ou essas pessoas entram em rede? Por que gêmeos que foram criados em lugares diferentes têm as mesmas preferências?

A educação seria melhor se estimulasse nossas capacidades inatas. Pegue uma caneta ou um pincel, sem a menor preocupação, e talvez você escreva uma bela poesia, um bom romance, ou pinte um quadro espetacular, sem precisar pegar carona em gente famosa que já faleceu.

Nossa existência não começou na vida presente. Estamos aqui desde o começo de tudo!

+ Bezerra Cavalcanti

Leonardo Bezerra Cavalcanti, em 1691, pedia registro de uma marca de ferro, aqui no Rio Grande do Norte. Em 1734, aqui em São Gonçalo do Potengi, João Bezerra Cavalcanti, preto forro, natural de Angola, escravo que foi do coronel Leonardo Bezerra Cavalcanti, morador do Assú, assistente na Fazenda Oytu, há muitos anos, casou com Luiza da Costa Monteira, forra, filha de Joanna da Costa, tapuia forra, solteira, e de Jacinto Monteiro, escravo do alferes Pascoal Gomes de Lima, natural e moradora no Sítio São Gonçalo.

A Guerra dos Mascates, nos anos de 1710 e 1711, foi liderada por Bernardo Vieira de Mello, que foi capitão-mor do Rio Grande, e Leonardo Bezerra Cavalcanti, que não sei se era o mesmo que tinha terras no Assú. Muitos moradores de outros estados tinham fazendas para criação de gado lá. Sei, também, que esse nome se repete com frequência na família Bezerra Cavalcanti. Um desses Leonardo, filho de Antonio Cavalcanti Bezerra, lá do Assú, era avô de Antonio da Rocha Bezerra Cavalcanti. Lá mesmo no Assú, vamos encontrar outros membros da família Bezerra Cavalcanti ou Cavalcanti Bezerra.

No Assú, vamos encontrar os batismos dos seguintes filhos de Leonardo Bezerra Cavalcanti e Izabel Alexandrina Bezerra Cavalcanti: Maria, que nasceu em 7 de fevereiro de 1847, batizada aos 27 de dezembro do mesmo ano, tendo como padrinhos o major José Joaquim Bezerra Cavalcanti e Dona Francisca Rodrigues da Costa; Manoel, que nasceu em agosto de 1840, batizado aos 31 do mesmo mês e ano, tendo como padrinhos tenente-coronel Antonio Barbalho Bezerra e Ignácia Francisca Bezerra.

Outro, que está presente no Assú, é André Avelino Bezerra Cavalcanti. Ele e sua mulher Luiza Leocádia Bezerra Cavalcanti batizaram, na Fazenda Riacho, o filho André, em 27 de março de 1841, que nasceu aos 18 de março de 1841, e teve como padrinhos José Joaquim Bezerra Cavalcanti e sua mulher Dona Francisca Rodrigues da Costa; outro filho de André e Luiza, de nome Manoel, foi batizado em 1845, tendo como padrinhos o Reverendo Manoel Januário Bezerra Cavalcanti e Dona Francisca Rodrigues da Costa, por procuração de Francisca Alexandrina Bezerra.

Esse José Joaquim Bezerra Cavalcanti, que possuía uma fazenda de gados denominada Riacho, na parte poente do Rio Paraú, teve registro de uma data de sesmaria, requerida ao governador José Ignácio Borges, em 22 de setembro de 1819. Registramos, ainda, que em 26 de junho de 1838, na Fazenda Riacho, José Alexandre Bezerra, natural da Freguesia de São

José, filho de João Martins e Josefa Maria, casou com Francisca Bezerra Cavalcanti, natural do Seridó, filha de José Joaquim Bezerra (Cavalcanti) e Francisca Rodrigues da Costa; foram testemunhas Basílio Quaresma Torreão e o capitão Antonio Bezerra Carneiro, ambos casados.

Aqui na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em 7 de janeiro de 1831, Gonçalo Francisco da Rocha, casou com Maria Bezerra Cavalcanti da Rocha, de Extremoz, sendo ele filho de Leonardo Bezerra Cavalcanti e Bernardina Josefa de Moraes, e ela de Antonio da Rocha Bezerra e Dona Joanna Ferreira de Mello, falecidos, sendo testemunhas o Reverendo Felis Francisco Correa Barros, vigário de Extremoz, e o comandante de armas, Pedro José da Costa Pacheco. Foram dispensados no 3º grau atingente ao 2º duplicado de sanguinidade.

Outro Bezerra Cavalcanti, que encontramos, vem descrito em um assentamento de praça, onde se lê: "José Bezerra Cavalcanti, natural da freguesia de Muribeca, capitania de Pernambuco, filho de Francisco Dias Bezerra Cavalcanti, de idade de vinte anos, pouco mais ou menos, de ordinária estatura, homem pardo, cabelo preto e frisado, feio de cara, nariz grande, senta praça de soldado raso, nesta companhia por sua vontade, em vinte de junho de mil setecentos e vinte e três".

Entre os Bezerra Cavalcanti, encontramos um padre que faleceu novo. Aos 31 de abril de 1797, faleceu o Reverendo Coadjutor, Francisco de Sá Bezerra Cavalcanti, com a idade de trinta anos. Não encontrei o elo desse padre com os nossos estudados.

Detalhes que devemos estar atentos são as repetições de nomes, a inversão de sobrenomes, bem como os casamentos entre familiares. No registro a seguir, observamos isso: "em 21 de novembro de 1804, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, dispensados no 2º e 3º graus de sanguinidade, Antonio Bezerra Cavalcanti casou com Gertrudes Thereza de Souza, ele, filho de João Cavalcanti Bezerra e Gertrudes Thereza Ignácio de Oliveira, falecida; ela, filha do capitão Antonio José de Souza e Oliveira e Joanna Ferreira de Mello, falecida". Esse Antonio José era filho de Francisco de Sousa e Oliveira e Tecla Rodrigues Pinheiro.

Muitas informações importantes da nossa história, oriundas do Assú, se perderam, tanto registros da Igreja como dos cartórios. Alguns dos livros da Freguesia do Assú, já são cópias de outros livros. Não encontramos maiores informações antes de 1800.

1881, descrição de Angicos (I)

Nos Anais da Biblioteca Nacional, encontramos algumas informações sobre Angicos, escritas pela Câmara Municipal, em sessão de 2 de maio de 1881, após ouvir pessoas idôneas daquela localidade. Essas informações tinham sido requeridas pela Biblioteca Nacional, mediante formulário próprio. Assinaram o documento os seguintes vereadores: Manoel Fernandes da Rocha Bezerra (presidente), José Avelino Martins Bezerra, José Mathias Xavier da Costa, Trajano Xavier da Costa e Manoel Paulino da Costa Pinheiro. Segue a descrição feita pela Câmara. Havia uma forma própria de escrever que às vezes não é fácil de ler.

"Esta Vila de São José dos Angicos foi primeiramente uma fazenda de criar gados, pertencente ao abastado tenente Antonio Lopes Viegas, cujo nome Angicos tirou de uma porção de árvores do mesmo nome, que naquele tempo existia na circunferência do Olho-d'água, que se acha encravado no riacho denominado Olho-d'água, poucos metros abaixo da mesma Vila.

Observa-se que o referido tenente Antonio Lopes Viegas casou-se em uma família denominada Costa Xavier, sendo ele de outra família, cuja ramificação era Dias Machado. Pelo correr dos tempos, isto é, em 1813, lembrando-se um filho do sobredito tenente Lopes, com a mais família, de edificar uma capela, que a consumaram em breves tempos, a fim de celebrarem, quando necessário, os ofícios divinos.

Em 1816, achando-se no Rio de Janeiro, o tenente-coronel José Correia de Araújo Furtado requereu, em nome dos Angicanos ao Ministro do Reino, naquela época, ser a mesma capela elevada à Freguesia Paroquial, como ponto central; cuja súplica mandou o Ministro não só informar ao Vigário da Freguesia do Assú, a que pertencia, como à respectiva Câmara, hoje Municipal, informando esta a favor de Angicos, e aquele, por despeito a favor de Santa Ana do Upanema, atualmente Vila do Triunfo. Com semelhantes informações, seguiu para Corte o fundador da capela, tenente Antonio Lopes Viegas Filho, que chegando ali ficou infelizmente maníaco, encontrando o Reverendo Padre João Theotônio de Sousa e Silva, que lhe disse procurar a Freguesia para Angicos, e vir nela colado, recebendo por isso os mesmos papéis.

O Ministro, deferindo favoravelmente a súplica, colou ao referido Padre João Theotônio, trazendo a sua Provisão e Comissão de declarar a sede da Matriz, em um dos dois lugares qual deles fosse o mais central, Angicos, ou Santa Ana, sem trazer a cláusula, do Upanema.

Em 1824, chegando o mencionado Vigário João Theotônio a Santa Ana do Matos (que não fez parte das informações), a empenhos, declarou a sede da Freguesia lá, ficando a capela desta Vila, filial àquela, assim como a de Guamaré.

Pelo correr do ano de 1834, o Conselho de Província propôs ao Governo Geral a criação de cinco vilas, e este aprovando, ordenou ao Presidente, que então era o finado Manoel Lobo de Miranda Henriques, de saudosa memória, a criação das mesmas em Conselho do Governo, foi nesta ocasião elevada esta Povoação à Vila, ainda assim com o voto de qualidade daquele distinto Presidente; porque três conselheiros votaram para Santa Ana do Matos, e dois para Angicos, sendo, nesta ocasião, o sobredito Presidente Lôbo orientado de todo o ocorrido pelo conselheiro José Fernandes Carrilho, que unido ao conselheiro finado, capitão-mor André de Albuquerque Maranhão, votaram para Angicos.

Semelhante ato de justiça desafiou as iras do finado Vigário João Theotônio de Sousa e Silva, que, em virtude do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, foi ele eleito membro da Assembleia Provincial, e em sua reunião em 1835, pôde suprimir a mesma Vila, por Lei Provincial nº 26, de 28 de março de 1835. Nesta época, correram os negócios tão agitados, que, por pouco, esteve a ponto de tremular o Estandarte Sangrento da guerra civil; e tomando conta da Presidência o conselheiro João José Ferreira de Aguiar e reunindo-se a

mesma Assembleia, em sua fala de abertura, nada deixou a desejar, mostrando a inconveniência de semelhante Lei, toda caprichosa e até odiosa.

Com efeito, a referida Assembleia meditando a revogou, instaurando esta Vila, como fez pela Resolução Provincial nº 9, de 13 de Outubro de 1836.

Ainda no ano de 1847, sofreu esta vila uma supressão toda caprichosa, que teve lugar sob a influência do finado coronel Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, sendo a mesma instaurada pela segunda vez em 1850, em cuja categoria ainda permanece".

Antes de continuar com as informações da Câmara Municipal de Angicos, o que faremos no próximo artigo, complemento com alguns dados.

O tenente Antonio Lopes Viegas era casado com Anna Barbosa da Conceição, que, segundo vários autores, era filha do português João Barbosa da Costa. Ele, tenente Antonio Lopes Viegas, foi testemunha do casamento, na Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel da Vila de Extremoz, no ano de 1774, de Francisco Xavier da Cruz e Lourença Dias da Rosa, ele filho do referido João Barbosa da Costa e Damásia Soares, e ela de Antonio Dias Machado e Francisca Lopes Xavier, primos.

A mais antiga referência, de um Antonio Lopes Viegas, data do ano de 1706. Lourença Lopes, filha dele, foi madrinha de Luiz, filho de Sebastiana, escrava do coronel Bento Correa da Costa. É interessante obsevar que Francisca Lopes Xavier, esposa de Antonio Dias Machado, era filha de Luiz Duarte de Azevedo e de Lourença Lopes Xavier, esta, talvez a madrinha de Luiz, em 1706. É possível que o tenente fundador de Angicos seja filho de Luiz Duarte de Azevedo e Lourença Lopes. Alguns descendentes de Antonio Lopes Viegas e Anna Barbosa da Conceição têm sobrenomes Duarte e Azevedo.

1881, descrição de Angicos (II)

Vista a parte histórica, no artigo anterior, vejamos agora como foi descrita a Vila de Angicos nas suas outras partes, pela Câmara Municipal. Antes disso, um pequeno comentário sobre essa parte histórica. Alguns desses vereadores descendiam dos primeiros habitantes daquela Região de Angicos. Entretanto, não mencionam outros personagens que contribuíram para o nascimento de Angicos. O presidente da Câmara, Manoel Fernandes da Rocha Bezerra, que casou com minha tia-bisavó, Maria Xavier da Costa Torres, era neto de Balthazar da Rocha Bezerra, mas não fez menção que a Fazenda Angicos, antes de ser vendida ao tenente Antonio Lopes Viegas, pertenceu ao Coronel Miguel Barbalho Bezerra, como provou Aluízio Alves. O vereador, cadete José Avelino Martins Bezerra, tetraneto de João Barbosa da Costa, não contribuiu com nenhuma informação sobre seu tetravô, ascendente da maioria dos angicanos daquela época. Aliás, a história de cada município do Rio Grande do Norte precisa ser revista, pois ela é contada por pessoas que não se dedicaram ao exame mais detalhado dos documentos mais antigos. Para exemplificar, boa parte dos documentos do Assú, tanto dos

cartórios como da Igreja, estão perdidos. Mais ainda, os que restaram continuam esquecidos e descuidados pelos seus responsáveis, que não se preocupam nem em digitalizá-los.

"Topografia – Esta Vila está situada à margem esquerda do Rio Pata-chó (em vários documentos mais antigos da Província, tenho encontrado o nome do rio como sendo Pata-choca). Nome de antiga tribo de índios, que pararam por estes Sertões (vários autores contestam a passagem dos Pataxós por aqui). A Vila ocupa a maior parte de um terreno plano e arenoso de 800 metros em quadro.

Contam-se duas pequenas ruas, largas e bem arejadas, e mais três alinhamentos de boas casas que formam o Adro da Matriz, bonito e decente edifício. Ao Nordeste confronte a mesma, acha-se a cadeia pública ainda em obra, tendo boa sala livre, onde funciona a Câmara Municipal. Ao Sueste (Sudeste), no mesmo quadro, está a Casa do Comércio, edificada ultimamente as expensas dos socorros públicos, que, embora não concluída, de muito tem servido, não só para cômodo dos viajantes, como aos negociantes do lugar e seus subúrbios. Ao Levante, vê-se o alto e majestoso Pico do Cabugi, que, semelhante ao antigo telégrafo, nos anuncia as chuvas pelos cúmulos de nuvens em sua mais elevada extremidade, onde por singularidade, com dificuldade, foi colocado um poste com o respectivo para-raios. Ao Leste Setentrião e Ocidente, observam-se diversos serrotes de granito que concorrem ao

longe para formar-se da pequena Vila mais avultada ideia. Do centro da situação, observam-se diversas casas de telhas, dos maiores Altos: Monte Alegre, Favela, Espírito Santo, Coração de Jesus e Fazenda Nova, propriedades e benfeitorias dos mais abastados do lugar. Finalmente, ao Oeste, a 100 metros das últimas casas, encontra-se o açude do Glorioso Senhor São José Padroeiro da Freguesia, edificado pelo Reverendo Ibiapina, nas Missões de 1862, obra atualmente em ruínas, que serve apenas para conservar a frescura do terreno, útil aos plantadores de vazantes.

População – Segundo o último recenseamento, consta a população livre de 5. 500 almas, e a escrava de 180. Desta população, habitam a Vila apenas 300 almas, compreendidos 13 escravos.

Agricultura e Pecuária – Lavoura: Consiste na cultura de mandioca, algodão, milho, arroz, feijão, melão e melancia, além de diversos legumes. Criação: A grande criação consiste de gado vacum, cavalar, lanígero, e cabrum. A pequena criação limita-se às aves domésticas.

Indústria Fabril – A indústria fabril é de pouca importância atualmente, consistindo apenas em pouca farinha de mandioca, obras de olaria, como sejam louças de barro, telhas e tijolo de alvenaria; há também tecidos grossos de algodão.

Comércio – A exportação é pouca e limita-se ao algodão e gado vacum; devida esta escassez aos efeitos da calamitosa

seca de 1877 e 1879. A importação também é de nenhuma importância, limitando-se à pequena negociação de molhados e fazendas.

Instrução – Para a instrução primária há duas escolas, sendo uma do sexo masculino criada por Resolução Provincial no ano de 1833, e uma do sexo feminino criada por Lei Provincial nº 497, de 4 de maio de 1860.

Divisão Eclesiástica – Pertence este Município à Diocese de Olinda, e contem uma só Paróquia denominada São José dos Angicos, a qual desmembrada da de Santana do Matos, foi criada por Resolução Provincial no ano de 1836; e tem sido administrada por três Vigários, sendo dois encomendados e um colado, os Reverendos Manoel Antonio dos Santos Morais Pereira Leitão, Manoel Januário Bezerra Cavalcanti, e Felis Alves de Sousa, pelo primeiro de 1836-1839, pelo segundo de 1839-1844; e pelo terceiro de 1844 até o presente.

Obras Públicas – Paço da Câmara Municipal, a Casa do Comércio e o Cemitério.

Distâncias – Dista esta Vila da capital da Província de 42 léguas; as distâncias às Vilas e Cidades dos Municípios confinantes são as seguintes: à Vila de Santana do Matos, 8 léguas ao Sudeste; à cidade do Assú, 8 léguas ao Noroeste; à cidade de Macau, 14 léguas poucos graus abaixo do Norte”.

A chegada dos Rodrigues de Sá e a viúva Maria

Quando Dom Domingos Lorêto escreveu sobre Dona Eugênia Rodrigues de Sá, mãe de Caetano de Mello de Albuquerque, disse que ela era filha natural do Doutor Simão Rodrigues de Sá, que depois se tornou presbítero, mas não comentou se ele tivera outros filhos.

Os Rodrigues de Sá chegaram aqui no Rio Grande com o Reverendo Vigário confirmado da Paroquial de Nossa Senhora da Apresentação, Simão Rodrigues de Sá, pois eles só começam a aparecer depois do primeiro batismo assinado pelo dito vigário. Quem eram esses primeiros Rodrigues de Sá?

Genovesa Rodrigues de Sá e seu marido Diogo Mello batizaram Maria em 1702, tendo como padrinhos o padre Miguel de Carvalho e Maria Phelipa Nery, filha da viúva Maria Fernandes de Araújo.

Flávia Rodrigues de Sá e seu marido Sebastião Cardoso Batalha batizaram Augustinho, em 1705, tendo como padrinhos o padre Simão Rodrigues de Sá e Dona Eugênia Rodrigues de Sá.

Felipa Rodrigues de Sá e seu marido Urbano Leitão Martins batizaram Lourença, em 1706, tendo como padrinhos Dona Eugênia Rodrigues de Sá e padre Simão Rodrigues de Sá

Luiza Rodrigues de Sá e seu marido Joseph Barbosa de Sousa batizaram Joseph, em 1707, tendo como padrinhos o padre Simão Rodrigues de Sá e Maria Phelipa Nery, mulher de Joseph Monteiro.

Matheus Rodrigues de Sá e sua mulher Violante Dias, batizaram Clara, em 1708, tendo como padrinhos José Nolasco Pereira e a viúva Maria Fernandes de Araújo.

A presença da viúva Maria Fernandes de Araújo e de sua filha Maria Phelipa Nery, nos batismos dos Rodrigues de Sá, chama a atenção e por isso merece destaque. Quem eram elas e que relações tinham com os Rodrigues de Sá?

Maria Phelipa e seu marido Joseph Monteiro batizaram, em 1706, Phelipa, tendo como padrinhos o padre Simão Rodrigues de Sá e a viúva Maria Fernandes de Araújo, avó materna de Phelipa; José Fernandes de Sousa era filho da viúva Maria Fernandes de Araújo e, portanto, irmão de Maria Phelipa. Ele foi padrinho de Perpétua, filha de Domingos Lopes e Dória Fernandes de Souza, em 1708. Dória parece ser outra irmã de Maria Phelipa. Outro filho de Domingos e Dória, Asenço, teve como padrinhos João Fernandes de Sousa, também, filho da viúva. Mais ainda, o padre Antonio de

Araújo e Sousa, foi padrinho de Angélica, filho de Domingos e Dória.

Façamos agora uma viagem pelas sesmarias para descobrir mais relações entre os personagens acima. Em 1706, eles receberam datas de terras, quase sempre próximas uma das outras. Vejamos.

Em 8 de abril de 1706, o padre confirmado da Paroquial Nossa Senhora da Apresentação, Simão Rodrigues de Sá e Joseph Monteiro, genro da viúva Maria Fernandes de Araújo, receberam terras entre a Pedra da Arara e a Serra do Sabugi e Sabauhu, com um riacho a que chama o gentio Caurahu que vem do Rio "Patachoca" e vai correndo para a parte do Rio Potengi; em 3 de maio de 1706, foi feito o registro de uma data de terras para Caetano de Mello de Albuquerque e a viúva Maria Fernandes de Araújo, nas testadas das terras do Riacho Carauhu, do Vigário Simão e de Joseph Monteiro; nessa mesma data, foi feito um registro de datas de terras para o Vigário Simão e Antonio de Araújo de Sousa, pelo Rio Salgado abaixo, que parte do caminho que vai para Assú, para a parte do mar e Pedra Redonda; ainda em 1706, quem recebeu terras, nas proximidades do Rio Carauhu, foram Matheus Rodrigues de Sá e Domingos Lopes; por fim, é feito um registro de terras em favor do ordenando Antonio de Araújo e Souza, das terras doadas para ele por sua irmã Eugenia Rodrigues de Sá e o cunhado, capitão Manoel de

Mello e Albuquerque, no Sítio Guarapes. Esse Antonio de Araújo e Sousa aparece em 1708, já como padre.

A grande dúvida que fica é sobre o parentesco da viúva Maria Fernandes de Araújo com o padre Simão Rodrigues de Sá. Suspeito que ela era mãe de alguns irmãos de Eugênia Rodrigues de Sá. Um assentamento de praça, de 1743, dá notícia que certo José Fernandes de Sousa era filho de Manoel Fernandes de Sousa, natural do Porto. Talvez, esse fosse o esposo da viúva Maria. Outra pergunta que faço: Qual a relação de Eugênia e seu pai, o Vigário Simão Rodrigues de Sá, com o Cônego Simão Rodrigues de Sá e outra Eugênia Rodrigues de Sá, residentes em Olinda, que receberam terras, em 1681, em Caruaru?

A inquisição de Dona Felícitas Uchoa de Gusmão, 1730

Nos registros antigos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, encontramos membros da família Peres de Gusmão. Antes de fazer um artigo sobre essa família, resolvi escrever sobre Dona Felícitas, de 48 anos, que morava na Paraíba e foi presa pela Inquisição, acusada de judaísmo, e enviada, a partir de Pernambuco, no navio Triunfo da Fé e Almas, para Lisboa. Era aparentada dos Peres de Gusmão, que viviam por aqui, descendentes do Doutor Dionísio Peres de Gusmão e Dona Leonarda Peres de Gusmão. Após o documento inicial, escreveremos sobre a genealogia dela, descrita no processo.

"Os Inquisidores Apostólicos contra a herética pravidade e apostasia nesta cidade de Lisboa, e seu distrito, &. c.

Mandam a qualquer familiar, ou oficial do Santo Ofício, que no Forte Velho ou onde quer que for achada Dona Felícitas Peres, cuja qualidade de sangue se não sabe, casada com Luis da Fonseca, natural do Recife de Pernambuco e moradora no Forte Velho a prendais com sequestro de bens, por culpas

que contra ela há neste Santo Ofício, obrigatórias a prisão, e presa a bom recado, com cama, e mais fato necessário a seu uso, e a trateis e entregareis, debaixo de chave ao Alcaide dos cárceres secretos desta Inquisição. E mandamos em virtude de Santa Obediência, e sob pena de excomunhão maior, e de quinhentos cruzados para as despesas do Santo Ofício, e de procedermos como mais nos parecer, a todas as pessoas, assim Eclesiásticos ou Seculares, de qualquer grau, dignidade, condição, e preeminência que sejam, vos não impeçam fazer o sobredito, antes sendo por vós requeridos, vos deem todo o favor e ajuda, mantimentos, pousadas, camas, ferros, cadeias, cavalgaduras, barcos, e tudo o mais que for necessário, pelo preço, e estado da terra. Cumpriu assim com muita cautela e segredo, e ao mais não façais.

Dado em Lisboa no Santo Ofício da Inquisição sob nossos sinais, e selo dela, aos cinco dias do mês de julho de mil setecentos e trinta anos. Manoel Rodrigues Ramos os subscreveu".

Das informações genealógicas, constava que ela se chamava Dona Felícitas Uchoa de Gusmão, que era cristã-nova por parte de sua mãe, mas por parte de pai não tinha esta certeza por haver alguma murmuração de ser parte de cristão-novo, casada com Luis da Fonseca Rego, que vivia de suas roças, natural da Freguesia de São Gonçalo de Tapecima (Itapissuma), moradora no Forte Velho, termo da cidade da Paraíba, Bispado de Pernambuco, de 48 anos de idade.

Eram seus pais Bartolomeu Peres de Gusmão e Dona Antonia de Mendonça Uchoa, não sabia de onde ele era natural, mas foi morador no Recife, e sua mãe junto ao Recife, e moradores na cidade de Olinda.

Seus avós, assim paternos como maternos, eram já defuntos; e os paternos se chamavam João Peres Correa de Gusmão e Leonarda da Costa, também, não sabia a naturalidade, e foram moradores na cidade de Olinda.

Os avós maternos se chamavam Francisco de Faria Uchoa, que foi Senhor de Engenho, e Dona Anna de Lira (esta filha de Antonio Fernandes Pessoa e Maria de Aguiar, tendo se casado antes com Luis da Silva), moradores na freguesia de Egitiá (Jiquiá), junto ao Recife, também não sabia a naturalidade deles.

Da parte de seu pai, teve três tios e uma tia, a saber: Gonçalo Peres de Gusmão, Leonardo Peres, e Domingos Peres, e Joanna de Oliveira, todos defuntos e sem filhos.

Da parte de mãe, teve um tio e duas tias, a saber, Luiz de Sousa Uchoa, Dona Nazária de Lira, e Dona Joanna de Lira; Seu tio Luis de Sousa foi casado e não teve filhos; sua tia, Dona Nazária de Lira, foi casada, em Santo Estevão, com Pedro da Cunha, lavrador de cana, teve filhos, não sabe quantos, nem como se chamavam; sua tia Dona Joanna de Lira foi casada junto ao Recife, nos Afogados, com Mathias Moreira Queiroz, e não teve filhos.

Contou, ainda, que tinha duas meias irmãs por parte de sua mãe, que casou, a segunda vez, com Francisco Vaz Carrasco, escrivão dos presídios, e se chamavam Dona Ignez de Vasconcelos e Dona Francisca; sua irmã Dona Ignez de Vasconcelos era casada, em Goiana, com Francisco Rodrigues Xares (Francisco Xerez Furna), não sabia se tinha filhos (teve, e casou-se uma segunda vez).

E que ela, como disse, se chamava Dona Felícitas Uchoa, casada com Luis da Fonseca Rego, e tinha um filho chamado Dionísio, de onze anos.

Disse mais que era cristã batizada, e foi na Igreja de São Gonçalo de Itapissuma, pelo pároco que então era, a quem não sabia o nome; e foi seu padrinho Dionísio Peres de Gusmão, que estava reputado por filho bastardo de seu pai, e era já defunto sem filho, e não teve madrinha; era crismada, e o foi, na Igreja de Santo Estevão, pelo bispo de Pernambuco que então era chamado Dom Mathias, não sabia de que, e foi sua madrinha sua tia Dona Nazária.

E que ela quando chegou aos anos de juízo, e discrição, ia às igrejas ouvir missa e pregação, se confessava, e comungava, e fazia as mais obras de cristão: e mandada por de joelhos se persignou e benzeu e disse as orações do Padre Nosso, Ave Maria, Credo, Salve Rainha, os mandamentos da Lei de Deus, e os da Santa Madre Igreja, que tudo soube bem.

E que ela só sabe ler, escrever; e que só saiu de Pernambuco para a Paraíba, onde conversava com toda casta de gente, que se lhe ofereceu, ou fossem cristãos novos ou cristãos velhos; e que ela nunca foi apresentada ao Santo Ofício, nem presa sem ser agora, nem parente seu algum o foi.

Perguntada se sabia a causa de sua prisão, disse que seria pelas culpas que tem confessado; foi lhe dito que ela estava presa por culpas, cujo conhecimento pertence ao Santo Ofício.

A mãe e duas irmãs do padre Manoel de Arruda Câmara

A genealogia do polêmico capitão-mor de Pombal, Francisco de Arruda Câmara, ainda tem muitas lacunas e dúvidas. Era filho de Francisco de Arruda Câmara e de Clara Mendonça de Vasconcelos (ou Clara Espínola de Mendonça).

Fábio Arruda, lá das Alagoas, que descende de Vicência, irmã do capitão-mor, me enviou documentos inéditos sobre batismos de netos do capitão-mor e do óbito da esposa dele, Maria Saraiva da Silva.

Raquel foi batizada aos 22 de janeiro de 1792, na Capela de Santa Rita do Engenho Jardim, com 22 anos de nascida. Era filha do Alferes Ignácio José Loyola e Dona Emerenciana de Arruda Câmara, neta paterna do tenente Feliciano Pereira de Lyra e Margarida Gomes da Anunciação, e materna do capitão-mor Francisco de Arruda Câmara e Maria Saraiva de Araújo. Foram padrinhos o capitão-mor Francisco de Arruda Câmara e Dona Margarida Gomes da Anunciação.

Amaro foi batizado aos 24 dias do mês de setembro de 1793, na Capela de Santa Rita do Engenho Jardim, com um

mês e meio de nascido. Era filho do comandante Domingos de Abreu e Vasconcelos e Dona Maturniana (parece ser este o nome, no registro) de Arruda Câmara, moradores no Engenho Jardim, neto paterno do capitão João Dias da Silva Coutinho e Dona Maria José dos Prazeres, e materno do capitão-mor Francisco de Arruda Câmara e Maria Saraiva da Silva. Foram padrinhos, por procuração, o mestre de campo Amaro Gomes Coutinho e Dona Maria José dos Prazeres.

Como é comum nos registros da Igreja, houve variação no sobrenome de Dona Maria Saraiva da Silva. Com esses dois registros, os nomes dos filhos do capitão-mor e de sua esposa, até agora reconhecidos documentalmente, são Dr. Francisco de Arruda Câmara, Padre Dr. Manoel de Arruda Câmara (botânico famoso), Maturniana de Arruda Câmara e Emerenciana de Arruda Câmara.

No Roteiro dos Azevedo e outras famílias do Nordeste, Sebastião de Azevedo Bastos cita, como uma das filhas do capitão-mor Francisco de Arruda Câmara, a esposa de Antonio Ferreira de Macedo, D. Ana de Arruda Câmara. Diz mais, que filhos desse casal, netos, portanto, de Francisco de Arruda Câmara e Maria Saraiva da Silva são Antonio Ferreira de Macedo, Vicente Ferreira de Macedo e Estevão Jose da Rocha (Barão de Araruna). Segundo Ormuz Barbalho, baseado em outros autores e em pesquisa própria, é filho, também, de Antonio e Anna, José Ferreira da Rocha Camporra.

Vejamos agora o óbito de Dona Maria Saraiva. Nesse documento consta que: "aos dois dias do mês de setembro de mil setecentos e oitenta e quatro, faleceu na vida presente, sem sacramentos, por não dar tempo à enfermidade e à distância, em idade de trinta e oito anos, pouco mais ou menos, Dona Maria Saraiva da Silva, mulher do capitão-mor Francisco de Arruda Câmara e, foi sepultada nesta Paróquia, Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, do arco para dentro, solenemente, com ofício de corpo presente, acompanhada de todos os sacerdotes, encomendada por mim, que fiz este assento, que o escrevi, Francisco Xavier de Viveiros – Cúria de Pombal".

Wilson Seixas Nóbrega, no seu livro *Velho Arraial das Piranhas*, Pombal, expõe outros documentos sobre o padre Manoel de Arruda Câmara. No testamento do padre Antonio Saraiva da Silva, em 1754, ele deixou parte dos seus bens, incluindo metade da Fazenda São João do Apodi, para sua sobrinha Maria Saraiva. Por esse documento e outros, Wilson conclui que, nessa data, Dona Maria Saraiva ainda era solteira.

Outro documento, citado por Wilson, é um traslado de procuração, no qual Dr. Manoel de Arruda Câmara informa que o sítio de terras, denominado São João, na Ribeira das várzeas do Apodi, foi do seu avô, coronel Ignácio Saraiva de Araújo. Este último e o padre Antonio Saraiva da Silva eram

irmãos de João Ferreira da Silva, primeiro sogro do capitão Manoel Varella Barca.

Na busca por detalhes sobre Anna de Arruda Câmara, temos pesquisado sobre seus descendentes.

De um registro encontrado por Isabel Pinto, extraímos que: "aos 2 de fevereiro de mil oitocentos e quarenta e um, na casa de Estevão José da Rocha (futuro Barão de Araruna), e na presença das testemunhas major José Joaquim das Neves e o tenente-coronel Leonardo Bezerra Cavalcanti, casaram, dispensados no segundo grau de consanguinidade, Antonio Cândido Tamaturgo de Farias, filho de João Ferreira de Farias e de Ana Joaquina da Conceição, e Maria Madalena de Jesus, filha do capitão Estevão José da Rocha e de Maria Madalena das Dores, ambos naturais da freguesia de Bananeiras".

Já expomos aqui, em outro artigo, casamentos de filhos de Vicente Ferreira de Macedo e Antonio Ferreira de Macedo. Ainda, nos registros da Freguesia de Santa Cruz, encontramos dois casamentos de filhos de José Ferreira da Rocha Camporra e Anna Joaquina de Mello: em 1870, na Fazenda da Volta, Antonio Ferreira da Rocha casou com Thereza Avelina de Faria, filha de Francisco de Faria Costa e Anna Joaquina do Espírito Santo; e, em 1873, na Fazenda São Bento, Firmino Florentino da Rocha casou com Umbelina Hermelina de Faria, filha do finado (1870) José Ferreira de Faria e Balbina Francelina (Filonila) de Faria.

Observamos que na descendência de Antonio Ferreira de Macedo e Anna Arruda Câmara não encontramos ninguém, até agora, com o sobrenome Arruda Câmara.

A morte de Dona Altina, esposa de José da Penha

Cem anos atrás, o capitão José da Penha incendiou este Rio Grande do Norte com suas palavras flamejantes. Mas antes disso, o capitão mais atrevido das nossas forças armadas se envolveu em outros episódios de luta. As críticas que pronunciou sobre o morticínio em Fortaleza, no dia 3 de janeiro de 1904, acabaram gerando sua prisão. No jornal *A Província*, de Pernambuco, encontramos o relato da morte de Dona Altina, no Forte do Brum.

"Preso na fortaleza do Brum desde o dia 18 de dezembro último (1904), o alferes do 17º batalhão José da Penha Alves de Sousa, foi ontem ao anoitecer ferido por um dolorosíssimo golpe.

Esse distinto oficial, que veio do Ceará sem nota de culpa aguardar aqui deliberação do marechal ministro da guerra, a cuja ordem se acha preso, trouxe consigo a sua esposa Altina Alves de Sousa, senhora assaz formosa, ornada de belos dotes de coração e de espírito e extremosamente dedicada ao marido e às duas filhinhas que constituíam a alegria e a consolação

do casal através da vida forasteira e acidentada que constitui quase sempre a carreira militar.

O alferes José da Penha, por sua vez, nutria pela família um afeto extremo e um desvelo a toda prova, de sorte que, fossem quais fossem as atribulações da existência, havia de reinar entre eles uma felicidade relativa, a felicidade do lar pelo menos.

No entanto, D. Altina, senhora altamente impressionável, não estava satisfeita; não por si, mas por julgar-se um obstáculo à carreira do marido. Daí a tresloucada ideia do suicídio que a assaltou, ideia que por mais de uma vez pretendeu levar a efeito, conseguindo fazê-lo afinal ontem (9 de janeiro de 1905) às seis e meia horas da noite.

De nada valeram as prevenções e as cautelas do alferes José da Penha e da criada Damiana, uma criada de rara dedicação que acompanhava D. Altina desde a infância.

A desventurada senhora, não se sabe como, conseguiu uma cápsula para o revólver que o marido tinha o cuidado de trazer sempre descarregado e fechado na mala, e, ontem à citada hora, apoderando-se da arma, carregou-a e disparou-a contra a têmpora direita.

Ao estampido, o alferes José da Penha, que tomava café da parte de fora com dois outros oficiais, correu, como muitas outras pessoas, para o ponto de onde ele partira – um

compartimento de tabique situado a um canto da sala cedida ao casal. Ali deparou, preso do mais doloroso assombro, uma cena desoladora. A esposa jazia por terra, insensível e banhada em sangue; a morte fora instantânea.

A inditosa moça desprendera-se da vida sem uma contração de agonia, sem um traço de amargura no rosto e, quando mais tarde a vimos naquela mesma sala, então transformada em uma câmara mortuária, parecia mais uma criatura serenamente adormecida de que um cadáver. Apenas traziam à ideia o tristíssimo sucesso algumas manchas vermelhas sobressaindo nas ataduras brancas que abraçavam a cabeça da morta.

Logo que teve conhecimento do fato o general Serra Martins compareceu àquela praça de armas e providenciou para que se iniciassem imediatamente os competentes inquéritos: militar e civil. Neste intuito comunicou o ocorrido ao Dr. Chefe de polícia que fez seguir para ali o Dr. Glycério Gouveia, delegado do 1º distrito. Além desta autoridade compareceu também o Dr. Souza Paraízo, delegado do 2º distrito.

Entre os muitos oficiais que foram à fortaleza do Brum enquanto lá estivemos, notamos os tenentes coronéis Alberto Gavião e Eduardo Silva.

Reinava geral desolação entre as pessoas ali reunidas, desolação a que nos associamos, apresentando condolências ao brioso oficial".

Dois dias depois da publicação acima, o alferes escreveu para a redação:

"Senhor redator: De par com os meus agradecimentos pela tocante e carinhosa notícia do inesquecível sucesso do dia 9, aceitai uma breve explicação, a que não posso renunciar.

Afirmaste que era minha desventurada esposa, altamente impressionável, conjeturando-se um obstáculo à minha carreira do que lhe advieram tendências para suicidar-se. Consente-me que vos ministre mais acertados informes.

Desgraçadamente mais do que pura impressionabilidade, comandam o corpo e o espírito as prepotências da alienação mental, que a martirizaram três vezes no curto lapso de oito anos. De cada uma, conforme fosse o delírio ou a mania, deixava ou não de ter, consoante a lei que preside ao desdobrar daquela triste moléstia, as impulsões suicidas, o que lhes servem de instrumento os objetos mais inconcebíveis, confirmam todos os profissionais, de qualquer procedência ou escola.

Cessada a causa dessa obstinação intraduzível, que fazem somente ideia pouquíssimas pessoas, o que mais torturava aquela alma de santa, era justamente o horror de suas 'criminosas tentativas', como lhes chamava ela.

Repugnava-lhe às crenças religiosas, restauradas nos momentos de trégua, achar desculpa, mesmo estando alienada,

para quem atentava contra a própria vida. E quando de fato se restabelecia de todo, transpunha os limites do normal o seu desejo de viver para os nossos filhos. E os modestos incitamentos, com que me impelia à conquista do seu mais forte ideal – um nome para seu esposo, adquirido na luta pela justiça e pela liberdade –, ultrapassavam identicamente a zona, em que se agitam as fragilidades comuns à maioria das pessoas do seu sexo.

Tanto assim, que o meu derradeiro tributo à sua alma, será imolar-me sempre quando for oportuno, aos meus ideais, em que apoia minha consciência de crente e homem livre.

Reiterando meus comovidos agradecimentos, subscrevo-me vosso patrício e admirador. J. da Penha".

Adélia Cavalcante de Albuquerque, a esposa de Leônidas

O capitão J. da Penha, já eleito deputado, no Ceará, veio capitanear, aqui no Rio Grande, a luta contra a oligarquia Maranhão, movimento que se espalhava de maneira semelhante em outros estados. O que não parece claro, para muitos, é a razão da escolha, como candidato a governador, do filho do Presidente da República Hermes da Fonseca. Quem era, de verdade, Leônidas Hermes da Fonseca para ser escolhido, se isso parecia uma contradição com a luta contra as oligarquias? Resolvi pesquisar nos velhos jornais alguma informação que justificasse tal escolha. Em primeiro lugar, procurei descobrir quem era a esposa de Leônidas, dada como natural do Rio Grande do Norte, pois nem o nome dela eu sabia.

Do jornal *O Paiz*, datado de 10 de setembro de 1911, extraí a informação que o 2º tenente Leônidas Hermes da Fonseca, filho do marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República, casou, no dia 9 de setembro de 1911, no Palácio Guanabara, com Adélia Cavalcanti de Albuquerque, sobrinha do capitão Joaquim Brilhante, ajudante de ordem do Sr.

Chefe de Polícia. O ato civil foi às 2 horas da tarde, servindo de testemunhas, da noiva, o Dr. Belisário Távora, o general Percílio da Fonseca, o coronel Cyrillo Brilhante (tio da noiva), e o capitão Luiz Lobo; e do noivo, o senador Pinheiro Machado, o Dr. Álvaro de Teffé e o Dr. Sebastião de Lacerda. O ato religioso foi às 3 horas e 30 minutos, na rica capela, armada no salão à esquerda da sala de espera, servindo de padrinhos, da noiva, a Exma. Sra. Dona Orsina Hermes da Fonseca (mãe do noivo) e o capitão Joaquim Brilhante, e do noivo, o deputado Fonseca Hermes e a Exma. Sra. Dona Honorina Brilhante (esposa de Joaquim).

Na notícia acima, nenhuma informação sobre os pais da noiva. Outro jornal do Rio de Janeiro dizia, apenas, que "a gentilíssima senhorita Adélia Cavalcanti de Albuquerque pertencia à distinta família do norte".

No jornal *A Época*, de 23 de março de 1913, foi postado, de Recife, por Paulino Guedes, Juiz de Direito "aposentado pelo governo dos Maranhões", um artigo que contém o seguinte trecho: "Como político do Rio Grande do Norte, venho pedir ao vosso conceituado jornal permissão para dar verdadeira informação do que se vai na política potiguar: – De Natal telegrafaram ao tenente Leônidas Hermes que a indicação de seu nome para governador daquele Estado não passava de exploração e que ele não acreditasse no valor da oposição; que viesse incógnito percorrer o centro do Estado

para se convencer de que qualquer candidato antioligarquia seria derrotado etc. Em primeiro lugar, devemos declarar que o candidato a governador de nosso Estado ainda não foi definitivamente escolhido, mas se essa escolha recair no tenente Leônidas onde estará a exploração?... Pois esse ilustre militar será indigno de administrar a querida terra de sua digna esposa? Não estará no gozo dos seus direitos políticos? Que exploração, pois haverá na escolha do seu nome?"

Sem nenhuma informação sobre os pais de Adélia e a confirmação da naturalidade dela, solicitei ajuda aos colegas do grupo GenealBr. Recebi, então, de Pedro Auler, informação que tinha encontrado, no *Diário da Noite*, a notícia do falecimento de Adélia e, pela data, foi procurar os registros da época no familysearch, cujo *link* me enviou, de onde extraí que: "faleceu, em 8 de setembro de 1951, Adélia de Albuquerque Fonseca, com 66 anos e sete meses de idade, natural do Rio Grande do Norte, viúva de Leônidas Hermes da Fonseca, filha de Francisco Cavalcanti de Andrade e de Júlia Leopoldina Cavalcanti". Constava ainda que ela tinha deixado três filhos maiores.

Nos jornais mais antigos daqui, que examinei, a única informação que tinha dava conta que Francisco Cavalcanti de Andrade tinha obtido uma licença por ter aberto seu estabelecimento em 1888.

Pelas informações acima, fui procurar no livro de batismos da catedral, ano de 1891, algum possível registro de Adélia. Encontrei, então, o seguinte registro: "Aos vinte e oito de junho de mil oitocentos e noventa e um, na Matriz da Senhora da Apresentação, batizei, solenemente, a párvula Adélia, nascida aos 7 de março do mesmo ano, filha legítima de Francisco Cavalcanti d'Andrade e Júlia Leopoldina Cavalcanti, sendo padrinhos José Zacharias Vieira de Mello e Joanna Vieira de Mello. Fiz escrever este assento e assinei. Pe. João Maria Cavalcanti de Brito".

Estava confirmada a naturalidade de Adélia, mas que família era essa aqui no Rio Grande do Norte? Fui, então, em busca do casamento dos seus pais. Encontro um registro que parece ser o casamento deles, mas na parte referente aos nubentes a imagem está com defeito. No documento está registrado que o casamento foi em 16 de abril de1887, na capela da Piedade, no Quartel Militar, sendo os pais do noivo, João Baptista d' Andrade e Rozaura Cavalcanti d'Andrade, e da noiva, Manoel Brilhante da Motta Cavalcanti e Ana Paula Cavalcanti d'Albuquerque. Júlia era natural de Timbaúba, Pernambuco.

Manoel Brilhante e Ana (ou Antonia) eram pais, também, de Amália Brilhante d'Albuquerque, Manoel Brilhante d'Albuquerque, João Brilhante d'Albuquerque, Cyrillo Brilhante d'Albuquerque e Joaquim Antonio Brilhante, estes dois últimos presentes no casamento de Adélia.

Alexandre Rodrigues da Cruz de Castro, do Seridó

Meu bisavô, Alexandre Garcia da Cruz, veio de Florânia para Angicos, em 1905, segundo Aluízio Alves. Ele herdou o sobrenome Cruz de Alexandre Rodrigues da Cruz, e o Garcia de Antonio Garcia de Sá Barroso.

O coronel da Ribeira do Seridó, Alexandre Rodrigues da Cruz, antes de ir para o Seridó, morou no Ceará e outras localidades. No seu impedimento, por lhe dar o ar na boca e na garganta e se achar com perigo evidente de vida na praça de Pernambuco e desenganado de médicos e cirurgiões, foi substituído por Cipriano Lopes Galvão. Ele era casado com Dona Vicência Lins de Vasconcelos. Cipriano Lopes Galvão, filho do coronel de mesmo nome, que ocupou a vaga de Alexandre, casou com uma neta deste último, filha de Teresa Lins de Vasconcelos e Antonio Garcia de Sá Barroso. A esposa de Cipriano, segundo do nome, tinha o mesmo nome da avó materna, Vicência Lins de Vasconcelos. Alexandre Rodrigues da Cruz se localizou na Fazenda Acauã Velha, no Acari. Ele e Vicência geraram minhas hexavós Anna Lins de Vasconcelos

e Tereza Lins de Vasconcelos, casadas, respectivamente, com Antonia Garcia de Sá Barros e o português Francisco Cardoso dos Santos, morador na Fazenda do Bico da Arara, em Acari.

Revendo as imagens, que fotografei de registros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, encontrei descendentes do Coronel Alexandre Rodrigues da Cruz e Dona Vicência Lins de Vasconcelos, cujos batismos ocorreram na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, como segue:

"Francisca, filha legítima de Alexandre Rodrigues da Cruz de Castro, natural da Freguesia de Santa Anna de Caicó, e de Maria Joaquina de Mello, natural desta Freguesia, neta paterna de Francisco Cardoso dos Santos, natural das partes da Europa, e de Dona Thereza Lins de Vasconcellos, natural da Freguesia de Caicó, e por materna de Antonio Teixeira da Costa e de Thereza Antonia de Jesus, naturais desta Freguesia, nasceu aos onze de maio de mil setecentos e oitenta e sete, e foi batizada com os Santos Óleos, nesta Matriz, aos treze do dito mês e ano, por mim abaixo assinado, e foram padrinhos Joaquim José de Andrade e Elena Hipólita Caciana da Costa, solteiros, e não se continha mais no dito assento, do que mandei fazer estes em que por verdade me assino. Pantaleão da Costa de Araújo. Vigário do Rio Grande".

Outro filho de Alexandre e Maria Joaquina foi Miguel. Ele nasceu aos 8 de maio de 1779, e foi batizado, na Matriz de

Nossa Senhora da Apresentação, aos vinte do dito mês e ano, sendo padrinhos Alexandre de Mello Pinto e Brázia Thereza de Mello, filha do mesmo. No registro de Miguel, diferentemente do de Francisca, Francisco Cardoso dos Santos é dado como natural da Freguesia de Santo Antonio de Tracunhaém. Nele também é omitido o sobrenome Castro que aparece no nome de Alexandre, que, aliás, não sei de onde surgiu.

Não encontrei outros registros ligados a Alexandre Rodrigues da Cruz. Entretanto, para complementar nossos estudos, fui procurar informações sobre a família de Dona Maria Joaquina de Mello, esposa dele. Antonio Teixeira da Costa, pai de Maria Joaquina, foi nomeado cabo de esquadra, como podemos ver no trecho extraído do documento escrito por Manoel Pinto de Castro, datado de 15 de junho de 1778.

"José Batista Freire, tenente e comandante de Infantaria paga desta guarnição, e João Duarte da Silva, capitão auxiliar, e vereador mais velho da Câmara desta cidade, ambos sucessores no governo desta Capitania e Fortaleza do Rio Grande do Norte, pela real ordem da Majestade Fidelíssima, de 12 de dezembro de 177 (ilegível), porquanto, do Ilustríssimo e Excelentíssimo José Cesar de Menezes, governador, e capitão general de Pernambuco, Paraíba e mais capitanias anexas, em carta de 02 de junho do corrente ano, nos ordena passarmos nomeação, e mandarmos sentar praça de cabo de esquadra de infantaria paga ao soldado Antonio Teixeira da Costa, na

Esquadra que vagou por falecimento de Vicente Rodrigues Sepulvida da companhia de que foi capitão Manoel da Silva Vieira e nas que guarnecem a Fortaleza da Barra do Rio Grande do Norte".

Esse Antonio Teixeira da Costa casou com Dona Thereza Antonia de Mello em 3 de fevereiro de 1761, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, sendo ele filho do condestável Carlos de Freitas da Costa e de Dona Maria de Assumpção Espínola, e ela filha do ajudante Alexandre de Mello Pinto e Brázia Tavares da Fonseca.

Carlos de Freitas da Costa casou, em 24 de novembro de 1732, na Matriz, com Maria de Assumpção Espínola. Ele, filho de Manoel da Costa e Maria de Freitas. Ela, filha de Sebastião Teixeira, falecido, e Maria da Conceição de Freitas, ambos da Ilha da Madeira.

Alexandre de Mello Pinto casou, em 8 de maio de 1743, na Matriz, com Brázia Tavares da Fonseca. Ele, filho de José de Mello da Costa e Anna Maria do Espírito Santo. Ela, filha de Luis Alves Tavares e Maria da Fonseca, defuntos na época.

Almirante Theotônio Carvalho Cerqueira

Ele nasceu aos 19 de novembro de 1838, e foi batizado aos 13 de janeiro do ano seguinte, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Era filho de Theotônio Coelho Cerqueira, natural de Portugal, e Dona Izabel Maria de Lacerda. Teve como padrinhos Simão Antonio Gonçalves e sua mulher Dona Maria Quitéria da Purificação.

Parte de sua carreira, encontrei nos antigos jornais, da Hemeroteca Nacional. No final de 1858, após prestar exames para Escola da Marinha, foi aprovado, iniciou em 1859 e concluiu no final de 1860, tornando-se apto para ser contratado como Guarda Marinha, tendo participado nessa condição, já no ano de 1861, na Corveta Bahiana. Em 1864, como segundo tenente, foi promovido a 1º tenente por merecimento.

Em 1876, o Ministro da Marinha mandou louvar o 1º tenente Theotônio Coelho Cerqueira de Carvalho pela apresentação do manuscrito intitulado *Viagem de exploração ao Alto Paraná e Iguassú*, feito na Canhoneira Fernandes Vieira, de que era Comandante. Nessa viagem, uma canoa, que usava

para fazer as explorações, virou, morrendo um homem e uma criança, escapando ele e mais cinco tripulantes, depois de lutar contra a correnteza das águas por mais de 25 minutos.

Em 23 de setembro de 1890, após participar da eleição como candidato ao senado pelo nosso estado, fez um agradecimento ao eleitorado independente do Estado do Rio Grande do Norte.

Escreveu o capitão de fragata: "Elevado pela brilhante votação, com que sufragou o meu nome, no último pleito eleitoral, o povo do Rio Grande do Norte, meu berço natal, venho oferecer-lhe a expressão de meus sentimentos, assegurando-lhe profunda gratidão, e eterno devotamento de minha vida.

Desprotegido, embora, meu nome pelo bafejo oficial, nem por isto arrefeceu o honroso acolhimento com que me distinguiu o independente eleitorado do Rio Grande do Norte, circunstância especialíssima que mais obriga o abaixo assinado para com seus dignos conterrâneos.

Foi com orgulho, que muito me penhora, que soube de quanto apreço, e quanta consideração cercaram aí os fracos serviços que, com lealdade e nobreza, hei prestado ao país, e especialmente ao Rio Grande do Norte, a quem dediquei a alma, o coração, e o braço.

E esta justa compensação será abençoado incentivo para que, se possível é, se ative em mim, fulgure mais a centelha

do amor pátrio, talismã sagrado que tem sido e será a estrela polar de todos os atos de minha vida.

Acompanhando o digno eleitorado, a quem sou reconhecido em extremo, penso corresponder a sua alta confiança, assegurando-lhe que, como ele, só conheço uma religião – a do dever – só conheço uma liberdade – a que conduz ao caminho da honra. Theotônio Coelho C. Carvalho".

Em 1890, foi nomeado para inspetor do Arsenal de Marinha do Estado do Pará, e, nessa época, era capitão de fragata e exercia o cargo de capitão do Porto desse mesmo Estado. Em 1891, foi nomeado para comandar a Flotilha Amazonas e, em 1893, para comandar o Cruzado Guanabara, já como capitão de mar e guerra. Em 1898, era nomeado para inspetor do Arsenal de Marinha de Mato Grosso. Assumiu o comando da Flotilha, em Mato Grosso, em 1900. Recebeu medalha de ouro, de mérito militar, em 1902. Em 1904, era nomeado para assumir o cargo de administrador da praticagem da Barra do Rio Grande do Sul, e comandar o vapor Jaguarão.

Nesse mesmo ano de 1904, faleceu, no Município de São Gonçalo, Justa Coelho Cerqueira de Paiva, esposa de Luiz Ignácio Freire de Paiva, sogra do capitão José Coelho Pereira de Brito e irmã do capitão de mar e guerra Theotônio.

No ano de 1906, esteve em Natal, visitando parentes. Em 1909, o governador informa, em seu relatório, que a casa

do almirante Theotônio Coelho Cerqueira de Carvalho foi desapropriada para adaptação do Palácio e residência dos governadores.

O *Jornal do Brasil* de 1904 anunciou: "Questão de máxima importância para a Armada Nacional foi ontem resolvida pelo Supremo Federal. Tratava-se da interpretação de legalidade de promoção do capitão de mar e guerra Alexandrino Faria de Alencar. Os capitães de mar e guerra, Theotônio Coelho de Cerqueira de Carvalho, Miguel Antonio Pestana, José Ignácio Borges Machado e José Pedro Alves Barros, reclamaram contra a promoção a contra-almirante do capitão de mar e guerra Alexandrino de Alencar. Alegavam que não foi ouvido o Conselho Naval, e nem Alexandrino de Alencar tinha cumprido o tempo de 2 anos no cargo de capitão de mar e guerra. O Supremo Tribunal Federal negou a solicitação".

Segundo Adauto Câmara, Theotônio casou com Cecília de Carvalho Coelho, em Uruguaiana (RS), tendo desse casamento um filho, Joaquim de Carvalho Coelho Cerqueira, nascido em 1878. Casou em segundas núpcias com Eugênia de Gouveia Coelho de Cerqueira, de Areia (PB), filha do desembargador Epaminondas de Souza Gouveia, nascendo desse casamento Maria Eugenia, Horminda, Isabel. Tinha cinco irmãos: Rosa, Justa, Vulpiana, Maria Honorina e José

Coelho de Cerqueira. Faleceu em 14 de fevereiro de 1930, no Rio de Janeiro.

Segundo o *Diário Oficial da União*, foi reformado compulsoriamente, em 21 de novembro de 1904, no posto e com o soldo de Vice-Almirante, e graduação de Almirante, com 48 anos, 10 meses e 27 dias de serviço, na idade limite de 62 anos. Informa Adauto que a data de nascimento foi alterada para 19 de novembro de 1842, para entrar na Marinha.

Antigos documentos no Fórum e Museu de Macau

Quando estive em Macau, em uma das minhas primeiras viagens, Benito Barros me levou até o cartório para procurar por inventários antigos. Mas lá soube que estava tudo no Fórum Emídio Avelino. Soube, ainda, por Benito, que havia documentos, como velhos alistamentos eleitorais, no Museu José Elviro. No Fórum, Daniel Nasser me explicou que tinha que fazer uma petição para ter acesso ao arquivo. No Museu, Gilson Barbosa desconhecia a existência de tais documentos.

Em uma segunda vez, quando fui acompanhar a reportagem da TVU da nossa UFRN, para fazer uma matéria sobre a Ilha de Manoel Gonçalves, estive no Museu José Elviro, mas, novamente, não tive notícias dos documentos que Benito citara.

Depois que estive no Fórum de Assú e vi quantos documentos importantes já tinham desaparecido, apressei minha ida para Macau em busca de documentos arquivados no Fórum Emídio Avelino. Parti para lá pela manhã, pois pretendia fazer uma nova investida no Museu, na parte da tarde.

Desta vez, Nossa Senhora da Conceição e o capitão João Martins Ferreira me ajudaram. Gilson foi lá para o fundo do Museu, abriu um depósito quadrado e arrastou para cima uma série de livros antigos de Macau. Folheei, imediatamente, aqueles velhos livros. Eram atas da Câmara Municipal de Macau e alistamentos eleitorais, como informara Benito. Selecionei alguns mais importantes e comecei a fotografá-los. Deixei um único livro, mais robusto, para o dia seguinte, na parte da tarde, pois pela manhã minha missão seria no Fórum. Não deveria sair de Macau, sem as imagens desse livro de atas da Câmara Municipal de Macau, cujos registros começavam em 1848, e continha, tal livro, em uma das suas partes, termos de posse e juramento, de vereadores e juízes.

No dia seguinte, segui para o Fórum. Por algum tempo, esperei Daniel, funcionário do mesmo, que me acompanharia até o arquivo. Ele, embora trabalhasse no centro de Macau, morava em Diogo Lopes. O arquivo estava em reforma e nenhuma providência tinha sido tomada para proteger as caixas com os velhos documentos. Como não havia uma mesa para que eu pudesse fotografar os documentos, Daniel sugeriu que eu escolhesse alguns para levar para o Fórum, onde encontraria um lugar para fazer o trabalho. A maioria era constituída de inventários e questões de terra. Abrimos cada caixa, sujas de material daquela reforma, e fui escolhendo os mais importantes, por conta do pouco tempo que tinha.

Já no Fórum, comecei a fotografar vários daqueles documentos. Por conta do tempo, fui escolhendo as partes que me interessavam do ponto de vista genealógico. Escolhia os testamentos, se estivessem presentes nos inventários, e, também, as listas de herdeiros, pois, sempre são parentes, filhos ou netos.

Na lista dos processos, encontrei os inventários de Joaquim Rodrigues Ferreira e Felis Rodrigues Ferreira, dois filhos de Manoel Rodrigues Ferreira e de sua mulher Izabel Martins Ferreira, que moraram na Ilha de Manoel Gonçalves e fizeram parte dos primeiros povoadores de Macau. Joaquim é considerado um dos fundadores do Alto do Rodrigues e seu irmão, Felis, de Pendências.

Outro inventário encontrado foi o de Manoel Jerônimo Caminha Raposo da Câmara. Ele foi casado com minha tia-bisavó, Francisca Xavier Professora, filha de Miguel Francisco da Costa Machado e Anna Barbosa da Conceição.

Outro documento, que me chamou a atenção, é o que envolve Anna Fragosa de Medeiros, concubina e herdeira de Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, dono da Fazenda Morro. Há uma batalha de defesas nesse embargo de obras. Por isso, resolvi tirar uma cópia do mesmo.

Todos esses documentos contêm muitas informações importantes para se reconstituir parte da História de Macau.

Em um deles, vi a cópia da escritura de venda de terras que Dona Francisca Rosa da Fonseca fez a Domingos Affonso Ferreira e ao tenente-coronel Bento José da Costa.

Os homens mudam as leis, mas as leis não mudam os homens. Está na hora de uma revolução na Educação.

A Fortaleza, as contas de Mascarenhas Homem e outras denúncias

Quem se envolve com a coisa pública acaba se dando mal na privada. Ao longo dos tempos, muitos capitães-mores, ouvidores, provedores, tiveram suas ações devassadas provocadas por denúncias.

A primeira obra pública no Rio Grande do Norte não escapou dessa sina. Quem nos conta essa história é Hélio Galvão no seu livro *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*, como transcrito a seguir.

"Sobre o emprego da verba de 8:992$333, retirada por ordem do governador Dom Francisco de Sousa dos cofres dos defuntos e ausentes para a conquista do Rio Grande do Norte, ao lhe ser dada a comissão para a esquadra de Álvaro de Carvalho, teve que deixar um procurador para encarregar-se do problema que se criara na prestação de contas. Outorgou o mandato ao seu cunhado Aires de Almeida Henriques. Estava sequestrada a sua comenda, e a Mesa da Consciência, "sobre a pretensão que tem Aires de Almeida Henriques

como procurador de Manuel Mascarenhas seu cunhado que se lhe desembargue a comenda que por ordem da dita Mesa está embargada pelo dinheiro dos defuntos que tomou em Pernambuco", deferiu o pedido mediante fiança (30 de agosto de 1605) prorrogando por dois meses o prazo, para prestá-la a 20 de setembro desse ano. Carta de el-rei ao Bispo Dom Pedro de Castilho noticiava a concessão do título do Conselho a Mascarenhas Homem, que ia servir de general numa esquadra para combater os holandeses nas partes do Sul. E quanto à petição em que referia suas ações e serviços, caso fosse bem-sucedido na nova empresa, seria atendido para que se desse a certo parente seu o lugar de capitão-mor em uma viagem à Índia. Entretanto, quanto a levantar o sequestro de sua fazenda pessoal, "pôr o dinheiro que tomou do cofre dos defuntos por mandado do Governador do Brasil para a Fortaleza do Rio Grande que ele foi fazer, que deixe procurador para se liquidarem as contas e mostrando como dito dinheiro se empregou em serviço, se mandará pagar a dita quantia aos defuntos, desobrigando-se os bens e rendas de Manuel Mascarenhas e levantando-se o sequestro". No fim, não satisfez a prestação de contas e, de acordo com a Carta Régia de 31 julho de 1606, foi compelido a restituir aquela quantia".

Em 1612, o Rei enviou carta para o governador Gaspar de Sousa para fazer nova repartição de terras no Rio Grande

das que não tinham ainda sido repartidas, como também das que já tinham sido, mas que não houve nenhum benefício com o tempo. Ele fora informado das repartições exorbitantes que o capitão, que foi da capitania, Jerônimo de Albuquerque, fez a seus filhos, além de não terem feito as benfeitorias devidas conforme termo que assinou.

Outra informação do Rei era que os religiosos da companhia tinham na capitania dez léguas de terras para dois currais de gado, bastando para isso menos, por conta do dano a fazenda real e aos moradores. Determinou, por tudo isso, ainda, que se reduzissem todas as datas das terras que já estiveram repartidas, mas que se acharem exorbitantes. Por justiça, determinou que acomodasse aos que tiveram em modo que fiquem com a parte conveniente e repartindo as outras para as pessoas que as poderem cultivar e as em que os sesmeiros tiverem feito benfeitorias de consideração ainda que as fizessem fora do tempo por ser passado o de sua obrigação se lhe deixarão, ouvindo judicialmente as partes que pretenderem ter direito em algumas ditas terras.

Era capitão nessa data Lourenço Peixoto Cirne. Em outubro de 1612, o Rei escreve para Gaspar de Sousa sobre que esse dito capitão da Fortaleza do Rio Grande fez petição, alegando ter feito muitos serviços na dita fortaleza e cumprindo inteiramente com sua obrigação, mas teve notícia que certos inimigos seus, vendo que este é o último ano de

seu triênio por se vingarem dele e o desacreditarem e não poder alcançar, tão cedo, a satisfação de seus serviços, fizeram queixas dele e o denunciaram ao governador e Relação daquele estado, dizendo que, por seu interesse e respeitos particulares, mandara enforcar um seu soldado e lhe morrera outro em tratos e que fizera outros diversos insultos, sendo tudo que dele se disse contra a verdade. Pedia, portanto, que queria ver os autos para se defender. O Rei determinou que o governador se informasse de tudo que Lourenço dizia em sua petição e procedesse ao que com justiça parecer, e, se as culpas fossem leves, o deixasse acabar seu tempo, e, estando o dito Lourenço suspenso e preso, ordenasse que se corresse com seu livramento.

Mas, em janeiro de 1613, o Rei escreve nova carta para Gaspar de Sousa. Com esta se vos darão uns apontamentos e outros papéis de Luis Gomes, alferes da Fortaleza do Rio Grande, sobre o procedimento de Lourenço Peixoto Cirne, capitão dela, mandando examinar os ditos papéis e achando-se pela diligência se fizer culpado o dito capitão o tireis logo daquela praça o envieis a esta cidade a bom recado com as culpas que contra ele resultarem.

Em setembro de 1613, o Rei escreveu novamente para Gaspar encarregando da Capitania do Rio Grande, a Estevão Soares, cavaleiro do hábito de Cristo, que já servia na capitania da Fortaleza do Rio Grande.

Aos são-gonçalenses

Com a chegada do novo aeroporto, em 2014, São Gonçalo do Amarante se tornará mais internacional do que já foi. Há necessidade, portanto, de um maior cuidado com sua verdadeira história, pois estará mais exposta. Embora tenha feito um artigo, anteriormente, chamando a atenção para equívocos sobre seu passado, observamos que eles se repetem em vários sites e, talvez, nas escolas.

Está na hora da Prefeitura de São Gonçalo providenciar junto às nossas Universidades estudos sobre o passado riquíssimo desse município com base em documentos primários.

Para exemplificar, transcrevo trecho de uma notícia que encontrei em jornal de 1930: "Notas fornecidas pelo desembargador Antonio Soares, a pedido do tenente Manoel Cavalcanti, prefeito do município de S. Gonçalo: ...sendo seus primeiros habitantes e fundadores os Srs. Paschoal Gomes de Lima e Ambrósio Miguel de Serinhaém, os quais, 'in illo tempore', foram os primeiros que a este lugar chegaram, vindos do lado sul (talvez de 'Serinhaém', Pernambuco, conjeturamos nós outros). Aqui edificaram eles suas casas

assobradadas e construíram uma capela dedicada a S. Gonçalo do Amarantho (?) e onde colocaram uma imagem do mesmo, que era esculpida em pedra, ficando assim o lugar denominado S. Gonçalo do Amarantho, os dois srs. Paschoal e Ambrósio, ambos casados legitimamente, e possuindo família, foram ligando reciprocamente seus descendentes, de modo que hoje toda a família são-gonçalense, na pluralidade de seus membros, podem afirmar terem sidos aqueles senhores os seus verdadeiros ascendentes".

Vários sites colocam a data de chegada de Pascoal e Miguel como sendo 1710. Vamos aos fatos. Na região do Potengi, vamos encontrar antigas capelas como Santo Antonio do Potengi, São Gonçalo do Potengi, Nossa Senhora do Socorro de Utinga e Oratório de Jundiaí. Vejamos alguns batismos nessa localidade, dos muitos que ocorreram no período de 1688 até 1711.

No dia 29 de junho de 1688, na capela de São Gonçalo, foi batizada Leocádia, filha do capitão Manoel de Abreu Frielas (provavelmente, irmão de Pascoal) e de sua mulher Izabel Dornelas.

No dia 31 de outubro de 1689, na Capela de São Gonçalo, foi batizada Bárbara, filha de Manoel Rodrigues Santiago e de sua mulher Catarina Duarte de Azevedo, tendo como padrinho Matias Camelo; nessa mesma capela de São Gonçalo, aos 26 de novembro de 1691, foi batizada Izabel, outra filha

desse casal, tendo como padrinhos o capitão Theodósio da Rocha e Joana, filha do capitão Pedro da Costa Faleiros. Essa Catarina descende dos mártires de Uruaçu, Estevão Machado de Miranda e Antonio Vilela Cid, trucidados em 1645.

Ainda em 10 de junho de 1688, na capela de Santo Antonio, foi batizado Bonifácio, filho do capitão Theodósio da Rocha (outro participante da Guerra dos Bárbaros) e de sua mulher Antonia de Oliveira, tendo como padrinhos o capitão Afonso de Albuquerque (Maranhão) e Maria de Sá.

Já em 25 de abril de 1691, na capela de Santo Antonio da Pebuna (?), foi batizada Ana, filha do capitão Theodósio de Grasciman e de sua mulher Paula Barbosa (descendente de outro mártir, João Lostau), sendo madrinha Antonia de Oliveira.

No dia 24 de novembro de 1697, na capela do Potengi do Bem Aventurado Santo Antonio, foi batizado Manoel, filho de Manoel de Sousa Cirne e de Maria Pereira, sendo padrinhos João da Costa Almeida e sua mulher Domingas da Fonseca.

No dia 12 de junho de 1709, na capela da Utinga, de Nossa Senhora do Socorro, foi batizado João, filho de João Machado de Miranda e de Leonor Duarte de Azevedo. João e Leonor são meus hexavós.

Izabel, que foi batizada em 1691, conforme registro citado, tornou-se Izabel Rodrigues Santiago, casou com

Salvador de Araújo Correa, e batizou em 18 de junho de 1710, na capela de Nossa Senhora do Socorro de Utinga, Luiza, sendo padrinhos o padre Antonio de Araújo Sousa, e uma irmã de Izabel, de nome Elena Duarte de Azevedo. Esta Elena foi batizada, em 27 de dezembro de 1701, na capela de São Gonçalo do Potengi, tendo como padrinhos Antonio Duarte e Ana de Macedo, filha do capitão João Martins de Sá.

Em 7 de março de 1711, no Oratório de Jundiaí, foi batizado Manoel, filho de Antonio Cabral de Vasconcelos e de Mariana da Costa, tendo como padrinhos o capitão-mor Gonçalo de Crasto Rocha e Dona Joana Gomes de Abreu, mulher de Manoel Tavares Guerreiro.

Pelo apresentado, muitas famílias já existiam, no século XVII, onde hoje é São Gonçalo, inclusive a família de Pascoal Gomes de Lima que participou da Guerra dos Bárbaros, junto com seu pai, o norte-rio-grandense capitão-mor Manoel de Abreu Soares. Já em 1697, Pascoal Gomes de Lima foi padrinho de uma filha de Antonio Batista Pimentel, e, em 29 de dezembro de 1698, na Capela de São Gonçalo do Potengi, foi batizada Antonia, filha do capitão Pascoal Gomes de Lima e de sua mulher Helena Berenguer, sendo padrinhos Pedro Berenguer e Dona Maria de Cerqueira. E, em 11 de outubro de 1701, foi batizada, na Capela de Santo Antonio do Potengi, Maria Magdalena, outra filha de Pascoal e Helena, tendo como padrinhos Estevão Rodrigues de Sousa e Dona Theodósia da Rocha, filha do capitão Theodósio da Rocha.

A esposa de Pascoal Gomes de Lima, Dona Helena, aparece em diversos registros com sobrenomes diferentes; uma hora Berenguer, outra Barbosa. Acredito que fosse da família Berenguer de Pernambuco, do sogro de João Fernandes Vieira. Nessa família, tinha um Ambrósio Berenguer de Andrade que casou com Magdalena Barbosa de Albuquerque. Acredito, que no lugar de um casamento entre filho de Pascoal e desse suposto Ambrósio Miguel, tenha havido o casamento de um filho de Manoel de Abreu Soares (Pascoal) e uma filha de um desses Berenguer (Helena). Na descendência de Pascoal e Helena, aparece o sobrenome Barbosa de Albuquerque.

Balthazar Soares, da Fazenda Curralinho, e a Baronesa de Serra Branca

Nos estudos genealógicos de Manoel Américo de Carvalho Pita, sobre as famílias de Santana do Matos, Balthazar Soares aparece como genro do fundador de Angicos, tenente Antonio Lopes Viegas, e como sogro de Luiz da Rocha Pita, nada confirmado até agora. Encontro informações sobre um Balthazar Soares que não sei se é o mesmo.

Pelo livro de óbitos de Santana do Matos, o cadáver de Balthazar Soares, branco, foi sepultado aos 11 de dezembro de 1825, na Matriz de Santa Ana do Mattos, falecido com 84 anos de idade, casado que era com Isabel Maria de Figueredo; e o da sua esposa, por sua vez, foi sepultado aos 20 de janeiro de 1826, na mesma matriz, falecida com 78 anos de idade.

Pelos registros acima, Balthazar deve ter nascido por volta de 1741, e Dona Isabel, por volta de 1748. Além desses registros, encontramos, também, assentamentos de praça de dois filhos de Balthazar, no Assú. Em tais registros, não aparece a mãe dos assentados.

"João Baptista Xavier, filho do capitão Balthazar Soares, natural da Freguesia do Assú, idade de 32 anos, cabelos castanhos, olhos pretos, altura 5p e 2p [5 pés e 2 polegadas], praça na 4ª Companhia em 10 de setembro de 1779, e por despacho do ilustríssimo Sr. Governador, de 26 de junho de 1806, e cumpra-se do Vedor Geral, passou para esta companhia, casado, vive de criar de gado.

Antonio da Silva Barbosa, filho de Balthazar Soares, natural, e morador nesta Ribeira do Assú, branco, solteiro, de estatura baixa, dentes grandes, olhos pequenos e azuis, nariz grande, sem barba, de idade de dezesseis anos, assenta praça em revista de vinte e sete de Julho de 1789".

Encontramos mais uma referência ao capitão Balthazar em um *Diário Oficial da União* de 1906, de onde extraímos trechos que o capitão Absalão Fernandes da Silva Bacilon, juiz distrital em exercício da Vila de Santana do Matos, da comarca do Assú, escreveu: "Faço saber aos que o presente edital, com o prazo de 90 dias virem, que, por parte de D. Belisária Wanderley de Carvalho e Silva, baronesa de Serra Branca, me foi dirigida a petição do teor seguinte: Cidadão juiz distrital, em exercício, da Vila de Santana do Matos. A baronesa de Serra Branca, D. Belisária Wanderley de Carvalho e Silva, viúva e ora residente na cidade do Assú, sede desta comarca, diz, por seu procurador e advogado, abaixo assinado: que é senhora e possuidora de uma data ou lote de terras na

serra de Santana, deste distrito, e na parte a que ora dão os nomes de Pelado e Lagoinha; que a extensão superficial da área desta terra, conforme a respectiva concessão, é de uma légua de largura sobre três de comprimento, pegando de um olho de água que ali se acha em um riacho, denominado Caiçarinha, que deságua para parte do Assú; que a dita terra estende-se na chapada daquela serra, e tem sido cultivada e possuída, delimitando-se, ao norte, pelas sinuosidades desta mesma serra e quebra das águas, como vulgarmente se diz, ficando neste lado a antiga fazenda Curralinho de Balthazar Soares; limita-se, no sul, com terras da fazenda do riacho da Areia, que foi do capitão-mor Cypriano Lopes Galvão, ao poente, com terras que foram do capitão Felix Gomes Pequeno, e ao nascente com terras da ribeira do Putegy, onde atualmente está o sítio Bodó e outros, que tendo a suplicante por si e seus antecessores uma posse de longíssimo tempo, se não imemorial, pela povoação e cultura constantes das ditas terras, há menos de um ano, os confrontantes Joaquim Bezerra, viúvo e morador em S. Bento, Antonio Florêncio, morador em Cipós de Leite, João Lopes de Araújo Galvão, morador em Areia ou Furna da Onça e as mulheres destes, cujos nomes a suplicante ignora, bem como Miguel Rodrigues e sua mulher D. Francisca, Antonio Hermógenes e sua mulher D. Constância, e o cidadão Cícero Rodrigues, moradores no lugar Catunda e todos no vizinho distrito de Currais Novos, têm feito roçados e picadas nos matos dos terrenos sempre

possuídos e cultivados pela suplicante e seus antecessores, sob o pretexto de uma linha novamente tirada entre este município e aquele de Currais Novos ter apanhado pequena parte dos mesmos terrenos".

Continuando, mais adiante, a baronesa justifica: "A referida terra foi pedida em 1764 por D. Adriana de Hollanda Vasconcellos, e não tendo voltado de Portugal esse pedido com a confirmação, o tenente-coronel Francisco de Souza e Oliveira, em 1804, requereu e lhe foi concedida a mencionada terra por data da sesmaria, com três léguas de cumprimento e uma de largura, tendo o ponto de partida e limites acima descritos; em 1822 o capitão Felix Gomes Pequeno que já havia comprado a mesma terra ao dito donatário, requereu a certidão daquela data pra realizar a sua propriedade.

Adquirindo esta mesma terra, o capitão Felix Gomes Pequeno, pela forma por que ficou dito, em 1810, a vendeu ao capitão Antonio da Silva de Carvalho, e esta venda foi ratificada pelos herdeiros do mesmo capitão Felix Gomes, por escritura pública passada em 22 de julho de 1858, com tudo se vê do documento.

Por morte dos sogros da suplicante, o mesmo capitão Antonio da Silva de Carvalho e sua mulher, D. Maria da Silva Veloso, essa terra foi passada aos seus herdeiros, um dos quais era o falecido marido da suplicante, Felipe Nery de Carvalho e Silva, barão de Serra Branca, e este, comprando as partes dos demais, ficou possuindo toda aquela terra.

Falecendo o barão de Serra Branca, sem herdeiros necessários, a suplicante sucedeu-lhe no todo da herança dos bens por ele deixado, não só por sua meação como por ter sido instituída, em testamento, sua herdeira universal, e, por isso, hoje lhe pertence exclusivamente a terra de que se trata e cuja demarcação ora se requer".

Em *Velhos Inventários do Seridó*, Olavo de Medeiros Filho, tratando do inventário de D. Adriana de Holanda e Vasconcelos, que foi casada com Cipriano Lopes Galvão, Felix Gomes Pequeno e Antonio da Silva e Souza, cita, também, como confrontante da Data de Terra, na Serra de Santana, o capitão Balthazar Soares da Silva, do sítio denominado Curralinho.

Capitão Manoel Varella Barca, lá do Assú (I)

Nas minhas pesquisas genealógicas, uma personagem sempre presente, na vida de Assú, foi sem dúvida o capitão Manoel Varella Barca. Entretanto, não encontrei, até agora, maiores referências sobre sua vida por parte de nossos escritores. Está esquecido pelos seus e pelos outros. Faleceu aos 10 de setembro de 1850.

Pelos assentamentos de praça, vemos que passou a tenente em 3 de março de 1791 e a capitão em 18 de agosto do mesmo ano. Quando da invasão da Ilha de Manoel Gonçalves, por corsários ingleses, em 1818, foi o capitão Manoel Varella Barca quem recebeu a primeira informação do Comandante do Degredo da Ilha, Alexandre José Pereira.

Foi procurador e administrador das várias fazendas de Cristovão da Rocha Pitta, morador na Bahia, e da viúva Costa, da praça de Pernambuco.

No seu testamento, escreveu que era natural da Vila do Cabo, da Província de Pernambuco, filho de José Varella Barca e Dona Brites Paz Barreto, na época, já falecidos. Cita

alguns irmãos, já falecidos, José, Rosa Josefa, Maria, Anna e Brites. Não fala sobre irmãos vivos.

Disse mais que foi casado três vezes. O primeiro casamento foi com Dona Luzia Florência da Silva, da qual teve quatro filhos, a saber: Manoel Varella, Maria Juliana, José Varela e Francisco Varella, todos falecidos; seu segundo casamento foi com Dona Francisca Ferreira Souto, da qual teve seis filhos, a saber: Domingos Varella; Manoel Varella, falecido; Rosa; Maria Beatriz; Maria Francisca; Francisca Ferreira Souto, já falecida. Seu último casamento foi com Dona Bertholeza Cavalcanti Pessoa, da qual não teve filhos.

Dona Luzia Florência da Silva, primeira esposa do capitão Manoel Varella Barca, era filha do capitão João Ferreira da Silva e Brites Maria de Mello. Os quatro filhos desse casamento eram falecidos quando do testamento do capitão. Francisco e José morreram conforme o relato a seguir.

Em seu discurso pronunciado na abertura da segunda sessão da terceira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, do Rio Grande do Norte, do dia 7 de setembro de 1841, o vice-presidente da Província, coronel Estevão José Barboza de Moura, faz o seguinte relato: "dia 13 de dezembro de 1840, se apresentou pelas nove horas da manhã no campo fronteiro à Matriz na qual tinha de celebrar-se o ato de eleição, um concurso de setenta pessoas, mais ou menos, armadas e capitaneadas pelo tenente da extinta segunda linha, José Varella Barca, e por seu irmão Francisco Varella Barca. Por

aquela mesma hora teve de seguir para o lugar destinado o destacamento do Corpo Policial, que ali existe, e havia sido requerido pela autoridade competente para guardar e manter o sossego, na forma da lei; e quando passava este em pequena distância do grupo recebeu tiros de mosquetaria; à vista do que o seu digno comandante, o tenente de Polícia José Antonio de Souza Caldas, mandou fazer também fogo contra o inimigo, que então reconheceu, repelindo assim a força, que o guerreava; de cuja luta, que durou por espaço de três quartos de hora, resultou morrer imediatamente o segundo chefe Francisco Varella, e ficar gravemente ferido em um perna o primeiro José Varella; serem baleados um sargento, e um guarda de Polícia, ambos gravemente, uma mulher que chegava à sua porta na ocasião do fogo, e alguns outros do inimigo, ao número de dez ou doze, os quais todos escaparam, menos o infeliz tenente José Varella, que faleceu de um mês de padecimentos".

Francisco Varella Barca foi representado no testamento pelos seus filhos: Manoel Varella Barca, casado; Pio Pierres Varella Barca, maior de 21 anos; Maria Senhorinha Varella Barca, casada com Antonio Barbalho Bezerra Junior; Senhorinha, casada com Luis Felis da Silva; Francisca, e mais Luzia Maria, Maria Josefa e José, menores.

José Varella Barca foi representado pelos seus filhos legitimados Maria Clara, casada com Manoel Tavares da Silva (no registro de casamento, em 1835, ela aparece como

filha natural de Clara Francisca Bezerra); José, Manoel, Luzia e Maria, esses menores.

Maria Juliana, já falecida em 1835, era casada com Francisco de Souza Caldas, e foi representada pelos filhos Manoel Lins Caldas, Francisco Lins Caldas e Tertuliano de Alustau Lins Caldas, todos casados; Luiz Lucas Lins Caldas, solteiro e maior de 21 anos; Maria Genoveva Lins Caldas casada com Felis Nobre de Medeiros; Luzia Leopoldina casada com Felis Francisco da Silva.

Em um assentamento de praça, consta que Manoel Varella Barca Junior, filho do capitão Manoel Varella Barca, era natural das várzeas do Apodi, idade de 20 anos, de altura 5p e 6p [5 pés e 6 polegadas], cabelos pretos, olhos pardos, sentou praça em 23 de junho de 1806, solteiro e criador de gados.

Manoel Varella Barca Junior, o mais velho deles, era casado com Thereza de Jesus Xavier, filha de Francisco Xavier de Souza Junior e Dona Bernarda Dantas da Silveira. Esse casamento foi na capela da Utinga, em 30 de outubro de 1817. No testamento foi representado por seus filhos Francisco Xavier Varella Barca, nascido na Utinga, batizado em 20 de novembro de 1820, casado com Josefa Jovina Pimentel Varella Barca; Manoel Varella de Souza Barca; José Varella de Souza Barca (na época do inventário, preso na cadeia de Natal); e Luzia, nascida na Utinga, batizada em 29 de outubro de 1819, casada com João Gomes Freire.

Capitão Manoel Varella Barca, lá do Assú (II)

O fato de José Varella de Sousa Barca, filho de Manoel Varella Barca Junior e neto do capitão Manoel Varella Barca, estar preso na cadeia de Natal, na época do inventário, em 1850, me deixou intrigado e fui investigar. Na internet, descubro que na Câmara alta, no ano de 1864, José Castelo Branco de Moreira Brandão e Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti protagonizaram um intenso duelo verbal, por várias sessões consecutivas, em que o presidente da província, Olyntho Meira, estava na berlinda.

Amaro reclamava que Olynto tinha demitido o delegado de polícia de São Gonçalo, um cidadão prestante e honrado, o tenente-coronel José Varella de Sousa Barca, e nomeado para o seu lugar um homem que já tinha sido processado pelo fato de ter tentado roubar a urna em uma eleição. Esse novo delegado era cunhado de Moreira Brandão. Lembro, ainda, que Moreira Brandão era genro de Estevão José Barbosa de Moura, mencionado no artigo anterior.

Na sua resposta, Moreira Brandão disse que o Sr. José Varella foi por vezes processado, sendo um por crime de homicídio, e que seu processo achava-se munido de provas, embora ele depois conseguisse livrar-se. Já Bezerra Cavalcanti contestou as informações de Moreira Brandão, dizendo que tudo que se imputava ao tenente-coronel José Varella tinha sido armado pelos seus adversários, semelhante ao que já tinha ocorrido com ele.

José Varella de Sousa Barca era casado com Dona Antonia da Rocha Bezerra Cavalcanti. Não localizei filhos desse casal. Aparecem nos registros de batismos de São Gonçalo como padrinhos.

Sobre Manoel Varella de Souza Barca, a única informação que encontrei foi uma nomeação para exercer uma cadeira em Santana do Matos, em 1894.

Luzia, que aparece como esposa do tenente João Gomes Freire, era, na verdade, Luzia de Jesus Xavier. O tenente João Gomes Freire era filho de Thedósio Freire de Amorim e de Dona Sebastiana Dantas Xavier, irmã de Thereza de Jesus Xavier, esposa de Manoel Varella Barca Junior. Portanto, Luzia e João Gomes eram primos legítimos. Essas utinguenses são descendentes dos mártires de Uruaçu, Antonio Vilela Cid e Estevão Machado de Miranda. Sebastiana foi batizada na capela de Jundiaí, em 22 de abril de 1781, sendo um dos padrinhos o Padre Lourenço Gomes Freire, tio do seu futuro esposo. João Gomes Freire era irmão de Theodósio Freire de

Amorim Junior e Anna Freire de Amorim. Anna nasceu em 1808, na Utinga, tendo como padrinhos os avós maternos Francisco Xavier de Sousa Junior e Bernarda Dantas.

Na capela de Nossa Senhora do Socorro de Utinga, encontrei, na base de uma das paredes, uma placa confeccionada pela esposa de João Gomes Freire, referente ao seu jazigo, onde estão escritas as datas de nascimento, casamento e falecimento dele. A data de nascimento foi 23 de dezembro de 1811 (Segundo Cascudo, o ano seria 1813, mas o último algarismo não é fácil de ler). Seu casamento foi em fevereiro de 1837 e seu falecimento em 20 de outubro de 1877. Essas datas não pude conferir, pois não encontrei nenhum desses registros. Faltam páginas de alguns livros, e outros registros são de difícil leitura. Encontro o casal João Gomes Freire e Luzia de Jesus Xavier como padrinhos em vários batismos, mas não encontrei nenhum registro de filhos.

João Gomes Freire, vice-presidente da província, exerceu o cargo de presidente por poucos dias, de 15 de junho a 1 de julho de 1872.

Encontro, também, na internet, que Maria Senhorinha Varella Barca, viúva de Antonio Barbalho Bezerra Junior e mãe do alferes do 1º Corpo de Voluntários da Pátria da Província do Rio Grande do Norte, Manoel Barbalho Bezerra, morto em campanha, recebeu uma pensão mensal, a partir de 1867, do Império.

Capitão Manoel Varella Barca, lá do Assú (III)

Manoel Varella Barca fez seu testamento em 10 de abril de 1844, na Fazenda Sacramento, tendo sido escrito por João Martins de Sá Junior. Nas suas disposições, destacou uma sorte de terras, chamada Sítio Caeira ou Mutamba, herdada dos seus pais, para Maria Beatriz e Manoel de Mello Montenegro Pessoa, em atenção a fiel amizade que ambos dedicaram a ele. Fez, também, um destaque especial para a neta e afilhada Lusia Leopoldina, casada com Felis Francisco da Silva, em atenção à pobreza em que se achavam.

O segundo casamento do capitão Manoel Varella Barca foi com Dona Francisca Ferreira Souto, como vimos no primeiro artigo desta série. Vamos, pois, escrever um pouco sobre os filhos desse casal.

Domingos Varella Barca, com a idade de 20 anos, casou, em 9 de abril de 1823, na Fazenda Estreito, com Dona Gertrudes Lins Pimentel, 22 anos, filha de João de Souza Pimentel e Dona Josefa de Mendonça Lins. Houve dispensa pelo parentesco em que estavam ligados. Estavam presentes

João Maurício Pimentel e Francisco Varella Barca, ambos casados.

Rosa Francisca Ferreira Souto, outra filha de Manoel e Francisca, com 29 anos de idade, casou, também, na Fazenda Estreito, em 11 de maio de 1833, com José da Fonseca Silva, de 28 anos, filho legítimo de João da Fonseca Silva, já falecido, e Dona Anna Maria de Jesus. Estavam presentes João Pegado de Sirqueira Cortez, casado, e Gaspar Freire de Carvalho, solteiro.

De Dona Maria Beatriz Paz Barreto, não encontrei o registro de casamento. Era casada com Manoel de Mello Montenegro Pessoa, natural de Goianinha. Ovídio, filho desse casal, nasceu aos 16 de novembro de 1835, e foi batizado pelo Vigário Colado do Seridó, na época visitador, Francisco de Brito Guerra, em 6 de janeiro de 1836, na Matriz de São João Batista do Assú. Teve como padrinhos José Varella Barca, solteiro, e Ângela Garcia de Araújo Freire, viúva; Manoel, outro filho de Maria Beatriz e Manoel de Mello, nasceu aos 24 de outubro de 1836, e foi batizado pelo vigário de Santana do Matos, Padre João Theotônio de Sousa e Silva, na Matriz de Assú, aos trinta do mesmo mês e ano. Foram padrinhos o capitão Manoel Varella Barca, casado, e Maria Hermelinda de Albuquerque Montenegro.

Maria Francisca Silvina Souto tinha 26 anos quando casou, em 22 de agosto de 1833, no oratório de José Varella

Barca, com o português João Rodrigues de Mesquita, 30 anos, filho legítimo de Antonio Rodrigues de Mesquita e Maria Joaquina, ambos falecidos. Estiveram presentes João Pio Lins Pimentel e Francisco Varella Barca, casados.

João Pio Lins Pimentel, citado acima, filho de João de Sousa Pimentel e Josefa de Mendonça Lins, casou, em 30 de janeiro de 1826, na Matriz de Assú, com Francisca Ferreira Souto, outra filha de Manoel e Francisca Ferreira Souto. Foram dispensados por impedimento no terceiro grau de consanguinidade, atingente ao segundo. Estavam presentes José Varella Barca, ainda solteiro, e Francisco de Sousa Caldas, casado. João Pio era irmão de Gertrudes, esposa de Domingos Varella.

Na época do inventário, Dona Francisca Ferreira Souto, a esposa de João Pio, já falecida, foi representada pelos filhos João Pio Lins Pimentel Junior, maior de 21 anos; Francisca Victorina, casada com Tertuliano de Alustau Lins Caldas; Irene, Maria, Josefa, Manoel, Júlia e Luis, com 11 anos de idade.

Manoel Varella Barca Junior, outro filho do segundo casamento, tinha o mesmo nome do primogênito de Manoel Varella Barca. Era, também, falecido na época do inventário do pai. Com 22 anos de idade, casou, em 23 de fevereiro de 1830, no Sítio (ou fazenda) Estreito, com Ignácia Theodósia de Mendonça, de 22 anos de idade, filha de João de Sousa Pimentel e Dona Josefa Lins de Mendonça, dispensados,

também, dos impedimentos que estavam ligados. Estavam presentes, o capitão Manoel Varella Barca e João Maurício Pimentel, ambos casados. Ignácia, como se pode ver dos registros anteriores, era irmã de João Pio Lins Pimentel e Gertrudes.

No inventário, Manoel Varella Barca Junior foi representado por sua filha Francisca Theodósia de Mendonça Caldas, viúva. Não encontrei mais informações sobre essa neta do capitão. Foi seu procurador, Luiz Gonzaga de Brito Guerra.

Clara, irmã de Frei Miguelinho, e supositício de Cascudo

Em 2017, no dia 6 de março, a revolução que começou em Pernambuco, em 1817, completará 200 anos. Entre seus mártires, o nosso Frei Miguelinho, arcabuzado em Salvador no dia 12 de junho daquele ano. Clara, irmã de Miguelinho, entrou para a história, como conta o jornalista Manoel Dantas: "aqui começa a epopeia do martírio de Miguelinho. Tendo, na qualidade de secretário do governo, muitos papéis e documentos comprometedores de inúmeras pessoas, a fim de livrá-las da sanha dos agentes da tirania, o herói natalense, em vez de acompanhar os seus amigos para o engenho Paulista, na noite de 20 de maio, condenou-se voluntariamente à morte e tratou, antes de morrer, de salvar o maior número possível dos seus concidadãos, implicadíssimos no movimento revolucionário. Nessa mesma noite, Miguelinho sobe as escadas da casa de sua residência em Olinda, onde, debulhada em lágrimas, recebe-o sua irmã D. Clara. Miguelinho estreita ternamente a irmã querida e diz-lhe com meiguice: Mana, nada de choros; estás órfã, tenho enchido os meus dias, logo me vem buscar para a morte, entrego-te à vontade de Deus; nele terás um pai

que não morre; mas aproveitemos a noite, imita-me; ajuda-me a salvar a vida de milhares de desgraçados. Trataram então os dois heróis de queimar todos os documentos e papéis que existiam na sala sobre a revolução e que podiam complicar a sorte dos seus companheiros. Findo esse serviço de abnegação patriótica, os dois irmãos passaram o resto da noite em ternos e afetuosos preparativos para receberem os algozes".

Relata, ainda, Manoel Dantas sobre Dona Clara Joaquina de Almeida Castro: "Foi a companheira fiel e devotada do insigne herói que o acompanhou até o começo do seu martírio. Morando em companhia de Miguelinho, foi suspeitada de cumplicidade nos acontecimentos revolucionários e por esse motivo encarcerada de ordem de Luiz do Rego, saindo somente da prisão depois que o governo do Rio de Janeiro mandou peremptoriamente que desse por finda a terrível devassa. D. Clara era digna irmã do intemerato patriota, e dotada de ânimo varonil e forte. Sofreu com inabalável constância a prisão afrontosa e os castigos que lhe foram infligidos".

Outro fato contado por Manoel Dantas sobre Clara: "A respeito dessa senhora, conta-se um episódio que dá a justa medida da força de ânimo indomável que possuíam os Castros. Tendo, ao sair da prisão, concordado em casar-se com o sobrinho tenente-coronel Ignácio Pinto de Almeida Castro, que então se achava em Recife, encontrou embaraços por parte da Igreja. Desenganada de efetuarem essa união,

fizeram ambos, na ocasião em que assistiam uma missa, declaração solene e pública de que estavam casados e assim seguiram para o Ceará onde receberam as bênçãos".

Dizem vários escritores que, em 1784, Clara seguiu para Recife na companhia de Miguelinho e outros irmãos. Mas Câmara Cascudo, que não tinha visto o batismo de Clara, infere por várias razões que ela, para ter ido morar em Recife, deveria ter sido uma das irmãs mais velha de Miguelinho. Por isso, escreveu: "Proponho o ano de 1769 como do nascimento de Clara de Castro. É supositício, mas possui todos os elementos de convicção comprovada".

Na verdade, Clara não poderia ter ido para Recife, naquele ano, como informaram os historiadores, pois seu nascimento se deu em data posterior, se não vejamos: "Clara, filha do capitão Manoel Pinto de Castro e de sua mulher Francisca Antonia Teixeira, neta pela paterna de Francisco Pinto de Castro e de sua mulher Izabel Pinto de Almeida e pela materna de Francisco Pinheiro Teixeira e de sua mulher Bonifácia Antonia de Mello, nasceu aos doze de agosto de mil setecentos e oitenta e sete, e foi batizada aos vinte dois do dito mês e ano por mim abaixo assinado; foram padrinhos o Reverendo Padre Joaquim José Pereira e Joanna Gomes de Mello, solteira, do que mandei fazer este assento em que por verdade me assino. Pantaleão da Costa de Araújo, vigário do Rio Grande".

Segundo Mariana Almeida Assunção, em sua dissertação de mestrado sobre escravidão em Fortaleza, Dona Clara Joaquina de Almeida Castro deixou um testamento com as seguintes informações: era moradora da rua do Garrote em Fortaleza e não teve filhos do seu casamento com o sobrinho Ignácio Pinto de Almeida Castro; entre seus bens, havia 29 escravos, sendo que doze deles deixou alforriados; havia ainda plantações de cana, engenho de ferro e alambique em seu sítio na povoação de Maranguape; no Sítio São Francisco, situado na Serra de Maranguape, deixou plantações de café; seu inventário, datado de 21 de novembro de 1855, encontra-se no Arquivo Público do Ceará – COF, maço 19.

Ignácio Pinto, quando enviuvou, casou com sua sobrinha, Maria Joaquina, filha de Joaquim Felício (mesmo nome de um tio), um seu irmão. Houve descendência.

Outra informação que precisa ser corrigida é sobre o nome do irmão de Dona Clara, que era pai de Ignácio Pinto de Almeida Castro. Ele se chamava Francisco Pinheiro Teixeira, como vários dos seus ascendentes. Casou em 9 de junho de 1799, na capela de Santo Antonio do Potengi, com Maria de Assunção Oliveira, filha do sargento-mor José de Oliveira Leite e de Maria de Assunção, e neta paterna de Thomé Leite de Oliveira e Marianna de Assunção, e materna de Antonio Vaz de Oliveira e Bernardina Josefa de Moraes. Ele deixou descendentes no Ceará.

Comentários sobre *Velhas heranças*

O livro de Hélio Galvão, *Velhas heranças*, foi fac-similado pelo Sebo Vermelho em 2012. É a partir dele que construo este artigo, fazendo alguns comentários e acrescentando outras informações do meu conhecimento.

Fiz um artigo sobre Valentim Tavares de Mello, filho de Manoel Gonçalves Branco e Catharina de Oliveira e Melo. Pois bem, um dos inventários, do livro de Hélio Galvão, é o de Damiana de Oliveira e Mello, que faleceu em 9 de dezembro de 1748, solteira, não deixando testamento. Foi seu inventariante, o irmão, sargento-mor Gregório de Oliveira e Melo, e habilitaram-se, para receber a herança, os irmãos: ele próprio, Gregório, solteiro, mas que teve uma filha com Suzana Brito Palhano; Maria da Conceição, que era casada com o tenente-coronel, José Pinheiro Teixeira, natural de Arrifana de Sousa; Francisco de Oliveira Ramos, viúvo; Eugenia de Oliveira e Mello, que era casada com o sargento-mor Dionísio da Costa Soares; capitão Miguel de Oliveira e Mello, que foi casado com Ângela Correa da Costa, filha de Fradique Correa da Costa; Cosma de Oliveira dos Santos, solteira; sargento-mor Valentim Tavares de Mello, casado em segundas núpcias com Luzia de

Albuquerque Mello, falecido, e, por isso, representado pela filha do casal, Maria Manoela, nessa data com três anos, mas que, posteriormente, casou com o viúvo Estevão da Cunha de Mendonça.

Em artigo que fiz sobre Manoel Gonçalves Branco, Damiana não apareceu como filha. Pode ter nascido em data posterior ao ano de 1711. Talvez Cosma seja sua irmã gêmea; Francisco de Oliveira Ramos, citado anteriormente, deve ser o tenente Francisco de Oliveira Banhos, mesmo nome do avô, que morava em Recife; da mesma forma, Cosma de Oliveira dos Santos, deve ser Cosma de Oliveira Banhos.

Outro documento, constante do livro de Hélio, era o testamento (de 29 de março de 1718) de Joanna de Barros Coutinho, que teve como inventariante, seu marido Manoel Rodrigues Taborda. Nesse testamento, ela se diz natural de Olinda, freguesia de São Pedro Martyr, filha legítima do sargento-mor Manoel da Silva Vieira (Hélio só conseguiu ler Manoel) e Dona Gracia do Rego, não tendo filhos, nomeou, como herdeira, sua mãe.

Manoel Rodrigues Taborda era português da Villa de Buarcos, e casou com Dona Joanna de Barros Coutinho, em 8 de setembro de 1697.

Dona Gracia, mãe de Joanna, faleceu antes dela, e, por isso, foi representada por filhos e netos: Tereza da Silva, viúva, filha; Luzia Romana da Silva, filha; Joanna de Barros, casada

com Cosme de Freitas, neta, filha de Maria de Barros (falecida) e do tenente-coronel Gonçalo Ferreira da Ponte (casamento em 20 de abril de 1697); Francisco (25 anos), neto, irmão de Joanna de Barros; Atanásio, 20 anos, outro irmão de Joanna; Luis (14 anos), neto, filho de Anna do Rego, que foi casada com o primo legítimo, Lázaro de Barros (casamento em 28 de maio de 1703); Manoel e Miguel irmãos de Luis; Josefa, também irmã, com 7 anos.

Outro inventário é o de Cipriano Lopes Pimentel, que era filho do sargento-mor Francisco Lopes e de Joanna Dorneles, esta filha do escabino Manoel Rodrigues Pimentel e neta de João Lostau de Navarro. Cipriano era casado com Tereza da Silva, filha do alferes Felipe da Silva e de Joana Salema. Nos registros mais antigos, encontro referências, tão somente, sobre escravos de Felipe, de José Gomes Salema e de Domingos Gomes Salema.

Mais outro inventário é do capitão Domingos da Costa (Rocha em alguns registros) Araújo, que foi casado com Brásia Bezerra de Vasconcelos, inventariante. Uma das herdeiras habilitadas é Monica da Rocha, casada com o capitão Julião Borges, ascendentes de Nísia Floresta. Nos registros antigos, encontro batismos de três filhos de Domingos e Brásia: Tereza, batizada em 30 de agosto de 1688; Hieronima, batizada em 8 de outubro de 1690; e João, batizado em 19 de setembro de 1694. Todos eles habilitados, além de Álvaro da Rocha;

Brásia, Maria Madalena e Bonifácia, órfãos. Segundo Hélio, a sentença final desse inventário data de 20 de janeiro de 1818.

É nesse inventário do capitão Domingos que encontro uma informação que confirma uma questão levantada em um artigo anterior sobre a família Casa Grande do Assú. No livro que foi escrito, constava a seguinte informação de Antonio Soares de Macedo: Dona Joanna Martins, filha mais velha do coronel Manoel Lopes de Macedo, minha 3ª avó, casou com o capitão-mor José Ribeiro de Faria, meu 3º avô, o qual era natural do Rio São Francisco e morador na Capitania desta Província, hoje Estado. No artigo que escrevi, eu coloquei dúvidas sobre tal informação, pois supunha que Joanna era filha do capitão João Martins de Sá e Clara Macedo.

No inventário do capitão Domingos, constam dívidas passivas, ao tenente-coronel Manoel Martins de Sá e a seus cunhados capitão João Marinho de Carvalho e capitão José Ribeiro de Faria, herdeiros do defunto capitão José Martins de Sá, cujo valor na época foi 106$400. Na transcrição do inventário, mais um equívoco, pois os três eram herdeiros do capitão João Martins de Sá. Assim, se confirma que Dona Joana Martins de Sá era filha do capitão João Martins de Sá e não do coronel Manoel Lopes de Macedo.

Comissário José de Oliveira Velho

A primeira aparição do Comissário José de Oliveira Velho, nos meus apontamentos, é na data de 20 de janeiro de 1727, ocasião em que ele foi testemunha, na Capela de Nossa Senhora do Ó, da Ribeira de Mipibu, do casamento de Antonio de Faria Landim, natural e morador de Mipibu, filho legítimo de Manoel de Faria Landim, defunto, e Maria Vieira Tavares, com Leonor Pereira de Requeixo, viúva de Leonardo Álvares de Carvalho, natural de Alagoa do Sul. Neste casamento, estiveram ainda presentes o capitão-mor Joseph Ribeiro de Faria e Maria da Sylva, mulher do coronel Manoel da Silva Queiroz.

Nos anos de 1733 e 1740, reencontro o Comissário, através dos casamentos das filhas Mariana e Phelipa.

Em 25 de novembro de 1733, Mariana da Costa e Oliveira, filha do Comissário Joseph de Oliveira Velho e de Bernarda de Barros, já defunta, casou, na Capela de Nossa Senhora dos Remédios de Cajupiranga, com o português da Freguesia de São Nicolau, Arcebispado de Lisboa, o tenente-coronel José Nunes, filho de José Nunes Narvello e Maria Dona

Ferreira. Nesse casamento, estavam presentes o capitão-mor João de Barros Braga, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Barros, Izabel de Barros, mulher de Carlos de Azevedo do Vale, e Antonia da Sylva, mulher do capitão Francisco Lopes de Macedo.

Em 22 de fevereiro de 1740, na Igreja de Nossa Senhora do Ó, da Missão de Mipibu, na presença do Reverendo Padre Mestre, Frei Felix Maria, Superior desta Missão, de licença do Reverendo Licenciado João Gomes Freire, e sendo presentes por testemunhas, o tenente-coronel José Nunes, o sargento-mor Hilário de Castro Rocha, Dona Maria Magdalena, mulher do dito, e Joanna Gomes Freire, dona viúva, se casaram o capitão Diogo Malheiros Rebouças, filho legítimo de Diogo Malheiros Rebouças, já defunto, e de sua mulher Beatriz de Abreu, viúvo de Dona Jacinta de Vasconcellos, com Phelipa Rodrigues de Oliveira, filha do Comissário Geral José de Oliveira Velho e de sua esposa Bernarda de Oliveira, já defuntos, naturais e moradores da dita Freguesia.

Do casal, capitão Diogo e Jacinta, sua primeira esposa, encontro a filha Isabel de Barros Vasconcellos, que casou com Carlos Vital de Oliveira, filho de Domingos Ferreira da Cunha e Francisca Rodrigues.

Em 1735, o Comissário pediu e recebeu terras na Ribeira do Assú, no lugar chamado Caiçara, que disse possuir há mais de 40 anos. Em 1738, Phelipa Rodrigues de Oliveira e José

de Oliveira Velho requereram as terras, no lugar chamado Riacho do Tapuia, da Ribeira do Assú, que foram adjudicadas nas partilhas, por falecimento do pai deles, o Comissário José de Oliveira Velho.

Os assentos de praça trouxeram mais informações sobre os Velhos.

"José de Oliveira Velho, branco, casado, natural e morador na Freguesia de São José, filho legítimo de José de Oliveira Velho, de idade que representa de trinta anos, pouco mais ou menos, seco de corpo, rosto comprido, olhos grandes, sobrancelhas grossas, cor morena, cabelo preto, pouca barba, com todos os seus dentes na frente, senta praça, por portaria dos sucessores do governo José Baptista Freire, e o alferes Salvador Rebouças de Oliveira e interseção do Vedor Geral o Dr. Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim, aos 9 de março de 1776".

"Joam Baptista de Oliveira, branco, solteiro, natural e morador da Freguesia de São José, filho legítimo de Joseph de Oliveira Velho, de idade que representa, de vinte e três anos, pouco mais ou menos, de estatura ordinária, seco de corpo, rosto comprido, olhos grandes, sobrancelhas grossas, cor morena, pronto de barba, cabelo preto, com todos os seus dentes, senta praça, por portaria dos sucessores do governo, José Baptista Freire e alferes Salvador Rebouças de Oliveira, e intervenção do Vedor Geral o Dr. Antonio Carneiro de

Albuquerque Gondim, aos 9 março de 1776. Na lateral do registro a informação: baixa a este soldado por ter já dois filhos soldados, neste regimento, por despacho do senhor governador desta capitania e cumpra-se do Doutor Vedor Geral, em 28 de fevereiro de 1804".

Pelas datas acima, João Baptista de Oliveira e José de Oliveira Velho, não seriam filhos do Comissário, mas de José de Oliveira Velho (2º do nome) que requereu as terras no Riacho do Tapuia. O pai dos dois assentados poderia ser o que aparece nos registros de batismos seguintes, de Luiza Maria e Bernarda Thereza.

"Aos vinte e sete de dezembro de mil setecentos e cinquenta e três, de licença do Reverendo Padre Coadjutor, por vezes de Vigário, na Capela de Nossa Senhora de Santa Anna da Aldeia de Mipibu, batizou e pôs os santos óleos, o Reverendo Padre Frei Juvenal de Santo Albano, capuchinho, a Luiza Maria, filha de Joseph de Oliveira Velho e Joanna Bautista. Foram padrinhos Lourenço Ferreira e Luiza Maria. Do que mandou lançar este assento o mui Reverendo Senhor Doutor Visitador, que abaixo assina. Marcos Soares de Oliveira.

Aos quinze de junho de mil setecentos e cinquenta e sete, de licença do Reverendo Vigário, o Doutor Manoel Correia Gomes, na Capela da Aldeia de Mipibu, batizou e pôs os santos óleos, o Reverendo Padre Frei Fidelis de Parvanna, capuchinho, a Bernarda Thereza, filha legítima de Joseph de

Oliveira Velho e Joanna Baptista. Foram padrinhos Francisco de Lira e Izabel de Barros de Vasconcellos. Do que mandou lançar este assento o senhor Reverendo Doutor Visitador que abaixo assina. Marcos Soares de Oliveira".

Observe que a madrinha de Bernarda foi Izabel de Barros de Vasconcellos, filha do capitão Diogo Malheiros e sua primeira esposa, Jacinta de Vasconcellos.

Uma filha do capitão Diogo e de Phelippa Rodrigues, portanto neta do Comissário, de nome Mariana da Costa e Oliveira (mesmo nome de uma tia), casou com o capitão Francisco Lopes de Vasconcellos, filho de Antonio Carvalho de Vasconcellos e Izabel de Crasto Rocha, com dispensa de consanguinidade, em 1756. Em 1757, batizaram Diogo Felix, tendo como padrinhos os avós, Diogo e Phelippa. Esse batizado deve ser Diogo Felix de Vasconcelos, que foi capitão-mor de Ordenanças de Natal e Vila de São José.

Cordeiros e Carneiros

As mesmas águas que fizeram submergir a Ilha de Manoel Gonçalves expulsaram de lá seus habitantes e visitantes para diversas localidades, como Macau, Pendências, Oficinas, Rosário, Cacimbas do Viana, Curralinho e outras tantas. As coisas da natureza e a natureza das coisas vão tecendo o destino das pessoas, juntando-as e separando-as, tudo ao mesmo tempo. A cada instante, o mundo é redesenhado. O caos reordena a natureza.

Aquele porto, no meio do mar, onde tantas embarcações ancoravam e por onde tantas pessoas, das mais diversas nacionalidades e localidades circulavam, com seus negócios e afazeres, jaz submerso no oceano e esquecido pelas autoridades. Nem um farol e nem um marco está presente onde foi a nossa Atlântida. Por onde andam os remanescentes daquele povo que transitava ou residia na Ilha esquecida? Quantos sabem que seus antepassados passaram por lá?

Pesquisando em velhos livros da Cúria, vou repassando a antiga história do nosso povo e dos nossos heróis esquecidos. Vez por outra, encontro, através de seus descendentes,

velhos conhecidos. Em uma dessas viagens, nos livros da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, encontro o batismo de Eliziário, que me fez recordar o lisboeta Eliziário Antonio Cordeiro, lá da Ilha de Manoel Gonçalves. Paro e vou examinar o registro, em busca de algum elo com o povo que lá vivia.

"Aos vinte e três dias de junho de mil oitocentos e setenta e três, o Reverendo Coadjutor Pró-Pároco Joaquim Francisco do Nascimento batizou solenemente Eliziário, nascido a seis de maio do mesmo ano, filho legítimo de Manoel Martins de Oliveira e Rita Xavier Bezerra. Padrinhos, o Reverendo Padre Francisco Constâncio da Costa e Francisca Jeracina Cordeiro. E para constar fiz este assento. José Herôncio da Silveira Borges, Coadjutor Pró-Pároco".

Esse Manoel, acima, deve ser o filho de Eliziário Antonio Cordeiro e Antonia Silvéria de Oliveira, ele de Lisboa, ela da Serra de Martins, que nasceu aos 30 de outubro de 1830, e foi batizado na Ilha de Manoel Gonçalves. Nas minhas hipóteses, Antonia Silvéria de Oliveira era filha do capitão Silvério Martins de Oliveira e Joanna Nepomucena. Dona Joana, que viúva residiu um tempo na Ilha, era filha do capitão Manoel Ignácio de Carvalho e Anna Josepha Joaquina de Albuquerque, residentes na Serra de Martins. Lembramos que o capitão Silvério e Dona Joana foram sepultados na Igreja do Bom Jesus das Dores, aqui na Ribeira do Potengi.

Um dos filhos de Eliziário, com o mesmo nome, casou em 1869, na Barra de Mossoró, com sua parenta Antonia Cordeiro de Carvalho, filha de Gorgônio Ferreira de Carvalho e Anna Joaquina Cordeiro.

Em outro registro, encontro que aos 28 de dezembro de 1883, era batizado Raymundo, que nasceu aos 27 de novembro do mesmo ano, filho de José Martins Cordeiro e Victoriana Joaquina Pinheiro, tendo como padrinhos Pedro Liberato Bimont e Dona Maximiana Synphronia da Costa. Esse José Martins deve ser, também, um dos filhos de Eliziário Antonio Cordeiro e Antonia Silvéria.

Raymundo, que virou Raymundo Rodrigues Cordeiro, casou em 30 de novembro de 1895, aqui na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, com Francisca Viterbina Gomes Carneiro, filha de João Viterbino Gomes Carneiro e Maria Florentina Carneiro de Mello, perante as testemunhas Nicolau Bigois e Luis Ferreira França.

Esses Carneiros são velhos conhecidos nossos. João Viterbino e Maria Florentina casaram em 1871, com dispensa de consanguinidade, ele, filho de Manoel Gomes Carneiro e Francisca Xavier de Miranda Henriques, e ela, filha de João Gomes Carneiro de Melo e Anna Joaquina Teixeira de Souza, que viveram um tempo em São Gonçalo e, depois, foram para Cacimbas do Viana. Francisca Bela, uma irmã de Maria Florentina, foi batizada em Macau, em 1848, e

casou na Fazenda Conceição, em 1864, com meu tio-bisavô Cosme Teixeira Xavier de Carvalho. Maria Leocádia, outra irmã de Maria Florentina, casou em Angicos, em 1861, com José Odorico da Costa Ferreira, filho de Antonio Martins Wladislau da Costa e Antonia Teixeira de Sousa.

Em outro artigo, já discutimos que João Gomes Carneiro de Melo descendia do lisboeta João Gomes Carneiro e de Dona Anna Ferreira de Miranda.

Dona Clara Camarão, uma lenda

Diversos livros escritos sobre o período do domínio holandês, no nordeste brasileiro, são, quase que totalmente, cópias de outros, escritos anteriormente. Alguns acréscimos, muitas vezes, não passam de invencionices. Isso deve se repetir, com frequência, em outros assuntos históricos. Há, entre esses escritores, alguns que nem viveram por aqui, mas que resolveram escrever, pegando carona em outros autores.

Quando se pesquisa algumas pessoas, em jornais antigos, descobrimos que, dependendo do jornal, seu personagem era um santo ou um bandido, da mesma forma que acontece hoje.

Muitos documentos da nossa história continuam submersos em arquivos de difícil acesso. O governo brasileiro deveria, urgentemente, patrocinar a sua digitalização e divulgação, para que mais pessoas pudessem ajudar a reescrever a nossa história, acabando com equívocos que se espalham sem nenhuma crítica.

As universidades brasileiras deveriam se dedicar, com mais afinco, aos documentos da nossa história, a fim de trazer,

para o grande público, a verdade. Com a internet, muito se pode fazer pela educação e, com isso, sair desses índices ridículos que os organismos internacionais nos atribuem. Infelizmente, nossos pesquisadores são muito individualistas.

Muitas informações sobre nossos índios e negros são distorcidas e mereceriam um estudo mais aprofundado, pois eles são parte integrante da nossa identidade. A naturalidade de Dom Antonio Felipe Camarão, por exemplo, é disputadíssima, ainda, por vários estados do Nordeste. O batismo, em 1612, de Antonio e Clara, me parece, é o marco da confusão. Por que não há um esforço conjunto para buscar todos os documentos sobre ele e seus parentes?

Dona Clara Camarão, mesmo com poucas informações sobre sua vida e sem um maior aprofundamento, está perto de se tornar uma heroína brasileira. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que determina a inscrição do nome da índia Clara Camarão no *Livro de Heróis da Pátria*. O que se sabe de verdade sobre ela? Que estudos a Câmara Federal encomendou sobre a esposa de Dom Antonio?

Um dos livros mais citados pelos pesquisadores sobre o período holandês, no Brasil, é *O Valeroso Lucideno* de Frei Manuel Calado, que escreveu no prólogo ao leitor: "Persuadido (pio, e benigno leitor) de muitas importunações de amigos, e obrigado do amor da Pátria, e levado do primor, e timbre

do nome Português e, sobretudo por acudir por a honra, e infalível palavra, e nome de S. Majestade, e dar alento aos moradores de Pernambuco, para levarem com suavidade a carga dos trabalhos, e o peso da guerra, na qual andam em roda viva de dia, e de noite, por libertarem a terra das mãos dos Holandeses: tomei a pena na mão para fazer este tratado, como testemunha de vista, pois em companhia dos tristes e afligidos moradores daquela Província, como amigo, e fiel companheiro, me achei presente, com a espada em uma mão, e com a língua ocupada na propagação, e defensão da Fé Católica. E suposto que esta empresa da liberdade da Pátria, em defensão da Fé de Cristo, pedia outro Escritor mais defecado, e mais douto, pode ser que qualquer outro que seja o escreva com menos evidência, e verdade, pois vai muita diferença entre o que escreve como testemunha de vista, e o de ouvida".

Em todo o livro de Frei Manuel Calado, testemunha viva daquelas lutas, só há uma citação sobre Clara: "partiu também Dom Antonio Felipe Camarão, que já então tinha o hábito de Cristo, e S. Majestade lhe tinha dado Dom, e o tinha feito Fidalgo por ser grande valor, e fidelidade, e lhe havia dado título de Governador, e Capitão General de todos os índios do Estado do Brasil; partiu, pois o Camarão e não somente levou todos os índios de sua esquadra, senão que também levou em um cavalo com uma lança na mão, a sua mulher Dona Clara. Frei Manuel, em nenhum momento

descreve qualquer batalha da qual ela tivesse participado, somente que partiu com seu marido, com uma lança na mão".

Outro livro famoso é *Castrioto Lusitano* de Frei Raphael de Jesus, que nem por aqui andou. Diz ele, sobre o fato narrado por Frei Manuel Calado: "Dom Antonio Phelipe Camarão (título e posto que neste mesmo tempo, lhe deu El Rey, com o hábito em prêmio de seus serviços, tamanhos agora, e tanto maiores depois que defluiram a mercê, e impossibilitam a paga). A seu lado saiu, também sua mulher Dona Clara montada em um cavalo, e tão clara nesta gentileza, que deixou escurecida a memória das Zenóbias e Semíramis com que tanto se ilustrou a antiguidade. Não ficou atrás dos que mais se adiantaram, o Governador dos Crioulos Henrique Dias, porque tão valente, como zeloso, foi dos primeiros que saíram a investir o contrário com o terço, sempre preto na sorte e da admiração, e inveja sempre alvo".

Diogo Lopes Santiago, outra testemunha da época, escreveu algo a mais sobre a participação de Dona Clara nas diversas batalhas? E os cronistas do lado dos holandeses deram notícias da esposa de Dom Antonio?

A vida de Dona Clara, na época dos holandeses no Brasil, já está misturada com as vidas das heroínas de Tejucupapo. Nesta, figuram dois nomes, entre as quatro mais citadas: Maria Camarão e Clara, e, talvez, por isso a confusão. A cada momento aparece mais uma batalha da qual Dona Clara teria

participado. Nos antigos jornais da Hemeroteca Nacional, o nome de Clara é várias vezes citado, já por muitos anos.

A naturalidade de Dona Clara, também, já é disputada por Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas. Porto Calvo foi um lugar para onde se dirigiu Dom Antonio Felipe Camarão, levando a esposa Clara.

Acho que a Câmara Federal deveria ser mais cuidadosa nas suas concessões.

Dona Clara Joaquina e o senador Pompeu

Lá de Fortaleza, nosso primo, Luciano Klein, descendente de Balthazar de Moura e Silva, natural de Portugal, e que viveu um tempo em Macau, nos manda testamento de Dona Clara Joaquina de Almeida e Castro, hoje arquivado no Arquivo Público do Ceará. Em artigo anterior, já tínhamos dado algumas informações extraídas do mesmo. Hoje, completamos, com mais alguns detalhes.

Dona Clara Joaquina, aos 25 de julho de 1855, fez seu testamento. Nessa data, como declarou o tabelião, estava doente de cama, mas regendo seu entender, em seu perfeito juízo. Disse que sabia ler e escrever, mas pelo estado de fraqueza, e enfermidade, rogou a pessoa de sua confiança, no caso, Doutor Thomaz Pompeu de Souza Brasil, que escrevesse seu testamento, conforme ela fosse ditando. Doutor Thomaz, que foi padre e senador do Império, dá nome ao município cearense Senador Pompeu.

Senador Pompeu nasceu em Santa Quitéria, Ceará, filho do capitão de milícias do Ceará, Thomas de Aquino de Sousa

e Dona Geracina Izabel Pompeu, neto paterno de Antonio José de Souza e Oliveira (escrivão da Fazenda Real, aqui no Rio Grande do Norte) e Dona Joanna Ferreira de Mello, primos legítimos, naturais do Rio Grande do Norte, e neto materno de Polinardo Caetano César de Ataíde e de Izabel Pinto de Mesquita. Dona Joanna Ferreira de Mello era irmã de Francisca Antonia Teixeira, e, portanto, o capitão Thomas de Aquino era primo legítimo de Dona Clara e do nosso frei Miguelinho. Câmara Cascudo e outros escritores escreveram, por equívoco, como mãe de Thomas de Aquino, Dona Anna Teixeira de Mello. Na verdade Antonio de Souza casou com Joanna, em 1779, e daí nasceu Thomas de Aquino, em 1780.

Esse Polinardo acima se chamava José Luis Pestana de Vasconcellos. Mudou de nome para se casar. Depois de certo tempo, sua invenção foi descoberta e acabou preso em Lisboa por bigamia.

Dona Clara disse ter nascido no Rio Grande do Norte, filha legítima de Manoel Pinto de Almeida e Castro, e Dona Francisca Antônia Teixeira, ambos falecidos; disse mais, que era casada à face da Igreja, segundo o Concílio Tridentino e leis do Império, com seu sobrinho Ignácio Pinto de Almeida e Castro; afirmou mais ainda, que tinha naquela data 75 anos.

Aqui, um parêntese: em nenhum registro que encontrei, havia o sobrenome Almeida, para o pai de Dona Clara, que sempre se escrevia Manoel Pinto de Castro (às vezes Crasto);

além disso, ela se equivocou com relação à própria idade, pois nasceu em 12 de agosto de 1787. Teria 68 anos, portanto.

Pediu que se falecesse em Fortaleza, fosse enterrada no Cemitério, no quadro comum, sem pompa, ou solenidade alguma e que seu corpo fosse levado, envolto em branco, por alguns pobres, em uma rede, com a esmola de mil réis a cada um dos carregadores.

Nas suas disposições, determinou que fossem declaradas libertas e gozando de sua perfeita liberdade as suas escravas Felícia, mulher de José, escrava velha; Maria, mulher de Fernando, também velha; Olegária, nova e solteira; Carlota, mulata de 12 anos, filha de Jesuína, liberta; Chilidonia, de 2 para 3 anos, filha da escrava Antonia. Pediu para elas fossem libertadas de imediato, e, se não houvesse tempo de assinar as suas cartas, elas seriam passadas em virtude da sua disposição acima, na forma das leis, porquanto essas escravas muito lhe serviram, e não lhes podia dar outra prova maior do seu reconhecimento.

Outra determinação interessante de Dona Clara era que, se seu marido lhe sobrevivesse e passasse a segundas núpcias, que só para esta parte ficassem livres as seguintes escravas: Januária, crioula, que teria idade de 45 anos; Aristarca, filha de Januária, com 22 anos; Antonia, crioula de 30 anos; Maria da Cruz, crioula de 15 anos; Rosa, crioula de 40 anos. Essas escravas seriam computadas, também, na

sua meação, pertencendo ao seu marido até que ele passe a segundas núpcias. Caso seu marido não passasse a segundas núpcias, que ele por sua morte deixe-as forras. Já vimos em artigo anterior que o marido de Dona Clara casou, depois, com uma sobrinha.

Além disso, deixou duzentos mil réis a cada um dos seus afilhados, Guilherme e Ignácio, filhos legítimos de Guilherme dos Santos Sazes e de sua mulher Dona Rita Catharina de Almeida e Castro; deixou, também, cem mil réis à sua afilhada Francisca, filha de Bernardo Pinheiro Teixeira; mais cem mil para seu afilhado José, filho legítimo de João Baptista da Castro e Silva; deixou mais algumas recomendações de esmola a alguns afilhados e outras coisas que seu marido sabia e ela confiava que ele encontraria, sem precisar fazer no testamento expressa menção.

Deduzidas as importâncias dessas doações, o terço do que restou da sua meação destinou para o seu sobrinho, e afilhado, Joaquim, seu filho de criação, e filho legítimo de Joaquim Felício de Almeida e Castro.

Instituiu, deduzidas as doações, o seu marido como herdeiro, sendo ele, também, primeiro testamenteiro e, como segundo testamenteiro, João Batista de Castro e Silva. Esse João Baptista, acredito que foi Inspetor de Fazenda em vários estados, tendo inclusive sido oficial maior da contadoria da Tesouraria da província do Rio Grande do Norte, em 1835.

Domingos João Campos, tetravô de João Café Filho (I)

Um amigo, colega da UFRN, Domingos Fernandes Campos, foi quem me revelou que seu irmão, João Bosco Campos, escreveu um livro, ainda inédito, cujo titulo é *Alferes Domingos João Campos, Senhor do Engenho Jundiahi, História e Genealogia*. Estimulei a publicação do livro, mas até agora não foi possível. Por isso, resolvi fazer esse artigo com base nas minhas informações e nas contidas na palestra de João Bosco, quando tomou posse no IHGRN, em 29 de março 1989, ano em que João Café Filho completaria 90 anos de idade, se vivo fosse.

O registro de casamento do português Domingos João Campos é de difícil leitura, mas que completaremos com outros registros. Ele casou com Rosa Maria de Mendonça, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiaí, em 24 de novembro de 1745. Foram testemunhas o capitão-mor da capitania do Rio Grande, Francisco Xavier de Miranda Henriques, e o Provedor-mor da Fazenda Real, Ignácio de Sousa Rocha Branco. Vejamos um registro de batismo de um filho de Domingos, que contém informações mais completas.

"Bernardo, filho do Alferes Domingos João Campos, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Campo, Bispado de Viseu, e de Dona Rosa Maria de Mendonça, natural desta Freguesia, exposta em casa do sargento-mor Hilário de Crasto Rocha, neto por parte paterna de Phelippe Francisco e Izabel Fernandes, naturais da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Campo, Bispado de Viseu, nasceu aos vinte e oito de dezembro de mil setecentos e sessenta e cinco e foi batizado, com os santos óleos, de licença minha, na capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiaí, aos treze de janeiro de mil setecentos e sessenta e seis, pelo Reverendo Padre Miguel Pinheiro Teixeira. Foram padrinhos Manoel Álvares Correa, filho do sargento-mor Rodrigo Álvares Correa, e Bernarda de Araújo Correa, mulher do dito Rodrigo Álvares Correa, do que fiz este termo, em que por verdade me assino. Pantaleão da Costa de Araújo. Vigário do Rio Grande".

Entre outros filhos de Domingos e Rosa, encontramos: Lourenço Fernandes Campos, que foi batizado em 6 de março de 1762; Joaquim Fernandes Campos, nascido em dezembro de 1770 e batizado em 22 de dezembro de 1770, tendo como padrinhos os irmãos tenente Manoel Fernandes Campos (batizado em 31 de julho de 1749) e Anna Quitéria de Mendonça; Antonio Fernandes Campos, batizado em 1 de outubro de 1754; Francisco, batizado em 22 de março de 1757, que pode ser o Francisco de Borjas que casou, em 22 de maio de 1801, com a preta forra, Bonifácia Maria, filha de José Ferreira e

Anastácia da Conceição; João, batizado em 23 de julho de 1759; José Fernandes Campos, que casou com Anna Antonia da Conceição, filha do capitão de infantaria Manoel da Silva Vieira e Dona Anna Rita de Jesus; uma menina que faleceu em 15 de julho de 1769, no mesmo dia que nasceu; Além de Maria, exposta, em 1784, na casa de Domingos João e Rosa.

Um registro que merece destaque é de um filho de Anna Quitéria. Manoel nasceu aos 5 de julho de 1783, e foi batizado em Jundiaí, aos 16 de setembro de 1783, filho do capitão João Martins Praça e Anna Quitéria de Mendonça, neto por parte paterna de Antonio Martins Praça, da Villa de Penixe, Patriarcado de Lisboa, e Maria Antonia das Neves, desta Freguesia, neto por parte materna de Domingos João Campos, natural de Viseu, e de Rosa Maria de Mendonça, desta. Teve como padrinhos José Vicente Monteiro, da cidade da Paraíba, e Maria Angélica, filha do Coronel Francisco da Costa, solteira.

Outro registro interessante é de uma filha do Manoel Fernandes Campos. Maria, filha de Manoel Fernandes Campos e Dona Antonia Maria de Mendonça, foi batizada aos 29 de dezembro de 1767 e teve como padrinhos o Alferes Domingos João Campos e sua filha Anna Quitéria. Antonia Maria de Mendonça, da mesma forma que a mãe de Manoel, foi exposta na casa de Dona Maria Magdalena de Mendonça (esposa de Hilário de Crasto). Era, portanto, em certo sentido, tia de Manoel.

O tenente Manoel Fernandes Campos teve uma filha natural com Damásia Rodrigues da Silveira, que casou em Jundiaí, com Eugenio Ferreira de Lima, filho natural de Matheus Rodrigues Ferreira e Anna de Nis.

Uma filha de José Fernandes Campos e Anna Antonia da Conceição, de nome Anna Clara de Jesus, casou, em 9 de julho de 1789, com Francisco Xavier Câmara, filho do capitão Antonio da Câmara Silva e Anna Maria Torres, tendo como testemunhas o Provedor da Fazenda Real Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim e Domingos Barbosa Correa. Francisco Xavier da Câmara era neto, pela parte paterna de Manoel Raposo da Câmara e Antonia da Sylva, e pela materna de Manoel Frazão Caldeira e Francisca Joaquina de Sá.

Uma das principais atividades do Alferes Domingos João Campos foi de demarcador de terras. Encontramos várias provisões desse ofício para ele. Foi vereador várias vezes e, em uma delas, como o mais velho, ocupou, temporariamente, o governo do Rio Grande.

No próximo artigo, daremos continuidade com informações colhidas pelo pesquisador da família, João Bosco Campos, que nos levará até João Café Filho, a partir do tenente Manoel Fernandes Campos. Cópia da palestra com essas informações foi-nos enviada por Domingos Fernandes Campos, pois a que tinha no IHGRN não foi encontrada, nem está publicada em Revista do próprio Instituto.

Domingos João Campos, tetravô de João Café Filho (II)

Escreveu João Bosco, pesquisador da família Fernandes Campos, em seu discurso de posse no IHGRN: "[...] dos filhos do casal Domingos João e Rosa Maria, Manoel Fernandes Campos foi o terceiro filho, a ele coube ser o testamenteiro dos bens deixados quando do falecimento dos seus pais. Manoel foi batizado em Jundiaí, no dia 22 de julho de 1749, por duas vezes eleito vereador em Natal, e ainda moço foi sargento-mor, morava na sua propriedade no lugar Socavão, próximo ao Jundiaí, onde era grande produtor de farinha. Por motivos que não sabemos explicar, por falta de documentação, Manoel nunca casou, porém constituiu família com a jovem Mariana da Costa, filha de Antonio de Melo de Oliveira e Clara Rabelo Vieira, de origem cearense".

No artigo anterior, mencionamos o batismo de uma filha de Manoel Fernandes Campos e de Antonia Maria Mendonça, em 1767. Em 1774, já sargento-mor, ele foi padrinho de uma sobrinha, sendo apresentado como solteiro. Em 1786, Luisa Fernandes, filha natural dele com Damásia Rodrigues da

Silveira, casa com Eugenio Ferreira de Lima, filho natural de Matheus Rodrigues da Silveira e Anna de Nis. Em 1835, uma neta dele, Damásia Fernandes Campos, filha de Eugenio e Luisa, casa, na Matriz de São João Batista do Assú, com Felis Pereira da Silva, filho de José Pereira da Silva e Florência Maria de Jesus. Lá no Assú, encontramos três filhos de Felis e Damásia que foram batizados, dois na capela de São José das Oficinas e um na Fazenda Morro.

Mas é do relacionamento de Manoel Fernandes Campos e Mariana da Costa que nasce Lourenço Fernandes Campos, que herdou o nome de um tio. Lourenço casou no dia 7 de abril de 1830, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, com Josefa Thereza das Virgens, filha de Manoel Ignácio Barbosa e Florência Maria de Nazaré. Diz João Bosco que obteve pouca informação a respeito desse Lourenço, apenas que teve um filho de nome Lourenço Fernandes Campos Junior, que casou em 8 de maio de 1851 com Feliciana Joaquina Rangel, filha do casal Boaventura Dias de Sá e Felícia Joaquina Rangel. Feliciana e Felícia devem descender de outra Felícia Joaquina Rangel, filha de Valentina, irmã de Catharina Peralta Rangel.

Segundo João Bosco Campos, Lourenço substituiu Junior por Café, pelo fato de ter ele plantado café em uma de suas propriedades. Ganhou prestígio na sociedade natalense e foi padrinho de muitas crianças, principalmente na Capela de Canabrava, em Macaíba. Do seu casamento com Feliciana, não encontrou filhos, porém teve vários filhos

naturais com Felisminia Carolina de Moura Soares. Foram eles Joaquim Fernandes Campos Café, casado em 1888 com Maria Soares Leite; Tertuliano Fernandes Campos Café, residente em Macaíba e casado com Francisca Gomes da Silva; José Joaquim Moura Café, residente em Natal e casado com Maria Amélia Cordeiro; Enéas Fernandes Campos Café, casado em Natal, mas que foi residir no Pará; e, por último, João Fernandes Campos Café.

João Fernandes Campos Café nasceu no dia 16 de abril de 1865, tendo casado duas vezes. Não há informação de quando casou-se, nem o nome da primeira esposa. A segunda vez casou com uma sobrinha da primeira mulher. Chamava-se Florência Amélia Campos Café, nascida em 1 de novembro de 1877 e falecida em 14 de agosto de 1944. Foi Administrador da Fazenda Jundiaí, Encarregado do Serviço de Fiscalização de Rendas da Ribeira, pertenceu à Maçonaria e fundou a Igreja Presbiteriana Independente, aquela da Rua João Pessoa, em Natal. Faleceu em 1931.

Do casamento com Florência Amélia Campos Café, nasceram os filhos Maria e Luiz, que faleceram com poucos dias de nascido, João Fernandes Café Filho, Alice Fernandes Café, Alzira Fernandes Café e Jessé Fernandes Café.

João Fernandes Café Filho, que nasceu em 03 de fevereiro de 1899, alterou, oficialmente, seu nome para João Café Filho, no ano de 1933.

No nosso blog, postamos um artigo de Marcos Pinto, sobre descendentes de José Fernandes Campos, lá em Apodi, bem como informações colhidas por um colega genealogista dos ascendentes, em Portugal, de Domingos João Campos.

Esperamos que o livro de João Bosco Campos sobre Domingos João Campos seja publicado o mais breve possível, pois ele deve conter mais informações sobre esse português de Viseu.

Dr. Carvalhinho, sobrinho do Barão de Serra Branca

Nas pesquisas genealógicas, uma das grandes dificuldades advém das migrações, de uma localidade para outra, de pessoas ou famílias. Você perde o fio da meada. Algumas pessoas, que fazem parte dos que migraram da Ilha de Manoel Gonçalves para Macau, tomaram destino que, muitas vezes, não encontramos depois. Com a ajuda de jornais da Hemeroteca Nacional, livros mais antigos, notícias de familiares e revistas dos Institutos Históricos tem sido possível encontrar alguns descendentes desses primeiros habitantes da Ilha de Manoel Gonçalves e de Macau.

Os genros do capitão João Martins Ferreira, que acompanharam o sogro na mudança para Macau, segundo várias fontes, foram: Manoel José Fernandes, casado com Anna Martins Ferreira; Manoel Antonio Fernandes, casado com Maria Martins de Pureza; José Joaquim Fernandes, casado com Maria Martins Ferreira e Antonio Joaquim de Sousa, casado com Thomásia Martins Ferreira. Para onde eles e seus descendentes se deslocaram posteriormente?

No livro *Bacharéis de Olinda e Recife: norte-rio-grandenses formados de 1832 a 1932*, do sócio do IHGRN, Raimundo Nonato, encontramos Manuel de Carvalho e Sousa, conhecido por Dr. Carvalhinho, filho de João Antonio de Sousa e Anna Joaquina da Silveira, nascido em 12 de abril de 1856, na Província do Rio Grande do Norte. Quem eram esses pais do Dr. Carvalhinho, vamos ver através do registro de casamento, a seguir:

"Aos vinte e dois de novembro de mil oitocentos cinquenta e dois, nesta Freguesia de Santa Anna do Mattos, depois das denúncias de estilo, sem impedimentos, confissão, e exame de doutrina cristã, o vigário João Theotônio de Sousa e Silva, nesta Matriz, pelas nove hora da manhã, uniu em matrimônio just. Trid. e deu as bênçãos nupciais, a João Antonio de Sousa, filho legítimo de Antonio Joaquim de Sousa, e Thomásia Martins Ferreira, da Freguesia dos Angicos, com Anna Joaquina da Silveira, filha legítima de Antonio da Silva Carvalho, e Maria da Silva Velosa; foram testemunhas Felippe Nery de Carvalho e Silva, solteiro, e Balthasar de Moura e Silva, casado. Do que para constar fiz este assento, que assino. O Pároco – Coadjutor João Ignácio de Loyolla Barros".

Pelo visto acima, João Antonio de Sousa, pai do Dr. Carvalhinho, era neto do capitão João Martins Ferreira e de Dona Josefa Clara Lessa. Era, portanto, primo legítimo do

meu bisavô, tenente-cirurgião Francisco Martins Ferreira. Além disso, uma das testemunhas, o português Balthazar de Moura e Silva, casou a primeira vez com Josefa Martins de Sousa, irmã de João Antonio. Dois anos após esse casamento, ela faleceu com a idade de 25 anos, e Balthazar casou novamente, 4 meses depois, com Maria Petronilla Fernandes, prima de Josefa, e filha de José Joaquim Fernandes e de Maria Martins Ferreira.

Já Dona Anna Joaquina, mãe do Dr. Carvalhinho, era irmã de uma das testemunhas, Felippe Nery de Carvalho e Silva, Barão de Serra Branca. Ela nasceu em 28 de janeiro de 1828.

Dr. Carvalhinho fez seus estudos primários em Natal e os secundários e superiores em Recife, morando lá, na companhia do tio Irineu Brasiliano de Carvalho e Silva. Diplomou-se em 7 de novembro de 1877, pela Faculdade de Direito de Recife. Dr. Irineu Brasiliano era médico, casado com Dona Maria Christina Antunes, filha do Barão de Messejana, Antonio Cândido Antunes de Oliveira. Morou em Aracati por 15 anos e, lá, faleceu em 10 de agosto de 1877, com a idade de 43 anos, tendo seu pai Antonio da Silva de Carvalho, falecido um dia antes, no Assú, com a idade de 93 anos.

Dr. Carvalhinho casou com Dona Maria Emília de Carvalho (faleceu em 1960), de quem teve os seguintes filhos: Orígenes de Carvalho, médico, 1º tenente da Marinha, falecido

em 8 de janeiro de 1916, com 32 anos, na Bahia; capitão de fragata e professor da Escola Naval e da Escola de Marinha Mercante, Otávio Tácito de Carvalho, casado com Dona Olga Régis Bittencourt, falecido em 19 de maio de 1932, com um único filho, o engenheiro Tácito Bittencourt de Carvalho; e Dona Ofélia de Carvalho Rodrigues (falecida em 1926), casada com o Sr. Carlos Howat Rodrigues. Faleceu aos 4 de julho de 1936, no Rio de Janeiro, para onde tinha se transferido com a sua família.

Dr. Carvalhinho ocupou diversas funções aqui no Rio Grande do Norte: Promotor Público da Comarca de Macau, Diretor Geral da Instrução Pública, Juiz de Direito da Comarca de Triunfo e da Comarca de Ceará-Mirim, Deputado Constituinte e Secretário Interino do Governo Provisório, na administração de Pedro Velho. Aposentado em 1892.

Dr. Francisco Ivo e os Andrades

A mais recente *Revista do IHGRN* traz um artigo de Dr. Carlos Gomes, cujo título é *80 Anos da Corporação dos Advogados do RN*. Um dos personagens desse artigo é o Dr. Francisco Ivo Cavalcanti, que conheci, pois seu último casamento foi com Marta Trindade, uma prima legítima de meu pai.

Duas anotações me chamaram a atenção nesse artigo: uma dúvida sobre a data de nascimento de Francisco e o nome do seu pai, Ivo Cavalcanti de Andrade. Este nome tinha aparecido ao lado de Francisco Cavalcanti de Andrade em um jornal antigo, quando pesquisava sobre Adélia, esposa de Leônidas Hermes da Fonseca. Assim, surgiam dois desafios para mim: localizar o batismo de Francisco e descobrir que relação tinha Ivo Cavalcanti com Francisco Cavalcanti.

Francisco foi batizado, pelo Pe. João Maria, aos 24 de outubro 1886, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, tendo nascido a 26 de agosto do mesmo ano, sendo filho de Ivo Cavalcanti d’Andrade e Vitalina Evangelina Cavalcanti d’Andrade. Não consegui decifrar os nomes dos padrinhos, pois a tinta estava borrada.

Nesse documento de batismo, há uma anotação por cima do assento, em que diz que ele, Francisco, casou, a 4ª vez, com Marta Trindade, em 20 de dezembro de 1947. Fui buscar o casamento do seu pai, Ivo Cavalcanti, bem como o casamento com Marta.

Do registro de casamento encontrado, extraí as seguintes informações: aos 22 de outubro de 1882, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Ivo Cavalcanti d'Andrade casou com Vitalina Evangelina Silva, naturais desta Freguesia, ele, filho de João Baptista d'Andrade e de Rosaura Cavalcanti d'Andrade, ela, filha de Vicente Ferreira da Silva e Francisca Maria da Conceição. Foram testemunhas Genésio Xavier Pereira de Brito e Thomaz Antonio Nunes Monteiro.

O registro apresentado confirma que Ivo Cavalcanti de Andrade era irmão de Francisco Cavalcanti de Andrade, e, portanto, Dr. Francisco Ivo Cavalcanti era primo legítimo de Adélia Cavalcanti de Albuquerque, esposa de Leônidas Hermes da Fonseca.

Encontrei outros documentos relativos aos filhos de João Baptista d'Andrade e Rosaura Flora Cavalcanti (como aparece em outros registros).

Aos 31 de janeiro de 1884, na Capela dos Militares, sendo testemunhas Urbano Joaquim Loyola Barata e Paulo Vieira de Melo, casaram Francisco de Paula Moreira e Josephina (ilegível) Cavalcanti, ele filho natural de Cardina Maria de

Jesus, ela natural da freguesia de Arez, filha de João Baptista d'Andrade e Rosaura Flora Cavalcanti.

Aos trinta de maio de mil oitocentos e oitenta e cinco na Matriz, sendo testemunhas José Calistrato de Vasconcelos Carrilho e Francisco Herôncio de Melo, casaram João Nepomuceno de Melo e Emília Etelvina Cavalcanti, ele viúvo de Maria Othília Seabra de Melo, ela filha de João Baptista d'Andrade e Rosaura Flora Cavalcanti d'Andrade.

Aos seis de março de mil oitocentos e trinta e cinco, na Igreja Matriz, sendo testemunhas Francisco de Paula Moreira e Vestremundo Arthunio Coelho, casaram Olympio Cavalcanti d'Andrade e Joana Virgília d'Oliveira, ele filho de João Baptista d'Andrade e Rosaura Flora d'Andrade, ela filha de José de Oliveira e Caroline Maria d'Oliveira.

Um nome que aparece nesses livros é o de João Baptista d'Andrade Filho, que deve ser outro irmão de Ivo Cavalcanti.

Quanto ao casamento de Francisco Ivo e Marta Trindade, encontrei o registro, boa parte já se apagando. Mas, de lá, extraí que Francisco Ivo Cavalcanti, viúvo de Venice Dantas, casou, em 20 de dezembro de 1947, na Igreja Catedral, com Marta Trindade, filha de André Avelino da Trindade (meu tio-avô) e Maria Isabel da Trindade. Consta ainda, nesse documento, que Marta nasceu aos 22 de abril de 1925, em Angicos, e foi batizada aos 9 de junho do dito ano. Francisco Ivo tinha 61 anos e Marta 22 anos, quando

se casaram. Hoje, Marta e seu filho, Leonardo Cavalcanti, moram em Recife.

Venice Dantas, a terceira esposa de Francisco Ivo Cavalcanti, faleceu em 28 de fevereiro de 1947. Era filha do desembargador Virgílio Octávio Pacheco Dantas e Maria Terceira de Melo Alecrim.

Não houve tempo para pesquisar as outras esposas do Dr. Francisco Ivo.

Exupéry e Pinto Martins

Se Exupéry esteve aqui em Natal, não sei dizer, mas, com certeza, Natal não esteve nele, como se vê dos vários livros que escreveu, mesmo nossa cidade sendo parte estratégica da travessia aérea do Atlântico. Com vários colegas transitando por aqui, é estranho que nenhuma importância teve esta cidade para ele nos seus escritos. Muitos estrangeiros que por aqui passaram ao longo dos anos da existência de Natal, quando escreveram, fizeram algum comentário, favorável ou desfavorável. Será que ele esteve aqui e ficou traumatizado por algum acontecimento?

O piloto Euclides Pinto Martins é considerado herói do primeiro *raid* aéreo Nova York-Rio de Janeiro, 1922/1923. Ele nasceu em Camocim, foi batizado em Macau, mas alguns dos seus irmãos nasceram aqui em Natal, depois que sua família veio para cá, por volta de 1900. Aqui ele estudou, trabalhou e, foi aqui, também, que nasceu sua filha Céres. Vamos conhecer os registros, aqui encontrados, dos seus irmãos.

“Aos trinta de outubro de mil novecentos e quatro, na Igreja Bom Jesus, de minha licença, Pe. Manoel de Carvalho

batizou solenemente Esther, nascida a vinte e um de julho deste ano, filha legítima de Antonio Pinto Martins e Maria do Carmo de Araújo Martins, padrinhos Dr. Francisco Gomes do Valle Miranda e D. Maria Amélia do Valle Miranda. Do que faço e assino este termo. O Pároco João Maria Cavalcanti de Brito (Pe. João Maria)".

Esther Pinto Martins, que usou o nome de Sóror Maria Armanda Pinto Martins, da Congregação Filhas de Nossa Senhora da Misericórdia, faleceu em 1939. Uma irmã de Ester, de nome Guiomar Pinto Martins, entrou para essa mesma Congregação, em 1927, usando o nome de irmã Ester Pinto Martins. Foi professora laureada pela Escola Normal de Natal e, em 1913, aparece como professora em Currais Novos. Faleceu em São Paulo, no ano de 1945.

"Aos dezesseis de abril de mil novecentos e nove, foi por mim solenemente batizada, nesta Matriz, Lucarda, filha legítima de Antonio Pinto Martins e Maria do Carmo de Araújo Martins, nascida aos vinte e três de outubro deste mesmo ano, foram padrinhos Avelino Alves Freire e Antonia de Medeiros Freire; do que mandei fazer este que assino. Vigário Moysés Ferreira do Nascimento".

Lucarda Pinto Martins, em 1931, foi aprovada em um concurso de datilografia da Escola Royal, em 1936 era nomeada como servente de 2ª classe das escolas elementares do Departamento de Educação do Distrito Federal. Foi membro

do Partido Proletário do Brasil e, por esse partido, foi candidata à vereadora no ano de 1941. Em 1948, encontramos Lucarda como Diretora do Departamento Social e Cultural da Federação Brasileira de Escolas de Samba.

"Aos quatro de outubro de mil novecentos e três na Matriz de Natal, batizei, solenemente, Raymundo, nascido em três de fevereiro do corrente, filho de Antonio Pinto Martins, e Maria do Carmo de Araújo Martins, padrinhos Francisco Justiniano Cascudo e D. Anna Maria da Conceição Cascudo. Do que faço e assino este termo, o pároco João Maria Cavalcanti de Brito".

Raymundo foi assistente técnico do Núcleo de Serviço Técnico de Aviação, cargo que abandonou. Em 1959, aparece como capitão da Marinha de Guerra. Em 1960, como Comandante da Marinha Mercante. Em 1968, era superintendente geral da Frota Comercial Marítima e de Cabotagem do Brasil S/A.

"Maria, filha legítima de Antonio Pinto Martins e Maria do Carmo Martins, nasceu aos nove de setembro de mil novecentos e cinco e foi pelo Coadjutor Reverendo José solenemente batizada, na Igreja Bom Jesus, desta Freguesia, aos seis de janeiro do ano seguinte; foram padrinhos Dr. Arnóbio Marques e Maria do Carmo Marques. Do que mandei fazer este que assino. Vigário Moyses Ferreira do Nascimento".

Não sei o destino dessa Maria. Sei que, em 1917, partindo de Natal, chegava a Recife Antonio Pinto Martins, sua esposa e suas filhas, Dina Pinto Martins, Esther Pinto Martins, Maria de Lourdes Pinto Martins (em 1929, ela casou no Rio de Janeiro com Dr. Antonio Henrique José Gatti Edler Von Campofiore), Maria do Carmo Pinto Martins, Antonieta Pinto Martins e mais cinco filhos menores.

Um filho de Antonio e Maria do Carmo, que não encontrei o registro, foi Christalino Pinto Martins. Era escrevente da Prefeitura do Distrito Federal, participou do *raid* Rio de Janeiro/Maranhão/Rio de Janeiro, em um pequeno barco, com dois amigos. Casou, em 1929, com Rosa Carlos Magno, irmã do Embaixador Pascoal Carlos Magno. Faleceu em 1932. Um dos filhos de Christalino e Rosa foi Armando Nicolau (homenagem a um tio e a um avô) Pinto Martins, que teve um relacionamento com Bibi Ferreira. Deste casal, Armando e Bibi, nasceu, em 1954, Teresa Cristina Ferreira Pinto Martins (atriz e diretora Tina Ferreira). Como Bibi, Armando casou várias vezes. Com Vera Greenhalgh teve Lu Martins (Luciana Martins).

Outro, do qual não encontrei registro de batismo, foi Armando. No *Jornal do Brasil*, de 7 de abril de 1927, encontro a notícia: “faleceu ontem, nesta capital o preparatoriano Armando Pinto Martins, de 13 anos, irmão do aviador brasileiro Pinto Martins”.

Antonio Pinto Martins faleceu, subitamente, em 1931. Segundo o jornal *A Batalha*, era um patriota exaltado que muito trabalhou pela revolução, sendo um dos membros proeminentes da Legião Brasil Novo. Deixou órfãos dois filhos. Quando morou em Macau, foi tesoureiro da Loja Maçônica "Amor e Serenidade".

Maria do Carmo Pinto Martins, que faleceu em 1950, em 16 de janeiro de 1945, mandou celebrar missa pelo óbito de sua neta, filha de Euclydes, Céres Pinto Martins Kenney e marido Edward T. Kenney, falecidos no desastre de Clipper, em 8 de janeiro de 1945 em Port Spain.

O piloto Euclydes Pinto Martins tem muito mais relação com Natal do que Exupéry.

Francisco Emiliano Pereira, pai e filho

Quando estava escrevendo sobre o Professor de Latim, Francisco Emiliano Pereira, minha intuição dizia que poderiam ser dois com esse nome. Cheguei até escrever isso, mas apaguei. Com o artigo no ar, novas informações de amigos e pesquisadores foram chegando e comprovando uma intuição que foi desprezada.

O primeiro documento que me chegou às mãos, o óbito de Francisco Emiliano, foi enviado lá de Martins pelo pesquisador Junior Marcelino.

"Francisco Emiliano Pereira, branco, casado com Josepha Cordulina de Souza Pereira, morreu de hidropisia do peito, com a idade de quarenta e cinco anos, aos dois de agosto de mil oitocentos e sessenta e nove, e foi sepultado no cemitério público no mesmo dia, sendo encomendado solenemente. Padre Anísio de Torres Bandeira. Coadjutor".

Com a informação acima, o fundador da cadeira de latim do Assú, em 1827, não poderia ser o Francisco Emiliano que foi prefeito de Martins. Mas, Junior Marcelino mandou

o casamento que fecha a relação entre o que foi Professor de Latim e o que foi Prefeito de Martins.

"Aos vinte três dias do mês de agosto de mil oitocentos e quarenta e sete, em oratório privado, em minha presença e das testemunhas José de Souza Pereira e Domingos Velho Barreto Junior, receberam-se em matrimônio os meus paroquianos Francisco Emiliano Pereira Junior e Josefa Cândida de Souza, branco, aquele filho legítimo do Professor Francisco Emiliano Pereira, e esta filha legítima de João de Souza Pereira, moradores nesta Vila e logo receberam as bênçãos nupciais; do que para constar fiz este assento em que assino. O Vigário Antonio de Souza Martins".

Outra informação, para enriquecer nossos estudos sobre o mestre latinista, veio de Mossoró, do nosso amigo e genealogista Marcos Pinto. É uma partilha dos bens deixados pelo professor Francisco Emiliano, do qual ele extraiu o seguinte trecho, que nos interessa para este estudo.

"Dizemos nós, abaixo-assinados, Maria Joaquina Chaves, Francisco Emiliano Pereira e sua mulher Josefa Cordulina de Souza Pereira, José de Souza Martins Pereira e sua mulher Emília Cândida de Souza, Manoel Antonio Pinto e sua mulher Rosa Caetana de Jesus, Francisco Fernandes Pinto e sua mulher Lucina Emiliana Pereira, Maria Joaquina de Chaves, solteira, idade de vinte e sete anos: aquela mulher do falecido Francisco Emiliano Pereira, e estes filhos e genros

dos mesmos; que tendo falecido nosso marido, e pai no ano de mil oitocentos e cinquenta e oito, aos vinte de nove de julho, temos acordado unanimemente em proceder a partilha dos bens deixados pelo mesmo particular, e amigavelmente, e de conformidade com o beneplácito da lei, havendo para isto concordado todos nós os bens do monte, pedido para isto os autores, o herdeiro Francisco Emiliano Pereira, cujo termo de partilha convencional é da maneira seguinte: cidade de Imperatriz, 1º de abril de mil oitocentos e sessenta e dois. Seguem assinaturas.

No mesmo dia, mês e ano retro, reunidos todos nós abaixo-assinados, mulher, filho e genros do falecido Francisco Emiliano Pereira, e de conformidade com a convenção já declarada foram dados à partilha pela inventariante, viúva Maria Joaquina Chaves, os bens existentes no seu monte, bem como as dívidas ativas e passivas, os quais bens foram por nós avaliados unanimemente, tudo da maneira seguinte [...].

Na relação acima são filhos: Francisco Emiliano Pereira, Emília Cândida de Souza, Rosa Caetana de Jesus, Lucina Emiliana Pereira, e Maria Joaquina de Chaves".

Posteriormente, Marcos Pinto complementa com mais informações: "Li em um compêndio de edição fac-similar do jornal *O Comércio de Mossoró*, ano de 1904, de grande seca, que informa em uma das páginas que uma das suas filhas (de Francisco Emiliano), a esposa do advogado rábula Manoel

Antonio Pinto, grande articulista das primeiras edições do jornal *O Mossoroense* (1873-1874), Sra. Rosa Caetana de Jesus, faleceu de inanição em Mossoró".

Informa, ainda, Marcos Pinto, que José de Souza Martins Pereira (esposo de Emilia) é da gens dos Souza Martins, que vem do padre e político Antonio de Souza Martins. No meu blog, postei um artigo, A Paisagem Humana de Martins, de Franklin Jorge, que transcreve o testamento do Padre, bisavô de Junior Marcelino.

Na relação dos filhos, não aparece Antonio. Deve ter falecido. Outro detalhe, importante, é que Domingos Velho Barreto Junior, que aparece como testemunha no casamento de Francisco Emiliano, era pai de Alexandrina Barreto Chaves, esposa de Joaquim Ferreira Chaves Filho. Este último foi duas vezes governador do Rio Grande do Norte.

Francisco Xavier de Sousa, lá do Sertão Central Cabugi (I)

No universo genealógico, alguns nomes se repetem com muita frequência. Entre as mulheres, aparecem, entre outras, as Terezas de Jesus e as muitas Marias: da Natividade, do Espírito Santo, da Conceição, do Perpétuo Socorro, além de Delfina Maria da Conceição. Entre os homens, temos João Batista, André Corsino, André Avelino, Felipe Santiago e Francisco Xavier.

Em artigos anteriores, vimos que Manoel Varella Barca Jr. casou com Thereza de Jesus Duarte, filha de Francisco Xavier de Sousa Jr, e neta de outro de mesmo nome. Este último era natural da Vila de Cachoeira, na Bahia. Lá, em Gaspar Lopes, Angicos, Afonso Bezerra e Santana do Matos, encontramos muitos registros de descendentes de um Francisco Xavier de Sousa, que não identificamos sua naturalidade, principalmente, por omissão da Igreja, embora haja vários registros nos quais ele está presente. Em 1859, ele aparece como tenente-coronel, em um desses registros. Desconfio que Josefa Francisca da Costa, esposa de Francisco Xavier de

Sousa, seja neta do patriarca João Barbosa da Costa. Veremos que os descendentes de Francisco e Josefa se entrelaçam com muitos dos meus familiares.

Manoel Américo de Carvalho Pita, quando escreveu o livro *Monsenhor José Edson Monteiro – Do pé da serra aos pés da santa*, deu as seguintes informações: "José Edson Monteiro nasceu a 28 de Setembro de 1927, na então Vila de São Romão, hoje cidade de Fernando Pedroza, no sertão central do Rio Grande do Norte. Filho do Sr. Zacharias Monteiro e D. Maria da Conceição Monteiro. São seus avós paternos Francisco Monteiro de Sousa, conhecido por Bembem, e D. Ana Amélia Cruz Monteiro, e avós maternos Vicente Verdeixa de Sousa e D. Francisca Verdeixa de Sousa, trabalhadores na agricultura, na fazenda São José, de Miguel Pinheiro, no Município de Angicos. São seus irmãos Vicente Monteiro e Maria Monteiro".

Vamos escrever sobre os descendentes do tenente-coronel Francisco Xavier de Sousa, a partir de Vicente, avô de Monsenhor Monteiro. Vicente, filho de Francisco Xavier de Sousa e Josefa Francisca da Costa, nasceu aos 17 de junho de 1832, foi batizado aos 30 de novembro do mesmo ano, e teve como padrinhos José Alexandre Solino da Costa e Vicência Francisca de Aquilar Bezerra. Estes padrinhos casaram dois anos depois, aos 13 de agosto, na Fazenda Carapebas, dispensados do impedimento de segundo grau duplicado de sanguinidade e, atingente ao primeiro, sendo ele filho de

Antonio Barbosa da Costa e Claudiana Francisca Bezerra. Não aparecem os pais de Vicência.

O batizado que se assinava, posteriormente, como Vicente Verdeixa Xavier de Souza, casou-se pelo menos três vezes.

O primeiro casamento de Vicente Verdeixa foi, no Curral dos Padres, em 12 de novembro de 1856, com Elísia Francisca Solino Bezerra, filha dos seus padrinhos José Alexandre Solino da Costa e Vicência Francisca de Aquilar Bezerra, tendo como testemunhas José Pedro da Silveira e Antonio Valério da Costa Bezerra. Elisia faleceu em 1871 com 34 anos de idade, pouco mais ou menos

Viúvo de Elísia, Vicente casou, na Fazenda Santa Luzia, em 13 de novembro de 1872, com Rosa Maria da Trindade, filha de João Miguel da Trindade e Maria Rosa da Conceição, na presença de Francisco Xavier de Jesus Maria e de José Bezerra Xavier da Costa. Rosa Maria da Trindade era irmã do meu bisavô, tenente João Felippe da Trindade. Francisco Xavier de Jesus Maria era irmão de Vicente. Rosa Maria faleceu em 1877, com 47 anos de idade.

Novamente viúvo, Vicente casa, em 7 de janeiro de 1883, na Matriz de São José de Angicos, com Francisca Maria Xavier da Costa, filha de José Pedro Xavier da Costa e Maria Ritta de Azevedo, sendo testemunhas João Felippe da Trindade e Manoel Carlos Xavier da Costa. José Pedro, pai de Francisca,

era filho de Pedro Francisco da Costa e Joaquina Maria de Santana, esta última irmã de meus trisavós, Vicente Ferreira Xavier da Cruz e Miguel Francisco da Costa Machado. Ele casou a primeira vez com Anna Xavier de Azevedo. Viúvo de Anna, José Pedro casa, em 1860, com Maria Rita de Azevedo, que vem a ser a mãe de Francisca, terceira esposa de Vicente Verdeixa. Maria Rita era filha de José Honório Lopes de Azevedo e Francisca Maria Duarte. Talvez essa segunda esposa de José Pedro fosse irmã da primeira.

Vicente Verdeixa, embora tenha casado três vezes, teve poucos filhos. Somente encontrei, até agora, uma filha de nome Maria, já do terceiro casamento. Ela nasceu aos 25 de março de 1889 e foi batizada aos 12 de maio do mesmo ano, tendo como padrinhos o Barão e a Baronesa de Serra Branca. Talvez essa Maria seja, justamente, a mãe do Monsenhor Monteiro.

No próximo artigo, escreveremos sobre outros filhos de Francisco Xavier de Sousa.

Francisco Xavier de Sousa, lá do Sertão Central Cabugi (II)

Francisco das Chagas Sousa, mais conhecido por Chico Sousa, foi um grande fazendeiro de Afonso Bezerra. Admirado por muitos moradores dessa cidade, há quem defenda a substituição do nome do escritor Afonso Bezerra, que antes já foi Carapebas, pelo dele. Os sites, que tratam de sua vida, ressaltam que teve mais de 50 fazendas e, além disso, possuía dois aviões para pulverização das plantações. Entretanto, não encontrei, até agora, nenhum trabalho maior sobre esse grande fazendeiro.

Quando estive na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Natal, pedi ajuda a uma das bisnetas de Chico Sousa, que trabalhava lá, a fim de descobrir a ascendência dele. Hoje vamos escrever, principalmente, sobre o elo que vai até o velho Francisco Xavier de Sousa e sua esposa Josefa Francisca da Costa. Começamos com o casamento de Chico Sousa.

"Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de mil novecentos e vinte e três, no Sítio Juazeiro, desta Freguesia, depois

das denunciações canônicas, sem impedimento algum, na presença das testemunhas José Lopes Bezerra e João Gomes da Trindade, assisti ao recebimento matrimonial dos meus paroquianos: Francisco das Chagas Sousa, com Maria da Penha Bezerra, filhos legítimos: ele de Bibiano Xavier de Souza, e Antonia Eulália Xavier de Souza, e ela de Martinho Barbalho Bezerra, já falecido, e Zenebra da Rocha Bezerra, ambos desta Freguesia e residentes".

Bibiano nasceu aos 2 de dezembro de 1866, filho de João Inocêncio Xavier de Sousa e Maria Martins Ferreira da Costa, tendo como padrinhos Felippe Brasiliano da Costa e Josefa Francisca Xavier da Costa. Esse Felippe Brasiliano era irmão de Maria Martins, portanto, tio de Bibiano. Vejamos o batismo de João Inocêncio.

"João, filho legitimo de Francisco Xavier de Sousa, e de sua mulher Josefa Francisca da Costa, moradores nesta Freguesia de Santa Ana do Matos, nasceu aos quatro de janeiro de mil oitocentos e trinta e seis, e foi batizado, solenemente, com os santos óleos aos nove de fevereiro do dito ano, na capela de São José de Angicos, filial a esta matriz, pelo padre Manoel Antonio dos Santos Pereira Leitão; foram padrinhos Vicente Ferreira Barbosa, viúvo, e Anna Francisca Xavier, casada".

João Inocêncio Xavier de Sousa, casou em 7 de janeiro de 1859, no Sítio Carapebas, com Maria Martins Ferreira, filha de João Evangelista da Costa e Anna Ferreira de Morais, tendo

como testemunhas José Mariano Xavier de Sousa (irmão do nubente) e Antonio Valério da Costa Bezerra (casado com Leonídia Francisca Xavier, irmã do nubente). Leonídia, quando casou, em 1851, no Sítio Curral dos Padres, com Antonio Valério, houve dispensa de 2º e 3º graus de consanguinidade, denunciando forte parentesco entre eles. Os pais de Antonio Valério eram Vicente Ferreira Barbosa e Francisca Xavier da Costa. Observe que Vicente Ferreira foi padrinho de João Inocêncio.

Os pais de Maria Martins, João Evangelista da Costa e Anna Ferreira de Moraes eram filhos, respectivamente, de Antonio Barbosa da Costa e sua mulher Claudiana Francisca Bezerra, e Antonio Ferreira de Moraes e sua esposa Antonia Theresa. Dona Maria Martins faleceu jovem, com 32 anos de idade.

De João Inocêncio e Maria Martins Ferreira, encontramos registros de outros filhos: Francisco, nascido aos 30 de novembro de 1859, e batizado no Sítio Carapebas, aos 25 de dezembro do mesmo ano, tendo como padrinhos Francisco Xavier de Sousa e Anna Ferreira de Morais, casados; José, nascido aos 19 de março de 1861, e batizado no Sítio Santa Luzia, aos 25 de agosto de 1861, tendo como padrinhos João Evangelista da Costa e Josefa Francisca da Costa, ambos casados; Vitalino, nascido aos 28 de abril de 1862, teve como padrinhos Antonio Evangelista da Rocha Bezerra e sua esposa

Leocádia Francisca Xavier Bezerra; Adriano, nascido ao 1 de março de 1864, teve como padrinhos Vicente Verdeixa, viúvo, e Júlia de Maria Ferreira da Costa; Miguel nascido aos 22 de fevereiro de 1870, teve como padrinhos Francisco Xavier de Jesus Maria e Maria Joaquina da Costa; Theodorico, nascido em 1 de julho de 1874, e batizado aos 26 de dezembro do mesmo ano, teve como padrinhos Onofre José Soares, por seu procurador Francisco Xavier de Sousa, e Maria Francisca Xavier Bezerra.

No próximo artigo, vamos tratar dos outros irmãos de Vicente Verdeixa e João Inocêncio, filhos de Francisco Xavier de Sousa e Josefa Francisca da Costa.

Francisco Xavier de Sousa, lá do Sertão Central Cabugi (III)

Meu amigo e parente, promotor aposentado, Pedro Avelino Neto, é quem nos guia, inicialmente, na direção do velho Francisco Xavier de Sousa. Segundo Pedro, seus pais eram José Avelino Monteiro e Lídia Avelino de França, sendo seus avós paternos Pedro Avelino Monteiro e Militana Xavier Avelino. Pedro Avelino Monteiro era filho de Manoel Antonio da Costa Monteiro e Agostinha Maria Martins Bezerra, minha tia-bisavó.

Militana, filha de Francisco Xavier de Jesus Maria e Antonia Regina Maria das Virgens, nasceu aos 10 de março de 1883, e teve como padrinhos de batismo Ildefonso Virgulino e sua mulher Olímpia Olívia Ferreira, moradores em Macau, por seus procuradores José Francisco Alves de Sousa e Maria Ignácia Alves de Sousa. Seu pai, Francisco Xavier de Jesus Maria, outro filho do velho Francisco Xavier e Josefa Francisca, casou, no Curral dos Padres, em 9 de novembro de 1864, com Antonia Regina Maria das Virgens, natural de Extremoz, filha de José Pedro da Silveira e Catarina Maria da Assumpção,

sendo testemunhas Trajano Xavier da Costa e Antonio Valério da Costa Maria. Francisco, em vários registros, aparece como Francisco Xavier de Souza Filho.

Entres os filhos de Francisco e Antonia Regina ou Régia, citamos: Francisco, nascido aos 27 de março de 1878, sendo padrinhos de batismo, Francisco Ribeiro de Sousa e Maria Senhorinha Barbalho Bezerra; Abílio, nascido aos 5 de junho de 1879, tendo como padrinhos José Avelino Martins Bezerra e Josefa Maria da Costa Bezerra; Cândida, nascida aos 4 de setembro de 1880, foi batizada no Sítio Curral dos Padres, sendo padrinhos Onofre José Soares e sua mulher Maria do Carmo do Amor Divino, por seus procuradores Antonio Valério da Costa Maria e sua mulher Leonídia Francisca Xavier; Maria, nascida em 6 de março de 1872, em Curral dos Padres, foi batizada nesse mesmo local, pelo missionário frei Serafim de Catania, sendo padrinhos Vicente Verdeixa Xavier de Sousa e Ana Francisca Maria da Anunciação; Luiz, nascido aos 7 de janeiro de 1874, foi batizado, na Matriz, sendo padrinhos José Marianno Xavier de Sousa e Francisca das Chagas de Sousa Monteiro.

Outro filho de Francisco Xavier de Sousa e Josefa Francisca da Costa é José Mariano. José Mariano Xavier de Souza casou, em 28 de junho de 1859, com Belízia Francisca Bezerra, filha do tenente-coronel Antonio Francisco Bezerra da Costa (ele meu tetravô) e Vicência Ferreira da Costa (ela

minha tia-trisavó), com os testemunhos de Miguel Ribeiro Dantas Jr. e Torquato Álvares Bezerra. José Mariano tinha ficado viúvo de sua primeira mulher, Maria Catharina de Sena Virgem.

Entre os filhos do seu primeiro casamento com Maria Catharina, encontramos: Vicente, nascido aos 29 de julho de 1852, batizado no Sítio São Paulo, sendo padrinhos Antonio Barbosa Xavier de Sousa e Josefa Leocádia Francisca Bezerra, casados; Maria, nascida aos 24 de março de 1858, e batizada no Sítio Carapebas, tendo como padrinhos Manoel Xavier de Sousa, solteiro, e Joanna Cordulina Xavier Ferreira, casada; Josefa Francisca Xavier Bezerra, que casou, em Gaspar Lopes, em 15 de agosto de 1866, com meu tio-bisavô Manoel Jacintho da Trindade, filho de João Miguel da Trindade e Maria Rosa da Conceição; Francisco Anacleto Xavier de Sousa, que casou no Sítio Carapebas, em 30 de setembro de 1871, com Joanna Martins Bezerra, minha tia-bisavó, filha de Alexandre Avelino da Costa Martins e Anna Francisca Bezerra. Esta última era filha do tenente-coronel Antonio Francisco Bezerra da Costa e sua primeira esposa Agostinha Monteiro de Sousa, falecida de parto em 2 de julho 1827. Três meses depois, em 2 de outubro de 1827, o tenente-coronel casa com a sobrinha de Agostinha, Vicência Ferreira da Costa, irmã de Alexandre Avelino. Naquela época, ninguém ficava solteiro por muito tempo e, na maioria das vezes, casava com familiares seus ou da primeira esposa.

Belízia, a segunda esposa do José Mariano, tinha nascido aos 22 de dezembro de 1839 e sido batizada em 1 de janeiro de 1840, tendo como padrinhos Alexandre Avelino da Costa Martins, meu trisavô, e Maria Xavier da Costa, casada.

Para José Mariano Xavier de Sousa e Belízia encontramos os filhos: Maria, nascida aos 25 de maio de 1860, e batizada no Sítio Gaspar Lopes, tendo como padrinhos os avós de cada lado, Antonio Francisco Bezerra da Costa, viúvo, e Josefa Francisca da Costa, casada; Seríaco, nascido aos 16 de março de 1862, e batizado na Matriz, tendo como padrinhos Francisco Xavier de Sousa Filho e Clara Francisca Bezerra, solteira; Josefa, nascida aos 1 de junho de 1873, em Gaspar Lopes, e batizada no sítio São Pedro, tendo como padrinhos Joaquim Soares Raposo da Câmara e Josefa Francisca da Costa Bezerra, por seus procuradores Trajano Xavier da Costa e Joanna Maria Xavier Bezerra; Antonia, nascida aos 24 de janeiro de 1875, e batizada no Sítio São Paulo, tendo como padrinhos Miguel Ribeiro Dantas Jr e sua mulher Maria Angélica Ribeiro Dantas, por seus procuradores Trajano Xavier da Costa e Maria do Ó Xavier da Silva; Maria Ritta Xavier Bezerra, que casou, em 1 de julho de 1883, com Prisciliano Genário da Costa Bezerra, filho de Alexandre Francisco da Costa Bezerra e Josefa Leocádia da Costa Bezerra.

Manoel, outro filho de Francisco Xavier de Sousa e Josefa Francisca Bezerra, nasceu aos 25 de dezembro de 1839

e foi batizado na Matriz, aos 6 de janeiro de 1840, sendo padrinhos Manoel da Silveira Borges, solteiro, e Sabina Maria da Silva, casada. Como adulto, seu nome era Manoel Xavier da Costa, que casou, na Fazenda Juazeiro, em 22 de outubro de 1862, com Maria Francisca Bezerra, filha de Agostinho Barbosa da Silva e Sabina Maria dos Santos sob os testemunhos de José Maria da Silva Grillo e Vicente Verdeixa Xavier de Souza.

Frei Aníbal de Gênova e Francisco Xavier Torres

Uma dúvida que persiste nas minhas pesquisas é saber se Francisco Xavier Torres, que fez doação de terras para a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Guamaré, tem algum parentesco com Francisco Xavier Torres, meu tetravô, casado com Úrsula Córdula do Sacramento, que morava em Touros. Vamos falar sobre os vários Franciscos Xavier Torres, mas em especial sobre um Francisco Xavier Torres que aparece no manuscrito, *Viaggio di Africa e America Portoghesa*, deixado por Frei Aníbal de Gênova, citado por Frei Fidelis de Primério no seu livro *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*.

Frei Aníbal nasceu em 1723 e entrou para ordem em 1740. Faleceu em Gênova a 17 de maio de 1785.

Foi Frei Aníbal de Gênova, religioso capuchinho, missionário apostólico em Missão, que fez as dispensas para o casamento do sargento-mor Antonio da Rocha Bezerra, filho do coronel Antonio da Rocha Bezerra e Josefa Leite de Oliveira, com Maria Gomes Freire, filha de Bonifácio da Rocha Vieira

e Ignácia Gomes Freire, falecidos em 1 de dezembro de 1759. Os nubentes eram parentes em 4º grau de consanguinidade.

Em 5 de outubro de 1762, Frei Aníbal de Gênova começou a sua missão volante. Quando saiu de Goiana, passou pelo Engenho Grande e tomou a direção de Goianinha no Rio Grande do Norte, devendo fazer trinta e cinco léguas. Foi parando pelo caminho em quantos lugarejos havia. Assim se deteve em Cruz das Almas, Passo D'Água, indo depois a Cururu (Nísia Floresta), a fim de se encontrar com o síndico de seu convento do Recife, Francisco Xavier Torres, por ocasião das festas do Natal. Em caminho, fez comungar 643 fiéis. Recebeu-o Torres com as demonstrações de vivo afeto e acompanhou-o com toda a família a Goianinha. Ali, receberam a comunhão 2 322 moradores, assim como 1 744 na paróquia de Nossa Senhora do Ó.

Depois, Frei Aníbal passou por Natal, cidade que contava pouco mais de sete mil almas, fregueses de uma paróquia única. Achou o porto espaçoso, seguro e bem-defendido pelo Forte dos Santos Reis Magos. De Natal, seguiu a convite para São Gonçalo, do outro lado do Potengi, onde se hospedou no engenho de Pedro de Nova (talvez Pedro Gonçalves da Nóvoa). Daí, se dirigiu a Coité e seguiu para o engenho da rica fazendeira, a viúva Dona Joana Gomes, em um lugar chamado Coral da Junta.

Daí em diante, era o alto sertão. Para isso, precisava tomar algumas precauções. Ofereceu-se o filho primogênito

de Francisco Xavier Torres (não cita o nome, uma pena do ponto de vista genealógico) para lhe servir de guia e companheiro. Conhecia muito bem a região sertaneja. Além dos dois escravos que com ele vieram de Benin, levou o padre dois grandes mastins para se defender das pintadas, abundantes naqueles desertos onde encontravam os possantes jaguaretês farta carniça.

Resolveu Frei Aníbal ir até o Assú, a 80 léguas de Natal. Com esse destino, passaram por Caiçara, quase à beira-mar, onde havia a fazenda de um Antonio Machado, genro de Torres.

De Caiçara seguiu para Mangue Seco (era neste distrito que residiam, antigamente, Francisco Xavier Torres e sua esposa Maria Gomes da Silva, doadores das terras para a Construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Guamaré), terra deserta e arenosa do litoral atlântico, onde viviam algumas famílias de criadores, onde a água era de mau paladar e semissalgada. Passou quatorze dias lá, onde confessou 834 comungantes, ficando edificado com a piedade desses pobres moradores.

Depois esteve em Pedra Branca, onde foi hóspede de um genro do Coronel Antonio da Rocha Bezerra. Daí seguiu para Cacimbas (devia ser Cacimbas do Vianna, onde quem também tinha terras era Dona Mariana da Rocha), fazenda do Coronel Antonio Bezerra, onde moravam mais de duas mil pessoas. Grande criador e lavrador era o Coronel Antonio

Bezerra, senhor de terras e gados, escreveu Frei Aníbal. Seguiu em direção a Olho d'Água (devia ser a Fazenda Olho d'Água dos Pitta).

Chegou no Assú, onde confessou mais de 8.763 fiéis, e daí foi para Apodi a dez léguas daquela Vila. Não me estenderei mais nessa viagem que seguiu para Piancó e outros lugares.

Pelo que vimos acima, o síndico, Francisco Xavier Torres, tinha um genro morando em Caiçara. Além disso, Frei Aníbal e o filho de Torres demoraram 14 dias em Mangue Seco, antiga moradia do doador de terras para a capela, que tinha o mesmo nome do dito síndico. Mais adiante vamos ver mais informações sobre esses Torres, em busca de um elo entre eles.

Gente de nosso tempo (I)

De costume, e por preferência, tenho pesquisado e publicado, neste jornal, registros genealógicos dos nossos povoadores mais antigos. Nossos leitores me contam que, mesmo desconhecendo as pessoas citadas, gostam de saber sobre o passado. Talvez, na intenção de encontrar um ascendente. Mas, necessitando buscar maiores informações sobre descendentes de antigos moradores da nossa Freguesia, pesquiso, muitas vezes, registros mais recentes. Aí, encontro gente do nosso tempo, que talvez nem saiba de onde vieram seus ascendentes. Por isso, vou trazer para este espaço, também, registro de pessoas conhecidas. Assim, talvez possamos melhorar o elo com o passado mais antigo. Como algumas dessas pessoas ainda são vivas, evitarei citar a data exata do nascimento.

Zé Eduardo, amigo de muitos anos, e colega, por diversas vezes, na UFRN, Governo do Estado e Prefeitura Municipal do Natal, é o primeiro da lista. José Eduardo de Almeida Moura nasceu em Natal, no ano de 1947, e foi batizado nesse mesmo ano, na Catedral de Nossa Senhora da Apresentação, pelo seu tio, o Reverendo Padre Pedro de Moura (autor de livros sobre o Rio Grande do Norte), no dia de Nossa Senhora da Conceição.

Filho legítimo de Ezequiel Rebouças de Moura, comerciante, e de sua esposa Dona Angélica de Almeida Moura, professora (foi diretora do Atheneu), neto paterno de Gonçalo Ismael de Moura e Josefa Rebouças de Moura, e materno de Heitor Góis de Almeida e Maria Alinda Lagrota de Almeida Bastos. Foram padrinhos Ângelo Lagrota de Almeida Bastos e Santa Inez Rebouças de Moura. Nessa época, os pais residiam na rua José de Alencar, 724, como também o padrinho Ângelo. Já Santa Inez residia na General Ozório, 256.

Tó, como era conhecido, amigo de infância, residia na esquina da Hermes da Fonseca com a Ezequias Pegado, na casa de seus pais, Seu Gaspar e Dona Aparecida. Do seu registro, tiramos o que se segue: Antonio Neto Gaspar nasceu em Paulista, Pernambuco, no ano de 1943, e foi batizado nesse mesmo ano na Igreja do Tirol, pelo padre Esmerino Gomes da Silva. Filho legítimo de Henrique Marques Gaspar (português) e de sua esposa Dona Maria Aparecida Neto Gaspar. Foram padrinhos, seu tio, José Arnaud Gomes Neto (foi Deputado Federal) e sua esposa, Dona Elza Câmara (filha do Senador João Câmara).

Zé Wilson, outro amigo de infância, que morava na Hermes da Fonseca, em frente ao Colégio Maria Auxiliadora, era primo de Tó. O pai de Zé era irmão da mãe de Tó. José Wilson Arnaldo nasceu em Baixa Verde, no ano de 1946, e foi batizado no dito ano, no Santuário do Tirol, pelo monsenhor

José Alves Landim. Filho legítimo de José (Wilson) Arnaldo Gomes Neto, funcionário público, natural de Santa Cruz, e de sua esposa, Dona Maria Terezinha da Câmara Gomes Neto, doméstica, natural de Baixa Verde, onde residiam; neto paterno de Dr. Arnaldo Gomes Neto (Recife) e Anna Carmelita Gomes Neto (Santa Cruz); e materno de Antonio Severiano da Câmara e Ana Soares da Câmara. Foram padrinhos Dr. Arnaldo Gomes Neto, magistrado, viúvo, e Dona Ana Pereira da Cunha Mello, casada, residentes em Natal. Anna Carmelita era neta materna (através de Maria Felentina de Medeiros Rocha) de Felix Antonio de Medeiros (São João de Sabugi) e de Thereza Duquesa de Farias. Maria Felentina era irmã de Maria do Ó, mãe do meu sogro Francisco Umbelino Neto.

Marco Aurélio, que lança um livro esta semana sobre o pai, Dr. Floriano Cavalcanti, nasceu em 1936, sendo batizado em oratório privado no mesmo ano. Filho legítimo de Dr. Floriano Cavalcanti e Dulce de Moura Cavalcanti, teve como padrinho Dr. Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima. Alguns registros são pobres em informações, como é o caso deste de Marco Aurélio.

O deputado estadual Agnelo Alves nasceu em Ceará-Mirim, no ano de 1932, mas foi batizado, na Catedral, no ano de 1933. Filho legítimo de Manoel Alves Filho e Maria Fernandes Alves teve com padrinhos Francisco (Quinho) Chaves e Natércia Pinheiro Chaves. Este último casal batizou,

em 1933, na Catedral, Eloi Chaves, nascido em 1932, sendo os padrinhos Militão Chaves e Britalda Chaves.

Um dos meus professores, no curso de Bacharelado em Matemática, foi Joaquim Elias de Freitas. Ele nasceu em 1941, mas foi batizado somente em 1943, na Catedral. Era filho legítimo de Joaquim Pinheiro de Freitas, que faleceu em 1942, e de sua esposa Dona Maria Carolina de Freitas, natural de São José de Mipibu, neto paterno de Rafael Arcanjo de Freitas e Francisca Ferreira de Freitas; pelo lado materno, de Pedro Afonso de Barros e Josefa Rodrigues de Barros. Foram seus padrinhos Pedro José Lagreca, comerciante, e sua esposa Dona Ignez Freire Lagreca.

Gildecina (nome composto) nasceu aos 24 de outubro de 1932 e foi batizada na Catedral aos 8 de dezembro do mesmo ano. Era filha de Gildenor Monteiro Alves Bezerra e Gercina Henriques Bezerra. Teve como padrinhos João Baptista Alves Bezerra e Felisbella Diniz Henriques. A professora Gildecina Henriques Bezerra faleceu no ano de 1966. Era irmã de Gilda (Gildegerci, outro nome composto) Avelino, viúva do poeta Gilberto Avelino, e sobrinha do escritor Afonso Bezerra. Elas descendem de Ana Jovina da Costa Bezerra, minha tia-bisavó, e seu marido Antonio Pedro Alves Bezerra.

Gente de nosso tempo (II)

Ana Carmelita Gomes Neto faleceu na rua Jundiaí, Natal, no dia 20 de agosto de 1943, deixando viúvo Dr. Arnaldo Gomes Neto. Diz o genealogista Antonio Luis, vendo uma foto na qual aparecem Maria Felentina de Medeiros Rocha e algumas irmãs dela, que o padre Esmerino, que está no centro da imagem, era tio de Manoel Neto Gaspar. Pelo Facebook, Nel confirmou que o padre era irmão do seu avô paterno, Arnaldo Gomes Neto. Segundo monsenhor Severino Bezerra, o padre Esmerino nasceu em Itaporanga (PB) a 1º de setembro de 1881, filho de Josino Gomes Pereira da Silva e Maria Silvina da Silva. Em 1944, o padre Esmerino faleceu em Santa Cruz.

"Em 1946 era batizada, no Santuário do Tirol, Ana Maria, nascida nesse mesmo ano, filha legítima do Dr. José Arnaud Gomes Neto, advogado, natural de Santa Cruz, e de sua esposa Elza Câmara Gomes Neto, doméstica, natural de Baixa Verde, neta paterna do Dr. Arnaldo Gomes Neto e Ana Carmelita Gomes Neto; e materna de João Severiano da Câmara e Maria Gomes da Câmara. Padrinhos Dr. Arnaldo Gomes Neto e Tereza Gomes da Câmara".

Fernando Umbelino Gomes, primo legítimo de Ana Carmelita, morava na av. Deodoro e batizou um dos seus filhos em Natal. Cleiber Moreira Dias Gomes nasceu em 1948, e foi batizado no mesmo ano, na Catedral. Era filho de Fernando Umbelino Gomes e Lúcia Maria Dias Moreira Gomes, neto paterno de José Umbelino Gomes de Macedo e Maria do Ó de Medeiros Gomes (filha de Felix Antonio de Medeiros), e materno de Odorico Moreira Dias e Marieta Bigois Moreira Dias. Foram padrinhos Francisco Umbelino Neto, tio do batizado, e sua esposa Maria Stela Rodrigues de Medeiros, meus sogros.

Do capitão João Martins Ferreira e do seu filho major José Martins Ferreira, fundadores de Macau, nasceu e foi batizado, aqui em Natal, um descendente. Paulo de Tarso Fernandes, que foi deputado estadual, nasceu no ano de 1949, e foi batizado no mesmo ano, na Catedral, pelo Padre José Pereira Neto. Filho legítimo de Aristófanes Fernandes e Silva, comerciante, e de sua esposa Dona Maria do Céu Pereira Fernandes, neto pelo lado paterno de José Fernandes Silva e Jesuína Fernandes Silva e, pelo materno, de Vivaldo Pereira de Araújo e Olindina Cortez Pereira. Foram seus padrinhos Monsenhor Paulo Herôncio de Melo e Eunice Pereira de Araújo, residentes em Currais Novos. Jesuína era filha de Josefina Emília Martins Ferreira, prima legítima de minha avó, ambas netas do Major José Martins Ferreira.

Olindina Coeli, irmã de Paulo de Tarso, nasceu em 1946, à rua Mossoró, 359, e foi batizada no mesmo ano no Santuário do Tirol, pelo mesmo padre José Pereira Neto, sendo seus padrinhos José Cortez Pereira de Araújo (foi governador do Rio Grande do Norte), solteiro, e Jesuína Fernandes da Silva, casada, aquele residente em Currais Novos, e esta em Santana do Matos.

Ainda na av. Deodoro, 736, onde moravam seus pais, nasceu Militão Chaves Filho, no ano de 1949, e foi batizado no mesmo ano. Filho legítimo de Militão Chaves, comerciante, natural de Pau dos Ferros, e de sua esposa Dona Elza de Paiva Chaves, de prendas domésticas, natural de São José de Mipibú, neto paterno de Benedito Antonio Chaves e Leopoldina de Sousa Chaves e, pelo materno, de Amaro Marques e Anísia de Paiva Marques, sendo padrinhos o deputado federal Aluízio Alves e sua esposa Dona Ivone Lira Alves, residentes à rua Silveira Martins, 156, apt. 803, Rio de Janeiro.

Dessa Família Chaves, tem Maria das Graças nascida à rua Princesa Isabel, residência dos pais, em 1948, e batizada na Catedral nesse mesmo ano. Filha legítima de Garibaldi Alves, agricultor, e Maria Vanice Chaves Alves, neta paterna de Manoel Alves Filho e Maria Fernandes Alves; e materna de Francisco Quinho Chaves e Natércia Pinheiro Chaves. Padrinhos João Pinheiro de Melo, comerciante, e Dona Francisca Fernandes Pinheiro.

Quem morava na Hermes da Fonseca, em frente ao Colégio Maria Auxiliadora, era Zezé (José Idalino), que nasceu em 1942, em São José de Mipibú, onde moravam os pais. Filho legítimo de Orlando Teixeira de Carvalho, funcionário público, com 31 anos, natural de Canguaretama, e de sua esposa Dona Aliete Soares de Carvalho, com 27 anos, natural de Baixa Verde, neto paterno de Idalino Teixeira de Carvalho e Elvira Teixeira de Carvalho, e pela materna de João Frutuoso Soares e Joana Teixeira Soares. Foram padrinhos João Nesi, solteiro, funcionário público, natural de Natal, e sua irmã Dona Adélia Nesi Simonetti, funcionária pública, residentes em Natal.

Por falar em Nesi, em 1938, nascia, no Hospital Miguel Couto, Mitsi Nesi Simonetti, que foi batizada na Catedral, em 1939, filha legítima de Absalão Simonetti, e de sua esposa Adélia Nesi Simonetti, ambos naturais do Rio Grande do Norte, domiciliados à av. Rio Branco, 543, neta paterna de Américo Vespúcio Simonetti e Amélia Fausta Simonetti, e materno de João Nesi e Gabriela Nesi. Foram padrinhos João Nesi Filho e Gabriela Nesi.

Não devemos deixar nossos descendentes órfãos de informações sobre seus ancestrais. Vamos escrever para eles a história de nossas famílias.

Gente de nosso tempo (III)

O famoso piloto que dá nome ao aeroporto de Fortaleza, Euclides Pinto Martins, nasceu, segundo seus biógrafos, em Camocim, Ceará, em 1892, e foi batizado nesse mesmo ano em Macau, mas passou um tempo em Natal onde estudou no Colégio Americano e, também, no Atheneu. Formado em Engenharia Mecânica nos Estados Unidos, aqui trabalhou na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas e na Estrada de Ferro. Uma de suas filhas nasceu aqui em Natal, conforme registro a seguir.

"Aos oito de março de mil novecentos e quatorze, nesta cidade, em casa particular, o Reverendo Padre Joaquim Honório da Silveira, de minha licença, batizou solenemente a Céres, filha legítima de Euclides Pinto Martins e D. Maria Gertrudes MacMullan, nascida a dezoito de janeiro do mesmo ano, sendo padrinhos Antonio Pinto Martins e D. Maria do Carmo de Araújo Martins (avós paternos da batizada). Do que mandei fazer este assento que assino. O vigário, Cônego Estevam José Dantas".

A família Pinto Martins tem muitos descendentes no Rio Grande do Norte e, talvez, descenda daquele que levou a indústria da carne de charque para o Rio Grande do Sul. Faremos um artigo sobre aqueles que encontramos por aqui. Há uma rua, aqui em Natal, chamada de Pinto Martins.

O professor e historiador Cláudio Galvão tem contribuído, em muito, para a cultura do nosso estado, com a publicação de mais de 18 livros. Ele merece nosso apreço e homenagem. "Cláudio Augusto Pinto Galvão nasceu aos 28 de agosto de 1937 à Rua Ulisses Caldas, 39, e foi batizado aos 3 de abril de 1938, filho legítimo de Augusto Carlos Galvão, funcionário público, com 32 anos, e de Claudina Pinto Galvão, com 32 anos; neto paterno de Inácio Carlos Galvão e de Josefa Adelaide Galvão, e neto materno de João Batista Ferreira Pinto e Umbelina Ferreira Pinto. Foram padrinhos João Cláudio de Vasconcelos Machado, solteiro, e sua tia D. Amélia Machado, viúva".

Um irmão de Cláudio também se destacou na academia. Carlos Augusto Pinto Galvão, Doutor em Física, nasceu aos 11 de setembro de 1941 e foi batizado aos 8 de dezembro do mesmo ano, pelo padre Ulisses Maranhão, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Foram padrinhos Umberto Micussi e Maria Carneiro de Sousa.

Meu amigo e colega do Instituto de Genealogia, o jornalista Luiz Gonzaga Cortez, pesquisa os Gomes de Melo que

se estabeleceram em Currais Novos e outros municípios deste país. Vamos ver alguns registros de familiares dele.

"Margarida nasceu à Rua Felipe Camarão, 435, aos 18 de novembro de 1939, e foi batizada, aos 2 de janeiro de 1940, na catedral. Filha legítima de Manoel Genésio Cortez Gomes, industrial, de 40 anos, natural de Currais Novos, e de dona Maria da Natividade Cortez Gomes, de 25 anos, natural de Natal, neta paterna de José Gomes de Melo e Ana Gomes Cortez e pela materna de Manoel Marcelino da Silva e Maria Gomes da Silva. Foram padrinhos Dr. Everton Dantas Cortez, advogado, natural de Currais Novos, e sua esposa D. Genura Ramalho Cortez, natural da Paraíba, residentes em Mossoró". Os padrinhos são os pais dos meus colegas da UFRN, Lóris e Iéris.

Um irmão de Margarida, Dr. Cleóbulo Cortez, nasceu aos 28 de maio de 1932, e foi batizado aos 31 de julho do mesmo ano, na Catedral, sendo seus padrinhos José Borges de Oliveira e Maria Vieira Borges de Oliveira.

Outro irmão, Cleando, nasceu aos 14 de março de 1931 e foi batizado, na Igreja de Bom Jesus das Dores, aos 31 de maio do mesmo ano, tendo como padrinhos José Gomes de Melo e Ana Gomes Cortez. Cleando casou com Maria Salete Simonetti em Assú.

Os pais de Luiz Gonzaga Cortez, Manoel Genézio e Maria da Natividade, casaram-se aqui em Natal, no dia 18 de

maio de 1930. Nessa data, Manoel tinha 31 anos e Natividade, 16.

Alguns batismos são realizados em datas bem posteriores ao nascimento das crianças. Um exemplo disso aconteceu com filhos de João Fernandes Campos Café e Florência Amélia Café, pais de Café Filho. Alzira nasceu aos 23 de abril de 1904 e, foi batizada somente aos 28 de junho de 1931, na Catedral, pelo monsenhor Alfredo Pegado, tendo como padrinhos Dr. José Ignácio de Carvalho e Dona Noêmia Tinoco de Carvalho; já Jessé, que nasceu aos 22 de fevereiro de 1908, foi batizado nessa mesma data de Alzira, mas pelo padre Luiz Wanderley, tendo como padrinhos Sandoval Wanderley e Nossa Senhora.

Outro exemplo vem de filhos de Vicente Mesquita e Nair Furtado. Eider Mesquita nasceu aos 8 de novembro de 1928 e só foi batizado aos 22 de maio de 1931, na Catedral, tendo como padrinhos Theóphilo Furtado e Maria Arruda Furtado; Wilma, que nasceu aos 22 de novembro de 1929, foi batizada na mesma data de Eider, tendo como padrinhos Alfredo Mesquita Filho e Amélia Mesquita Meira. No registro de Wilma, há uma correção do local, sendo informado que ela foi batizada em oratório privado. Eider Mesquita era sogro do meu cunhado, Uilame Umbelino, que descende em linha direta de Francisco Umbelino de Macedo Gomes, irmão de José Gomes de Melo Filho, citado acima.

Gente de nosso tempo (IV)

Nosso artigo de hoje começa com o mestre Cascudo. Ele nasceu com o nome de Luís, aos 30 de dezembro de 1898, e foi batizado aos 27 de maio de 1899, na Capela de Bom Jesus das Dores, filho legítimo de Francisco Justino d'Oliveira Cascudo e Dona Ana Maria da Câmara, tendo como padrinhos Dr. Joaquim Ferreira Chaves e sua esposa Dona Alexandrina Barreto Ferreira Chaves. Luís da Câmara Cascudo casou, em 21 de abril de 1929, na capela do Colégio Conceição, com Dona Dhália Freire, filha legítima do Dr. José Theotônio Freire e Maria Leopoldina Freire.

Fernando Luiz, que faleceu recentemente em Recife, filho de Luís da Câmara Cascudo e de Dona Dhália Freire, nasceu aos 9 de maio de 1931, e foi batizado na Catedral, aos 2 de agosto do mesmo ano, tendo como padrinhos Francisco Cascudo e Maria Leopoldina Freire, um avô de cada lado. Consta, como informação, no registro, que casou com Marly Maria da Silva, em 22 de outubro de 1960.

Dr. Carlos Roberto de Miranda Gomes, colega da UFRN, do IHGRN e do INRG, nasceu aos 10 de dezembro

de 1939, e foi batizado na Catedral aos 17 de março do ano seguinte, filho de José Gomes da Costa e de sua esposa Dona Maria Lígia de Miranda Gomes, neto paterno de João Gomes da Costa e Bernardina Rodrigues da Costa, e materno de Jerônimo Xavier de Miranda e Aline Maranhão de Miranda. Foram padrinhos João Virgilio de Miranda e Olívia Fernandes de Miranda. Consta na lateral do registro que ele casou com Terezinha Rossi, em 16 de março de 1963. Teresinha nasceu em 21 de julho de 1936 e foi batizada aos 21 de fevereiro de 1939, filha de Rocco Rossi e Rosina Lovisi Rossi, tendo como padrinhos Francisco de Assis Costa e Ana Augusta Cavalcanti.

A família Romano Guerreiro morava em frente ao Colégio Maria Auxiliadora. "Fernando Romano Guerreiro nasceu aos 8 de fevereiro de 1939, e foi batizado no Santuário do Tirol, aos 14 de maio do mesmo ano, filho legítimo de Valdemar Tavares Guerreiro e Maria de Lourdes Romano Guerreiro, sendo padrinhos Cristovão Romano e D. Nair de Melo Romano". O registro informa que casou com Eleika de Sá Bezerra (atualmente, vereadora), em 27 de dezembro de 1965. O registro de casamento dos pais de Eleika é muito rico em informações. Dele extraímos o que se segue.

"Aos nove de maio de 1935, no Santuário do Tirol, na presença das testemunhas Ezequiel Xavier Bezerra, casado, agricultor, e de sua esposa Maria Amélia Bezerra, ambos naturais de Currais Novos, da parte do nubente; Dr.

Francisco Xavier Soares Olavo Montenegro, solteiro, médico, e a senhorinha Ivone Carrilho de Sá, solteira, ambos naturais de Ceará-Mirim, pela parte da nubente, se receberam em matrimônio Dr. José Bezerra de Araújo e Ivete Carrilho de Sá, ele, engenheiro agrônomo, com 26 anos, nascido aos 4 de agosto de 1908, em Currais Novos, onde foi batizado, filho legítimo de Antonio Bezerra de Araújo, agricultor com 46 anos de idade, nascido aos 7 de abril de 1890, e de sua esposa Rita Maria de Araújo, doméstica, com 40 anos, nascido a 5 de maio de 1890 (deve ser 1895), ambos nascidos em Currais Novos; ela, de prendas domésticas, com 17 anos, nascida aos 9 de outubro de 1917, em Ceará-Mirim, onde foi batizada, filha legítima de Valdemar Dias de Sá, comerciante, com 39 anos, nascido aos 23 de março de 1896, e de sua esposa Dulce Carrilho de Sá, doméstica, com 36 anos, nascida a 13 de junho de 1899, ambos naturais de Ceará-Mirim".

Há poucos dias, no aniversário de Lúcia Caldas, reencontrei com Guga (Augusto Coelho Leal), que escreve neste mesmo jornal, e relembramos do pai dele, Seu Cloro, que tinha a Farmácia Natal, no centro da cidade. Um irmão de Guga, Luiz Jorge, nasceu aos 19 de dezembro de 1938, e foi batizado na catedral, aos 30 de abril do mesmo ano, sendo filho de Clodoaldo Marques Leal e Maria José Leal, neto paterno de Luiz Marques Leal e Petronila Tertulina Leal, e materno de Jorge Coelho Leal e Maria Elisa da Silva, tendo como padrinhos Paulo Mesquita e Ilnah Pereira Mesquita.

O registro informa que casou com Iris Bandão de Araújo, em 2 de abril de 1966.

Jurandyr Navarro foi presidente do nosso Instituto Histórico. Segue o casamento dos seus pais. "No dia 19 de novembro de 1925, em oratório privado, à Rua Voluntário da Pátria, 709, na presença das testemunhas Sandoval Pinheiro Avelino e Fernando Tinoco, Jurandyr Sytaro da Costa desposou Almira Torres Navarro, ele com 25 anos, filho legítimo de Rodrigo Afonso da Costa e de Ana Sytaro da Costa, e ela com 16 anos, filha de José Doze de Moraes Navarro, falecido, e de Josefa Torres Navarro". Uma irmã de Jurandyr Sytaro era Aracy Sytaro da Costa, que casou com Carlos Homem de Siqueira.

Sandoval, que testemunhou o casamento de Jurandyr Sytaro, veio da terra do sal, para casar aqui em Natal. Descendente do professor Matheus da Rocha Bezerra e do rábula Vicente Avelino, ele, Sandoval, era irmão do poeta Edinor Avelino e primo legítimo do senador Georgino Avelino.

Sandoval Pinheiro Avelino desposou em 8 de setembro de 1925, Ana Almeida Tinoco, ele, filho legítimo de Emygdio Bezerra da Costa Avelino e de Maria Irinéia da Costa Pinheiro, natural de Macau, e residente em Natal, ela, filha legítima de João Juvenal Barbosa Tinoco e de Constância de Almeida Tinoco, natural e residente em Natal. Foram testemunhas Dr. Francisco Albuquerque e Edinor Avelino.

Isolina Alves Avelino Waldvogel e seus irmãos

Foi no livro *Angicos*, de Aluízio Alves, que tomei conhecimento dos filhos do jornalista Pedro Avelino e Dona Maria das Neves. Eram eles Georgino Avelino, Vicente Avelino, Maria Albertina Leite, Isolina Avelino e Camilo Avelino.

Nos livros de batismo de Angicos, inicialmente, só encontrei o batismo de uma filha de Pedro Avelino. Estava lá: "aos quatro de janeiro de 1888, batizei, solenemente, a Maria, natural desta Freguesia, sendo padrinhos José Francisco Alves de Souza e sua mulher Maria Ignácia Alves da Silva (de Souza), nascida a 4 de dezembro de 1887, e filha legítima de Pedro Celestino da Costa Avelino e Maria das Neves Alves Avelino, livres, brasileiros, moradores nesta Freguesia, do que mandei fazer este assento, em que assino. O vigário Felis Alves de Sousa". Os padrinhos acima eram os avós maternos de Maria Albertina, que casou, em Natal, conforme registro abaixo.

"Aos nove ou dez (como está escrito) de novembro de mil novecentos e sete, presentes as testemunhas Jayme Lopes do Canto e Dr. Affonso Barata, depois das canônicas

habilitações, assistiu, de minha licença, o Reverendo Cônego Irineu Joffily ao recebimento matrimonial dos nubentes Dr. José Rodrigues Leite Junior e Maria Albertina Alves Avelino; ele filho legítimo de José Rodrigues Leite e Júlia Esberard Leite; e ela filha legítima de Pedro Celestino da Costa Avelino e Maria das Neves Alves Avelino. Do que mandei fazer e assino. O vigário Moyses Ferreira do Nascimento".

Dona Maria Albertina foi aluna e professora do Colégio Americano (na av. Rio Branco, fundado em 1897, presbiteriano). Faleceu em Niterói, onde morou por muitos anos, em 1948. Seu marido, conhecido como Dr. Leite Junior, era engenheiro e foi funcionário da Diretoria de Obras da Prefeitura de Niterói.

Não encontrei, nessa busca inicial, o batismo de José Georgino Alves de Sousa Avelino, pois todas as informações que tinha diziam que ele nasceu em 1888. Mas, como já dito em outro artigo deste jornal, encontrei, depois, o registro em que descobri que o senador tinha nascido, na verdade, em 31 de julho de 1886, também em Angicos, sendo, portanto, o primeiro filho do casal Pedro Avelino e Maria das Neves.

Percorrendo os livros de batismos aqui da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, onde o jornalista Pedro Avelino viveu um tempo, encontrei o batismo de mais três de seus filhos: Isolina, Pedro e Camilo.

"Aos dois de fevereiro de mil oitocentos e noventa e três, batizou solenemente, na Igreja Bom Jesus das Dores, o Padre Constâncio, Isolina, nascida a dezesseis de maio de mil novecentos e dois, filha legítima de Pedro Avelino, e Maria das Neves; foram padrinhos José da Penha Alves de Sousa (tio materno da batizada) e Maria Clara Martins dos Santos, na procuração que apresentaram Francisco de Moura Cabral e Cândida Gondim Cabral. Do que faço este termo e assino. O pároco João Maria Cavalcanti de Brito".

Na internet, encontro informações do Centro de Pesquisas Ellen White, das quais extraí que: ela, Isolina, era poetisa, tradutora (espanhol, inglês, francês e italiano), além de redatora da Casa Publicadora Brasileira. Diz mais, que casou em 3 de abril de 1923, no Rio de Janeiro, com Luiz Waldvogel, obreiro da CPB, em Santo André, São Paulo, e que, dessa união, nasceu Heloisa. Faleceu aos 6 de julho de 1980, com 88 anos de idade, em São Paulo. Isolina foi rebatizada, na religião adventista, no Rio de Janeiro, no ano de 1915.

Outro filho do jornalista Pedro Avelino, que nasceu aqui em Natal, foi Pedro: "Aos vinte e um de novembro de mil novecentos, na capela da Fábrica de Tecidos, nesta cidade, batizei solenemente Pedro, nascido a vinte oito de agosto do corrente ano, filho legítimo de Pedro Avelino e D. Maria das Neves Alves Avelino; padrinhos Juvino César Paes Barreto e D. Ignez Augusta Paes Barreto. Do que faço e assino este

termo. Pároco João Maria Cavalcanti de Brito". Não encontrei mais informações sobre Pedro. Os padrinhos eram donos da fábrica de tecidos, onde hoje funciona o Salesiano.

"Camilo, filho de Pedro Avelino e Maria das Neves Avelino, nasceu aos dez de março de mil novecentos e sete, e foi solenemente batizado aos dezenove de maio do dito ano; padrinhos Augusto Leite e Maria Leite. Do que mandei fazer e assino. Vigário Moysés Ferreira do Nascimento". Camilo Lutero Avelino casou com Maria Angelina dos Santos Amaral. Desse casal, nasceram Íris Amaral Avelino e Lígia Amaral Avelino.

Quanto a Vicente Avelino, não localizei seu batismo. Em 1915, na estação de Olaria, Rio de Janeiro, foi inaugurado o Externato Avelino, sob a direção mental de Pedro Avelino, tendo como professores Isolina e Vicente, que além das aulas normais, oferecia curso especial de francês, inglês, alemão e italiano. Encontro informações, em antigos jornais da Hemeroteca Nacional, que ele, Vicente Avelino, serviu no consulado brasileiro em Nova York e Paris e foi cônsul do Brasil em Calcutá. Quando esteve em Paris (onde o pai morou 9 meses para tratamento de saúde), publicou um livro com o título *Ideário*, que recebeu críticas desfavoráveis, no *Gazeta de Notícias*, em 1927.

Dos jornalistas do Rio Grande do Norte, Pedro Avelino foi um dos mais importantes. Merece uma boa biografia!

João Barbosa Pimentel, bisneto de João Lostau Navarro

Hélio Galvão listou, no seu livro *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*, os seguintes filhos de Francisco Lopes e Joanna Dornelles: Paula Barbosa, casada com Theodósio de Grasciman; Manoel Lopes Pimentel, casado com Maria Pinta; Joanna Lopes; Gregório Lopes Pimentel; Izabel Dornelles, casada com Manoel de Abreu Friellas; Francisco Dornelles, casado com Maria da Silva Figueiredo; e Cipriano Lopes Pimentel, casado com Tereza da Silva. Já fizemos um artigo sobre Francisco Lopes, genro de Manoel Rodrigues Pimentel e Maria Lostau, esta filha do francês João Lostau de Navarro.

A maioria dos estudos sobre os descendentes de João Lostau de Navarro é dedicada a Cipriano Lopes Pimentel, que gerou Cipriano Lopes Galvão, ou a Paula Barbosa, por suporem que o marido dela, Theodósio de Grasciman, era filho do holandês Joris Garstman. Entretanto, outro filho de Francisco Lopes e Joana Dorneles, não constante da lista de Hélio Galvão, deixou descendência no Rio Grande do Norte, mas seu nome escapuliu das anotações dos nossos historiadores. Seu nome, João Barbosa Pimentel.

O primeiro registro que encontro sobre João Barbosa Pimentel é o batismo de Constantino, filho de Felipe da Costa e Helena da Silva, em 20 de fevereiro de 1695, no qual ele foi padrinho junto com Pascoal Gomes de Lima. Nesse registro, ele aparece como filho do sargento-mor Francisco Lopes. Posteriormente, nesse mesmo livro de batismos, encontro registros de três filhos do dito João Barbosa Pimentel com sua mulher Mariana de Azevedo Cerqueira, batizados na Capela de Nossa Senhora do Ó, da Aldeia de Mipibú.

Francisco foi batizado em 17 de abril de 1704, tendo como padrinhos Manoel de Abreu Friellas e o capitão João de Carvalho Marinho; Antonia foi batizada em 14 de junho de 1708, tendo como padrinhos, o Padre Francisco Lopes e Florença de Grasciman (filha de Theodósio); Thereza foi batizada, em 5 de novembro de 1709, tendo como padrinhos Faustino Tinoco e Catarina de Azevedo, filha da viúva Maria de Araújo Barros.

Encontramos outros filhos através de registros de casamento: "Em 22 de junho de 1729, Joana Dornelles, filha do capitão João Barbosa e de Mariana, casou com o Alferes Nazário Lopes da Cunha, filho de Estevão Lopes, falecido, e Úrsula Borges; ele viúvo de Antonia Xavier e, ela de Manoel da Silva Porto; em 18 de agosto de 1734, Apolônia Dornelles de Jesus, filha de João Barbosa e Mariana, casou com o capitão Francisco de Sousa Gusmão, filho do Doutor Dionísio Peres de Gusmão e Leonarda Peres de Gusmão".

Não encontrei mais registros sobre Thereza e Francisco, mas Antonia, que se tornou Antonia Barbosa de Azevedo, em 6 de junho de 1747, casou, na Capela de Nossa Senhora do Ó, com Nazário Lopes da Cunha, filho de Nazário Lopes da Cunha e Antonia Xavier. Isto é, Antonia casou com o enteado de sua irmã, Joana Dornelles. Pela idade, Antonia não deve ter tido filhos.

Dois sobrenomes aparecem na descendência de Manoel Rodrigues Pimentel e Maria da Costa Maior, filha de João Lostau, sem que se saiba de onde provinham: Barbosa e Dornelles. Um detalhe é que não se sabe, também, quem era a esposa de João Lostau.

Da mesma forma, encontramos o sobrenome Barbosa Pimentel, em outras pessoas, sem descobrir sua relação com os filhos de Francisco Lopes e Joanna Dornelles. Um exemplo é o que segue: "em 14 de dezembro de 1751, na capela de Nossa Senhora do Ó, Manoel Barbosa, filho de João Barbosa Pimentel, e Antonia Neta, casou com Izabel Maria dos Anjos, filha de Gonçalo Fernandes das Neves, falecido, e Maria Antunes, sendo testemunhas João de Oliveira Freitas e o capitão Manoel da Costa Travassos, casados". Quem era esse João Barbosa Pimentel, casado com Antonia Neta, que não se repete, posteriormente, nos registros existentes?

Outro registro diz que: "em 15 de julho de 1778, nascia Helena, filha do tenente José Barbosa Pimentel e Josefa

Francisca Bezerra, do Assú, neto paterno de Manoel Rodrigues Pimentel e Clara Barbosa de Sousa, e pela paterna de Francisco Calheiros e Ana Maria da Conceição, do Assú, sendo testemunhas Joaquim de Morais e sua mulher Maria Soares". Em abril de 1778, Helena, com 7 dias, faleceu. Manoel Rodrigues Pimentel e seu filho José parecem descender de Francisco Lopes, diferentemente de certo Manoel Rodrigues Pimentel, que foi exposto e criado na casa de Brízida Rodrigues, que talvez não tenha nenhuma relação com a família.

Como escrevemos em artigo anterior, na Fazenda Santo Antônio, da freguesia de Santana do Matos, José Barbosa Pimentel, de 30 anos, casou com Maria Rita Bezerra, de 25 anos, dispensados do parentesco em que estavam ligados, no ano de 1824. Ele era filho de José Barbosa Pimentel, mas não há no registro o nome da esposa (seria Josefa Francisca Bezerra, mencionada no parágrafo anterior?). Foi desse casal, Jose Barbosa Pimentel e Maria Rita, que nasceu outro José Barbosa Pimentel Junior (28 de fevereiro de 1832), que casou com Maria dos Anjos Pereira Fagundes, filho de Lopo Gil Fagundes.

José Barbosa Pimentel Junior e Maria dos Anjos geraram, entre outros, os seguintes filhos: Maria, nascida em 22 de novembro de 1851, tendo como padrinhos Major José Martins Ferreira e sua mulher Josefina Maria Ferreira (meus trisavós); Valentim, nascido em 4 de fevereiro de 1862, tendo

como padrinhos Antonio Toscano Barbosa Pimentel (deve ser o irmão de José Barbosa Junior, que nasceu em 19 de abril de 1833) e Jerônimo Cabral de Oliveira Câmara; Jerônimo, nascido em 3 de maio de 1868, tendo como padrinhos Nossa Senhora e Manoel José Pereira Fagundes; Maria, nascida em 6 de Junho de 1864, tendo como padrinhos Pe. Elias Barbalho Bezerra e Francisca das Chagas de Jesus; José, que faleceu, na idade de 4 meses, em 1853.

João Bosco e outras pessoas conhecidas

Ultimamente, tenho feito artigos genealógicos sobre pessoas que são nossas contemporâneas, em busca de elos com os mais antigos. Hoje, continuamos nesse caminho, iniciando com meu amigo João Bosco, que morava, quando o conheci, em frente ao Colégio Maria Auxiliadora. Os nomes serão escritos como aparecem nos registros da Igreja.

"Aos vinte e três de março de mil novecentos e quarenta e sete, nesta Catedral, batizei, solenemente, a João Bosco Barreto Duclerc Pinheiro, nascido em Natal, no Hospital Miguel Couto, a dez de fevereiro de mil novecentos e quarenta e sete, filho legítimo de Francisco Duclerc Pinheiro e D. Marta Barreto Pinheiro, residentes à av. Deodoro, nº 277; neto paterno de Joaquim Anselmo Pinheiro e Paulina Generosa do Amor Divino, e materno de Pio Paes Barreto e Maria Carolina Barreto. Foram padrinhos, Dr. Heitor Pereira Carrilho e D. Virgínia Ribeiro Carrilho, residentes no Rio de Janeiro, representados por Carlos Lamas e D. Berta Barreto Lamas,

residentes nesta capital. E para constar mandei lavrar este termo que assino. Monsenhor José Alves Ferreira Landim".

Pio Paes Barreto era filho de Juvino Paes Barreto e Ignez Augusta de Albuquerque Maranhão, sendo esta filha de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e Feliciana Maria Silva Pedroza.

Meus sogros moravam em Santa Cruz, mas vieram batizar uma de suas filhas, irmã de Graça, minha esposa, aqui em Natal, pois era aqui que moravam os padrinhos. Segue o batismo: "Aos dezesseis de abril de mil novecentos e quarenta e sete, nesta catedral, o Reverendíssimo monsenhor João da Mata Paiva, de minha licença, batizou, solenemente, a Joana D'arc, nascida em Santa Cruz, Rio Grande do Norte, a dezoito de fevereiro de mil novecentos e quarenta e sete, filha legítima de Francisco Umbelino Neto, agricultor, e D. Maria Stela Rodrigues, residentes em Santa Cruz; neta paterna de José Umbelino Gomes e Maria do Ó de Medeiros Gomes; e materna de José Rodrigues de Medeiros e Felismina Rodrigues. Foram padrinhos Dr. Fernando Guilherme, farmacêutico, e D. Elima Guilherme Gomes, residentes à rua (ilegível) nº 76. E para constar mandei lavrar este termo que assino. Monsenhor José Alves Ferreira Landim". Joana casou com o cardiologista Nilton Oliveira Mendes Sobrinho, em 1969.

No registro acima, José Umbelino Gomes (de Macedo) era filho de Francisco Umbelino Gomes de Macedo e Felismina

Maria de Macedo, enquanto Maria do Ó de Medeiros era filha de Felix Antonio de Medeiros e Thereza Duquesa de Farias. José Rodrigues e Felismina eram filhos: ele de Manoel Rodrigues da Silva e Francisca Mirandalina de Medeiros; ela, de Francisco Rodrigues de Freitas e Salvina Umbelina de Freitas, sendo esta última, irmã de José Umbelino Gomes.

Valdemar, meu irmão, casou com Daisy Lucena, cujo batismo segue: "Aos dezoito de março de mil novecentos e quarenta e sete, nesta Catedral, o Reverendíssimo Padre Francisco das Chagas Neves Gurgel, de minha licença, batizou, solenemente, a Daisy Moraes Lucena, nascida em Natal, à av. Rio Branco, nº 682, a quinze de julho de mil novecentos e quarenta e três, filha legítima de José Cordeiro Lucena (Comercial José Lucena) e D. Georgina Moraes Lucena; neta paterna de Tobias Aguiar Lucena e Maria Francelina de Moraes (em outros registros não tem esse Moraes), e materna de Benjamin Moraes e Brasiliana de Moraes. Foram padrinhos José Ribeiro Dantas e D. Helena Vilar Ribeiro Dantas, residentes nesta capital. E para constar mandei lavrar este termo que assino. Monsenhor Landim".

Na mesma data acima, foi batizada uma irmã de Daisy, de nome Dalvanira Moraes Lucena, nascida, no mesmo local acima, na data de 31 de dezembro de 1939, tendo como padrinhos Dr. Sebastião Monte, médico, e Dona Nadir Correia Monte. Outro irmão de Daisy, Wellington (José) Moraes

Lucena, nasceu aos 13 de março de 1933, em Nova Cruz, mas só foi batizado aos 13 de março de 1938, no Santuário, aqui em Natal, pelo Padre José Dantas Adelino, tendo como padrinhos Noé Lucena e sua esposa Dona Luzia de Medeiros Lucena; nesse registro, o nome completo do avô materno era Benjamim Constant Costa Moraes, simplificado no registro de Daisy; Wellington casou com Vera Lúcia Gentile, em 1966. Encontro batismos de mais duas irmãs de Daisy: "Therezinha, nascida em 25 de outubro de 1935, em Nova Cruz, batizada em oratório particular em 23 de janeiro de 1936, tendo como padrinhos Aurio (é o que parece) Costa e Maria Otília Carneiro; e Dalva, nascida em 15 de julho de 1937, batizada em 12 de agosto do mesmo ano, na capela do Tirol, tendo como padrinhos Eduardo Gurgel Filho e Djanira de Lucena Gurgel".

Os padrinhos de Therezinha eram os pais de Luiz Eduardo Carneiro da Costa.

João de Barros, Pirangi e o Porto de Búzios

Muitos documentos escritos, da história do nosso Brasil, encontram-se submersos em vários arquivos públicos ou privados, daqui e d'além-mar. Encontro, no nosso IHGRN, um livreto, de apenas 30 páginas, de autoria do historiador natalense, Guarino Alves, com o título: *Capitanias Hereditárias ou dissertações sintéticas de um historio-geógrafo*, editado em Fortaleza. Traz informações muito ricas para a História do Rio Grande do Norte. Entre outras obras desse autor, cito: *Pequena história do Cabo de São Roque*; *Origem do nome histórico Ponta do Mel*; *João Rodrigues Colaço*; *O Verde Potengi* e *Designação amerígena da Ponta do Calcanhar.*

Nesse livreto, um dos títulos é: "Considerações sobre o Porto dos Búzios", que transcrevo para cá:

"Escritores cearenses trouxeram à baila a ideia de uma fronteira na capitania dos Potiguares pela ponta dos Búzios. O Sr. Thomaz Pompeu Sobrinho, por exemplo, diz, a propósito, o seguinte:

Num documento curioso, 'certidão referente a uma questão de limites da capitania de João de Barros', de 3 de março de 1564, publicado por Antonio Baião, em 1917, verifica-se que o ponto lindeiro entre a capitania do feitor da casa da Índia, e a de Itamaracá não era a baía da Traição e nem o lugar dado por Gabriel Soares, porém uma ponta de terra que devia passar obra de meia légua do Porto dos Búzios, o qual ancoradouro fica na barra do rio que os potiguares chamavam Pyramgipepe, segundo o mencionado documento, isto é, Pirangi. Realmente, deste ponto as 100 léguas vão terminar na enseada da Curimicoara, a Angra dos Negros dos antigos mapas".

A questão de limites surgiu em consequência de o capitão de Itamaracá, João Gonçalves, haver explorado, sem mandado de ninguém, a costa vizinha à de Dona Isabel Gambôa, sucessora de Pero Lopes de Sousa. Houve protesto de Antonio Pinheiro, Procurador de João de Barros, na Vila dos Cosmes de Igaraçu, no dia 3 de março de 1564:

"[...] ho dito porto dos Búzios que pela língua dos imdios se chama Piramgypepe está fora da demarcação de dona Isabel e está na capitania e terra do dito seu constituinte he e seu he estaa de posse delle de muitos hanos há esta parte e como tal lho teve arremdado por certos hanos a Martim Ferreira de São Vicente e que ho houve de Pero de Goes comprado e que sempre ho dito seu constituinte deu licenças pera o dito

porto em seus procuradores nesta terra arrendarem por as ditas licenças em dinheiro e escravos e em búzios”.

Conseguintemente, o protesto por si já mostra o direito de João de Barros.

Desde quando se explorava o Porto dos Búzios?

No dia 3 de março de 1564, Antonio Pinheiro, Procurador daquele muito distinto e erudito fidalgo, arrolou quatro testemunhas, Manoel Fernandes, Fernão d'Holanda, Gonçalo e Bartolomeu Royz, e a 4 do mesmo mês, as inquiriu Manuel Pereira, em presença do Juiz Ordinário, João Fernandes. Ficou esclarecido que o Porto pertencera a Pero de Góis, fora arrendado depois a Martim Ferreira, e que ali se coletava búzios desde aproximadamente vinte anos: “ave rahobra de vinte anos pouco mais ou menos”, disse perante o Juiz a testemunha Bartolomeu Rodrigues.

Segundo o depoimento de Manoel Fernandes, o fidalgo Pero de Góis “vendera o Porto dos Búzios que era seu com dez léguas de costa ao dito João de Barros, feitor da Casa da Índia, dizendo que lhas dera por quinhentos cruzados”.

Ignora-se a data dessa transação, mas é posterior à da donatária de Barros. Significa que Pero de Góis já era dono do lugar muito antes da Carta de doação ao Feitor da Casa da Índia. E sendo assim, pergunta-se: em que ano adquiriu Pero de Góis as dez léguas de costa? Ninguém sabe, e, no entanto, há uma passagem em Frei Vicente do Salvador, dizendo isto:

“Em companhia de Pero Lopes andou por esta costa do Brasil Pero de Góis, fidalgo honrado, muito cavaleiro, e pela afeição que tomou à terra pediu a El-Rei D. João que lhe desse nela uma capitania, e assim lhe fez mercê de cinquenta léguas de terra ao longo da costa ou aos que se achassem donde acabassem as de Martim Afonso de Sousa, até que entestasse com as de Vasco Fernandes Coutinho.

Ora, as viagens costeiras de Pero Lopes são de 1531-1532. A escolha e apossamento do Porto dos Búzios por Góis vem, portanto, dessa época, e feitos pelo que se deduz, à revelia do rei, já que a capitania oficial de Pero de Góis, estava encravada no sul do país. Dessarte, é de supor-se que acontecera o seguinte: doada a Costa dos Potiguares a João de Barros e Aires da Cunha, da Baía da Traição até a Angra dos Negros, viu-se empenhado o ilustre Feitor da Casa da Índia, em indenizar a Pero de Góis, pelas dez léguas do Rio Grande, na importância de quinhentos cruzados; e, posteriormente, arrendou-o a Martim Ferreira, sócio de Pero de Góis, em aventuras comerciais.

Fica bastante explícito que a questão de limites verificada na Vila dos Cosmes de Igaraçu não retifica os termos da Carta de doação da capitania de João de Barros e Aires da Cunha, nem deixa supor que a fronteira primitiva, segundo o critério adotado por alguns escritores cearenses, se fazia pela Ponta dos Búzios.

Como fronteira "primitiva", se esta começou com a Carta de doação de 1535, na Baía da Traição? Como fronteira "primitiva", se a nesga de costa de Pero de Góis não se entrosara no sistema de doações de capitanias hereditárias? O fato é que a "estação" balneária de Pero de Góis vem dando margem a ideias fantasiosas. Aqui termina o texto de Guarino.

Esse Antonio Baião, citado acima, foi Diretor do Arquivo da Torre do Tombo e sócio-correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, e o título do seu livro, que contém o documento curioso a que se refere Thomaz Pompeu, é: Documentos inéditos sobre João de Barros. Há cópia no IHGRN.

Acredito que o francês João Lostau já atuava nessa área, que foi de Pero de Góis, antes de receber suas sesmarias, a partir de 1601.

Jerônimo de Barros, o primogênito de João de Barros

A Casa da Índia era uma organização portuguesa que administrava os territórios ultramarinos de Portugal. Durante sua existência, foi a instituição econômica mais importante de Portugal. Era localizada no Paço da Ribeira, em Lisboa.

João de Barros, capitão das terras dos potiguares, foi Tesoureiro e depois Feitor da Casa da Índia, a partir de 1525. Renunciou ao cargo em 12 de agosto de 1567, talvez para concluir suas *Décadas*. Pouco tempo depois, 21 de outubro de 1570, faleceu. Era casado com Maria de Almeida, filha de Diogo de Almeida e Catarina Coelho. Eram seus filhos: Jerônimo de Barros, o primogênito, casado com Loisa Soares, e que faleceu em 20 de agosto de 1586; João de Barros, que esteve aqui na Costa do Brasil com Jerônimo, morreu na batalha de Alcácer-Quibir; Lopo de Barros,o mais moço, falecido em 3 de abril de 1587; Diogo de Barros; Isabel de Almeida, que casou com o primo Lopo de Barros; Ana de Almeida, freira; Catarina de Almeida, casada com Cristovão de Melo, filho de Diogo de Melo e de Catarina de Castro.

O Feitor, por conta da sua alta responsabilidade, nunca veio ao Brasil, tendo mandado duas expedições para a conquista das suas capitanias, sem muito sucesso, e com grande fracasso financeiro.

Conta Jerônimo de Barros que, no tempo de Dom João III, foi a mando dele, com o irmão João de Barros, ao Rio Maranhão, com uma armada para descobrir o dito rio e costa, na esperança de resgatar ouro, descobrindo mais de quinhentas léguas de costa. Ali, resgataram alguns homens que nela andavam, dos que se perderam com Luis de Mello. Tiveram muito trabalho de guerra com os franceses e com o gentio da terra e povoaram em três partes, gastando perto de cinco anos, sustentando tudo a custa do seu pai, até gastar quanto tinha.

Transcrevo para cá minuta de petição de Jerônimo de Barros, sem data, mas depois do falecimento do seu pai (1570). Fiz algumas adaptações para facilitar a leitura.

"Diz Jerônimo de Barros que ele tem uma capitania no Brasil de cinquenta léguas ao longo da costa dos Pitigares e vinte e cinco na boca do rio Maranhão. E já que seu pai, nem ele, por seus serviços, mereceram servir V. A. neste Reino como seu Pai sempre requereu, quer ir povoar esta capitania no que espera fazer a Deus e a V. A. muito serviço pela experiência que tem daquela costa do tempo que nela andou de que ficou tanta despesa, que sem ajuda de V. A. não pode

povoar pelo que pede lhe faça V. A. mercê de lhe mandar dar cem moradores dos oitocentos, que o contratador do Brasil é obrigado a ter por lá; E assim, de haver por bem que possam entrar neste reino de Inglaterra cinco mil peças de pano no que as alfândegas de V. A. R. proveito e ele ajutoria para fazer esta obra(?). E que os primeiros dez anos possam tirar, cada ano, mil quintais de pau do Brasil; e, assim, de cinquenta peças de escravos em São Tomé e aqui somente duas peças de artilharia e da que está em Pernambuco oito peças para defesa da fortaleza a qual artilharia dará fiança.

E lembro a V. A. que muito mais e maiores mercês se fizeram aos capitães que povoaram no Brasil por que (a) alguns deles deram as fortalezas feitas e artilhadas e navios com que defender a costa. E há outros com que as fazer e se parecer muito, o que peço, a isso responda por mim a fazenda de V. A. com dizer o que tem custado à baia a povoar e se é necessário ou não povoar-se esta capitania, por uns apontamentos que abaixo desta apresento se verá quanta obrigação V. A. tem na sua consciência a mandar que se povoe e quanto importa a seu serviço e bastam para mim estas duas coisas para muito o desejar que interesse ao presente não o espero e, de futuro Deus sabe o que será no que R. M.

Ao serviço de V. A. é necessário mandar povoar esta capitania antes que os franceses a povoem os quais todos os anos vão a ela a carregar de Brasil por ser o melhor pau de

toda a costa. E fazem já casas de pedra em que estão em terra fazendo comércio com o gentio. E os anos passados estiveram nesta capitania dezessete naus de França a carga e são tantos os franceses que vem ao resgate que até as raízes do pau-brasil levam, porque tinge mais as raízes do que pau que nasce nesta capitania. Que o pau das outras capitanias é sempre valor dobrado do outro Brasil. E agora tomaram os franceses nos Pitigares três mil quintais de brasil que o portugueses tinham na praia feitos a sua custa para carregar e antes que os franceses faça uma fortaleza que obrigue depois a muito, parece que será bom povoar-se por nós e com isso feito lhe não levarem este pau a França e ficará então rendendo mais a V. A.

Outro respeito se deve ter que muito importa ao serviço de V. A. É que todos os navios que se alevantam no Brasil para as Antilhas é com dizer que vão a esta capitania. E eles como nela são por não haver quem não defenda salteia o gentio e cativam-nos no que se faz muitas ofensas a Nosso Senhor e vão-se com os navios carregados deles a vender as Antilhas no que a fazenda de V. A. perde por respeito dos escravos de Guine que se escusa com estes índios que lá vão.

E o que mais importa para o bem do Brasil é a perda dos homens e eles por esta porta travessa para as Antilhas tomados do amor do ouro que lá há onde há tantos portugueses que me atrevo a dizer que dos que são idos para o Brasil as duas

partes estão nas Antilhas onde há muitas povoações cujos moradores as duas parte são de portugueses e o proveito que eles fazem às conquistas deste reino Deus o sabe.

Todos os navios que não dobram o Cabo de S. Agostinho são forçados arribar nas Antilhas e muitos dos que vão para a Guiné o que não será tendo uma fortaleza nesta capitania por que podem ficar nela a qual é a mais perto terra que há no Brasil a este reino e mais breve e melhor viagem e povoando-se além dos benefícios apontados pode este Reino receber outros e se naquela terra há ouro pelo que a meu pai tem custado sei que por esta parte se pode melhor descobrir que por outra nenhuma e não digo isto por que o visse mas quando me perguntarem direi o que disso sei. E o principal respeito que se deve ter é a obrigação que se tem em acudir aquela gentilidade que não seja cada dia destruída e roubada pelos nossos (?) dos quais muitos receberão água do batismo com povoar entre eles e muitos inocentes se salvarão no que R. M".

Há muita discussão sobre o tamanho da capitania hereditária que foi dada para João de Barros. Mais confusão ainda com relação às viagens dos filhos deles. As informações aqui trazidas, a partir do livro de Baião, servem para esclarecer algumas dessas discussões.

João de Barros (o filho), jogos e dívidas

As informações sobre a nossa capitania hereditária são as mais desencontradas, tanto quanto ao tamanho como aos seus donatários. Fala-se em 100 léguas, algumas vezes, outras vezes 50 léguas. Uma hora, só João de Barros, outra, com Aires da Cunha. Essas distorções são provenientes do desaparecimento dos documentos de doações. Encontram-se somente os Forais, que tratam mais dos direitos e deveres dos donatários. Por isso, trazemos, através dos artigos, informações colhidas no livro de Antonio Baião – *Documentos inéditos sobre João de Barros*: sobre o escritor seu homônimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas "Décadas".

Em uma mercê a João de Barros referente à sua capitania do Brasil, datada de março de 1561, nas terras que chamam Pitigares, consta que ele enviou uma armada há vinte anos onde despendeu muito de sua fazenda e outra há cinco anos onde foram seus dois filhos a povoar a dita terra. Essas datas correspondem mais ou menos a 1540 e 1555.

No último artigo, falamos sobre uma petição de Jerônimo de Barros, dono de uma capitania de 50 léguas ao longo da costa dos potiguares e vinte cinco na boca do Rio Maranhão, que herdou do seu pai por ser primogênito. Hoje, vamos falar do irmão, João de Barros, que veio com ele para o Brasil, onde passaram mais de cincos anos, conhecendo mais de 500 léguas de costa. No livro de Baião, constam muitas informações sobre as dívidas de João de Barros, que ele deixou por escrito, talvez, em algum testamento.

Vamos priorizar, resumindo-as, as informações que se relacionam com o Brasil, seus familiares e algumas pitorescas. Pena que, de Jerônimo e João, não se conhece qualquer relato circunstanciado dos cincos anos que passaram no Brasil. Vejamos as proezas de João de Barros, o filho.

Conta João de Barros, que sendo moço, quando se foi do Brasil, na Ilha Margarita jogou, sob sua palavra, com o cura de lá, que lhe ganhou duzentos cruzados, que lhe mandaria, e, que tinha pai e mãe, e mais não tinha para lhe pagar. Essa Ilha deve ser a que existe na Venezuela, no mar do Caribe.

A Bento Dias, do Brasil, devia vinte mil réis, parte deles por empréstimo de muito boa mente, e outro deles me ganhou em casa de Dom Álvaro Coutinho em Almeirim. Encontrei dois Almeirim, um no Pará e outro em Portugal, no Distrito de Santarém. Talvez, seja o do Pará.

O filho de Antonio de Coimbra, no Brasil, me serviu alguns dois anos e meio ou três e chamava-se Miguel, e nunca dei nada a seu pai e mãe, somente mil reais uma vez. E este moço serviu-me muito bem, deem alguma coisa a seu pai e mãe. Um filho de Diogo Castanho, de Leiria, que se chamava Fernão Castanho, me serviu, me parece, dois anos no Brasil e morreu lá, também aos herdeiros do dito Castanho deem alguma coisa, parece-me que tem mulher. Mas, resta aqui que estes dois moços eu não os levei ao Brasil, ainda que o Miguel, do amo, parece-me que já ia meu criado, e assim iam a buscar vida como eu, que a ia buscar, mas contudo deem-se alguma coisa para eles ficarem contentes. Havia um Diogo Castanho, de Leiria, processado pela Inquisição, em 1611, possivelmente, dessa família.

Um irmão de uma guarda, que se chamava Antonio Gomes, e era parente do Bispo Pinheiro, me serviu um ano, pouco mais. Um seu irmão, no Brasil, e cá em Portugal. Também à mãe, lhe dê alguma coisa que deve ser viva.

Uns botões e medalha que Antonia de Azevedo emprestou à senhora Ana de Almeida para mim e eu nunca mais lhe dei. Pedir-lhe perdão disto, não valia muito.

João Gonçalves de Câmara (será o Zarco) devo três mil réis que me emprestou, mas ele ganhou-me mais dinheiro em jogo, que eu não sabia jogar, não sei se sou obrigado a pagar-lhos.

Aos herdeiros de Álvaro Pais de Souto Maior, tio de Fernão Gomes de Grãa, de uns arcos de ferro que me deu em Cananor que lhe entregasse em Cochim (Índia), se perderam os arcos que valeriam mil e oitocentos réis. Álvaro Pais é citado no livro Décadas, de João de Barros, e foi capitão de Cananor.

A umas mulheres do tempo que estive em Santa Bárbara que vendiam vinho lhe fiquei devendo dois tostões, dei-nos a quem mandar um teólogo.

João de Barros, o cônego de Algarve, meu irmão Lopo de Barros e eu quando viemos de Mazagão nos emprestou dinheiro, devemo-los ambos, mas eu mais. Nunca o pediu, não sei se nos quitou, saber de seu testamento.

Lopo de Barros, meu primo, quando foi para Índia me mandou de Évora, um moio de trigo e não sei que coisas de carne de porco. Quando vim, não lhe mandei nada, o que foi mal feito, prometendo-lhe que faria. Saber se sou obrigado. E assim o seu parente, escrivão da Câmara de Évora, que é falecido, me mandou não sei quantos presuntos e dois queijos e nada lhe dei, saber o que sou obrigado a isto.

A senhora Maria de Barros, minha irmã, dois mil e quinhentos lhe darão por uma capa barrada que lhe deu meu irmão Antonio de Barros, e que me perdoe.

O nosso contra mestre, baixo de corpo, que foi com v.m (deve ser Jerônimo) e comigo ao Brasil e pousava em Boa

Vista, lhe houve de Diogo de Castro uma estrica, e ele me emprestou vinte cruzados e minha intenção era pagar-lhe, e depois lhe dei uma capa em cruzados que bem vendida foi, e lhe fico devendo outros dez por um assinado meu, se sou obrigado a pagar-lhe isto ou não, pergunte-se, e peça perdão.

A uma filha de mulher que mataram que se chamava C.ª Figueiro, diz a moça que emprenhou de mim uma filha, ela está no Limoeiro, pressa de saber dela se é viva, já lhe mandei perguntar, não me respondeu, porque quem lá foi não apertou com ela, saber se é viva a menina, e que lha tomem, ainda que não seja minha, se é consciência e a metam, por servidora, em um mosteiro longe de Lisboa.

E sendo caso, que eu depois de morte seja obrigado a pagar o dote da senhora Izabel, minha irmã, que em tal caso, peço o senhor Lopo de Barros e a senhora dona Izabel, se queiram pagar pelos rendimentos da capela, e nisso se ajam como irmãos que são.

Ao Nuno, que dizem ser meu filho, e por este se criou, dos Rendimentos da Capela por espaço de oito anos, lhe deem dezesseis mil em um colégio para aprender, para frade, latim, e, não querendo ele, deem cem cruzados e o mandem caminho da Índia, e não lhe dou mais por que não posso, mas a ele lhe peço muito que seja religioso porque esta é a verdade.

João Ferreira Domingos Carneiro, o juiz

A Genealogia já interessa muitas pessoas neste país. Sempre recebo pedido de informações de algumas em busca de seus antepassados.

Mario Bittemilher manda um e-mail com as seguintes informações: “minha bisavó, por parte de pai, era filha de escravos em Macau e foi entregue a um padre. O nome dela era Francisca Antônia da Conceição (1894-1991), sendo seus pais biológicos Jerônimo Antônio de Souza e Antonia Maria da Conceição, e teve como pais adotivos João Ferreira Domingues Carneiro e Antonia Joana da Conceição”. Com esses dados, pedia orientação para pesquisar sobre essas pessoas. Depois, ele mandou mais informações, dizendo que ela foi criada pelo padre Carneiro, filho de João Ferreira Domingues Carneiro e Antonia Joana da Conceição; que seu pai adotivo era Juiz, e que o padre foi para o Rio de Janeiro.

Com as informações acima, procurei o livro de Monsenhor Severino, *Levitas do Senhor*, que trata da biografia de diversos padres, e, entre eles, encontrei o Padre Francisco Otaviano da Nóbrega Domingues Carneiro. Nesse livro, há

a transcrição do batismo do padre Francisco, constante do arquivo paroquial de Macau: “aos vinte e cinco de outubro de mil oitocentos e noventa e seis, na Igreja Matriz, o Reverendo José Calazans Pinheiro, batizou solenemente a Francisco, nascido a trinta de setembro do dito ano, filho legítimo do Dr. João Ferreira Domingues Carneiro e Josefina da Nóbrega Domingues Carneiro, sendo seus padrinhos Joaquim Álvares da Nóbrega e Francisca Herculana da Nóbrega, representados por Francisco Tertuliano de Albuquerque e Raimunda Adelaide de Saboia Albuquerque, do que para constar fiz este termo que assino. Cônego Vigário Estevão Jose Dantas, encarregado da Freguesia”.

O batismo acima corrige a informação sobre a mãe do padre e fica a dúvida se o Juiz Domingues Carneiro teve uma segunda esposa. Pegando carona nas informações de Mário Bittemilher, resolvi descobrir mais sobre o Juiz.

Sem muitas informações nos meus arquivos, fui à busca da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *O Caixeiro*, do jornalista Pedro Avelino, datado de junho de 1893, trata de uma tentativa de assassinato contra o ilustre Juiz de Direito da Comarca do Seridó, Dr. Domingues Carneiro. Está registrado: “Parece que o bandidismo disfarçado e hipócrita não podia tolerar ali a presença de um magistrado superiormente inteligente e enérgico, como o honrado Dr. Carneiro, que não se quis prestar, nem se prestará jamais a manivela de quem

quer que seja. E, como a impunidade do crime e os arranjos judiciários não encontrassem molde no reto espírito do digno moço, tornou-se preciso eliminá-lo.

Pelas 9/2 horas da noite achava-se a vítima na residência do honrado capitalista e fazendeiro capitão Joaquim Álvares da Nóbrega, e tomara assento à mesa do chá, com a família do seu ilustre hóspede e vários amigos. Corriam cordiais e animadas palestras e refeição, quando, de repente, por uma janela fronteira, sicários mascarados apontam a cabeça do juiz de direito e desfecham as garruchas.

Por um casual e feliz movimento, que então fizera Dr. Carneiro, as balas não o atingem, ficando, porém, ferido por vários bagos de chumbo na cabeça e nos ombros. O Dr. Belarmino Pinagé, que se achava ao lado do juiz de direito, escapou igualmente de ser morto, e bem assim o jovem Josué da Nóbrega, filho do dono da casa".

Mas essa história não cessou com o atentado, em 24 de junho de 1893. O Juiz escreveu uma longa carta no jornal *O Caixeiro*, em 3 de outubro de 1893, respondendo acusações feitas em outro jornal, por conta de acontecimento ocorridos, em 18 de agosto de 1893, na Vila de Santa Luzia, por Januncio, Diógenes e Abdon Nóbrega, "parentes ingratos e desprezíveis, que, sem coragem de atacar a descoberto, procuraram aquele meio para incomodar, ridicularizar e caluniar ao seu honrado e respeitável tio o capitão Joaquim Álvares da Nóbrega, que

tem o grande crime de ser meu dedicado amigo, e haver por duas vezes estado próximo de ser meu sogro". Nessa carta, conta que os inimigos "vendo providencialmente nulificada a ação de bacamarte e de bala posta em ação contra mim na noite de 24 de junho, não hesitaram nem tiveram a mão trêmula, ao propinarem o veneno que devia fatalmente vitimar, como vitimou, as duas inocentes moças, condenadas porque foram sucessivamente minhas noivas".

No mesmo jornal acima, em outra edição, encontramos que Dr. João Ferreira Domingues Carneiro casou, em Caicó, em 14 de outubro de 1893. Na notícia, não fala quem era a noiva. Pelo batismo de Francisco, acredito que era Josefina Nóbrega, possivelmente, parente do amigo Joaquim Álvares da Nóbrega, que, aliás, foi padrinho do futuro padre.

Em 25 de junho de 1892, houve uma permuta de Comarcas. Felipe Nery de Brito Guerra saiu de Macau para a Comarca do Seridó e Dr. Domingues Carneiro, o caminho contrário. No *Diário do Natal*, de 3 de dezembro de 1909, Dr. Carneiro Domingues comunica que assumiu, no dia anterior, o Cargo de Chefe de Polícia.

A família parecia ser de Pernambuco, pois Dr. Domingues foi promotor público da Comarca de Caruaru, pelo menos até 1891. Além disso, através do jornal *A Província*, encontramos nota de missa de sétimo dia de sua mãe, Dona Emília Francisca de Lemos Ramos, a ser celebrada em 25 de abril de 1900, na Matriz do Corpo Santo, Recife.

João Teixeira de Barros e a família Tetéo, de Macau

Lá de Macau, quem me mandou um e-mail foi Afonso de Ligório Lemos, que atuou na política desse município como vereador, vice-prefeito e prefeito. Como leitor d'*O Jornal de Hoje* tem acompanhado meus artigos sobre as origens das cidades e famílias daquela região. Revela que tem uma enorme vontade de escrever um livro sobre Macau e a região. Disse mais, que tinha um bom material sobre a família Lemos e Tetéo, e que colocava a minha disposição, caso me interessasse.

Sobre a família, informa que seu bisavô, Feliciano Tetéo, foi superintendente da Guarda Nacional e, também, intendente de Macau; que Pedro Tetéo, seu avô, era coronel da Guarda Nacional e delegado da cidade de Macau, por vários anos; que Francisquinha Lemos, conhecida como política, sem ter mandato, teve grande participação nos governos de José Varela e de Aluízio Alves.

Como tudo que se refere à região de Macau me interessa, pedi que me avisasse quando viesse a Natal, pois gostaria de conversar e ver os documentos ofertados. Conversei,

posteriormente, com o jornalista Túlio Lemos, seu filho, sobre meu interesse em conversar com Afonso.

Eu já tenho algumas informações sobre a família Teixeira de Barros e Tetéo. Mas essas informações são esparsas e faltam alguns elos que só poderiam ser elucidados por membros da família. Aqui, vou colocar algumas que já apurei, começando com o bisavô de Afonso.

"Feliciano, semibranco, filho de João Teixeira de Barros e Anna Gomes da Costa, nasceu aos vinte e um de março de mil oitocentos e cinquenta e um e foi batizado, solenemente, pelo padre Elias Barbalho Bezerra, na capela das Oficinas, a nove de junho do mesmo ano; foram padrinhos Vicente Rodrigues Ferreira, casado, e Francisca Ferreira, solteira, e para constar fiz este termo em que me assino. Padre Elias Barbalho Bezerra, coadjutor pro pároco do Assú".

Os pais de Feliciano, João Teixeira de Barros e Anna Gomes da Costa, contraíram núpcias em 2 de maio de 1850, na Capela de São José das Oficinas, tendo como testemunhas Francisco Moreira da Silva Jr. e Vicente Ferreira Rodrigues, padrinho no batizado acima. Infelizmente, no registro de casamento, não aparecem os pais dos nubentes. Vejamos o casamento de Feliciano. O livro, onde consta o registro desse casamento, é uma transcrição do original. Encontramos, nessas transposições de registros, vários erros. Por isso, acredito que escreveram João Ferreira no lugar de João Teixeira, embora alguns filhos do casal apareçam com sobrenome Ferreira.

"Aos doze de novembro de 1871, na capela do Rosário, Feliciano Ferreira Tetéo casou com Adelaide Maria do Espírito Santo. Ele, filho de João Ferreira de Barros e Anna Gomes Ferreira. Ela, filha de Pedro Nolasco da Fonseca e Maria Ignácia de Jesus. Foram testemunhas Floriano Ferreira Tetéo e Antonio Barbosa Pimentel".

Temos, também, o registro de batismo do avô de Afonso. "Pedro, filho de Feliciano Ferreira Tetéo e Adelaide Maria da Fonseca, nasceu aos 28 de junho de 1881, e foi batizado em 1 de julho de 1881, tendo como padrinhos João Coelho da Silva e Emília Ferreira Tetéo". Essa Emília era irmã de Feliciano. Nasceu aos 12 de fevereiro de 1859.

No livro de alistamento eleitoral, encontrado no Museu José Elviro, há os registros, como eleitores, de alguns filhos de João Teixeira de Barros, que são listados a seguir. "Secundes Teixeira de Barros, prático, 52 anos; Feliciano Ferreira Tetéo, empregado no Porto, 40 anos; José Teixeira de Barros, 30 anos, marítimo; Manoel Ferreira Tetéo, 29 anos, marchante; André Ferreira Tetéo, 39 anos, marchante".

Nesses registros eleitorais, não aparecem os nomes das mães dos eleitores. Esse Secundes Teixeira de Barros era filho de João Teixeira de Barros e Francisca Xavier da Silva. Casou, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Macau, com Juvina Maria da Conceição, filha de José Mendes da Costa e Faustina Maria da Conceição. Além disso, encontramos o batismo de Manoel, filho de Secundes Teixeira de Barros e

Juvina Maria da Conceição, nascido aos 5 de março de 1858, e batizado aos 24 do mesmo mês e ano.

No casamento de João Teixeira de Barros com Anna Costa, não consta que ele era viúvo. Portanto, não pode ser o mesmo que casou com Francisca Xavier, em 1825. Suspeito que esse segundo João Teixeira de Barros seja filho ou sobrinho do primeiro, cujo registro de casamento segue: "Em 15 de abril de 1825, na capela de Nossa Senhora da Conceição da Ilha de Manoel Gonçalves, Frei Francisco de Santa Teresa casou João Teixeira de Barros, 20 anos com Francisca Xavier, 18 anos. Ele, filho de Manoel Teixeira de Barros e Antonia Maria da Conceição, e ela, filha de João Pereira da Silva e Maria dos Santos Rosa. Foram testemunhas João Martins Ferreira (meu tetravô) e Ignácia Teixeira de Barros, casados".

Além de Secundes e, talvez, João Teixeira de Barros, encontramos três filhos de João e Francisca: "Aos 24 de abril de 1831, nasceram Cosma e Damiana, que foram batizadas na capela de São José das Oficinas, em 4 de setembro do mesmo ano; aos 29 de novembro de 1855, na Fazenda Amargoso, Joaquim Teixeira de Barros casou com Anna Senhorinha da Conceição, filha de José Joaquim de Sousa e Maria Joaquina de Jesus".

Os livros e documentos importantes para a história de Macau, que estão no Museu José Elviro, já estão sendo digitalizados?

Joaquim Felício Pinto de Almeida Castro

Câmara Cascudo, em *Velhas Figuras*, traçou, com o título "A família do Padre Miguelinho", uma excelente genealogia, começando com os três irmãos Manoel Pinheiro Teixeira, José Pinheiro Teixeira e Francisco Pinheiro Teixeira, naturais de Arrifana do Souza, atualmente Penafiel, Bispado do Porto, em Portugal. O primeiro registro que encontrei foi do Padre Manoel Pinheiro Teixeira, em 1706, sendo padrinho de Alberto, filho de Alberto Pimentel e de Francisca de Oliveira Banhos. Já Francisco Pinheiro Teixeira, casado com Maria da Conceição, batizou em 1711, Leonardo, cujo padrinho foi o tio, Padre Manoel Pinheiro Teixeira, e Maria de Carvalho. Leonardo Pinheiro casou com Maria de Borges da Rocha Bezerra e são tetravós maternos de Luís da Câmara Cascudo, segundo o próprio.

Nessa genealogia traçada por Cascudo, ele escreveu sobre Joaquim Felício Pinto de Almeida Castro, filho de Manoel Pinto de Castro e Francisca Antonia Teixeira: "Nasceu a 28 de maio de 1776. Residiu sempre no Recife e participou do

movimento de 1824. Em janeiro de 1831 continuava solteiro. Nada mais consegui".

Hoje, com mais facilidades oriundas do mundo informático, consegui mais complementos que trago para cá. Vejamos, inicialmente, o batismo de Joaquim Felício: "Joaquim, filho legítimo do capitão Manoel Pinto de Castro, natural de São Veríssimo de Valbon, arcebispado do Porto, e de Francisca Antonia Teixeira, natural desta Freguesia, neto paterno de Francisco Pinto de Castro, e de Izabel Pinto de Almeida, naturais da mesma Freguesia, de São Veríssimo de Valbon, e materno do capitão Francisco Pinheiro Teixeira, e de Bonifácia Antonia de Mello, naturais desta cidade, nasceu aos vinte e oito de maio do ano de mil setecentos e sessenta e seis e foi batizado com os santos óleos, nesta Matriz, de licença minha, pelo Padre Coadjutor Bonifácio da Rocha Vieira, aos onze de junho do dito ano; foram padrinhos o Padre Alexandre Dantas Correa, por procuração que apresentou do Padre Miguel Pinheiro Teixeira, do que mandei lançar este assento em que me assino. Pantaleão da Costa de Araújo, Vigário do Rio Grande". Esse padre Miguel era irmão do capitão Francisco Pinheiro Teixeira, avô materno do batizado.

Fernando Câmara, tetraneto do coronel Joaquim Felício proferiu uma palestra no dia 20 de outubro de 1987, com o título "A família do Padre Miguelinho no Ceará", na qual a figura central era seu tetravô, esquecido no Rio Grande do Norte.

Segundo Fernando Câmara, que conhecia o trabalho de Cascudo, Joaquim Felício fez parte da Junta Governativa do Ceará, durante a Confederação do Equador, em 1824. Diz que, em 1802, ele já era casado e, no dia 22 de agosto de 1803, batizava em Quixeramobim, onde residia, o primogênito Manoel Felício. Era casado com Maria Francisca do Espírito Santo, filha do opulento fazendeiro, o tenente-general Vicente Alves da Fonseca, e de sua esposa Maria Francisca do Espírito Santo. O coronel Joaquim Felício faleceu em Quixeramobim, em 20 de fevereiro de 1833.

Além de Manoel Felício, Fernando Câmara encontrou outro filho de Joaquim e Maria Francisca. Era Joaquim Felício de Almeida Castro, que casou, em 1834, com sua cunhada Maria do Rosário de Lima, viúva de Manoel Felício.

Esse Manoel Felício teve um filho de nome Miguel Joaquim de Almeida Castro (mais um com o nome de Miguelinho), que gerou Maria Olindina de Castro Câmara, casada com Manoel Fenelon da Silva Câmara. Deste último casal, nasceu Miguel Fenelon Câmara, pai de Fernando Câmara.

A repetição de nomes na família Pinheiro Teixeira é muito grande, gerando equívocos por parte dos genealogistas. Lembramos que o coronel Joaquim Felício era irmão de Padre Miguelinho, Clara de Castro e do tenente Francisco Pinheiro Teixeira, sogro de Clara. Ignácio, esposo de Clara

tinha um irmão que se chamava, também, Joaquim Felício. Este nasceu aos 7 de fevereiro de 1805, batizou-se no mesmo mês e ano, e teve como padrinhos seu tio Joaquim Felício Pinto de Almeida Castro e Dona Bernardina de Oliveira Leite. Segundo Cascudo, Joaquim Felício, irmão de Ignácio, casou com Cosma Rodrigues Veras. Daí, nasceu Maria Joaquina, que casou com o tio quando ele enviuvou de Clara de Castro.

Dona Maria Joaquina, já viúva do tenente-coronel Ignácio, foi envolvida no assassinato de uma escrava sua de nome Henriqueta, como conta Eduardo Campos no seu trabalho intitulado *Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará*.

Miguel Joaquim de Almeida Castro (Miguel Castro, nome de uma das nossas avenidas), que foi o primeiro governador eleito do Rio Grande do Norte, em 1891, era irmão de Dona Maria Joaquina, filho que era desse outro Joaquim Felício e de Cosma.

José Felix Alves de Sousa e Cynira de Vasconcellos

Dona Maria Ignácia Teixeira do Carmo, que nasceu em 28 de fevereiro de 1846, e casou, em 1864, com José Francisco Alves de Sousa, foi mãe de José Felix Alves de Sousa, em 30 de junho de 1890. Tinha 44 anos.

José Felix, que aparece no livro *Poetas do Rio Grande do Norte*, é autor de *Coroa de Espinhos*. Há, também, um artigo dele no jornal *Diário do Natal*, de 29 de dezembro de 1909, intitulado "Estadistas Hodiernos". Sua atuação, diferentemente dos seus irmãos José Anselmo e do capitão José da Penha, se deu mais no sul do país. Trabalhou em vários jornais e em vários órgãos públicos, entre eles o Hospital Central do Exército, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e o Tribunal de Contas da União. Mas, em 1916, veio até Natal, somente para casar. Nos livros da catedral, encontramos o registro desse casamento.

"Aos cinco de maio de mil novecentos e dezesseis, em oratório privado, nesta cidade, depois de habilitados canonicamente e não constando impedimento algum, presentes

as testemunhas Dr. João Gurgel e coronel Alexandre de Vasconcellos, assisti ao recebimento matrimonial dos contraentes José Felix Alves de Sousa e Cynira Lima de Vasconcellos, dando-lhes as bênçãos nupciais extra missam; ele solteiro, com 26 anos de idade, filho legítimo de José Francisco Alves de Sousa, falecido, e Maria Ignácia Alves de Sousa, natural de Angicos, e residente no Rio de Janeiro, ela solteira, com dezenove anos de idade, filha legítima de Cyrineu Joaquim de Vasconcellos e Annita Lima de Vasconcellos, natural e paroquiana desta Freguesia de Natal. Do que para constar, mandei fazer este termo que assino. O vigário, Pe. Celso Cicco".

O pai da noiva foi personagem de um artigo de Câmara Cascudo, intitulado "O Velho Cirineu". Diz Cascudo que ele nasceu em Canguaretama, e que escreveu discreta, misteriosa, quase clandestinamente. Diz mais que nasceu oposicionista e oposicionista morreu. Amigo íntimo de Pedro Avelino e do capitão José da Penha, viveu num clima de reação, de inconformismo e rebeldia.

Cynira foi uma das diretoras da Liga Feminina pró-Penha. *A Época*, jornal do Rio de Janeiro, datado de 31 de janeiro de 1916, traz a seguinte notícia: "Recebemos e agradecemos a linda Polka intitulada "Travessa" de autoria da inteligente senhorita Cynira de Vasconcellos, do Estado do Rio Grande do Norte".

A vida de Cynira foi interrompida logo cedo. No jornal *O Imparcial*, de 22 de fevereiro de 1917, saiu a seguinte notícia: "foi sepultada ontem, no cemitério de São Francisco Xavier, Cynira de Vasconcellos Alves de Souza".

José Felix voltou a casar, somente em 28 de outubro de 1925, conforme o seguinte registro do jornal *O Imparcial*: "Realizou-se ontem o casamento do nosso colega de imprensa Dr. José Felix, diretor do Rio-Jornal, com a senhorita Cyrenne Castello Branco, filha da Exma. viúva José Gil Castello Branco. Os atos civil e religioso marcados para 2 e 3 horas da tarde, efetuaram-se à rua Mariz e Barros, 474, em Icarahy (casa da noiva), na vizinha capital fluminense. Foram padrinhos, do noivo no ato religioso, o deputado Georgino Avelino (sobrinho do nubente) e sua Exma. Senhora, D. Maria Astengo Avelino; no civil, o engenheiro Leite Junior e sua Exma. Senhora D. Albertina Avelino Leite (irmã de Georgino). Paraninfaram a noiva, no religioso, o Dr. Fábio Carneiro de Mendonça e Exma. Senhora D. Gilda Carneiro de Mendonça; no civil, o Senhor Antonio Castello Branco e sua progenitora D. Francisca Leite Castello Branco"

Encontrei notícia do casamento de Maria Thereza, filha de José Felix e Cyrenne, no jornal *A Noite*, de 8 de janeiro de 1954.

"Com a Senhorita Maria Thereza Castello Branco Alves de Sousa, filha do Senhor José Felix Alves de Sousa, casou-se

no dia 5, o Senhor Ênio Duarte de Oliveira, filho do Sr. e Sra. João Batista Carvalho de Oliveira. O ato civil foi realizado na residência dos pais da noiva, presidida pelo Juiz da 3ª Circunscrição senhor Ferreira da Cunha, e testemunhado pelo senhor Rubens Castello Branco, e senhora Francisca Leite Castello Branco pela noiva, e pelo Senhor e Senhora Crezo Queiroz, pelo noivo. A cerimônia religiosa, realizada na Igreja Santa Luzia, foi oficiada por monsenhor Benedito Marinho, que fez bela saudação alusiva ao ato. Foram paraninfos da noiva o senador e senhora Georgino Avelino e, do noivo, o pai da noiva senhor José Felix Alves de Sousa e a mãe da noiva senhora João Batista Oliveira de Carvalho (aqui uma inversão no sobrenome)".

A viúva José Gil Castello Branco que aparece nos registros acima é a mesma Dona Francisca Leite (Pinto) Castello Branco, isto é, Cyrenne era filha de José Gil Castello Branco e Dona Francisca Leite Castello Branco. José Gil, natural do Piauí, era filho de Mariano Gil Castello Branco e de Cândida Burlamaqui Castelo Branco (Barão e Baronesa de Castello Branco).

De Laila Vils, divorciada, em 1989, de José Francisco Castelo Branco Alves de Sousa, outro filho de José Felix e Cyrene, recebo a informação que este casal teve quatro filhos, dos quais três são vivos. Laila e José Francisco têm duas filhas: Tatiana Vils Alves de Sousa e Laila Cristina Vils Alves de Sousa.

Lafaiete Pinheiro de Sousa

Aqui mesmo, neste jornal, fiz um artigo sobre a ascendência angicana de Micarla de Sousa. Entretanto, tínhamos poucas informações sobre Lafaiete, bisavô dela. Mais do que isso, escrevemos seu nome como Lafaiete Penha de Sousa, desconhecendo, ainda, que ele era descendente dos Teixeira de Sousa, de Angicos. Hoje, com mais documentos, vamos corrigir essas falhas, começando pelo registro, na íntegra, do seu 2º casamento.

"Aos quatro de maio de mil novecentos e trinta e cinco, pelas 16 horas e três quartos, no Santuário do Tirol (atual Igreja de Santa Terezinha), à Av. Rodrigues Alves, 725, desta cidade episcopal de Natal, depois de feitas as denunciações canônicas e demais formalidades previstas e tendo-se, também, habilitado civilmente no 1º Cartório Judiciário, sem que aparecesse impedimento algum, como se vê do processo que fica arquivado nesta paróquia, com palavras de presente, na forma do ritual romano, em minha presença, e na das testemunhas Francisco Pignataro, casado, funcionário público, natural de Nova Cruz, deste bispado, e sua esposa d. Emília Pessoa Pignataro, de prendas domésticas, natural

desta cidade, onde ambos têm residência e domicilio; José Ulisses de Medeiros, casado, comerciante e sua esposa d. Guiomar Mesquita de Medeiros, de serviços doméstico, ambos naturais de Macaíba, e residentes nesta freguesia e todas pessoas muito de mim conhecidas, receberam-se em casamento Lafaiete Pinheiro de Sousa e Zilda de Mesquita Marinho, ambos domiciliados e residentes nesta freguesia. Ele, funcionário público estadual, viúvo de Maria Gonçalves de Sousa, ocorrido nesta cidade, a 30 de novembro de 1930, com 50 anos de idade, nascido a 10 de janeiro de 1885, em Angicos, deste bispado, onde se batizou em tenra infância, filho legítimo de José Paulino Teixeira de Sousa, falecido em 15 de janeiro de 1915, em Angicos, e de d. Ana Cândida de Sousa Pinheiro, viúva, de serviços domésticos, com 69 anos de idade, natural de Angicos, e residente em Macaíba; ela, solteira, modista, com 28 anos de idade, nascida a 29 de setembro de 1906, nesta Freguesia, onde foi batizada, em tenra infância, e tem residência e domicilio, filha legitima de Luis Gomes Marinho, casado, agricultor, com cerca de 65 anos de idade, nascido em 16 de agosto de 1870, em Macaíba, e residente em Luis Gomes, do bispado de Mossoró, e de sua esposa Maria Emília de Mesquita Marinho, de serviços domésticos, com 58 anos de idade, nascida em Ceará-Mirim, a 1º de novembro de 1877 e residente à rua Indaleto Freitas, 258, desta Freguesia, e, em seguida dei-lhe a benção nupcial, conforme o ritual romano. A nubente passa assinar-se, de

agora em diante, Zilda de Mesquita Marinho de Sousa. E para constar lavrei este termo que assino com os nubentes e as testemunhas. Seguem as assinaturas de Monsenhor Landim e das testemunhas".

José Paulino Teixeira de Sousa, que era filho de José Vitaliano Teixeira de Sousa e Urbana Maria da Conceição, foi casado duas vezes: a primeira (1874) com Adelaide Amélia Xavier de Menezes, filha de Francisco Xavier de Menezes e Maria Antonia de Fontes Taylor; e a segunda com Ana Cândida de Sousa Pinheiro, filha de José Irineu da Costa Pinheiro e Josefa Cândida de Azevedo Santos. Lafaiete era primo legítimo do poeta Edinor Avelino, pois a mãe deste, D. Irineia, era irmã de Anna Cândida.

Na sequência, o casamento de uma filha de Lafaiete e de sua primeira esposa, Maria Gonçalves, esta filha de Maria Jovelina Bezerra Torres e João de Deus Gonçalves, neta paterna de Francisco Avelino da Costa Bezerra e Josefa Maria da Costa Torres, e materna de João Felippe Teixeira de Sousa e Quitéria Olímpia de Deus Gonçalves.

"Aos sete de setembro de mil novecentos e trinta e seis, pelas dezesseis e meia hora, em oratório particular da família da contraente à Rua Indaleto Freitas, 210, desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e cidade episcopal do Natal, capital do Rio Grande do Norte, depois de feitas as habilitações canônicas e demais formalidades prescritas, tomada a

justificação sumária de batismo do contraente, cuja certidão veio negativa do Caicó, não aparecendo impedimento algum, quer canônico quer civil, como se vê do processo, que, sob o nº 16.998, fica arquivado nesta Freguesia, por palavras de presente, na forma do ritual romano, em minha presença e na das testemunhas Moacir Medeiros, solteiro, comerciário, e Joana Maria Medeiros, casada, de afazeres domésticos, Floriano Paulino Pinheiro, casado, funcionário público, e de Maria Adelaide Gurgel, viúva, de afazeres domésticos, todos naturais deste estado e residentes nesta capital, e pessoas de mim conhecidas, receberam-se em matrimônio Carlos Augusto de Medeiros e Maria Adelaide de Sousa, ambos solteiros naturais desta diocese e residentes nesta freguesia; ele funcionário público, com 20 anos de idade, nascido a 29 de dezembro de 1915, em São João do Sabugi (Serra Negra), onde se batizou, em tenra infância, residente com a família, filho legítimo de Ademar Romero de Medeiros, viúvo, comerciante, e de sua esposa d. Severina Monteiro de Medeiros, de prendas domésticas, residente a Av. Junqueira Aires, desta Freguesia; e ela de prendas domésticas, com 20 anos de idade, nascida a 26 de janeiro de 1916, em Angicos, onde se batizou a 19 de março do dito ano, residente com a família, filha legítima de Lafaiete Pinheiro de Souza, casado pela 2ª vez, funcionário público, com 51 anos, natural de Angicos, e de sua 1ª esposa, D. Maria Gonçalves de Sousa, falecida, nesta Freguesia a 30 de novembro de 1930, à Rua Indaleto Freitas 210, onde reside

Lafaiete, em seguida lhes dei a benção nupcial com a fórmula extra missam. Neste mesmo dia, os contraentes se casaram, também, civilmente e a nubente passou a assinar-se, de agora em diante Maria Adelaide de Sousa Medeiros. E para constar, lavrei este termo que assino, Monsenhor José Alves Ferreira Landim. Vigário".

Lafaiete e Maria Gonçalves eram, também, os pais de José Paulino de Sousa que casou com Dona Genemar Gomes de Sousa, de Santana do Matos. Este último casal batizou Carlos Alberto de Sousa (o senador), em 10 de março de 1946, nascido aos 26 de dezembro de 1945. Na lateral do registro, a informação que Carlos casou com Miriam Garcia de Araújo aos 29 de março de 1969.

Lopo Gil Fagundes e a barrica de bacalhau

As lendas povoam as histórias das nossas famílias, mas sofrem, ao longo do tempo, deslocamentos verticais, horizontais e transversais, nas transmissões orais. Fábio Queiroz informa que na família da sua sogra, Maria do Rosário Fagundes, nascida no Rosário, é corrente a informação que Lopo Gil Fagundes chegou ao Assú, em um navio, escondido em uma barrica de bacalhau. O primeiro registro que obtive de Lopo Gil data de 1827. Ele foi testemunha de um casamento nas Oficinas (povoação do Assú, onde se preparavam carnes e peixes para exportação), e nessa data já era casado. Era nessa localidade que devia morar, pois, foi de lá que eu encontrei a maioria dos registros sobre ele. Em um registro de uma filha, descubro o nome da esposa.

Em 13 de dezembro de 1831, nascia Maria, filha de Lopo Gil Fagundes, natural da Europa, e de Maria do Ó Pereira da Costa Fagundes, do Assú, que foi batizada nas Oficinas, em 4 de abril do ano seguinte, tendo como padrinhos João Martins Ferreira (meu tetravô), casado, e Josefa Maria da

Conceição, viúva. Em 1833 e 1836, nasciam mais duas filhas do casal, batizadas, também, com o nome de Maria.

Pelos diversos registros que encontrei sobre o casal, Lopo Gil e Maria do Ó, que dá origem aos Pereira Fagundes, e pelas informações contidas no livro de Antonio Soares de Macedo, sobre a família Casa Grande, deduzo que Maria do Ó, esposa de Lopo, era uma das filhas de capitão-mor Pedro Pereira da Costa e de Dona Josefa Maria da Conceição, neta por parte paterna de Pedro Pereira da Costa e Rosa Thereza de Sousa, naturais da Freguesia de Santo Antonio do Fayal, patriarcado de Lisboa; e por parte materna de Jerônimo Cabral de Macedo e Dona. Maria do Ó de Faria. Portanto, Lopo Gil Fagundes era cunhado do comandante Jerônimo Cabral Pereira de Macedo. As diversas famílias do Assú eram, comumente, associadas às fazendas que possuíam. Maria do Ó mais seus irmãos constituíam a família do Morro, sendo seu membro mais destacado Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, morador em Macau.

Os batismos, em geral, traziam somente o primeiro nome do batizado, que algumas vezes se repetiam, em uma mesma família. Em 10 de novembro de 1834, nascia Jerônimo, filho de Lopo e Maria do Ó, batizado, nesse mesmo ano, “no pé do Morro”, em Santana do Matos, tendo como padrinhos José Correa de Araújo Furtado e Dona Maria do Ó de Araújo Braga; em 1839, nascia outro filho, batizado, com o mesmo

nome Jerônimo, na Capela de São José das Oficinas, e tendo como padrinhos o comandante superior Jerônimo Cabral Pereira de Macedo e Dona Josefa Maria da Conceição (avó).

Um registro de casamento, que cita os pais dos nubentes, diz que em 20 de maio de 1852, na povoação das Oficinas, Josefa Maria Pereira Fagundes, filha de Lopo Gil Fagundes e Maria do Ó da Costa Fagundes, casou com José Manoel Fernandes, filho de José Fernandes Novo e de Francisca Sipriana de Arruda, falecidos, tendo sido testemunhas José Barbosa Pimentel e Pedro Pereira Fagundes, ambos casados.

Encontramos diversos nomes que parecem ser de descendentes de Lopo Gil, mas as descontinuidades dos registros, bem como a pobreza das informações neles contidas, impossibilitam a comprovação. Vejamos alguns exemplos: Vicente Gil Fagundes, casado com Maria Francisca Xavier das Chagas, batizou em 13 de dezembro de 1840, Manoel, tendo como padrinhos José Francisco Vieira e Maria Joaquina da Conceição; em 27 de fevereiro de 1863, nascia Leandro, filho de José Pedro Pereira Fagundes e Maria do Ó do Espírito Santo, batizado no Rosário, em 5 do mês de junho do mesmo ano, tendo como padrinhos Lopo Gil Fagundes e Anna Fragosa de Medeiros (esta última concubina de Jerônimo Cabral Pereira de Macedo); em 28 de setembro de 1860, nascia Manoel, filho de Manoel José Pereira Fagundes e Maria Francisca Pimentel Fagundes, batizado aos 8 de janeiro de 1861, tendo

como padrinhos Lopo Gil Fagundes e Maria Rita Bezerra Pimentel. Uma das Marias, filha de Lopo e Maria do Ó, pode ser Maria dos Anjos Pereira Fagundes casada com José Barbosa Pimentel Junior. Este último pode ser José, nascido em 1832, filho de José Barbosa Pimentel e Maria Rita Bezerra (filha de Balthazar Barbalho Bezerra).

Em vários registros, encontramos Lopo Gil já viúvo. Não encontrei um segundo casamento, entretanto encontro o seguinte registro: "em 27 de novembro de 1865, nascia Maria, filha natural de Luiza Maria do Espírito Santo e de Lopo Gil Fagundes, batizada na capela do Rosário, em 22 de janeiro de 1866, tendo como padrinhos Nossa Senhora e Pedro José Pereira Fagundes".

Em 1855, há um batismo em que os padrinhos são Jerônimo Cabral Pereira Fagundes e Maria da Glória Pereira Fagundes, ambos nessa época solteiros. Ele deve ser um dos Jerônimos e ela uma das Marias, citados no início.

Segundo Fábio Queiroz, sua sogra, Maria do Rosário Fagundes, era filha de Francisca Lopo Fagundes e Roque Pereira Fagundes, primos. Os pais de Francisca eram Manoel Fagundes e Ana Varela Barca, naturais do Assú.

Os descendentes de Lopo Gil, com as informações trocadas entre si, poderiam reconstituir uma árvore mais precisa da família.

Luiz Eduardo e outras pessoas conhecidas

Em um artigo anterior, informamos que os padrinhos de Therezinha de Morais Lucena eram os pais de Luiz Eduardo Carneiro da Costa. Vamos começar nosso artigo de hoje com este último, fazendo, de antemão, uma correção. O pai de Luiz não era Aurio, como me pareceu, mas Aério, como veremos a seguir, conforme me confirmou Valdemar, meu irmão, e o próprio Luiz Eduardo.

"A quatorze de setembro de mil novecentos e quarenta e seis, nesta Catedral de Nossa Senhora da Apresentação, batizei solenemente a Luiz Eduardo, nascido a vinte e cinco de agosto de mil novecentos e quarenta e seis, filho de Aério Nicolau da Costa e de sua esposa D. Maria Otília Carneiro da Costa, avós paternos Sidrônio Nicolau da Costa e Anna Diamantina Costa; maternos Pedro Carneiro e Germina Morais Carneiro. Padrinhos José Lucena e Georgina Morais Lucena, Av. Rio Branco, 682. E para constar mandei fazer este termo que assino. Monsenhor José Alves Ferreira Landim".

Segundo Luiz Eduardo, seus pais moravam em Nova Cruz, mas, por falta de parteira, sua mãe veio para Natal, e ele nasceu na casa de José Lucena e Dona Georgina. Dona Germina, avó de Luiz, era irmã de Dona Georgina. Por um jornal, datado de 1911, da Hemeroteca Nacional, vi que Sidrônio Nicolau da Costa foi criador em Alagôa Grande, Paraíba. Ele, Luiz Eduardo, casou em 1970 com Walquíria Borges.

Dra. Irandir, ginecologista, é médica de minha esposa. Seu nome, como é comum por estas terras, veio da combinação dos nomes dos pais dela.

"Aos dois de fevereiro de mil novecentos e quarenta e sete nesta Catedral de Nossa Senhora da Apresentação de Natal, o Reverendíssimo Monsenhor João da Mata Paiva, Vigário Geral, batizou solenemente a Irandir Maria, nascida a quatorze de setembro de mil novecentos e quarenta e seis, à Travessa Pitimbú, 29, residência dos seus pais, filha de Jandir Dias de Souza e de sua esposa D. Iraci Bezerra de Souza, neta paterna de João Paulino de Souza e Juvina Dias de Souza, e materna de Pedro de Sá Bezerra e Beatriz Campos Bezerra. Padrinhos os avós paternos. E para constar mandei lavrar este termo que assino. Monsenhor Jose Alves Ferreira Landim. Pároco".

Na lateral do registro, há a informação que casou em 26 de agosto de 1973, com Romildo Batista de Farias (ou Faria), na Igreja de Nossa Senhora do Ó de Caicó.

Eurico Alecrim foi colega do Colégio Marista e, depois, contemporâneo, no Governo de Garibaldi Filho. Ocupou a Secretaria Adjunta de Recursos Hídricos. Irmão de Jomar Alecrim, que foi Pró-Reitor na UFRN. Segue batismo.

"Aos treze de dezembro de 1946, na Catedral de Nossa Senhora da Apresentação de Natal, o Reverendíssimo Coadjutor Padre Benedito Basílio Alves, batizou solenemente a José Eurico Alecrim Filho, nascido a vinte e dois de janeiro de mil novecentos e quarenta e cinco, à Rua Laranjeiras nº 30, residência dos pais, filho legítimo de José Eurico Alecrim e D. Maria Anunciada Andrade Alecrim, funcionários federais, naturais do estado, neto paterno de Lourenço da Costa Alecrim e Amélia Ferreira Alecrim, e materno de José Teixeira de Andrade e Cândida (Josefina) Teixeira de Andrade. Padrinhos Manoel Procópio de Moura, Tabelião Público, e sua esposa D. Lídia Pereira de Moura, Rua Vigário Bartolomeu, 606. E para constar mandei lavrar este termo que assino. Monsenhor José Alves Ferreira Landim".

Outro colega de Marista foi Odemar, irmão do neurologista João Rabelo. Segue o batismo dele.

"Aos vinte e três de junho de mil novecentos e quarenta e seis, nesta Catedral de Nossa Senhora da Apresentação de Natal, batizei solenemente a Odemar Guilherme Caldas Junior, nascido a dezesseis de março de mil novecentos e quarenta e seis, à Rua Ceará-Mirim, 269, residência dos pais,

filho legítimo de Odemar Guilherme Caldas, militar, e de sua esposa D. Laura Rabelo Caldas, doméstica, neto paterno de Alfredo Guilherme de Sousa Caldas, e de Rita Câmara de Sousa Caldas; neto materno de João Batista Ferreira Rabelo e Hercília de Carvalho Rabelo. Padrinhos o 2º tenente Severino de Oliveira Mendes, e esposa D. Maria Amélia Mendes. E para constar mandei fazer este termo que assino. Monsenhor José Landim".

Informação lateral do registro diz que casou em 1 de fevereiro de 1969, com Olga Maria Rodrigues Bezerra, na Igreja Bom Jesus. Dona Laura era irmã de Luiz de Carvalho Rabelo, príncipe dos trovadores potiguares.

Outro contemporâneo, no governo do Estado, foi Carlos José, que atuava no Departamento Estadual de Imprensa. É irmão de Isolda Melo Lemos e tio de Rubens Lemos Filho.

"Aos nove de novembro de mil novecentos e quarenta e sete, nesta Catedral de Nossa Senhora da Apresentação de Natal, o Reverendíssimo Coadjutor Padre Benedito Basílio Alves, batizou solenemente a Carlos José Carneiro de Melo, nascido a nove de janeiro de mil novecentos e quarenta e seis, à Rua Camboim, 759, residência dos pais, filho legítimo de Joaquim Carlos de Melo, técnico agrícola, e de sua esposa D. Maria do Carmo Carneiro de Melo, neto paterno de Carlos Policarpo de Melo e Maria Calipsa de Melo; e materno de José Calazans Carneiro e Rita Gleyderst (?) Carneiro Padrinhos

Bel. Manoel Augusto Bezerra de Araújo e D. Maria Olga Bezerril de Araújo, residentes à av. Rio Branco, 784. E para constar mandei fazer este termo que assino. Monsenhor José Alves Ferreira Landim".

Maria Antonia Fontes Taylor, matriarca dos Tassinos

Francisco Xavier de Menezes, que presidiu a Câmara Municipal de Angicos no período que vai de 1853 até 1855, era casado com Dona Maria Antonia Fontes Taylor. Segundo Aluízio Alves, no livro *Angicos*: "angicano dos mais esforçados, e que, na época, desempenhou notável influência, político-social no município. Filho de Francisco Alexandre Xavier, a quem não eram tão minguados os recursos financeiros, pôde cursar a Faculdade de Medicina da Bahia, até o 4º ano, deixando de concluir o curso por motivos ignorados". Foi ainda, segundo Aluízio, secretário da Câmara, Escrivão Público Judicial de Notas, Professor, Agrimensor, Vacinador Oficial, Capitão-cirurgião-mor do Comandante Superior da Guarda Nacional, em Angicos e Macau, e finalmente licenciou-se advogado pela Relação da Província.

Há um registro de batismo, faltando partes, onde encontramos a naturalidade de Maria Antonia. Nele está escrito: "Gerôncio, filho legítimo de Francisco Xavier de Menezes e de Maria Antonia de Fontes Taylor, falecida, naturais, ela do

Reino da Inglaterra, e ele, desta freguesia de Angicos, aqui falta a parte baixa do registro, mas no verso continua com, foi por mim batizado com os santos óleos nesta matriz de São José de Angicos, aos vinte e oito do mesmo ano; foram padrinhos Jerônimo Cabal Pereira de Macedo por seu procurador Antonio Bernardo Alves, casado, e Damásia Lopes Viegas, solteira, moradores nesta mesma freguesia. Do que para constar faço este assento que assino. O vigário Felis Alves de Sousa".

Pelos registros próximos, isso se deu no ano de 1854. Como no batismo, Dona Antonia já não existia, suspeitei logo, que tivesse falecido de parto, e fui atrás do seu óbito nesse ano, o que encontrei: "aos dez dias do mês de maio de mil oitocentos e cinquenta e quatro, foi sepultado nesta Matriz do Glorioso São José de Angicos, acima das grades, o cadáver de Maria Antonia Fontes Taylor, falecida de parto, sem sacramentos, na idade de quarenta e seis anos, foi envolta em branco, por mim encomendada, do que para constar faço este termo e assino, o vigário Felis Alves de Sousa".

Pela informação acima, se não houve erros, Maria Antonia teve o filho com mais de 40 anos. Vejamos que outros filhos ela teve. Comecemos com os gêmeos João e Manoel.

"João, branco, filho legítimo de Francisco Xavier de Menezes e de Maria Antonia de Fontes Taylor, nasceu a 23 de outubro de 1851, e foi batizado, na matriz, a 27 de dezembro

do dito ano, sendo padrinhos José Alves da Costa Machado e Constância Maria da Conceição, casados; Felis Alves de Sousa, vigário Colado de Angicos.

Manoel, filho legítimo de Francisco Xavier de Menezes, e de Maria Antonia de Fontes Taylor, nasceu a 23 de outubro de 1851, e foi batizado, na matriz, a 27 de dezembro do dito anos, sendo padrinhos Alexandre Xavier da Costa e Joanna Maria da Conceição, casados; Vigário Felis Alves de Sousa, vigário Colado de Angicos".

João Domício Xavier de Menezes, um dos gêmeos, casou, em 26 de agosto de 1876, com Anna Francisca de Azevedo, filha de Vicente Ferreira Xavier de Azevedo e Francisca Rosalina de Vasconcelos. Esse Vicente, meu tio-bisavô, era filho de Vicente Ferreira Xavier da Cruz e da sua primeira esposa Maria Francisca Duarte. Vicente, pai de Anna, faleceu moço, com apenas 30 anos, de febre amarela.

Adelaide, filha legítima de Francisco Xavier de Menezes e Dona Maria Antonia de Fontes Taylor, nasceu aos nove de agosto de mil oitocentos e quarenta e cinco, e foi batizada a vinte e um de dezembro do mesmo ano, em oratório privado, na cidade do Assú, sendo padrinhos o reverendo Vigário Manoel Januário Bezerra Cavalcanti e Francisca Rodrigues da Costa, por procuração, que apresentaram aquele do capitão Jacinto João da Ora, e esta de D. Rita Virgina de Santa Ana. Adelaide Angélica Xavier de Menezes foi a primeira esposa

de José Paulino Teixeira de Sousa, filho de José Vitaliano Teixeira de Sousa e Urbana Teixeira de Sousa. Eles casaram em 12 de janeiro de 1874.

"Emília, branca, filha legítima de Francisco Xavier de Menezes, e D. Maria Antônia de Fontes Taylor, nasceu a vinte e dois de junho de mil oitocentos, e quarenta e sete, e foi batizada, a vinte e três do dito mês pelo padre Francisco Theodósio de Seixas Baylon, in articulo mortis, recebeu os santos óleos, que lhe impôs, a dois de abril de quarenta e nove; foram padrinhos, o mesmo padre Baylon, e por procuração de José Joaquim Bezerra Cavalcanti. Emília Victorina Xavier de Menezes casou com Francisco Germano da Costa Ferreira, filho de Florêncio Octaviano da Costa Ferreira e Ignez Lucania da Costa Ferreira. O casamento foi em 31 de maio de 1874".

O Professor Juvêncio Tassino Xavier de Menezes, natural da Vila de Imperatriz, outro filho do casal Francisco Xavier e Maria Antonia, casou, em 18 de setembro de 1864, com Theresa Maria de Jesus, viúva de Francisco Pedro Xavier da Costa. Dona Theresa faleceu de parto em 1869, com a idade de 36 anos. Com um mês, faleceu a filha do casal, Maria, com um mês de idade. Thereza era irmã da minha bisavó, Francisca Rita Xavier da Costa. Em 7 de janeiro de 1855, o pai de Juvêncio, viúvo de Maria Antonia, tinha se casado com Bernarda Francisca da Costa, irmã de Theresa.

Juvêncio casou outras vezes. Eu conheci na Fazenda de Paulo Leitão de Almeida, em Lagoa Salgada, Maria da Conceição Tassino de Araújo, mais conhecida por Mary, filha de Luiz Tassino, e neta paterna de Juvêncio Tassino e Marcolina Gouveia Varela. Dona Mary é a mãe de Marcos, Márcio e Maurício Tassino.

Natal e o Forte dos Reis Magos

Encontramos, em um dos jornais antigos da Hemeroteca Nacional, que: “esta Província foi descoberta em 1499, antes de Pedro Álvares Cabral fundear em Porto Seguro, segundo afirma Mello Moraes na sua Corografia Brasileira, fundado em Herrera – *História das Índias* –, dizem que Alonso de Hogeda e Américo Vespúcio em 1499 encontraram em 5 graus ao sul equinocial uma terra alagada e segundo todas as probabilidades uma das bocas do rio da Piranhas ou Apodi (hoje Mossoró) e que não seguiram mais ao sul pelas correntes das águas”.

Em 1501, os portugueses chantaram o Marco de Touros, aqui no nosso Rio Grande do Norte, e, depois disso, não há notícias da presença deles, nas nossas terras, por décadas, diferentemente dos franceses que aqui aportaram desde 1503, se consorciando com nossos índios, militarmente, comercialmente e maritalmente. Pudsey, que esteve aqui com os holandeses, diz que os Cariris são originários da miscigenação dos franceses com os tapuias.

Com a instituição das capitanias hereditárias, João de Barros e seus herdeiros tentaram por duas vezes se apossar

do seu legado, mas fracassaram. Outros viajantes e piratas devem ter, ao longo desse tempo, nos visitado, mas somente em 1597 resolveu o Rei de Portugal, Felipe II da Espanha, tomar conta da sua colônia, dando ordens a Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho para construir um forte, expulsar os franceses e povoar nossa terra.

O Forte dos Reis Magos é o símbolo maior do nosso Rio Grande do Norte e da Cidade do Natal. Diferentemente do que ocorreu em outras localidades, sua construção precedeu a fundação da Cidade do Natal.

No dia 25 de dezembro de 1597, Mascarenhas Homem entrava no Rio Potengi, e, no dia 6 de janeiro de 1598, dava início à construção do forte. Em 24 de junho do dito ano de 1598, concluída a primeira versão, ele foi entregue a Jerônimo de Albuquerque (mais tarde, Maranhão), que tinha a missão de defender nossa terra e trabalhar a paz junto aos índios para a fundação da cidade. Foi um processo demorado. Somente em 11 de junho de 1599 foi feita a aliança com os indígenas, na capital da Paraíba.

A partir daí se iniciou a fundação da cidade com a demarcação de seus limites e a construção da matriz, a meia légua do Forte. Acredito que programaram tudo para que o ato de fundação se desse no aniversário de dois anos da entrada no Rio Potengi. As datas estavam sempre associadas aos eventos religiosos: Natal, Reis Magos, São João e novamente Natal.

Em alguns registros, aparecem nomes como Cidade dos Reis, Santiago, Cidade do Rio Grande, Natal, ou Natal dos Reis.

A partir de 1600, com a posse de João Rodrigues Colaço, como capitão-mor, começaram as concessões de sesmarias, sendo o primeiro beneficiado, o próprio capitão-mor, por ato de Manoel Mascarenhas Homem. Essa sesmaria foi comprada, posteriormente, pelo padre vigário da capitania, Gaspar Gonçalves Rocha.

A segunda já foi concedida por Colaço para os padres jesuítas. Na relação de terras concedida até a data de 1612, quando houve uma revisão, citamos alguns: Jacque de Py; Manoel Rodrigues; João Lostau, com grande descendência, no Brasil; Antonio Gonçalves Minhoto; Francisco Coelho, talvez aquele vitimado pelos holandeses; Bartholomeu Ledo; os irmãos Antonio de Albuquerque e Mathias de Albuquerque, filhos de Jerônimo de Albuquerque, Dona Úrsula, filha de Antonio Cavalcanti; Catharina da Costa, filha de Jorge Gonçalves; Jerônimo Cunha, pai do depois capitão-mor, Manoel de Abreu Soares; Francisco da Cunha, filho de Jerônimo Cunha; Manoel de Abreu; Jerônimo de Ataíde; José do Porto; Maria Rodrigues; Maria de Albuquerque; Manoel Rodrigues Faleiros, talvez ascendente de Pedro e Gonçalo da Costa Faleiros; Manoel Vaz de Oliveira; Inez Duarte, possivelmente a esposa de Antonio Vilela Cid; Antonio Machado; Beatriz do Pania, filha do alferes Luis Gomes; e

Antonio Vilela. Foram 185 concessões, muitas delas distantes da nova cidade, tendo alguns dos beneficiados recebidos mais de uma sesmaria.

O núcleo da cidade não prosperou muito em termos de habitação. Nossos povoadores tinham preferências pelas localidades mais distantes da matriz, talvez pela qualidade da terra.

Os holandeses quando aqui estiveram, não trouxeram nenhum benefício, muito pelo contrário, pois além de promoverem massacres contra nossos habitantes, destruíram a cidade na conquista, assim a mantiveram, enquanto estiveram por aqui, e a pioraram na hora da saída.

Como vimos em artigo anterior, alguns cronistas dizem, até agora não comprovado, que, em 1654, D. João IV doou, para Manoel Jordão, parte do território do Rio Grande, que alguns dizem ter sido Natal, por isso chamado de Natalópolis, e que ele não tomou posse por ter naufragado na entrada do Rio Potengi, e, por isso, o feudo retornou à Coroa; a segunda informação dava conta que D. Pedro II, de Portugal, concedeu o título de Conde do Rio Grande para filho ou filha de Francisco Barreto de Menezes, por sua participação na luta contra os holandeses. Lopo Furtado foi beneficiado por casar com a filha de Francisco Barreto. Segundo alguns, foi o primeiro titular que teve o Brasil.

Nosso Forte passou por várias reformas até ter chegado ao formato atual. O IPHAN, que tomou posse recentemente do Forte, realiza novas reformas, mas, antes disso, um grupo de arqueólogos promove, atualmente, escavações mostrando os vários pisos e intervenções no Forte. Devemos ter novidades sobre a história desse símbolo da nossa terra.

Na Hemeroteca Nacional, encontramos uma descrição da nossa cidade, no ano de 1883: "Natal, ou Rio Grande do Norte, pequena, mas bonita por sua posição na península formada pelo Rio Potengi e o oceano, com três praças e dois grandes largos, cinco ruas extensas e retas atravessadas por outras cinco; sendo notáveis os seguintes edifícios: Igrejas de Nossa Senhora da Apresentação (matriz), Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio e Bom Jesus; palácio do governo, assembleia provincial, câmara municipal, tesouro da fazenda, tesouro provincial, alfândega, atheneu, quartel de linha, quartel de polícia, hospital militar, casa de caridade e cadeia".

Notícias da família Valladão, lá de Macau

Já fizemos, anteriormente, um artigo sobre João Garcia Valladão, em que expressamos as dificuldades para encontrar maiores registros de sua descendência. No artigo, apresentamos o registro do óbito de sua mulher, Dona Izabel Rodrigues de São José, ocorrido em 1830, sepultada na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Guamaré. Entretanto, não fomos capazes de descobrir se José Garcia Valladão, presente em vários documentos na Freguesia de Macau, era seu filho. Mas, agora, com o inventário do Velho João Garcia Valladão, trazemos mais informações sobre essa família que habitou a Ilha de Manoel Gonçalves e foi uma das primeiras a povoar a Ilha de Macau, família essa homenageada com o nome de um bairro no referido município.

João Garcia Valladão, segundo seu inventário, faleceu em 10 de março de 1869, tendo sido seu inventariante herdeiro, o filho José Garcia Valladão.

Segundo o dito inventário, eram seus filhos: João Garcia Valladão de Macedo, com a idade de 50 anos, que se encontrava

ausente, em lugar não sabido, há mais de trinta anos; Josefa de Brito Viana, casada com Custódio José Viana, e moradores em Pernambuco; José Garcia Valladão, já mencionado acima, casado com Anna Rosa da Costa; e Francisca Izabel de Brito, já falecida, e representada por seus oitos filhos: Izabel de Brito Viana, casada com João Macedo do Amaral; Maria de Brito Viana, casada com Luis Francisco de Medeiros; Josefa de Brito Viana, solteira, com 28 anos, Rosa de Brito Viana, solteira, 23 anos, Antonio José Viana, solteiro, 22 anos; João José Viana, solteiro, 20 anos; Constância de Brito Viana, 19 anos; e Joanna Isabel Viana de Brito, 12 anos.

Segundo o inventariante que era residente em Macau, quase todos os herdeiros moravam na Praça de Pernambuco, à exceção da herdeira Joana Izabel de Brito, Maria Izabel de Brito e seu marido Luis Francisco de Medeiros que moravam na Vila de Macau, e João Garcia Valladão de Macedo cujo paradeiro ignorava.

Nesse inventário, o Padre Manoel Jerônimo Cabral foi curador *ad bona* do herdeiro ausente João Garcia Valladão de Macedo, e Lourenço Pinto Martins, o curador *ad litem* dos órfãos herdeiros. Além deles, atuou como Juiz de Órfãos, Thomaz Lourenço da Silva Pinto e, como Escrivão de Órfãos, João Baptista de Almeida Monteiro. O capitão Joaquim Rodrigues Ferreira foi procurador de Josefa e seu marido Custódio; Balthazar de Moura e Silva foi procurador de

Izabel e seu marido João Macedo, de Josefa, Rosa, Antonio e Constancia, órfãos púberes; o herdeiro inventariante José Garcia Valladão representou a si, a sua esposa e ao herdeiro púbere João José Viana. E Dona Maria de Brito representou a si e ao seu marido Luis Francisco de Medeiros.

No inventário, quem aparece como escravo é Nicolau, com 32 anos. No artigo sobre João Garcia Valladão, colocamos o registro do batismo dele, que foi na Ilha de Manoel Gonçalves, em 1836. Na verdade, em 1869, ele deveria completar 33 anos. Era filho da escrava Noberta, que consta agora como liberta. Aparece, também, outro escravo de nome José, com 30 anos, filho de Noberta. Outro detalhe desse inventário é que o nome que aparece como esposa do finado João Garcia Valladão era Izabel de Brito Macedo, diferente do registrado no seu óbito, que era Izabel Rodrigues de São José. Mas, pelo que vimos acima, alguns filhos tinham no sobrenome Brito ou Macedo, e, portanto, esse deveria ser o verdadeiro nome de família da esposa de João Garcia Valladão. Não há registro de que João Garcia Valladão tenha se casado novamente, e tudo indica que permaneceu viúvo até sua morte.

O inventário acima foi um dos encontrados no Fórum de Macau.

Novas notícias de antigos jornais

A Biblioteca Nacional está de parabéns pelo fato de disponibilizar, na internet, as digitalizações de jornais já extintos. O acesso a esses jornais nos leva aos nossos antepassados e, por isso, temos novas notícias sobre eles e sobre fatos da época.

No periódico *O Macauense*, datado de 14 de março de 1887, tomamos conhecimento de mais uma tia-bisavó, através da seguinte notícia: "faleceu a 4 na Fazenda Cacimbas (do Vianna), e sepultou-se a 5 nesta cidade, D. Isabel (Cândida) Martins Ferreira, filha do finado Major José Martins Ferreira".

No batismo de José, filho dos meus bisavós, Francisco Martins Ferreira e Francisca de Paula Maria de Carvalho, em janeiro de 1873, apareceram como padrinhos Vicente Ferreira Xavier da Cruz, avô do batizado, e Isabel Cândida Martins Ferreira, que não sabia, até então, que era irmã do meu bisavô.

Em uma carta que escreveu para Ricardo Rodrigues Ferreira, morador em Recife, o escritor Manoel Rodrigues de Melo pediu informações sobre seu avô João Rodrigues Ferreira, e tio paterno de Ricardo, perguntando em que ano os filhos dele voltaram para Macau. Pois bem, no mesmo

jornal, citado acima, encontramos, na parte de movimentação do porto, que em 1886 os filhos do finado João Rodrigues Ferreira vieram de Recife.

Outras informações interessantes extraídas de vários jornais são as viagens constantes de membros da família Martins Ferreira. No jornal *Diário Novo*, de 9 de fevereiro de 1847, encontramos: “entrando no Assú, pelo brigue brasileiro Paquete Pernambucano, com carga de sal, João Martins Ferreira, Antonio Joaquim de Sousa, Domingos Antonio de Azevedo, e um escravo, além de Josefa Maria dos Martírios e uma filha menor”. No jornal *Liberal Pernambucano*, de 26 de novembro de 1853, encontramos, “saindo do Rio de Janeiro, o Patacho Valente com carga de vários gêneros, e como passageiro o major José Martins Ferreira e um escravo”. No mesmo *Liberal Pernambucano*, de 30 de março de 1854, encontramos: “entrando no Assú, no Iate Brasileiro Angélica, com carga de vários gêneros, e como passageiro o major José Martins Ferreira”.

Outro periódico interessante é o *Boletim da Sociedade Libertadora norte-riograndense*. Há notícias de várias libertações de escravos, em diversas localidades, como Utinga, Fazenda Arvoredo, Goianinha, Santana do Matos, Acari, Estivas, Macaíba, Ceará-Mirim, Jardim de Angicos, Pau dos Ferros, Santa Cruz e Angicos.

No *Boletim* de 8 de janeiro de 1888, consta a seguinte relação de libertadores de escravos, em Angicos: José Rebouças

d'Oliveira Câmara, 5; João Florêncio d'Oliveira Câmara, 5; Alexandre Avelino da Costa Martins (meu trisavô), 2; José Avelino Martins Bezerra (tio-bisavô), 2; Joaquim Avelino Martins Bezerra (tio-bisavô), 1; José Athanazio da Costa Lima, 2; Alexandre Theodório de Mello, 1; Francisco Machado de Azevedo Costa, 1; Francisco Alexandre Pereira Pinto, 1; Alexandre Francisco Pereira Pinto, 1; Francisco Olyntho Bezerra, 2; Luis Pinheiro de Vasconcelos, 1; José Francisco Alves de Sousa (pai do capitão J. Penha), 2.

Do *Boletim* de 1 de abril de 1888, extraímos trechos de uma reunião abolicionista em Angicos.

"Na segunda-feira, 19 do corrente (março de 1888), quando se achavam na Vila, além da população fixa, muitas pessoas gradas, residente nos arredores, e que vinham para solenizar a festa paroquial do seu santo padroeiro, foi convocada uma reunião abolicionista, que devia ter lugar após a cerimônia religiosa.

Logo por ocasião da missa o reverendo vigário dirigiu aos fiéis palavras de evangélica unção, exortando-lhes a piedade em prol dos cativos.

À uma hora da tarde a casa do tenente João Felippe (da Trindade, meu bisavô, na época Intendente da Vila de Angicos), que graciosamente oferecera as suas salas para nela efetuar-se a reunião, estava cheia a transbordar de senhoras e cavalheiros, e as janelas disputadas por muitos espectadores,

ávidos de compartilhar as generosas emoções daquele grande dia.

O Dr. Pedro Velho, tendo indicado para presidência da sessão o Reverendo Vigário (Felis Alves de Sousa), servindo-lhe de Secretários os senhores José Vitaliano (Teixeira de Sousa) e Juvêncio (Tassino Xavier) de Menezes, proferiu um discurso, dando conta dos motivos da reunião, e declarando que a honrada família, em cuja casa se achavam, já não possuía escravos, por ter o seu digno chefe, o tenente João Felippe, concedido liberdade aos 3 últimos que lhe restavam".

A lista geral de manumissões havidas na Vila de Angicos, na reunião abolicionista do dia 19 de março de 1888, constava como libertadores – tenente João Felippe da Trindade, 3; Bernardo Gama da Silva, 1; tenente-coronel Luis Teixeira Rola, 2; José Pedro da Silveira, 2; Vicente Ferreira Barbosa Neto, 1; Francisco das Chagas de Azevedo Souza, 3; tenente Florêncio Octaviano da Costa Ferreira, 1; D. Bernarda Alves Martins dos Santos, 2; Bernardo Martins dos Santos, 1; Joaquim e Antonio Martins, 1; tenente José Pedro Xavier da Costa, 1; Francisco das Chagas de Jesus Maria 1; D. Leonídia Francisca Xavier da Câmara, 1; D. Júlia Francisca Bezerra, 1; José Gomes da Silva, 1; D. Francisca J. de Deus Gonçalves 2; Francisco Xavier de Jesus Maria, 2; Joaquim da Costa Alecrim, 1; capitão Manoel Pedro Maria da Costa, 1; e Cosme Teixeira Xavier de Carvalho (tio-bisavô), 1.

O Conde do Rio Grande

A vitória sobre os holandeses valeu muitas mercês dos Reis de Portugal aos diversos militares que dela participaram. Já vimos, em artigo anterior, que o capitão-mor Manoel de Abreu Soares, natural do Rio Grande, foi contemplado com um alvará, em 1681, para cargo da Justiça ou Fazenda, para filho ou filha dele. A pesquisa para provar que Manoel de Abreu Soares foi capitão-mor do Rio Grande trouxe duas informações que me chamaram a atenção, noticiadas por vários historiadores: a primeira é que em 1654, D. João IV doou, para Manoel Jordão, parte do território do Rio Grande, que alguns dizem ter sido Natal, por isso chamado de Natalópolis, que ele não tomou posse por ter naufragado na entrada do Rio Potengi, e, por isso, o feudo retornou à Coroa. A segunda informação dava conta que D. Pedro II, de Portugal, concedeu o título de Conde do Rio Grande para Francisco Barreto de Menezes, por sua participação na luta contra os holandeses. A primeira informação fica para um futuro artigo. Nada provado até agora.

Quanto à segunda informação, escrevi, inicialmente, para o Instituto D. João VI, tendo recebido as seguintes

informações: "Encarrega-me o Sereníssimo Senhor Dom Filipe, Conde do Rio Grande, Presidente do Instituto Dom João VI, de lhe encaminhar um breve resumo sobre o título de Conde do Rio Grande, conforme pedido que dirigiu através do Grémio Literário.

O Título de Conde do Rio Grande foi concedido cerca de 1678 por El-Rei Dom Pedro II (de Portugal) ao General Francisco Barreto e Menezes, Mestre de Campo General, Restaurador de Pernambuco, famoso General Comandante das Tropas Luso-Brasileiras que expulsaram os Holandeses do Brasil, vencendo as batalhas dos Guararapes. O Título foi-lhe dado em reconhecimento destes valiosos serviços, e depois passou para sua filha única D. Antónia Barreto de Sá, casada com Lopo Furtado de Mendóça (1661-1730), que foi Conde do Rio Grande por seu casamento. Este Lopo foi o General da Armada que venceu os Turcos no Mediterrâneo na célebre batalha de Matapão (1717). Deste casal extinguiu-se a geração, passando o título por representação para a Casa dos Condes de Vale de Reis (depois Marqueses e Duques de Loulé), pois nessa Casa está a representação dos referidos Condes, através das Famílias Barreto e Mendóça.

Em 1997 o Sereníssimo Senhor Dom Alberto de Mendóça Rolim de Moura Barreto (1923-2003), 5º Duque de Loulé, 4º Marquês de Loulé, 13º Conde de Vale de Reis, Dinasta da Casa Real de Portugal, passa todos os direitos

sobre o título e representação dos Condes do Rio Grande a seu filho terceiro o Sereníssimo Senhor Dom Filipe, actual titular.

Esperando que essas informações possam ajudar nos Vossos estudos sobre o Rio Grande do Norte, com os melhores cumprimentos, Alfredo Côrte-Real, Director do Instituto Dom João VI".

Não de todo satisfeito, por conta de alguns equívocos na informação, recorri ao arquivo da Torre do Tombo, solicitando os documentos relativos à concessão do referido título, do qual retirei alguns trechos.

Lopo Furtado de Mendonça fez representação a D. Pedro II, Rei de Portugal e Algarves, por conta de um alvará que foi passado para Francisco Barreto, seu sogro. O alvará é datado de 14 de julho de 1678. Por esse alvará, o Príncipe Sucessor Regente dos Reinos e Senhorios (na época, o próprio D. Pedro, pois o Rei D. Afonso VI, seu irmão, era incapaz), reconhecendo o valor, prudência e boa fortuna em que Francisco Barreto, de sua casa, e mestre de campo general do exército de Pernambuco, assistiu na guerra que restaurou a capitania de Pernambuco e as mais circunvizinhas, fez-lhe mercê do "título de conde para seu filho mais velho, se houver, e tendo filha que seja herdeira de sua casa, lhe faço a mesma mercê para a pessoa com quem ela casar, contanto que o casamento será a minha vontade, e esta mercê não terá efeito no filho ou

filha senão em casando, e até esse tempo estará em segredo, e não se cumprirá se se descobrir por sua parte".

Após a citação do referido alvará, continua Dom Pedro: "Pedindo-me o dito Lopo Furtado que porquanto o dito Francisco Barreto falecera sem deixar descendência masculina legítima e ficar por sua morte, primogênita de sua casa, Dona Antonia Maria Francisca de Sá, com quem ele Lopo Furtado de Mendonça estava casado de licença e aprovação minha, e como a tal lhe pertencia à mercê do título, lhe mandasse passar carta dele na forma costumada".

E o Rei, pelas habilidades que concorrem na pessoa do dito Lopo Furtado de Mendonça, resolveu: "Hei por bem fazer-lhe mercê do título de conde em sua vida, e quero que daqui em diante se chame o Conde do Rio Grande em Pernambuco, e goze com o dito título de todas as honras, preeminências, prerrogativas, autoridades, privilégios, graças, liberdades e franqueza que há e tem, e de que usam e sempre usaram os Condes destes meus Reinos".

Lopo Furtado de Mendonça foi, portanto, o primeiro conde do Rio Grande, D. Alberto Nuno Carlos Rita Folque de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 5º Duque de Loulé foi o segundo, e, atualmente, Filipe Alberto Folque de Mendonça é o terceiro.

O escrivão da Fazenda Real, Estevão Velho de Mello

Em primeiro lugar, veio a Fortaleza dos Reis Magos, entregue a Jerônimo de Albuquerque em 24 de junho de 1598, , e depois é que surgiu a Cidade do Natal. Com a Fortaleza, com a invasão dos holandeses, com a guerra dos bárbaros e com o repovoamento, tínhamos muitas pessoas servindo militarmente no nosso Rio Grande do Norte, como notamos nos registros de casamento e batismos. As concessões para cargos e sesmarias eram sempre precedidas de serviços prestados, quase todos de natureza militar, ao reino de Portugal. Por isso, sempre encontramos alferes, tenentes, capitães, cabos de esquadra, coronéis, tenentes-coronéis, sargentos-mores, nos eventos religiosos.

Em artigo anterior, escrevemos que dois filhos de Estevão Velho de Mello, Bonifácia Antonia de Mello e Manoel Antonio Pimentel de Mello, casaram, respectivamente, com Francisco Antonio Teixeira e Anna Maria da Conceição, filhos de Francisco Antonio Teixeira e Maria da Conceição de Barros. Hoje escreveremos sobre mais alguns descendentes dele.

Outra filha de Estevão e Joanna, de nome Anna Maria de Mello, casou com Ignácio Pinheiro Teixeira, filho de Francisco Antonio Teixeira e Maria da Conceição de Barros, pois em 5 de dezembro de 1671, foi batizado Miguel, nascido em 6 de novembro do dito ano, neto de Estevão e de Francisco Antonio, tendo como padrinho José Felis de Sousa, solteiro, e Joanna Gomes, filha de Manoel Gomes da Silveira.

Estevão Velho de Mello foi casado com Joanna Ferreira de Mello, sendo ele da Freguesia de Cosme e Damião de Igarassu, e ela, da Paraíba. Nos registros mais antigos, dos livros de batismos, encontramos o de Manoel Antonio Pimentel de Mello, batizado em 19 de abril de 1713, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiaí, tendo como padrinhos o capitão Domingos de Morais Navarro e Maria Magdanella, filha do coronel Gonçalo da Costa Faleiros.

Em assentamentos de praça, localizamos mais dois filhos: Aurélio Ferreira de Mello, natural da Paraíba, que assentou praça em primeiro de janeiro de 1718, com a idade de dezesseis anos, de rosto tirado, feições miúdas, e alvo, cabelo estirado e claro, seco de corpo; e Estevão Velho Cabral, natural da cidade do Natal, que assentou praça com quinze anos de idade, em 25 de maio de mil setecentos e trinta e cinco, sendo de estatura espigado, seco de corpo, olhos pardos, cara redonda, cabelo solto acastanhado, sobrancelhas abertas.

Pelos dados acima, Estevão Velho de Mello e Joanna Ferreira, antes de virem para o Rio Grande do Norte, estiveram

na Paraíba. No primeiro assentamento, consta que Estevão era capitão, e, no segundo, já era tenente-coronel. Um desses assentamentos foi feito pelo próprio Estevão.

Em 26 de maio de 1727, casou na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a filha do casal, Estevão e Joanna, Florentina Thereza de Mello, natural da Paraíba, com Manuel Gomes da Silveira, natural de São Gonçalo das Salinas, em Pernambuco, filho do sargento-mor Bartolhomeu da Costa, e Theresa da Silveira, ambos falecidos; foram testemunhas o tenente Faustino da Silveira, Jeronima Guedes Alcoforado, mulher do Bento Ferreira Mousinho, o coronel Theodósio Freire de Amorim e sua mulher Damásia Gomes da Câmara.

Em 4 de maio de 1749, Úrsula Ferreira de Mello, outra filha de Estevão e Joanna, casou na Matriz, com Manoel Correa Pestana, filho do tenente-coronel Manoel Correa Pestana e Joanna de Freitas da Fonseca, tendo como testemunhas Miguel de Oliveira e Mello e João da Costa Almeida, este último irmão do nubente, cujo nome herdou do avô João da Costa Almeida. Este era casado com Dona Domingas da Fonseca e foram os pais de Dona Joanna de Freitas.

Em 21 de abril de 1762, casou Miguel Ferreira Cabral de Mello, filho de Estevão e Joanna, com Engrácia Maria da Conceição, filha do alferes Leandro Rodrigues Braga, natural de Valência, Arcebispado de Braga, e Dona Isabel Rodrigues de Amorim, já falecida. Em 23 de julho de 1774, era batizado, na Capela de Nossa Senhora da Soledade de Aldeia Velha,

Manoel, filho de Miguel Ferreira Cabral de Melo e Dona Engrácia Maria da Conceição, tendo como padrinho o capitão Manoel P. da Costa com procuração do Padre Theodósio da Rocha Vieira, da Vila de São José.

Uma das filhas do casal, Estevão e Joanna, tinha o mesmo nome da mãe, Joanna Ferreira de Mello. Ela casou, em 2 de fevereiro de 1752, na Matriz, com o tenente Bernardo Pinheiro de Oliveira, filho do tenente-coronel José Pinheiro Teixeira e Maria da Conceição de Oliveira.

Você que está lendo este artigo pode ser descendente de umas dessas pessoas aqui citadas. Já fez sua árvore genealógica?

O General Antonio da Rocha Bezerra Cavalcanti

João Alves de Melo, no seu livro *Natureza e História do Rio Grande do Norte*, traça uma pequena biografia de Antonio da Rocha Bezerra Cavalcanti, incluindo uma genealogia dos seus descendentes. Logo no início do trabalho, escreveu: "nasceu a 20 de maio de 1837 no município de São Gonçalo, (Rêgomoleiro) Rio Grande do Norte e faleceu no Rio de Janeiro em 18/11/1898, com 61 anos de idade. Filho legítimo de Manuel Bezerra Cavalcanti e de D. Josefa Lourença Cavalcanti Rocha".

Aqui vamos fazer o contrário, vamos escrever sobre os ilustres ascendentes de Antonio, usando registros de casamentos ou de batismos. Por falta de espaço, faremos resumos dos originais, com algumas modificações, dando os nomes completos dos envolvidos, quando possível.

"Aos vinte de abril de mil oitocentos e trinta e seis, em casa de morada de Antonia Zenóbia Bezerra, no Sítio Rego Moleiro, dispensados no 2º grau duplicado de sanguinidade em que se achavam ligados, se casaram Manuel Bezerra Cavalcanti, filho legítimo de João Cavalcanti Bezerra, falecido,

e de Maria Madalena de Jesus, com Josefa Lourença Bezerra Cavalcanti, filha legítima de Leonardo Bezerra Cavalcanti e Bernardina Josefa de Moraes, falecidos; foram testemunhas Gabriel Soares Raposo da Câmara e Miguel Álvares Teixeira de Mendonça". Leonardo, pai de Josefa Lourença, era primo legítimo de Manuel Bezerra Cavalcanti, pois os pais deles eram irmãos, ambos filhos de João Cavalcanti Bezerra, mas de mães diferentes.

Seguem, agora, os registros dos avós de Manuel: Aos 10 de outubro de 1799, na capela do Senhor Bom Jesus, filial da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, os pais de Manuel, João Cavalcanti Bezerra e Maria Madalena de Jesus, se casaram, com dispensa de (ilegível) grau de sanguinidade e no segundo de afinidade por cópula ilícita; João Cavalcanti era filho de João Cavalcanti Bezerra e de Gertrudes Bezerra de Oliveira, falecida; Maria Madalena de Jesus era filha do tenente José Rodrigues Pinheiro e Thereza de Jesus Barbosa.

Não localizamos o casamento dos pais de Josefa Lourença, mas temos o registro de batismo de Francisco, seu irmão, em que se vê quem são os avós dela: Francisco foi batizado na capela de São Gonçalo, filho de Leonardo Bezerra Cavalcanti e Bernardina Josefa de Moraes, neto paterno do tenente Antonio Cavalcanti Bezerra, do Assú, e de Maria de São José, desta, e materno do capitão Vito Antonio de Moraes Castro e Anna Pedroza de Moraes; foram padrinhos o tenente

Antonio Cavalcanti Bezerra e Anna Pedroza, por procuração que apresentou sua filha, Maria Egiciaca de Moraes.

Passemos agora aos bisavós de Manuel, através de um batismo: João, filho do capitão João Cavalcanti Bezerra, natural de Olinda, e Gertrudes Bezerra de Oliveira (ou Gertrudes Thereza Ignácia de Oliveira), neto paterno de José Bezerra Cavalcanti e Genebra Luiza Bezerra Cavalcanti, naturais da Várzea, Pernambuco, e neto materno de Francisco de Sousa e Oliveira, e de Tecla Pinheiro Teixeira, nasceu aos 19 de novembro de 1779, e foi batizado aos 16 de dezembro do dito ano, na capela de Santo Antonio do Potengi, sendo padrinhos os avós Francisco e Tecla.

José Rodrigues Pinheiro e Thereza de Jesus Barbosa contraíram núpcias aos 24 de maio de 1762, na Matriz. Ele, filho legítimo de Manoel Pinheiro Teixeira e Úrsula do Monte, natural de Santo Antonio do Recife; ela, filha legítima do tenente José Barbosa Goveia (depois, capitão-mor interino), natural da Ilha de São Miguel e Quitéria Thereza de Jesus Bezerra, natural da Paraíba. Não localizei mais informações sobre Manoel Pinheiro Teixeira. Parece ser um dos filhos de Francisco Pinheiro Teixeira e Maria da Conceição de Barros. O sobrenome Rodrigues vem do pai de Maria da Conceição.

Vejamos os bisavós de Josefa Lourença: Aos 30 de janeiro de 1783, na capela de Nossa Senhora da Soledade, filial da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Antonio Cavalcanti

Bezerra casou com Maria de São José de Mello. Ele, filho de João Cavalcanti Bezerra e Josefa Lourença Bezerra, falecida, e ela do sargento-mor Manoel Antonio Pimentel de Mello e Anna Maria da Conceição, falecida, presentes o tenente-coronel Antonio da Rocha Bezerra e Manoel Jordão da Silveira. Essa Anna era filha de Francisco Pinheiro Teixeira e Maria da Conceição de Barros.

Esse João Cavalcanti Bezerra casou com Gertrudes, em 1777, quando ficou viúvo de Josefa Lourença Bezerra. Gertrudes faleceu em 21 de novembro de 1783, com a idade aproximada de 30 anos. Dona Josefa Lourença era filha do Coronel Antonio da Rocha Bezerra e de Josefa de Oliveira Leite.

Não encontramos o casamento de Vito Antonio com Anna Pedroza. Mas vamos conhecer seus pais através do batismo de um dos seus filhos: Antonio, filho legítimo de Vito Antonio de Moraes e Anna Pedroza de Moraes, neto paterno do coronel Antonio Vaz de Oliveira e Bernardina Josefa de Moraes, e materno de Joaquim de Moraes Navarro e Maria Soares Correa, nasceu aos 14 de outubro de 1802, e foi batizado aos 21 do mesmo mês e ano, tendo como padrinhos Antonio José dos Santos e D. Antonia Maria de Mello Uchoa, casados.

Segundo Marcos Pinto, Antonio Vaz era filho do capitão José Martins de Oliveira, neto de José de Oliveira Leite, e, portanto, bisneto de Antonio Vaz Gondim, que foi capitão-mor do Rio Grande do Norte.

O gesto de Felis Rodrigues Ferreira

Muitas vezes, tenho dúvidas sobre quem são as vítimas nas tragédias do dia a dia: os que ficam ou os que partem? Na tragédia do Rosário, no ano de 1871, as famílias do Major José Martins Ferreira e de Manoel Rodrigues Ferreira ficaram abaladas com o acontecido. Enquanto José Alves Martins, viúvo, com 40 anos, partiu para eternidade deixando 9 filhos, sendo um com 4 anos de idade, João Rodrigues Ferreira foi para a cidade do Recife. Não sei o que motivou a ação de João Rodrigues, muito menos se ele foi penalizado pela justiça.

Encontramos no *Macauense* que, em 7 de agosto de 1886, chegaram procedentes de Pernambuco, no Iate João do Vale, do capitão Francisco Honório Canuto, os capitães Joaquim Rodrigues Ferreira, Eufrásio Alves de Oliveira e João Rodrigues Ferreira de Mello. Joaquim Rodrigues Ferreira trouxe em sua companhia os seus sete sobrinhos órfãos, filho de João Rodrigues Ferreira, há pouco falecido na Província de Pernambuco.

Esse João Rodrigues Ferreira nasceu em 1836 e era filho do português Manoel Rodrigues Ferreira e da assuense Izabel

Martins Ferreira. Viveram na Ilha de Manoel Gonçalves. Nos nossos registros, encontramos o registro de batismo de Carmosina, filha legítima de João Rodrigues Ferreira e Glicéria da Silveira Borges, que nasceu em 26 de março de 1868. Há vários casamentos entre os Silveira Borges e os Rodrigues Ferreira.

Felis Rodrigues Ferreira era irmão de Joaquim Ferreira Rodrigues e de João Rodrigues Ferreira, já citados. Ele casou duas vezes. Seu primeiro casamento, do qual não encontramos o registro, foi com Joanna Batista do Sacramento. Desse casamento, só localizamos um filho: João Macário Rodrigues Ferreira. Ele nasceu em 2 de abril de 1852 e foi batizado em 15 de abril de 1852, no Sítio Xambá, tendo como padrinhos Felis Antonio Medino, solteiro, e Izabel Martins Ferreira, viúva.

O segundo casamento de Felis Rodrigues Ferreira foi aos 7 de agosto de 1860, na Fazenda Canto Grande, na presença do Padre Felis Alves de Sousa e das testemunhas Francisco Lins Wanderley e Pedro Virgulino de Sousa, com Maria Romana de Mello, filha de Antonio Joaquim de Mello, e de Joaquina Francisca de Mello.

Encontramos alguns irmãos de Maria Romana de Mello: Joanna Francelina de Mello, que casou, em 1862, com Eufrásio Alves de Oliveira Junior, na Fazenda Canto Grande; Salvina Francisca de Mello, que casou com Antonio José de Oliveira, na Fazenda Canto Grande, em 1860; Anna

Joaquina de Mello, que casou na Fazenda Canto Grande com João Macário Rodrigues Ferreira, filho de Felis e Joanna, em 1874; José Florentino de Mello que casou em 1881, no Sítio Malheiros, com Maria Ignácia da Apresentação.

Em 1 de junho de 1898, Felis Rodrigues Ferreira, em casa de residência do coronel Joaquim Ildefonso Virgulino de Sousa, em Macau, fez seu testamento. Instituiu, como herdeira universal dos seus bens, a esposa Maria Rodrigues de Mello e, como legatários da terça dos seus bens, os sobrinhos João Baptista da Silveira e Maria do Carmo da Silveira, filhos do falecido João Rodrigues Ferreira e Glicéria da Silveira Borges. Nomeou, como seus testamenteiros, Sebastião Rodrigues Ferreira, Vicente Rodrigues Ferreira e o capitão João Rodrigues Ferreira de Mello. Não há menção no seu testamento a qualquer outro filho do primeiro casamento. No dia 10 do mesmo mês e ano, Felis Rodrigues faleceu.

Como vimos acima, João Rodrigues Ferreira e Glicéria da Silveira Borges tinham sete filhos, e esses filhos, possivelmente, já eram maiores de idade. Por isso, ele deve ter deixado sua terça somente para seus sobrinhos, ainda de menor idade. Nessa época, João Rodrigues da Silveira tinha 14 anos e Maria do Carmo Rodrigues da Silveira, 18 anos. Esses nomes são um pouco diferentes dos que aparecem no testamento, mas são os que aparecem depois, quando o tutor deles, capitão João Rodrigues Ferreira de Mello, sobrinho

de Felis, pede a liberação, em 1903, dos bens herdados pelos mesmos, por terem atingido a maioridade. Dona Maria do Carmo Rodrigues da Silveira foi a segunda esposa de Manoel Carlos de Mello, que tinha enviuvado de Maria do Carmo Rodrigues de Mello.

Não tenho notícias de quando Dona Glicéria morreu. Talvez, tenha falecido pouco depois do nascimento do seu filho João, pelo que se depreende da volta dos sete filhos em 1886, e pelo fato do dito João ter 14 anos em 1898. João Rodrigues Ferreira não deve ter deixado herança para os filhos, e, por isso, seu irmão tenha resolvido amparar os dois sobrinhos.

O escritor Manoel Rodrigues de Mello era neto de João Rodrigues Ferreira, conforme carta escrita por ele para Ricardo Rodrigues Ferreira. Os pais do escritor, conforme vários documentos encontrados, eram Manoel de Mello Andrade Filho e Maria Rodrigues de Mello. Essa Maria deveria ser uma das outras filhas de João Rodrigues e Glicéria.

Anda não localizei as notas de Manoel Rodrigues de Mello, que pretendia escrever um livro sobre os Rodrigues Ferreira e outro sobre a história de Macau. Estou examinando alguns documentos que estão depositados no Solar João Galvão, da Fundação José Augusto.

O mestre latinista de Almino Afonso e Bezerra de Menezes

De Fortaleza, o professor Luciano Klein, descendente dos capitães João Martins Ferreira e Balthazar de Moura e Silva, portugueses que passaram pela Ilha de Manoel Gonçalves e que moraram em Macau, me escreve com o seguinte pedido: "Gostaria de lhe solicitar a ajuda a fim de encontrar informações sobre um dos professores do médico Bezerra de Menezes. No livro de Manoel Onofre Jr, *Martins, a cidade e a serra*, que você gentilmente me presenteou, há ligeiras informações sobre o professor de latim Francisco Emiliano Pereira".

Luciano está fazendo uma nova edição do seu livro sobre Bezerra de Menezes, que morou em Martins de 1842 a 1846, entre os 11 e 15 anos. Procurei nos meus arquivos e na internet o que existia sobre o mestre para subsidiar meu parente.

Nestor Lima, no seu livro sobre os municípios do Rio Grande do Norte, escreveu na parte referente ao Assú: "a cadeira de Latim, criada em 1827, foi regida pelo professor Francisco Emiliano Pereira, seu instalador"; já na parte referente ao município de Martins, encontramos Francisco

Emiliano Pereira como professor do secundário, no ano de 1843, e como administrador de Martins nos períodos 1865-1869 e 1869-1873. Mas segundo informações de outros autores, o professor Francisco Emiliano faleceu no ano de 1869, não concluindo o seu mandato.

Na *Revista do Instituto do Ceará*, encontramos um artigo de Carlos Feitosa com o título de "A descendência de Antonio Leite de Chaves e Melo". Antonio era filho de Francisco Álvares Afonso, radicado no Rio Grande do Norte, e tinha, entre seus irmãos, Manoel Álvares Afonso Leite, Maria Afonso de Chaves e Melo Pereira (Mariazinha) e Alexandre Leite de Chaves e Melo.

Diz Carlos Feitosa que Mariazinha casou com o português Francisco Emiliano Pereira, latinista e educador de grandes méritos, tendo sido professor de seu sobrinho o senador Almino Afonso. Sua filha, Maria Joaquina Chaves (Marocas), casou com o primo Ildefonso Leite de Araújo Chaves.

Continua Carlos Feitosa: "Manoel Álvares Afonso Leite, que não usava o restante do sobrenome, de Chaves e Melo, morava entre Patu e Martins, no Rio Grande do Norte, tendo deixado dois filhos Francisco Manuel Álvares Afonso e Viriato Afonso. Viriato foi coletor em Independências, Ceará, e advogado em Martins e Francisco Manuel é pai do senador Almino".

Nos registros paroquiais de Assú, encontro o seguinte batismo, com os nomes reduzidos: "Antonio, filho legítimo de Francisco Emiliano e D. Maria Joaquina, desta Freguesia, nasceu aos três de dezembro de trinta e oito, e foi batizado, por mim solenemente, na Matriz, aos vinte e cinco de março de trinta e oito; foram padrinhos Basílio Quaresma Torreão (Junior, filho de nosso Presidente de mesmo nome), e sua mulher Josefa Enfigenia, do que para constar, fiz este assento que assino. Luiz Teixeira da Fonseca, vigário interino do Assú".

Acredito que o Francisco Emiliano que aparece acima é o nosso professor, por conta dos padrinhos ilustres. Só que isso gera um problema. Nas anotações de Carlos Feitosa, a esposa era Maria Afonso de Chaves e Melo (Mariazinha) e a que aparece no registro tem o nome da filha do casal. É possível que tenha havido erro na escrita dos nomes, pois eles foram abreviados ou, então, a mãe e a filha tinham o mesmo nome.

Outro detalhe é que, em um site sobre Assú, consta que Francisco Emiliano Pereira nasceu em Barriguda, hoje Alexandria, mas a *Revista das Academias de Letras* diz que ele era português da Ilha de São Miguel.

Monsenhor Severino, em *Levitas do Senhor*, faz duas menções ao professor Francisco Emiliano: diz que o padre Cosme Leite da Silva foi aluno do latinista, de Português, Latim e outras matérias, juntamente, com os futuros sacerdotes

Antonio Dias da Cunha, Antonio Joaquim Rodrigues, Matias Fernandes de Queiroz, Joaquim Manoel de Oliveira Costa e Candido Pereira de Oliveira; e que, por intermédio do Padre Francisco Justino Pereira de Brito, foi criada, na povoação de Jardim, a cadeira de Latim e nomeado para ela Francisco Emiliano.

Na biografia dos patronos de grupos escolares, Francisco Emiliano Pereira aparece como tio-afim e também como padrinho de crisma de Almino Afonso, mas, pelas informações de Carlos Feitosa, o professor era casado com a tia-avó do senador. Há, portanto, problemas de geração, que se dá principalmente por falta de datas nas informações. Precisamos aprofundar esses estudos sobre o professor de Latim, para esclarecer e, ao mesmo tempo, conhecermos melhor esse personagem da nossa História. Talvez, um inventário ou alguns registros paroquiais resolvessem nossas dúvidas.

O Sargento-mor Valentim Tavares de Mello

Pedro Arruda, lá de Fortaleza, pede notícias de Manoel Gonçalves Branco, seu ascendente, através de Francisco de Oliveira Banhos. Diz, também, ser descendente de Tomé Lopes Navarro. Em um dos meus artigos, escrevi sobre "O homem do Reino", Manoel Gonçalves Branco. Ele é ascendente de muitas famílias deste Brasil. Neste artigo, vamos escrever sobre seu filho, Valentim Tavares de Mello, começando pelo batismo.

"Em 27 de fevereiro de 1707, nesta Paroquial de Nossa Senhora da Apresentação, batizou, o Padre Coadjutor, a Valentim, filho do capitão Manoel Gonçalves Branco e sua mulher Catharina de Oliveira. Foram padrinhos o Padre Antonio Rodrigues Fontes e Thomás de Brito Ferrás. Tem os santos óleos. Simão Rodrigues de Sá".

Vinte anos depois, encontramos Valentim sentando praça, como soldado raso, nesta Capitania do Rio Grande. É um registro interessante, pois descreve, fisicamente, o assentado.

"Valentim Tavares de Mello, morador nesta Capitania, filho legítimo de Manoel Gonçalves Branco, e natural desta Capitania, de idade de vinte anos pouco mais ou menos, de estatura baixa, seco do corpo, e alvarinho do corpo, digo, do rosto, cabelo crespo e castanho, olhos pardos, sobrancelha grossa, cara redonda, senta praça de soldado raso, nesta Companhia do capitão Francisco Ribeiro Garcia, por sua vontade, e mandato do dito capitão, e intervenção do Provedor e Vedor Geral, o capitão Domingos da Silveira, em quatorze de dezembro de mil e setecentos e vinte e sete, vencendo dois mil e quatrocentos reis/mês, e por ano vinte e oito mil e oitocentos réis, a saber: quinze mil e trezentos e sessenta réis em dinheiro, e, em farda, treze mil e quatrocentos e quarenta réis, na forma da ordem de sua Majestade, em que há por bem o acrescentamento dos soldos que se acha registrada nesta Provedoria a folha 142, verso, do livro 1º do Registro. Caetano de Mello e Albuquerque".

Os pais de Catharina de Oliveira e Mello eram Francisco de Oliveira Banhos e Antonia Tavares de Mello, por isso, o sobrenome de Valentim.

Em 8 de junho de 1733, Valentim já era capitão e apareceu como testemunha, junto com o irmão, sargento-mor Gregório de Oliveira e Mello, no casamento de Victoriano da Frota e Maria Gomes de Sá. Nessa data, ambos eram solteiros, e o pai, Manoel Gonçalves Branco, já era defunto. Em 4 de

novembro de 1734, passou a sargento-mor da Cavalaria da Ribeira do Assú, do Regimento do coronel Miguel Barbalho Bezerra, por patente do senhor capitão-mor João de Teive Barreto de Menezes.

Em 1735, ele casa pela primeira vez, pois em outros documentos aparece casado com Luzia de Albuquerque. Vejamos o registro do casamento que encontramos.

"Aos dezoito de julho de mil setecentos e trinta e cinco anos, nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, da cidade do Rio Grande do Norte, feitas nela as denunciações, e na Igreja de Nossa Senhora do Ó da Missão do Mipibu, perto de onde morou a contraente, e na capela de Nossa Senhora dos Remédios, próxima a qual é o lugar onde mora, apresentando-se um mandado do Reverendíssimo Vigário Geral, o doutor Antonio Pereira de Castro, em que dava (frase ilegível, mas parece uma liberação) o impedimento ao contraente da promessa feita a Paula das Quintas, e me mandava os Recibos por palavras, sem se descobrir mais algum, sendo presentes por testemunhas, o Reverendo Padre Manoel Pinheiro Teixeira, o sargento-mor Dionísio da Costa Soares, Dona Eugênia de Oliveira e Mello (irmã de Valentim), mulher do dito, e Catharina de Oliveira, dona viúva, pessoas todas conhecidas, e moradores desta cidade, assisti ao matrimônio que entre si contraíram o sargento-mor Valentim Tavares de Mello, filho legítimo do capitão Manoel Gonçalves Branco, já defunto, e

de sua mulher Catharina de Oliveira e Mello, e Angélica de Azevedo Leite, filha legítima do coronel Carlos de Azevedo do Vale, e de sua mulher Izabel de Barros, moradores e naturais desta Freguesia, e logo lhes dei as bênçãos, guardando-se em tudo a forma do Sagrado Concílio Tridentino, do que mandei fazer este assento em que por verdade assino. Manoel Gomes Correa".

Dona Angélica deve ter falecido pouco depois e Valentim casou com Luzia de Albuquerque. Maria Manoela, filha de Valentim e Luzia, casou em 20 de maio de 1766, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, com o viúvo Estevão Cunha de Mendonça. Este último casal gerou um filho que recebeu o nome do avô, Valentim Tavares de Mello, e que casou em 1802, com Thereza Maria de Jesus, filha de Jerônimo da Costa e Anna Maria Pereira. Jerônimo era filho de João da Costa Almeida e Catharina de Oliveira e Melo, sendo esta última filha natural de Gregório de Oliveira e Mello, irmão de Valentim.

Naquela época, as pessoas não ficavam viúvas por muito tempo. No dia primeiro de novembro de 1748, o capitão Manoel Gomes da Silveira, viúvo de Florentina de Mello, esta filha de Estevão Velho de Mello e Joanna Ferreira de Melo, casou com Luzia de Albuquerque Melo, viúva do sargento-mor Valentim Tavares de Melo.

O telegrafista extremista

Naveguei, novamente, nos velhos jornais digitalizados da Biblioteca Nacional. Dessa vez, em busca de novas informações sobre a participação de meu pai no levante de 1935. O que sabia, até então, veio através de Heroíso Pinheiro, João Batista de Melo Pinto, e de Andrade Lima, no seu livro *China Gordo*. Essa parte está no livro *Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*.

Uma das informações colhidas, agora, dava conta que, em ato de 29 de janeiro de 1936, ele foi transferido da Regional de Pernambuco para a de Mato Grosso. Era, nessa época, praticante diplomado dos Correios e Telégrafos. Nunca tive notícia disso, pois não constava na sua ficha funcional que obtive do Ministério das Comunicações. Mas acredito que esse ato não teve consequências, pois, em 18 de fevereiro do dito ano de 1936, viajando no vapor Poconé, procedentes de Recife, Miguel Trindade Filho e Wanderlino Virgínio Nunes foram impedidos de desembarcar em Salvador, acusados de exercício de atividades comunistas. O vapor seguiu viagem até o Rio de Janeiro e, no dia 21 de fevereiro, os passageiros Miguel e Wanderlino foram presos, a bordo do Poconé, por

investigadores da Polícia Central. Em 14 de março desse mesmo ano, chegavam presos ao Rio de Janeiro, no vapor Manaus, 116 extremistas do norte, incluindo aí, Graciliano Ramos e as mulheres Maria Joana de Oliveira e Leonila Felix.

O *Diário Carioca*, de 26 de junho de 1936, informou que, nos Correios e Telégrafos, o Diretor-Geral tinha exonerado o praticante diplomado Miguel Trindade Filho, o mensageiro Wanderlino Virgínio Nunes e o diarista rádio Manoel Athanázio de Lima, por exercerem atividades subversivas de ordem política e social, como ficou provado em processo. O Correio Paulistano informou que tal decisão tinha sido determinada pelo Ministro da Viação, Marques dos Reis, em 25 de junho do dito ano, pelo que tinham apurados os chefes dos exonerados, em virtude de participarem de atividades contra o regime. Na sua ficha funcional, consta que ele, Miguel, tinha se afastado do serviço desde 1 de fevereiro de 1936.

No restante do ano de 1936 e no ano seguinte de 1937, nada sobre Miguel Trindade Filho. Vanderlino Virgínio Nunes reaparece como jornalista no Rio de Janeiro. Voltei a encontrar novas notícias somente no ano de 1938.

Em 15 de maio de 1938, o desembargador Barros Barreto, presidente do Tribunal de Segurança Nacional, tinha recebido do chefe de polícia de Pernambuco, Sr. Etelvino Lins, um ofício acompanhado do processo, instaurado em Pernambuco, contra elementos marxistas, presos e recolhidos à

cadeia de Recife, naquele ano, acusados de conspirarem para a mudança do regime. Era um processo volumoso que apontava como responsáveis as seguintes pessoas: Hermes Carneiro Maranhão, o jornalista Nelson Firmo de Oliveira, Hélio Soares de Amorim, Antonio Bento Monteiro Tourinho, Felix Pereira de Lyra, pintor Hélio Feijó Ferreira, Casemiro Correia, Miguel Trindade Filho, José Ariston Filho, Raymundo Gurgel Cunha, arquiteto Heitor da Silva Maia Filho, José Pardal Cavalcanti, Anastácio Honório de Mello, Clóvis de Souza Caldeira, Isnard Cantalice e Antonio dos Santos Teixeira.

O inquérito referido tinha sido enviado pelo delegado Edson Moury Fernandes, chefe da Ordem Política e Social de Pernambuco, para o Secretário de Segurança. Esse documento foi amplamente divulgado na imprensa e continha trechos de depoimento de vários comunistas e outras pessoas.

O *Diário de Notícias* de 23 de setembro de 1938 informou que, pelo procurador adjunto Dr. Gilberto Goulart de Andrade, foi apresentada denúncia contra os organizadores da "Frente Nacional Democrática", de Pernambuco, considerada de finalidades subversivas. A denúncia era minuciosa na análise das responsabilidades de cada acusado e continha a classificação de delito e pedido de exclusão de cinco dos que foram processados pela polícia daquele Estado. Dos denunciados, acima, pela "análise de ação dos acusados" o referido promotor requereu a exclusão do processo, dos seguintes

indiciados: Hermes Carneiro Maranhão, Miguel Trindade Filho, Anastácio Honório de Mello, Nelson Firmo de Oliveira e Felix Pereira de Lyra.

No *Correio da Manhã*, de 4 de outubro de 1938, que tratou da sessão do Tribunal de Segurança Nacional, foi publicado que: "depois de falar o procurador Campos da Paz, que pediu a agravação da pena para os acusados e condenação para os absolvidos, o presidente do Tribunal de Segurança concedeu a palavra ao advogado Sobral Pinto, seguindo-se-lhe na Tribuna os demais patronos dos réus, os advogados Evaristo de Moraes, Evandro Lins e Silva, Elmano Cruz, Onézimo Coelho, Moesia Rolim, Jamil Feres, Segadas Viana, Gastão Luz do Rego, Medrado Dias, Nelson Lourenço e Bulhões Pereira".

A sessão foi suspensa e, depois que voltaram, o desembargador Barros Barreto passou a ler a sentença proferida pelo Tribunal. Inicialmente, passou a ler as decisões contidas nos processos 636, 637 e 638. No primeiro, foi indeferida a exclusão pedida de Anastácio Honório de Mello e deferidas as exclusões de Hermes Carneiro Maranhão, Miguel Trindade Filho, Felix Pereira de Lyra e Nilson Firmo de Oliveira. Quanto aos processos 637 e 638 votaram pelo arquivamento de ambos.

Etelvino Lins, chefe de polícia de Pernambuco, depois interventor federal e, posteriormente, governador eleito de

Pernambuco, foi colega de meu pai nos Correios, entre 1927 e 1929.

Agora, estou localizando o Processo 636 no Arquivo Nacional. Quero ver o seu conteúdo.

O Vigário Simão Rodrigues de Sá, pai de Eugenia

Nos Anais da Biblioteca Nacional, encontramos um trecho escrito por Dom Domingos Lorêto Couto que diz: “Caetano de Mello de Albuquerque nasceu na cidade do Natal do Rio Grande, sendo filho de Manoel de Mello de Albuquerque, natural de Olinda, filho ilegítimo de João Velho Barreto; e de Dona Eugenia Rodrigues de Sá, filha natural do Doutor Simão Rodrigues de Sá, que depois de a ter se ordenou presbítero, e foi arcediago da Sé de Olinda, e morreu sendo vigário colado do Rio Grande. Serviu nesta capitania, sendo capitão, sargento-mor, comandante das ordenanças, e passando a Lisboa foi eleito capitão-mor da Ilha do Fogo onde morreu”.

Câmara Cascudo complementa quando escreve sobre o vereador do Senado da Câmara, Manoel de Mello e Albuquerque: “O padre Simão Rodrigues de Sá já paroquiava Natal em julho de 1706. Veio a falecer antes de maio de 1708. Manoel de Melo de Albuquerque já estava em Natal em 1709 e tratado por capitão, foi como se sabe um dos grandes inimigos do capitão-mor Ferreira Freire”.

Os registros paroquiais do início do século XVIII nos trazem informações mais precisas sobre os personagens citados, que nos levam a refletir melhor sobre as informações passadas por Dom Domingos Lorêto e Câmara Cascudo. Começamos com o batismo de Caetano de Melo e Albuquerque.

“Em 28 de março de 1701 anos, nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, batizei a Caetano, filho do provedor da fazenda real, o tenente Manoel de Mello de Albuquerque e de sua mulher Dona Eugenia Rodrigues de Sá, fui padrinho e Dona Caetana Leitão, mulher do capitão-mor Bernardo Vieira de Mello, tem os santos óleos. Simão Rodrigues de Sá, vigário”.

Esse primeiro batismo já situa a presença tanto de Manoel de Mello, como do Vigário, no ano de 1701. No batismo acima, o vigário Simão Rodrigues de Sá, foi padrinho do seu neto Caetano. Vejamos agora o batismo de outro filho de Manoel que recebeu o nome do vigário avô.

“Em 26 de julho de 1705 anos, nesta Paroquial de Nossa Senhora da Apresentação, batizei a Simão, filho do capitão Manoel de Mello e Albuquerque e de sua mulher Dona Eugenia Rodrigues de Sá, fui eu o padrinho, e madrinha Maria Fernandes de Araújo, viúva, tem os santos óleos. Simão Rodrigues de Sá”.

Outro filho de Manoel de Mello, já capitão, teve como padrinho outro Rodrigues de Sá: “em 8 de setembro de 1707 anos, nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, batizei

a Manoel, filho do capitão Manoel de Mello de Albuquerque e de sua mulher Dona Eugenia Rodrigues de Sá, foi padrinho Matheus Rodrigues de Sá. Tem os santos óleos, Simão Rodrigues de Sá".

Em outros artigos trataremos de outros membros dessa família Rodrigues de Sá. Por enquanto, vamos no deter nos registros dos filhos de Manoel de Mello e Albuquerque (algumas vezes, de Albuquerque) e na presença do vigário no Rio Grande do Norte. Os assentamentos de praça dão uma ideia das características físicas dos assentados. Por isso, transcrevemos alguns trechos deles.

"Simão Rodrigues de Sá, filho legítimo do Comissário Geral Manoel de Mello de Albuquerque, natural desta cidade do Natal, de idade de 16 anos, pouco mais ou menos, cheio de corpo, cor moreno, cara redonda, cabelo crespo e reto, senta praça na companhia de soldado desde primeiro de agosto de 1718.

Caetano de Mello de Albuquerque, filho do Comissário Geral, Manoel de Mello de Albuquerque, natural desta cidade do Natal, de idade de dezessete anos, pouco mais ou menos, cor alva de rosto, cabelo crespo e reto, sobrancelhas arqueadas e grossas, senta praça nesta companhia de soldado desde primeiro de outubro de 1718".

Manoel de Mello de Albuquerque, filho do Comissário Geral, Manoel de Mello de Albuquerque, foi soldado da

Companhia do capitão Matheus de Mendes Pereira, já em 1719. Não encontrei a descrição dele.

Em 29 de abril de 1737, o Comissário Manoel de Mello de Albuquerque e sua mulher Dona Eugenia Rodrigues de Sá aparecem como testemunhas de um casamento na Capela de Nossa Senhora do Rosário, desta cidade do Natal. Outra testemunha desse casamento era Dona Ângela de Sousa, mulher do Alferes Manoel de Mello de Albuquerque.

O primeiro documento que encontro com a assinatura do vigário Simão Rodrigues de Sá é o batismo seguinte: "em 6 de novembro de 1697, batizou nesta Matriz, o Reverendo Padre Coadjutor Joseph Martinho Marcello, a Marcelina, parda, filha de pai incógnito e de Marta, escrava do sargento-mor Pedro da Costa. Foram padrinhos Mathias da Costa e Maria Antunes, e lhe pôs os santos óleos. O Vigário Simão Rodrigues de Sá".

O último registro de batismo encontrado, desses mais antigos, é de 1714, no livro de batismos de escravos. Está lá: "em 4 de abril de 1714 anos, na capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiaí, de licença minha, batizou o padre Pedro Fernandes a João, filho de Maria, escrava do alferes Antonio Barbosa; foram padrinhos Francisco da Costa de Oliveira e Custódia de Oliveira. Simão Rodrigues de Sá".

Com a informação acima, o padre Simão não poderia ter falecido antes de 1708, como escreveu Cascudo.

Os nossos ilustres peregrinos

Pelo menos, do meu conhecimento, cinco filhos de João Peregrino da Rocha Fagundes se destacaram nacionalmente: general Umberto Peregrino, que foi diretor da Biblioteca do Exército e do Instituto Nacional do Livro e autor do livro *Crônica de uma cidade chamada Natal*; médico, jornalista e escritor, Peregrino Junior, imortal da Academia Brasileira de Letras; engenheiro José Crisanto, que foi Superintendente do Porto do Rio de Janeiro, diretor comercial da Fábrica Nacional de Motores e Ministro Interino dos Transportes; médico e professor Armando Peregrino; e o jurista Miguel Seabra. Por isso, abrimos um artigo especial com essa família que juntou Rocha Fagundes com Seabra de Mello. Começaremos com casamento de João Peregrino e Dona Cornélia.

"Aos dezenove de junho de mil oitocentos e noventa e sete, nesta Matriz, precedido os proclamas, servatis servandis, assisti a celebração do sacramento do matrimônio de João Peregrino da Rocha Fagundes e Cornélia Seabra de Mello, presentes as testemunhas João Baptista de Caldas e Padre Manoel Luiz de Caldas Sobrinho. Os contraentes são filhos legítimos: ele de Joaquim Peregrino da Rocha Fagundes e

Leonor Miquelina de Vasconcellos Fagundes, e ela de Miguel Augusto Seabra de Melo e Anna Leonor Seabra, e ambos são moradores e naturais desta Freguesia. Do que para constar mandei lavrar este que assino. O pároco João Maria Cavalcanti de Brito".

Dona Leonor, mãe de João Peregrino, faleceu no ano de 1878. Joaquim Peregrino era irmão do Reverendo Bartolomeu da Rocha Fagundes, que faleceu em Recife no ano de 1877, com 62 anos, e que foi Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Encontramos, na *Gazeta de Notícias*, do ano de 1888, o seguinte aviso do professor: "Joaquim Peregrino da Rocha Fagundes explica mediante uma indenização cômoda, aritmética, geometria e álgebra, de acordo com o programa adotado pelo governo geral para os exames gerais de preparatório no império. Natal, 21 de março de 1888".

Do casal João Peregrino e Cornélia, encontramos os registros de alguns filhos, sendo o mais velho deles João Peregrino da Rocha Fagundes Junior, que nasceu aos 12 de março de 1898, e foi batizado na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, aos 27 do mesmo mês e ano, tendo como padrinhos Capitão Miguel Augusto Seabra de Mello e Dona Anna Leonor Seabra, avós do batizado. Ficou conhecido por Peregrino Junior.

Anna nasceu aos 19 de outubro de 1900, e foi batizada aos 22 de janeiro de 1901, na Matriz de Nossa Senhora da

Apresentação, tendo como padrinhos Leocádia da Rocha Fagundes e Maria da Rocha Fagundes. Há uma anotação no registro que ela casou, em 30 de agosto de 1941, com Roderico Valeriano de Moraes na Igreja Nossa Senhora da Paz, do Rio de Janeiro.

José Crisanto Seabra Fagundes nasceu aos 26 de novembro de 1902 e foi batizado aos 27 de dezembro do mesmo ano, na Catedral, sendo seus padrinhos Alfredo Augusto Seabra de Mello e Aurélia Aurora Seabra de Melo.

Miguel Seabra que nasceu no dia 30 de junho de 1910, foi batizado na Igreja Matriz pela Padre José Calazanas, sendo seus padrinhos Dr. Antonio China e Pocidonia Fagundes. Segue o casamento dele.

"Aos trinta de maio de 1935, pelas dez horas, em oratório particular, à Rua João Pessoa, 263, desta paróquia de Nossa Senhora da Apresentação de Natal, por autorização do Exmo. Snr. Bispo Diocesano, depois de feitas as denunciações canônicas e demais formalidades prescritas, não aparecendo impedimento algum, quer canônico quer civil, como se vê do processo que fica arquivado nesta Freguesia, por palavras de presente, nas formas do ritual romano, em minha presença e na das testemunhas – os pais do nubente como abaixo se declara, por parte do nubente, Afonso Rique por procuração de Alberto Gentile, solteiro, funcionário publico e Hercilia Gentile, solteira, de afazeres domésticos, ambos naturais da

Paraíba do Norte e residentes respectivamente na Bahia e nesta capital, por parte da nubente, todas pessoas muito de mim conhecidas, receberam-se em matrimonio Dr. Miguel Seabra Fagundes e Bemvinda Gentile, ambos solteiros, residentes e domiciliados nesta Freguesia, às Ruas Duque de Caxias, 225 e João Pessoa, respectivamente – ele magistrado, com 25 anos de idade, nascido a 30 de junho de 1910, nesta capital onde se batizou em tenra infância, filho legítimo de João Peregrino da Rocha Fagundes e Cornélia Seabra Fagundes, ambos já falecidos nesta cidade a 4 de setembro de 1934 e a 15 de outubro de 1916; e ela, de afazeres domésticos, com 20 anos de idade, nascida a 11 de abril de 1914, em "João Pessoa" da Arquidiocese da Paraíba, onde foi batizada em tenra infância, filha legítima de Américo Gentile, casado, industrial, com 61 anos, e de sua esposa D. Carmela de Libero Gentile, de afazeres domésticos, com 54 anos, ambos naturais da Itália, casado a 31 de outubro de 1901, em São Paulo, residentes e domiciliados nesta Freguesia à Rua João Pessoa, 237; e em seguida, dei-lhes a benção nupcial, conforme o ritual. A nubente passa a assinar-se após o casamento: Bemvinda Gentile Seabra Fagundes. E para constar lavrei este termo que assino com os contraentes e as testemunhas".

Humberto Peregrino Seabra Fagundes nasceu aos 3 de novembro de 1911 e foi batizado (com H) aos 2 de dezembro do mesmo ano, sendo seus padrinhos Apolônio Augusto Seabra de Mello e Cecília Pinheiro.

Não encontrei o batismo de Armando Peregrino Seabra Fagundes, médico, professor da UFRJ. Mas encontrei o batismo de um filho de Miguel Seabra.

Eduardo Gentile Seabra Fagundes nasceu aos 6 de maio de 1936, e foi batizado aos 30 do mesmo mês e ano, na Igreja Santo Antonio, filho legítimo do Desembargador Miguel Seabra Fagundes e Bemvinda Gentile Seabra Fagundes, sendo seus padrinhos Américo Gentile e Genoveva Gentile. Observem que, em 1936, Miguel Seabra já era Desembargador.

Os sobrinhos de Dona Felícitas no RN (I)

Borges da Fonseca, o genealogista da Nobiliarquia Pernambucana, escreveu: “D. Felícitas Uchoa de Gusmão, a quem meu pai, que Deus haja, prendeu no ano de 1730, pouco mais ou menos, por ordem do Santo Ofício, foi casada na Paraíba com Luis da Fonseca. E deste matrimônio parece que nasceu um José da Fonseca, que me dizem vive pelos sertões da capitania do Ceará”.

Sabemos, pelo depoimento, que Dona Felícitas, no processo em que foi condenada à cárcere e hábito perpétuo, tinha somente um filho, Dionísio, na época com 11 anos. Segundo o mesmo Borges, Bartholomeu Peres de Gusmão, pai de Felícitas, faleceu em 7 de abril de 1700.

Disse, também, Dona Felícitas, que seu padrinho de batismo, Dionísio Peres de Gusmão, filho bastardo do seu pai, era falecido e não teve filhos. Na verdade, Dionísio Peres de Gusmão, que foi advogado como seu pai, faleceu em 1709, tendo deixado cinco filhos órfãos, do seu casamento com Leonarda Peres de Gusmão, prima legítima de Luis da Fonseca,

marido de Dona Felícitas. É tanto que encontramos, no livro *Apontamentos para a História Territorial da Paraíba*, de João de Lyra Tavares, uma sesmaria, datada de 30 de dezembro de 1709, onde está escrito: "D. Leonarda Peres de Gusmão, viúva do Dr. Dionísio Peres de Gusmão, diz que por morte do seu marido, ficara pobre e falta de bens, que escassamente tinha com que se alimentar e aos seus filhos órfãos, que ficaram e de nenhum modo com que pudesse dar estado a uma filha (Ana) que entre eles havia de idade de doze anos, e porquanto na rua nova desta cidade se achavam devolutos uns chãos, que correm das casas térreas de Mathias Soares Taveira, até o quintal de Gonçalves Reis, junto à casa de pólvora, com fronteira para oeste e a traseira para leste, com fundo até entestar com os quintais das casas de Luiz de Sousa Furna e outros na rua direita, pelo que pedia lhe fizesse mercê, para que em qualquer tempo pudesse dispor dele como seu".

Segundo Bruno Feitler, em uma de suas obras sobre cristãos-novos, Ana de Sá, a filha de Dionísio e Leonarda, em 1731 já era viúva do soldado Antonio Luis, e tinha um filho. Escreveu, também, que Cosme Peres de Gusmão, outro filho, também era casado em 1731, tendo seguido a carreira de advogado como o pai e o avô.

O primeiro registro da família Peres de Gusmão, que encontro aqui no Rio Grande do Norte, é de um sobrinho de Dona Felícitas. No ano de 1734, no dia 18 de agosto, na

Capela de Nossa Senhora de Santa Anna do Ferreiro Torto, Francisco de Sousa Gusmão, filho do Doutor Dionísio Peres de Gusmão, falecido, e Leonarda Peres de Gusmão, desposou Dona Apolônia Dornelles de Jesus, filha do capitão João Barbosa Pimentel e Mariana de Azevedo, sendo testemunhas o sargento-mor João Dias Ferreira, o sargento-mor Caetano de Mello de Albuquerque, Dona Adriana de Abreu, viúva, e Dona Antonia Dias dos Anjos, casada com João Fernandes de Sousa.

Não encontrei registro algum de filhos do capitão Francisco de Sousa Gusmão. O capitão João Barbosa Pimentel, seu sogro, está presente nos antigos registros de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Era filho de Francisco Lopes e Joanna Dornelles, neto materno de Manoel Rodrigues Pimentel e bisneto de João Lostau de Navarro.

Quatro anos depois, no dia 18 de junho de 1738, na Capela de Nossa Senhora de Santa Anna do Ferreiro Torto, Bartholomeu Peres de Gusmão, natural da Paraíba, desposou Nataria de Jesus da Silva, natural desta Freguesia. Ele, filho do Doutor Dionísio Peres de Gusmão, já defunto, e Leonarda Peres de Gusmão. Ela, filha do capitão João Fernandes de Sousa e Antonia Dias dos Anjos. Foram testemunhas Francisco de Sousa Gusmão, Manoel Peres de Gusmão, Maria Magdalena, esposa de Hilário de Castro da Rocha e Ignácia de Abreu, esposa de Francisco Barreto.

Esse Manoel Peres de Gusmão devia ser outro filho de Dionísio. O capitão João Fernandes de Sousa, já tinha aparecido nos nossos artigos sobre os Rodrigues de Sá, que estão aqui desde 1697. Era de Olinda, assim como Doutor Dionísio.

Diferentemente de seu irmão, encontramos vários filhos e netos de Bartholomeu e Natária. Entre os filhos, registro: José, que foi batizado na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiaí, no dia 13 de dezembro de 1762, tendo como padrinhos Antonio dos Anjos, solteiro e Anna Antonia, mulher de Nicácio de Sousa; Francisco, batizado aos 31 de março de 1765; Antonia, batizada aos 13 de junho de 1753, na Capela de Nossa Senhora do Ó de Mipibú, tendo como padrinhos Antonio de Almeida Granco e Maria Ferreira dos Anjos, filha de João Fernandes da Rosa.

Antonia, que se tornou Antonia Dias dos Anjos, mesmo nome da avó, casou em 18 de fevereiro de 1776, na Matriz, com Constantino de Lima Rocha, filho de Constantino de Lima Rocha e Francisca Florinda, sendo testemunhas Francisco Álvares de Mello e Domingos Martins.

Francisco, acredito, tinha o mesmo nome do tio, citado acima, Francisco de Sousa Gusmão. Encontramos para ele vários descendentes, que trataremos em outro artigo.

Outros filhos que não encontramos os batismos, mas aparecem como padrinhos ou testemunhas, foram: João

Peres de Gusmão, Sofia de Jesus, Maria e Dionísio Peres de Gusmão, que teve um filho natural, de nome Alexandre, com Jerônima Gomes da Silveira (prima), filha de Jerônimo Gomes da Silveira e Izabel Dias dos Anjos, batizado aos 3 de fevereiro de 1774, tendo como padrinhos Domingos Martins da Rocha e Natária de Jesus da Silva. No próximo artigo continuaremos com a descendência de Bartholomeu Peres.

Os sobrinhos de Dona Felícitas no RN (II)

Como escrevemos antes, não encontramos filhos de Francisco de Sousa Gusmão. Assim, os netos do Doutor Dionísio Peres de Gusmão e Dona Leonarda Peres de Gusmão, que encontramos, foram os filhos de Bartholomeu Peres e Dona Natária. Os óbitos destes dois últimos ocorreram como segue: Aos 19 de agosto de 1774, faleceu Bartholomeu Peres de Gusmão, casado com 74 anos de idade, sepultado na matriz; Dona Natária de Jesus da Silva, já viúva, faleceu aos 9 de julho de 1796, com a idade de 70 anos.

As características dos indivíduos eram descritas nos assentamentos de praça. Por isso, segue o assentamento de um membro da família Peres de Gusmão: "Bartholomeu Peres de Gusmão, branco, solteiro, natural desta Freguesia, filho legitimo de Bartholomeu Peres de Gusmão, de idade, que representa ter, trinta anos, pouco mais ou menos, de estatura ordinária, seco de corpo, rosto comprido, olhos grandes, sobrancelhas grossas, cabelo preto, cor morena, com ponta de barba, com menos dois dentes na parte de cima, assenta

praça por portaria dos sucessores deste governo, o tenente José Baptista Freire, e o alferes Salvador Rebouças de Oliveira, e intervenção do vedor geral, o Doutor Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim, aos 2 de março de 1776".

Vejamos as informações matrimoniais desse Bartholomeu. Aos 10 de novembro de 1780, na capela de Jundiaí, Bartholomeu Peres, filho de Bartholomeu Peres de Gusmão, natural da Paraíba, e de Natária de Jesus da Silva, desta, desposou Antonia Maria, filha de Nicácio de Sousa e Anna Antonia, tendo como testemunhas João Peres de Sousa, filho de Bartholomeu e Thomé de Sousa de Jesus, casado. Houve dispensa de 2º grau de consanguinidade, pois os noivos eram primos, porque Anna Antonia era irmã de Natária, ambas filhas do Capitão João Fernandes de Sousa e Antonia Dias dos Anjos. Thomé, também, era filho do Capitão João Fernandes de Sousa.

Entre os filhos de Bartholomeu e Antonia, encontramos: Ritta, nascida em 20 de junho de 1790, batizada aos 26 do mesmo mês e ano, tendo como padrinho o tenente-coronel Antonio da Rocha Bezerra; Anna, nascida aos 4 de julho de 1788, batizada aos 12 do mesmo mês e ano, tendo como padrinhos Manoel José, filho de Nicácio de Sousa, e Anna Rosa de Jesus, filha de Thomé de Sousa de Jesus; José Joaquim Peres, nascido no Assú, que casou com Ana Antonia de Jesus Silva, filha de Felis José de Santa Rosa e Joanna Maria da

Conceição, aos 9 de janeiro de 1823, nos Guarapes. Esse Felis José era filho de Nicácio de Sousa e Dona Anna Antonia de Jesus.

No artigo anterior, falamos de um filho natural de Dionísio (neto do outro Dionísio) e Jerônima. Encontramos uma filha deles, agora casados. Era Dionísia, nascida em 1777. Outro filho de nome Joaquim nasceu em 1790, mas faleceu, com três anos de idade, em 1793.

No artigo anterior levantamos a hipótese que Francisco, filho de Bartholomeu e Natária, tinha recebido o nome do tio, Francisco de Sousa Gusmão. Esse Francisco, que encontramos, era casado com Ignácia Maria. Deles encontramos os seguintes filhos: Maria nascida aos 10 de maio de 1804, batizada aos 21 do mesmo mês e ano, tendo como padrinhos João Batista Ribeiro e Vitorina Maria da Conceição; José, que faleceu em 28 de dezembro de 1810, tinha 1 ano; Luiz que foi batizado aos 4 de julho de 1799, na capela de São Gonçalo, tendo como padrinhos Antonio Rodrigues Santiago, viúvo, e Maria de Barros, solteira. Esse Luis casou em Assú, como segue: Aos 8 de outubro de 1836, na matriz de São João Batista do Assú, Luiz Gonzaga de Jesus, com 33 anos, filho de Francisco de Sousa de Gusmão e Ignácia Maria da Conceição, desposou Rosa Maria da Conceição, 20 anos, filha natural de Joanna Maria da Conceição, tendo como testemunhas Francisco José de Sousa e João Francisco de Faria, casados.

Sufia Peres, filha de Bartholomeu e Natária, faleceu aos 3 de janeiro de 1791, com a idade de 40 anos. Deve ter nascida por volta de 1751. Está enterrada na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Não há registro de casamento dela.

Na casa de Bartholomeu Peres de Gusmão, foi exposta Gertrudes, que foi batizada em 1775, tendo como padrinhos Domingos Martins da Rocha, casado, e Dona Sufia, filha de Bartholomeu Peres de Gusmão.

Encontramos um Manoel Peres de Gusmão, que faleceu em 1819, com a idade de 30 anos, casado com Anna Quitéria. Não conseguimos saber seu parentesco com Dionísio e Leonarda. Talvez fosse neto.

Outra personagem, com sobrenome da família ora estudada, é Martinho Peres de Gusmão. Ele era natural da Paraíba, filho de Albina de Araújo e casou em 25 de junho de 1777, com Thereza Rodrigues, filha de Manoel Rodrigues Pimentel e Eugenia Maria de Sá, na Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel da Vila de Extremoz.

A falta de alguns livros nos impossibilita de obter maior precisão sobre a presença de outros familiares de Dona Felícitas Uchoa de Gusmão, presa em 1730 pelo Santo Ofício.

Os Torres, de Cururu

Na viagem de Frei Aníbal de Genova, o filho de Francisco Xavier Torres teve oportunidade de demonstrar toda a sua experiência. Já no Cariri, há o seguinte relato: “Subitamente, saíram de dentro de um bosquezito, duas onças enormes. Imediatamente foram alvejadas pelo jovem Torres e um dos índios. Rolou um dos jaguaretês. Acudiram os dois onceiros que com extraordinária bravura fizeram frente à fera ferida. Mas nisto os animais da tropa espavoridos, dispararam pelo campo a fora. Receosos de os perder partiram todos para os cercar. Ao voltarem encontraram a onça que os dois cães haviam acabado, embora um deles houvesse levado terrível munhecaço do felino que quase o matou”.

Acho que o síndico do convento de Recife, Francisco Xavier Torres, que recebeu, lá no Cururu, Frei Aníbal de Gênova e foi, com a família, levá-lo até Goianinha é o mesmo que foi testemunha em 1749, na Capela de Santa Anna da Aldeia de Mipibu, do casamento de Constantino de Lima Rocha e Francisca Florência Leal de Jesus, uma filha do capitão João Fernandes de Sousa e Antonia Dias de Araújo; e que foi testemunha na mesma capela, em 1755, do casamento de

Passivaldo de Freitas e Maelma Ribeiro; e que, no ano de 1754, foi padrinho junto com a filha Eugenia Maria da Conceição, de João Manoel, filho de Clemente de Barros e Arcângela Pereira; Clemente de Barros casou, na capela de Santa Ana da Aldeia de Mipibu, com Arcângela, em 1753, sendo viúvo de Úrsula Pereira. Eram os pais de Arcângela, Clemente Pereira e Maria das Neves. Houve dispensa no terceiro grau de parentesco, por afinidade, e no espiritual de compradesco. Estavam presentes como testemunhas Francisco Xavier Torres e seu filho Manoel Fernandes Torres.

Maria Caetana, filha do casal Clemente e Arcângela, foi batizada em 1756, em Mipibu, tendo como padrinhos o sargento-mor Caetano Machado Barreto e Joanna Maria Torres. Talvez o genro de Francisco Xavier, lá de Caiçara, citado por Frei Aníbal, fosse Caetano Machado e não Antonio Machado.

Por falta de outros livros, já desaparecidos, não encontramos, até agora, mais informações sobre o síndico.

Somente no ano de 1821, voltamos a encontrar novos registros sobre os Torres, na Vila de São José de Mipibu. Naquela data, Antonio Lotério, filho de Francisco Xavier Torres e Quitéria Maria, casava com Rita Maria de Jesus, filha de Vicente Ferreira da Costa, falecido. Mas quem era esse Francisco Xavier Torres? Seria filho ou neto do síndico?

Aos 11 de outubro de 1836, na matriz de Nossa Senhora do Ó de Papari, Joaquim José de Sousa casou com Antonia Clara da Silva, sendo ele viúvo de Joaquina Maria de Sousa, e ela filha legítima de Francisco Xavier Torres e Maria Francisca, falecida, natural e moradora no Cururu. No ano seguinte, em 1837, Francisco Xavier Torres e Maria Joaquina foram padrinhos de Joaquina, filha de Joaquim José e Antonia (nesse novo registro foi escrito Antonia Maria do Carmo). Nenhuma informação sobre o estado civil dos padrinhos. Por coincidência, meus trisavós eram Francisco Xavier Torres Junior e Maria Joaquina Lúcia da Costa. A descontinuidade dos documentos e a falta de maiores detalhes não permitem qualquer inferência, somente suposições.

Em 1849, em Touros, Clementino Gomes Torres, filho de Francisco Xavier Torres e Joaquina Gomes da Costa, casou com Joaquina Francisca das Virgens, filha de Francisco Bezerra de Melo e Rita Maria de Medeiros. Vamos encontrar, também, no Vale do Ceará-Mirim, no ano de 1860, o casamento de Manoel Xavier Torres filho de Francisco Xavier Torres e Joaquina Gomes da Costa, com Maria Francisca de Paula, filha de José Francisco de Paula, falecido, e Manoela de tal. Quem era esse Francisco, pai de Manoel e Clementino? Sabemos, pelos estudos que temos feito, que os diversos filhos de um mesmo casal colocam nos filhos o nome do avô, por isso, as várias repetições de nomes.

Meu trisavó, citado anteriormente, era filho de Francisco Xavier Torres e Úrsula Córdula do Sacramento (do Espírito Santo, em outros registros). Era natural de Extremoz, mas morador na Freguesia de Touros, segundo os registros paroquiais de Angicos. Pelo seu óbito, meu trisavô nasceu por volta de 1810. O documento de doação de terras, para Nossa Senhora da Conceição de Guamaré, é datado de 1783, sendo os doadores Francisco Xavier Torres e sua esposa Maria Gomes da Silva. Constava nesse documento que eles, os doadores, eram antigos moradores de Mangue Seco. Por outro lado, em 1762, Francisco Xavier Torres, o síndico do convento de Frei Aníbal, já era pai de um jovem Torres que acompanhou Frei Aníbal e, além disso, tinha uma filha, casada com Antonio Machado, que morava em Caiçara. Outra informação interessante é que um irmão de meu trisavô tem Gomes no sobrenome, como é o caso de Felis Gomes Torres que casou com Joanna Francisca da Costa, filha de Roberto da Costa Gomes e Rita Antonia do Espírito Santo, tendo sido dispensado no segundo grau de consanguinidade. Roberto da Costa Gomes devia ser irmão de Úrsula Córdula, talvez parente de Maria Gomes da Silva, doadora da Capela.

Talvez algum documento, ainda submerso nos arquivos paroquiais ou cartoriais, possa nos esclarecer a relação entre esses diversos Torres. Será que em Touros haverá um testamento que possa nos ajudar?

Os velhos Barretos, de Martins

Em 1975, eu estava em Fortaleza cursando o mestrado de Matemática da Universidade Federal do Ceará. Morávamos eu, Graça e nossa filha, Alessandra, em um apartamento, na rua Francisco Pinto, na Gentilândia. Na mesma rua, em frente ao meu prédio morava o casal José Praxedes Barreto e Mirtes Dodt, ele natural do Rio Grande do Norte e ela do Ceará, e seus filhos: Ana, Fátima e Zezinho. Fizemos amizade que se consolidou com o nascimento de Miguel Felipe. Depois, eles se tornaram nossos compadres, pois são os padrinhos de Thiago, nosso filho. Mirtil, minha comadre, descende do engenheiro alemão Gustavo Luiz Guilherme Dodt, que mereceu um artigo de Câmara Cascudo, em Velhas Figuras.

Com os artigos sobre o professor de latim, Francisco Emiliano Pereira, acabei encontrando o personagem Domingos Velho Barreto Junior. Daí, pensei que pudesse haver algum parentesco entre ele e meu compadre Zé Barreto, pois o pai deste último, que se chamava Domingos Barreto, tinha sido prefeito de Alexandria. Então, pedi informações ao próprio Zé Barreto e as suas irmãs Hilda e Tetê, sobre seus avós. Mas, eles não tinham os nomes completos dos mesmos. Saíram os

nomes Manoel Barreto, Abigail e Otília, os dois primeiros avós paternos e, a última, avó materna. George Veras me indicou o livro *Martins* do Prof. Dubas (Manoel Jácome de Lima).

Manoel Jácome de Lima, que foi casado com Marcina Barreto, tia de Zé Barreto, no livro acima, escreveu que Manoel (de Melo Montenegro) Barreto, como Alexandrina Chaves, casada com Dr. Joaquim Ferreira Chaves, e Dona Inácia Barreto de Paiva, casada com o coronel João Bernardino de Paiva, eram filhos de Domingos Velho Barreto Junior.

Disse mais, que, entre netos, bisnetos e trinetos de Domingos Velho Barreto Junior, estão Leôncio Barreto, Dr. João Ferreira Barreto, Dr. Manoel Barreto Neto, Dr. Leôncio Barreto Filho, Dr. João Barreto de Medeiros, Manoel Barreto de Medeiros, Ivo Barreto de Medeiros, José Barreto de Medeiros, Hilda Barreto, Professora Raimunda Barreto e Professora Maria de Lourdes Barreto. Com essas informações, as minhas suspeitas se confirmaram. Hilda é irmã de Zé Barreto, e este tinha um irmão chamado Leôncio Barreto Sobrinho.

Junior Marcelino, lá de Martins, mais uma vez me socorreu e me mandou mais três documentos, para me situar no tempo, quanto aos vários Domingos Velho Barreto. O primeiro é o casamento de um Domingos Velho Barreto.

"Aos vinte e nove de junho de mil oitocentos e noventa e três, no Sítio Poldros Mortos, em minha presença e das testemunhas: Cândido de Albuquerque Barreto e Juvêncio

d'Albuquerque Barreto, depois de dispensados do parentesco de consanguinidade em terceiro grau atingente ao segundo lateral simples, receberam-se em matrimônio os contraentes naturais desta Freguesia: Domingos Velho Barreto e Otília d'Albuquerque Bezerra Cavalcante, ele com vinte e seis anos de idade, filho legítimo de Domingos Velho Barreto e Vicência Praxedes Barreto, falecidos, ela com vinte e três anos de idade, filha legítima de Felipe de Albuquerque Bezerra Cavalcante e Ana Bezerra Cavalcante d'Albuquerque. Do que, para constar, mandei fazer este termo que assino".

Nessa informação acima, ficava clara a origem de Praxedes, no sobrenome do meu compadre, primo legítimo do poeta vaqueiro, Zé Praxedes. Segundo José Barreto, primo de meu compadre, Zé Barreto, Otília ficou viúva e casou, uma segunda vez, com Antero, tio do primeiro marido, Domingos.

Os documentos seguintes enviados por Junior eram de óbitos.

"Vicência Praxedes Barreto, casada com Domingos Velho Barreto Junior, morreu de apoplexia a vinte e um de outubro de mil oitocentos e sessenta e sete, com a idade de vinte e oito anos, foi por mim encomendada solenemente, foi sepultada no cemitério público no mesmo dia. Padre Anizio de Torres Bandeira.

Domingos Velho Barreto, viúvo, idade cinquenta e dois anos, morreu tísico, aos cinco de dezembro de mil oitocentos

e oitenta e dois, foi sepultado no cemitério de Barriguda, aos seis do mesmo mês, amortalhado em branco, sem encomendação, do que fiz este assento que assino. Pro-Pároco Izidro Álvares da Silva”.

Por esse segundo óbito, o Domingos que faleceu teria nascido por volta de 1830 e, portanto, salvo erro no registro, não poderia ter sido prefeito de Martins em 1845, com 15 anos de idade.

As informações sobre Dona Alexandrina dão conta que ela era filha de Domingos Velho Barreto Junior e Ignácia Francisca Xavier, e nascida em 1852. Portanto, o Domingos Velho Barreto Junior deve ter se casado primeiro com Ignácia e depois com Vicência. Ignácia, que casou com João Bernardino de Paiva Cavalcante, também era filha de Domingos e Ignácia Francisca.

Encontro na Biblioteca Nacional, no jornal *Brado Conservador*, um assunto de justiça nos seguintes termos: “Imperatriz- Apelante João Chrisóstomo Bezerra Cavalcante de Albuquerque, apelada, a viúva D. Ignácia Francisca de Albuquerque e mais herdeiros do tenente Domingos Velho Barreto – julgou-se por sentença a habilitação dos herdeiros. 23/10/1877”.

O pai de Felipe de Albuquerque era João Chrisóstomo Bezerra Cavalcante de Albuquerque, mas não sei se era o mesmo da notícia.

Encontro informações sobre Artur Albuquerque Bezerra Cavalcante, nascido aos 9 de janeiro de 1859, filho de João Chrisóstomo Bezerra Cavalcante e Maria Barreto Cavalcante.

A família Velho Barreto, de Martins precisa de um estudo maior, por conta dos vários nomes que se repetem. Este artigo é só um começo e tem a intenção de estimular o debate genealógico sobre essa família.

Pau dos Ferros e os Rochas Pittas

Estivemos em Pau dos Ferros. Não para fazer pesquisas genealógicas, mas para Dona Graça dar treinamento às suas consultoras Mary Kay. Foi uma viagem agradável, onde encontramos muito verde, apesar da falta de água em vários municípios do Rio Grande do Norte.

Fico me perguntando como e por que alguns pioneiros foram parar em lugar tão distante de tudo, com todas as dificuldades daquela época. Muitos portugueses se embrearam pelo sertão, possivelmente para fugir de alguma perseguição ou condenação, por puro espírito aventureiro ou para criar gado.

Lá em Pau dos Ferros, nos abrigamos no Hotel Jatobá, onde fomos recebidos por Doralice, esposa de Licurgo Quinto.

No escritório dela, nos deparamos com um mapa escolar, político e urbano, do ano de 2006, patrocinado pela prefeitura. Na sua parte histórica, encontramos o seguinte trecho: "Neste ano de 1763, foi concedida uma sesmaria ao Sr. Luiz da Rocha Pita e Dona Maria Joana, e ao Sr. Simão da Fonseca e seus filhos. Todos esses senhores foram os pioneiros

que se estabeleceram e trabalharam duro e juntos construíram um núcleo de um pequeno povoado, alguns anos depois já havia bastante casas de taipas ao redor da pequena fazenda".

Esse histórico foi encomendado, possivelmente, a um amador, pois contém equívocos que transmitem informações incorretas, principalmente, se atentarmos para o fato de ser um mapa dito escolar.

Já tivemos oportunidade de escrever três artigos, aqui neste jornal, sobre os Rochas Pittas. Mas vale a pena recordar um pouco da presença deles no Rio Grande do Norte, embora haja ainda algumas informações contraditórias. Uma carta régia, de 14 de dezembro de 1701, menciona que quarenta vaqueiros enviados por Antonio da Rocha Pitta, pretenderam expulsar os gados existentes na Ribeira do Assú, procedimento que foi sustado pelo capitão general de Pernambuco. Ademais, Antonio da Rocha Pitta recebeu mais sesmarias do que deveria, o que provocou várias contestações.

Por volta de 1733, filhos e herdeiros do coronel Antonio da Rocha Pitta, e de sua mulher Aldonsa de La Penha Deus Dará, requereram e tiveram, posteriormente, confirmação real de duas sesmarias: a de Pau dos Ferros e a de Campo Grande, ambas na Ribeira do Apodi. Esses documentos estão no segundo livro de *Sesmaria do Rio Grande do Norte*, da Coleção Mossoroense.

A descendência de Antonio da Rocha Pitta não está bem estabelecida, e depende de quem escreveu sobre isso. Em *História de um Engenho do Recôncavo*, de Wanderley Pinho, consta que ele casou duas vezes, a primeira com Maria da Rocha Pitta e, a segunda, com Aldonsa de La Penha Deusdará. Do primeiro casamento, somente um filho, Francisco da Rocha Pitta, que casou duas vezes, sendo um dos seus filhos Cristovão da Rocha Pitta. Do segundo casamento, foram três filhas e dois filhos. Duas filhas casaram com os desembargadores João de Soto Maior e João Homem Freire, e a terceira com um parente deste, que, segundo Borges da Fonseca, foi Manoel Homem Freire de Figueiredo. Já os homens foram o coronel Luiz da Rocha Pitta Deusdará, que morreu solteiro, e Simão da Fonseca Pitta que casou com a prima Antonia da Fonseca Villas Boas, daí nascendo uma única filha Aldonsa de La Penha Deusdará (2ª do nome), que, por sua vez, casou com Amaro de Sousa Coutinho, e daí nascendo mais um Antonio da Rocha Pitta.

Nesses requerimentos, de sesmarias, o coronel Luiz da Rocha Pitta Deus Dará, Francisco da Rocha Pitta, Simão da Fonseca Pitta e Dona Maria Joanna, todos moradores na Bahia, aparecem como filhos do coronel Antonio da Rocha Pitta e de Aldonsa de La Penha Deusdará. Não consta Francisco da Rocha como sendo filho de Maria da Rocha Pitta, e nem as outras duas filhas, que casaram com os desembargadores, como requerentes.

Nesse período, não há noticias da presença desses herdeiros aqui. Mas, posteriormente, encontramos descendentes em várias regiões do Rio Grande do Norte, principalmente, em Santana do Matos. Um tetravô meu, Cosme Teixeira de Carvalho, foi casado com Aldonsa da Fonseca Pitta. Ligado a eles, aparece Luiz da Rocha Pitta, com vasta descendência em Santana do Matos. Só que não encontrei o elo que liga esses dois aos sesmeiros. Na região salineira, vamos encontrar, como herdeiro, Cristovão da Rocha Pitta, cujas terras eram administradas pelo capitão Manoel Varella Barca.

Todas as prefeituras deveriam rever o histórico de suas cidades, solicitando ajuda dos departamentos de História das universidades.

Em um próximo artigo, postarei uma correspondência de Nestor dos Santos Lima para Wanderley Pinho, que trata das terras desses Rocha Pitta aqui no Rio Grande do Norte.

Rocha Pitta e os informes de Nestor dos Santos Lima

Transcrevo para cá, *ipsis litteris*, carta enviada para Wanderley Pinho, autor de *História de um Engenho do Recôncavo.*

"O Dr. Nestor Lima, presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, forneceu ao autor as seguintes informações sobre as fazendas inventariadas no acervo do capitão-mor Cristovão da Rocha Pita: "As fazendas Caó (ou Cuó), Sacramento e Itu estão localizadas à margem direita do Rio Açu, no município de Santana do Matos, do Estado do Rio Grande do Norte. As fazendas Malheiro, Catinga e Canto dos Cavalos estão também localizadas à margem direita do Rio Açu, no atual município de Angicos, deste mesmo Estado. As fazendas Olho-d'água e Saco estão à margem esquerda do Rio Açu, no município deste mesmo nome neste Estado. E a fazenda Estreito, no município de Macau, à margem direita do Rio Açu, deste Estado [...] Constam dos registros das sesmarias existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte as seguintes datas concedidas aos Rocha Pita: 1º) Data de Campo Grande, Três Irmãos e Aguamaré: João Teive

Barreto de Menezes, a 24 de março de 1734, concedeu na Ribeira do Apodi, em Pau dos Ferros, uma sesmaria a Dinis da Rocha Pita Deus Dará, Luis da Rocha Pita, Francisco da Rocha Pita e D. Maria Joana Inácio Gomes Câmara – 2º) Data da Ilha do Sabugi: Joaquim Feliz de Lima concedeu, a 21 de fevereiro de 1781, a Cristovão da Rocha Pita, uma sesmaria na Ribeira do Açu. [...] É grande o desdobramento das terras que foram dos Rocha Pita nesta então Província e Capitania. 'Cuó' ou 'Caó' pertence hoje a Manuel da Fonseca Nobre que a adquiriu aos herdeiros ou filhos do Cel. Luis Antonio Ferreira Souto (meu avô materno) e este houve de seus antecessores em herança. Suponho que houveram estes a terra dos filhos de Cristovão da Rocha Pita. 'Sacramento' é hoje um mundo de propriedades entre outras 'Veneza' do Dr. Ernesto Emílio da Fonseca, 'Ubarana' do mesmo e de outros herdeiros do Cel. Manuel Lins Wanderley, como sejam Minervino Wanderley, Maria Wanderley, Beatriz Wanderley, Minerva Wanderley e outros, filhos do finado Minervino Wanderley, do Açu. 'Itu' pertence hoje ao Dr. Pedro Soares de Araújo Amorim e major Manuel de Melo Montenegro Pessoa, que houveram por herança do Cel. Ovídio de Melo Montenegro Pessoa, sogro e pai dos atuais donos e por que por sua vez herdou do Cel. Manuel de Melo Montenegro Pessoa, comprador, por escritura de 22 de setembro de 1845, a três filhas de Cristovão da Rocha Pita. "Malheiro está atualmente subdividido entre trinta proprietários em mil braças de terra. "Estreito é hoje de José

dos Santos e outros muitos donos. 'Olho–d'água' pertence aos herdeiros de Justiniano Lins Caldas. 'Catinga' não conserva hoje o mesmo nome primitivo e é ignorado o seu dono atual. 'Canto dos Cavalos' idem, idem. 'Saco' pertence em parte a José Paulino de Oliveira e outros herdeiros de Antonio Benevides de Oliveira e a Camilo de Lélis Bezerra". – Acrescenta Nestor Lima que na zona do Oeste, havia também fazendas dos Rocha Pita, a respeito das quais se originou a demanda entre Rocha Pita e Nogueiras, muito conhecida naquelas paragens nordestinas. E cita documentos: "O capitão Antonio da Rocha Pita dirigiu ao Ouvidor Geral Dr. Cristovão Soares Reimão a seguinte petição: Sr. Dr. Ouvidor Geral. Diz Antonio da Rocha Pita, morador nesta cidade, que, sendo senhor e possuidor de muitas partes de terra na Ribeira do rio Podi ou Poti e Lagoa do guerreiro Itaú, no Rio Grande do Norte, por compra feita aos mesmos Nogueiras, e estando ele nesta mansa e pacífica posse, a sua notícia, e vendo que o sargento Manuel Nogueira Ferreira e seus parentes os pretendem perturbar espalhando vaquejadas, edificando povoação em terras próprias, quando devia fazê-lo no lado esquerdo da lagoa do Itaú, onde existe a taba da tribo dos Payacus vilada há muitos anos pelo ouvidor Marinho, vem o suplicante pedir a V. Ex. para fazer notificar, para que dentro de suas terras não tragam ms. os suppdos vaquejadas, nem façam picadas, nem por si ou por interposta pessoa, sendo condenados a duzentos mil réis e degredo por cada vez que assim perturbaram o suplicante em

suas posses. Termos em que: P. a V. Excia. lhe faça mandar desde já notificar aos suppdos por tudo referido e condenação declarada. (Despacho) P. mdo. Em trás. (a) Reimão. Bahia, três de fevereiro de mil setecentos e três". – "A 10 de setembro de 1704, em audiência foram entregues os autos da questão ao Des. Reimão e a seu escrivão Alberto Pimentel pelo advogado dos Nogueiras, Carlos da Rocha, no lugar Mopebu (hoje São José de Mipibú) no Rio Grande do Norte – a 3 de março de 1708, o desembargador Reimão publicou a sentença da causa, julgando não provados os embargos dos Rocha Pita e provados os dos hereus Gonçalo de Castro e outros 'visto os autos e disposições de direito'. Na sentença foi confirmada a data dos contrários e havida por nenhuma a dos Rocha Pita. Houve apelação para o Tribunal de Lisboa que por decisão de 29 de julho de 1713, pelos juízes Amaral e Dr. Ferreira Suderal, com vista do Procurador da Coroa, Ris., proferiu a confirmação" (sobre Nogueiras e Rocha Pita, vide *Docs. Hist.*, v. 69, p. 306).

No documento de Nestor, uma correção: a sesmaria de Campo Grande foi concedida ao coronel Luiz da Rocha Pitta Deus Dará, Francisco da Rocha (Pitta), Simão da Fonseca Pitta e Dona Maria Joanna, e não há nenhum Dinis. Esse Inácio Gomes da Câmara, que aparece acima, é na verdade outro sesmeiro, que recebeu as terras que vão de Três Irmãos até Guamaré.

Pirangi do Norte, final de 2013

Daqui, da praia de Pirangi, o francês de Navarra, João Lustau, dominava esta costa até os limites com a Paraíba. Sua principal atividade era a pescaria, e, de seus portos, exportava para várias localidades do Brasil e do exterior. Talvez tenha chegado por aqui antes dos portugueses construírem o Forte dos Reis Magos, foi poupado e, a partir de 1601, recebeu várias sesmarias. Não se sabe o nome de sua esposa, mas uma de suas filhas, Maria, casou com o português Manoel Rodrigues Pimentel, que, por sua vez, gerou Joana Dorneles esposa de Francisco Lopes, e daí uma larga descendência, incluindo Cipriano Lopes Galvão.

Aqui próximo, em Pium, estava sua Casa Maior, umas das famosas casas de pedra construídas pelos franceses do século XVI. Tombada pelo patrimônio e pelos depredadores, restam apenas ruínas, sem merecer nenhum destaque da Ciência, do Turismo e dos governantes. Por lá esteve Joris Garstman, pouco depois do assassinato de Jacó Rabi. Foi para lá que rumaram os sobreviventes do massacre de Cunhaú, e talvez por isso, João Lostau foi preso e depois trucidado pelos súditos de Jacó Rabi.

Mas o ano está terminando. Um século se passou que o nosso Dom Quixote, capitão José da Penha, dentro de um movimento nacional, veio combater a oligarquia da família Maranhão, que está presente no nosso Rio Grande, através de Jerônimo de Albuquerque, segundo do nome, desde a construção do Forte. Mas não se combate uma oligarquia através de outra. A família Fonseca estava nesse caminho, mas Leônidas Hermes da Fonseca não vingou porque o pai dependia dos sustentadores da nossa oligarquia.

Um novo ano vai começar. E, nesse novo ano, completará um século que o capitão e deputado cearense, José da Penha, tombou vitimado pelos aliados do Padre Cícero Romão. Já se fala, novamente, na canonização deste último, como se a santidade de um indivíduo fosse fruto de milagres alcançados pelas pessoas. O próprio Jesus dizia que a cura nascia da fé do curado.

Nada parece mudar, de verdade, de um ano para outro, através dos séculos. As novidades vêm da ciência e da tecnologia, e nada de novo vem dos seres humanos. A saúde, a educação e a segurança são os retratos do despreparo dos nossos governantes deslumbrados, que não se tocam com a realidade das coisas. Falta sensibilidade. Os cobradores de impostos continuam implacáveis. Os que estão no poder, sejam eles do executivo, legislativo ou judiciário, cuidam primeiro deles próprios. Locupletam-se com as mordomias à

custa do povo. Não abrem mão de qualquer vantagem, como tem feito o Papa Francisco.

Não existe educação de fato neste país. As nossas crianças e nossos jovens não são estimulados para a liberdade e, por consequência, para o conhecimento da verdade. Muito pelo contrário, o ensino, as ideologias, as religiões, os partidos, as filosofias, e as mídias concorrem para manter o máximo de indivíduos sob domínio total. Os sistemas se alimentam da dependência dos indivíduos. Vejam o exemplo de Lula. Já está na televisão fazendo terrorismo eleitoral com o programa Bolsa Família. As religiões, que são criadas dia a dia, usam os pobres recursos de suas ovelhas para construir castelos de enganação e casas de milagres. Tomam contam do espaço político e midiático.

Com as cadeias em petição de miséria, escolas mal instaladas, postos de saúde de quinta categoria, anos seguidos de seca, destruindo nossa agricultura e pecuária, e desnutrindo nossas crianças, se tem o descaramento de destruir um estádio e um ginásio e, no local, construir outro estádio pomposo, para atender a máfia internacional e a vaidade nacional. Além disso, obras iniciadas ou inauguradas são abandonadas por falta de uso ou de manutenção. O Forte foi para o IPHAN, o Presépio para o Banco do Brasil e, com certeza, a Lagoa Manoel Felipe vai para outra entidade, breve.

O calendário escolar é antecipado para atender o calendário do futebol. Até a comercialização de produtos é alterada para atender as determinações da entidade internacional do futebol.

Em 2013, o Brasil não acordou, apenas levantou sonâmbulo e saiu desvairado pelas ruas. Políticos e bandidos se aproveitaram do movimento.

Terminamos o ano sem nenhum avanço de qualidade e vamos continuar nos entorpecendo com o futebol, os diversos tipos de bolsa, o crack e as eleições. Os partidos já estão decidindo quem são, entre eles, os candidatos que temos que escolher. Não interessa o desenvolvimento humano do país e do estado, mas simplesmente a sobrevivência deles e dos seus descendentes e aparentados. Vejam o exemplo de nossa Câmara Municipal. Seus vereadores de menos idade não se livraram das práticas dos mais antigos e repetem os mesmos erros. Anteciparam, descaradamente, a eleição da mesa diretora.

A droga (de todo tipo e natureza) ocupa os mais distantes lugares deste país e vai destruindo nossos jovens e tornando a violência uma coisa corriqueira. Os governantes não se juntam para resolver esse mal que neutraliza qualquer ação social que se programe.

Presidente Dilma, a capacidade de comprar mais coisas não melhora a qualidade de vida das pessoas. Muitas vezes,

piora. Sem uma educação de verdade, uma saúde de verdade e uma segurança de verdade, não vamos para canto nenhum.

Que no ano de 2014, uma onda de energia do Universo invada nossos cérebros e produza em cada um dos governantes e governados mentes mais saudáveis para que possamos viver com mais simplicidade e qualidade de vida. Que todos os governos criem Ouvidorias e Vedorias que funcionem de verdade.

Pirangi do Norte, final de 2014

No verão, para fugir da rotina e ver novas paisagens, renovando nossas energias, saímos de Natal para Pirangi do Norte, 22 quilômetros de um lugar para outro. Fugimos do trânsito fatigante da capital, onde os sinais estão constantemente sem sincronia, e não funcionam a onda verde e as vias livres, para os engarrafamentos das praias da costa sul do Rio Grande do Norte.

Na chegada, notícia de um assalto, no dia anterior, praticado por cinco indivíduos contra a casa de um agente da Polícia Rodoviária Federal. As autoridades policiais continuam repetindo a mesma ladainha de sempre e tudo continua como antes. Falta inteligência no setor de segurança deste país.

Os sinais de comunicação já não funcionam bem na capital, e nas praias, mesmo as mais próximas, a coisa desanda. Telefones e internet se tornam um martírio para quem quer se comunicar. Mais ainda, os paredões fazem a festa das novas tribos e o inferno dos veranistas e moradores. Músicas da pior qualidade drogam as mentes jovens e atanazam o sono dos mais velhos. As únicas coisas que se interiorizam, neste

país, são o crime organizado, as aulas *online* de maldades (novelas), as drogas, com predomínio do crack, e as aulas *online* de mediocridade (os Big Brothers da vida). É a coisa ruim chegando a todos os lugares.

Pirangi, e as praias vizinhas, mesmo com seus moradores habituais, os veranistas e milhares de turistas transitando por ela, não tem todos os serviços necessários para atender as demandas dos usuários. Nenhuma agência bancária, nem as oficiais estão por aqui. É o retrato do atraso, da falta de visão dos governantes.

O Rio Grande do Norte possui uma grande costa em relação ao seu tamanho. Praias de riquezas naturais e históricas não são aproveitadas pelos seus prefeitos e governador. O discurso do turismo continua pobre e sem ação concreta. As praias beneficiadas pelos *royalties* de petróleo só atraem políticos aventureiros que não levam benefícios para as mesmas. Carnavais são suas grandes realizações. As roubalheiras são as maiores. Mas os ladrões continuam flanando por aí. O que restou do PRODETUR I e do PRODETUR II?

Na natureza, temos a noite para descansar nosso corpo físico e reiniciar novos programas instalados na nossa mente. As semanas, os meses e as estações do ano quebram as rotinas do dia a dia e são necessárias para que estejamos sempre recomeçando nossas vidas e nossas visões do mundo. Mas não é isso que acontece. Os condicionamentos são mais fortes

que a nossa vontade de mudar. Estamos sempre usando a memória psicológica e as imagens do passado para começar o dia, a semana ou o mês. E por isso, nada muda de verdade.

E assim não avançamos como seres humanos. Tudo se repete, monotonamente. As pessoas contam seu tempo a partir dos eventos. Em 2014, por exemplo, vai ser assim: veraneio, carnaval, semana santa, Copa e eleições. Quando terminar o sonho da Copa no Brasil, voltamos para realidade do dia a dia. Vamos ter os infames programas eleitorais, onde tudo vai ser prometido com a maior cara de pau. Os candidatos, que serão os de sempre, vão falar, inicialmente, em saúde, educação, segurança, planejamento estratégico, sustentabilidade, governança solidária, choque de gestão e outros termos novos que seus marqueteiros vão inventar. Depois, vão infernizar a vida dos adversários, dando início a sessão escândalos. Vai ser o sujo falando do mal lavado.

Quando tomarem posse, no início de 2015, os novos mandatários vão reclamar dos seus antecessores, se não foram os reeleitos. Segue o papo furado da governabilidade para justificar as composições partidárias e o preenchimento dos cargos comissionados. Contratam consultorias desnecessárias, pois, tudo que elas propõem, já foi proposto anteriormente, pela prata da casa. E, aí, já começa a próxima eleição. Os que saíram do governo, mas não fizeram o prometido, querem

retornar. E o gigante pela própria natureza vai continuar deitado eternamente em berço esplêndido.

A natureza quebra a monotonia da terra com suas catástrofes. Sensibilizamos-nos temporariamente. Os governos prometem tudo, mas em 6 meses tudo é esquecido. E, no ano seguinte, as mesmas catástrofes se repetem nos mesmos lugares, causando dores, principalmente, para os menos favorecidos, as principais vítimas.

A genealogia nos mostra que somos frutos de centenas de milhares de pessoas. Os indivíduos não se repetem, mas os condicionamentos de milhares de anos não nos deixam seguir um caminho diferente. Nem as religiões, nem os educadores, nem os filósofos e nem os psicólogos têm ajudado muito a humanidade.

Vez por outra aparece um messias na terra. Mas quando ele se vai, os seguidores esquecem os ensinamentos e o transformam num ídolo, deturpando tudo que foi proclamado. Buda disse que não precisávamos percorrer o mesmo caminho que ele. Seus ensinamentos iluminavam o caminho que tínhamos que seguir; Jesus ensinou que, quando quiséssemos conversar com Deus, entrássemos em um quarto, fechássemos a porta e orássemos, dando como o exemplo o Pai Nosso, mas fazemos o contrário; Krishnamurti ensinou que prestássemos atenção na nossa mente, pois é ela quem tem o comando de tudo, mesmo dos que se dizem livres. Mas, infelizmente não

compreendemos o que eles disseram e a humanidade caminha sem muita evolução, comandada pelos expertos e enganadores.

Assim, 2014 vai ser, em essência, a repetição do que tem acontecido até agora. A única novidade é o próprio ano.

Por que Leônidas Hermes da Fonseca?

Está completando 100 anos que houve, aqui no Rio Grande do Norte, a campanha eleitoral mais conturbada, para governador do Estado, de toda nossa existência. Nos jornais do Rio de Janeiro, sede do governo federal, a presença do Rio Grande do Norte era constante no noticiário, com destaques para o capitão J. da Penha e o tenente Leônidas Hermes da Fonseca. Que méritos tinha o jovem Leônidas para ser sugerido como candidato?

Conta Itamar de Sousa, no livro *A República Velha no Rio Grande do Norte*: "Dizem os coevos que o desiderato de Dona Orsina Francione da Fonseca, esposa do marechal, era ver o filho Leônidas governador do Rio Grande do Norte. E José da Penha, amigo da família, militar e norte-rio-grandense de Angicos, fora escolhido para cumprir essa missão histórica. Aconteceu, porém, que Dona Orsina falecera em 1912 e a campanha sucessória realizou-se no ano seguinte".

Em outro trecho do seu livro, Itamar diz que a imprensa situacionista lembrava ao capitão José da Penha que a Lei nº

254 impedia ele e Leônidas de serem candidatos ao governo, por não residirem aqui, há pelo menos quatro anos.

Em fevereiro de 1910, J. da Penha era tenente e Leônidas, ainda, aspirante a oficial. Em março do ano seguinte, Leônidas é promovido de aspirante a oficial para 2º tenente e, em setembro, casa com a potiguar Adélia Cavalcanti de Albuquerque. Em fevereiro de 2012, ficou a disposição do Presidente da Republica, Hermes da Fonseca, seu pai, a fim de servir no estado maior do mesmo (casa militar). Em março, do mesmo ano, passou a ajudante de ordem, em substituição ao irmão Mário Hermes, eleito deputado federal pela Bahia. Na data de 29 de setembro de 1913, outra notícia dava conta que no dia 26, daquele mês e ano, tinha nascido Leônidas, filho do tenente Leônidas.

O 2º tenente Leônidas Hermes aparece, várias vezes, no noticiário do Rio de Janeiro, por conta de seu interesse por cavalos: foi escolhido para representar o Ministério da Guerra, em um concurso hípico; importou cavalos da Inglaterra e comprou junto com Oldemar Lacerda, o potro inglês de três anos, Seythian, filho de Roquelaure e Seythia.

Em nenhum dos jornais antigos apareceu qualquer notícia que enaltecesse as qualidades do jovem Leônidas.

Houve, em janeiro de 1913, um incidente entre o tenente Leônidas Hermes e o deputado Raphael Pinheiro, por conta de acusações feitas por este ao irmão daquele, deputado Mário

Hermes. Nesse incidente, Leônidas, fazendo menção de tirar uma arma, avançou para o Sr. Raphael, que, por sua vez, esperou-o de revolver em punho.

O Paiz, de 29 de abril de 1913, noticiava: "o povo de Natal, solidário com a maioria dos coestaduanos, que aclamam em todos os municípios o nome do tenente Leônidas Hermes, levantou hoje, em meeting, a sua candidatura, livre e espontaneamente, certo de que evitará com este nome, benquisto aos próprios governistas, as perturbações provocadas por outras candidaturas, sendo ele estranho as lutas regionais e ligado por laços de família ao Estado que não permitirá de forma alguma a continuação da oligarquia com o seu representante senador Ferreira Chaves".

De vários municípios do Rio Grande do Norte, saíram telegramas apelativos para o marechal Hermes da Fonseca. Entre eles, um de Macau, datado de 26 de abril de 1913, nos seguintes termos: "Apelamos para o nobre sentimento e patriotismo de V. Ex. a fim de evitar a perturbação de paz do Estado e de sua liberdade. O povo abraça espontaneamente a candidatura Leônidas Hermes. Respeitosas saudações, Francisco Honório, Manuel Fonseca, Antonio Honório Filho, Joaquim Cardoso, Nicolau Tibúrcio, Eduardo Azevedo, Manuel Caetano, José Brito, José Bezerra e Leocádio Queiroz".

A resposta veio de imediato: "Respondendo ao vosso apelo não compreendo que, no interesse da paz do Estado do

qual sois filho, procureis um estranho que nem sequer conhece esta região e teria o grande inconveniente de ser descendente do Presidente da República. Não parece, pois, nem digno nem justo o vosso gesto, que viria criar uma grande oligarquia, sistema de governo contra o qual sempre protestei. Hermes Rodrigues da Fonseca".

Mesmo diante da manifestação do Presidente, a campanha prosseguiu. O capitão José da Penha pretendia lançar a candidatura no dia 12 de maio, dia do aniversário do Marechal Hermes da Fonseca. Ainda em junho, o capitão declarou que o tenente Leônidas Hermes chegaria brevemente à capital a fim de pleitear a sua eleição ao cargo de governador.

Nesse mesmo 12 de maio, José da Penha escrevia para as filhas: "O nosso Leônidas, filhinho de peixe, nada muito bem. À imprensa uma coisa e para mim outra pelos telegramas. O povo está correto, com entusiasmo e sem medo. Não retirarei mais o nome de Leônidas nem que chova tapioca ou qualquer outra coisa. Há de subir ou cair comigo, a Nação, vendo que tínhamos um pacto. Minha boca não se abre para dizer que ele não quer porque juraria falso".

Em agosto, em outra carta para as filhas: "O povo coagido pela polícia começa a desanimar. Tudo se reanimaria, salvando-se, de repente, o que já naufragou, se Leônidas viesse, como se comprometeu e era necessário".

Em outro momento, escreveu sobre Pinheiro Machado, que influenciava o Presidente contra a candidatura de Leônidas: “Quanto ao monstro Pinheiro Machado, Senhora Dona Annita (uma das filhas), seu pai ainda viu, agora, melhor do que os politiqueiros e os cobardes. Não é nem será nunca o presidente da República”.

Por fim, Leônidas não apareceu por aqui. Por que, então, o capitão José da Penha escolheu figura tão apagada?

Professora Júlia Alves Barbosa

Depois que escrevi o último artigo, que foi postado neste *O Jornal de Hoje*, no dia 6 de agosto de 2013, recebi a notícia, de Dodora Rocha, que seu tio, Leonardo Trindade Cavalcanti, tinha falecido, em Recife, na segunda-feira, dia 5 de agosto. Ele era filho, como vimos nesse artigo, de Dr. Francisco Ivo Cavalcanti e de sua 4ª esposa Marta Trindade.

Quando Francisco Ivo enviuvou da 3ª esposa, Venice Dantas, casou com Marta Trindade. Venice era mãe de meu colega do Colégio Marista, Francisco Ivo Dantas Cavalcanti, que também mora em Recife.

As histórias de pessoas ilustres ficam mais interessantes quando se conhece os parentes delas. Por isso, fui buscar informações sobre os ascendentes das nossas personagens, em estudo.

A 2ª esposa do Dr. Francisco Ivo era a professora Júlia Alves Barbosa. Seu batismo, conforme o registro, é o que segue: "aos oito de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, batizei Júlia, nascida aos dezoito de novembro do ano passado (1899),

filha legítima de Pedro Alves Barbosa e D. Júlia Alves Barbosa, sendo padrinhos Juvino Barreto e D. Ignez Barreto. Do que faço e assino este termo. O pároco João Maria Cavalcanti de Brito".

Pelos jornais antigos, encontro que o pai de Júlia era major e foi suplente de intendente da nossa cidade do Natal. Descubro, também, que a mãe de Júlia, que tinha o mesmo nome, faleceu aos 11 de fevereiro de 1907, de eclampsia, com apenas 35 anos de idade, deixando cinco filhos. Nesses mesmos jornais, aparecem os nomes de irmãos de Júlia: Luiz, que aniversariava em 24 de setembro, e Lucilla, em 2 de agosto. Dona Júlia, mãe, aniversariava no dia 14 de outubro; e o major Pedro Alves Barbosa aniversariava no dia 26 de abril.

Pedro Alves Barbosa casou com Dona Júlia Alves de Mello, na Capela do Bom Jesus das Dores, aos dez de maio de 1893. Ele, natural de Recife, filho legítimo de José Alves Barbosa e Severiana Alves Barbosa; ela, natural de Goiana de Pernambuco, filha legítima de José Joaquim de Mello e Emília Alves de Mello. Ambos moravam no bairro da Ribeira da cidade do Natal.

O casamento de Francisco Ivo Cavalcanti com Júlia Alves Barbosa foi aos 4 de junho de 1932. O documento de registro, diferentemente de outros que encontrei, é uma tabela, em que nas linhas e colunas são escritas as informações. Embora tenha partes ilegíveis, dá para ler que ele tinha 40

anos e ela 33. As testemunhas parecem ser José Pedro do Monte e Ulisses de Góis. Desse enlace, não resultou filho. Ela faleceu em 17 de novembro de 1942, não havendo no registro informações sobre a causa da morte.

Pela internet, vemos que a professora é muito festejada. Foi uma das fundadoras da Associação de Eleitoras Norte-rio-grandense e a segunda eleitora do estado do Rio Grande do Norte. Foi eleita para a Câmara Municipal do Natal, sendo, portanto, a primeira vereadora da Capital (1928). Consta, também, que foi a primeira mulher a lecionar Matemática na Escola Normal de Natal.

Sobre Dona Hercília Araújo, 1ª esposa de Francisco Ivo, falaremos em artigo posterior.

Um retrato de Angicos em 1885

No *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, do ano de 1885, encontramos as seguintes informações sobre o Município de Angicos, que transcrevemos com a mesma grafia, mas sem abreviaturas.

"Esta Villa está situada á margem esquerda do Rio Patachó (nome dos indígenas) sobre a posição astronômica de 3º 2' e 6º, 15 de latitude meridional e 4º, 43 e 8º,14 de longitude oriental do Rio de Janeiro occupando a Villa a maior parte de um terreno plano e arenoso de 800 metros quadrados. Tem duas pequenas ruas, largas e bem arejadas, e mais três alinhamento de boas casas, que formão o adro da matriz, bonito e decente edifício; e ao nordeste acha-se a cadeia publica, soffrivel sobrado em estado de ruína, tendo boa sala livre, onde funccionava a Comarca Municipao e o Jury. Ao Sudoeste, no mesmo quadro está a casa do commercio edificada de tijolo, e a expensas dos soccorros publicos, que embora não concluida, de muito tem servido, não só para agasalho e commodo dos viajantes, como aos comerciantes do logar e seus suburbios. Ao levante vê-se o alto e majestoso Pico do Cabogi, que, semelhante ao antigo telegrapho optico,

annuncia as chuvas, pelos cumulos de nuvens, em sua mais elevada extremidae, onde por singularidade, difficuldade foi colocado um poste com o respectivo para-raios. Ao Leste, septentrional e occidental, observão-se diversos serrotes de granito, que concorrem ao longe para formar-se da pequena Villa, mais avultosa idéa. Presta-se á Lavoura que consiste na cultura de mandiocas, algodão, milho, arroz, feijão, melão e melancia, além de diversos legumes.

Possue um optimo terreno de criação, que antes da secca, era principal e grande a de gado vaccum, cavallar, lanigena e cabrum, que hoje esta muito desimado. É pequena a criação de aves domesticas. Sua industrial fabril é de pouca importancia; e consiste na farinha de mandioca, obras de cerâmica, tecidos grossos de algodão. O commercio deste município firma-se na pequena exportação de algodão, gado vaccum, e em maior escala cereaes, farinha, milho, feijão, arroz etc. a importação limita-se a pequenas negociações de molhados e fazendas.

Dista esta Villa, do porto de Macáo 15 leguas e do Morro 11, tendo este optimo caminho que não está trabalhando.

Pertence a comarca de Macau (observe outra grafia).

Tem uma população de pouco mais ou menos 5,660 almas e, uma escola de ambos os sexos. Comprehende duas freguesias a saber: Angicos e Jardim, esta, não provida canonicamente".

Na sequência do *Almanak*, vêm as principais autoridades e personagens da Vila. Nesta parte, farei algumas correções nos nomes daqueles que conheço, como eram escritos nos registros da Igreja.

Vereadores da Câmara Municipal: João Luiz Teixeira Rola, presidente; José Avelino Martins Bezerra, vice-presidente; alferes Antonio Barbosa Xavier; José Gorgonio de Deus Gonçalves; Francisco Soares de Paiva Rocha; Antonio Paschoal Baylom Bezerra; alferes José Vitaliano Teixeira de Souza, secretário; José Alexandre Alves de Souza, procurador; alferes José Bezerra da Silva Grillo, fiscal; Luiz Antonio Cabral, porteiro.

Faziam parte da Justiça: Dr. Olympio Manoel dos Santos Vital, Juiz de Direito; Dr. José Alves Villela, Juiz Municipal; Antonio Honório C. de Azevedo, suplente; alferes Francisco Avelino da Costa Bezerra, idem; tenente João Fellipe da Trindade, idem; Antonio Francisco da Costa Machado, Juiz de Paz; José Francisco Alves de Souza, adjunto de promotor; capitão Trajano Xavier da Costa, contador e partidor; Manoel Geminiano Teixeira de Souza, partidor e distribuidor; Francisco Germano da Costa Ferreira, escrivão criminal; Luiz Antonio Cabral, Oficial de Justiça; Manoel Rodrigues Pereira, idem.

Faziam parte da Polícia: Joaquim Alves Martins dos Santos, Delegado; Alferes Francisco João da Costa Ferreira,

substituto; Joaquim Teixeira de Souza Pinheiro, subdelegado; Manoel Xavier da Costa, substituto; João Capistrano Pereira Pinto, Escrivão; Joaquim Solano de Albuquerque, Carcereiro;

Tabeliães: Francisco Germano da Costa Ferreira

Coletoria: alferes José Vitaliano Teixeira de Souza, Coletor Interino.

Correios: José Vitaliano Teixeira de Souza, Agente.

Instrução Pública: Antonio Honório de Azevedo, Inspetor Escolar; Francisco Xavier de Menezes; professor interino; D. Maria Ignácia Xavier da Silva, professora.

Matriz: Felis Alves de Souza, Vigário; Cosme Teixeira Xavier de Carvalho Filho, Escrivão.

Irmandades: São José, Padroeiro; Santíssimo Sacramento.

Cemitério: Manoel Geminiano Teixeira de Souza, Administrador.

Telegrafo Elétrico: Benjamim Lopes Abath, Inspetor.

Agrimensor: major Francisco Xavier de Menezes.

Médicos: Dr. Francisco Xavier de Menezes.

Proprietários e capitalistas: alferes Antonio Martins Wladislau da Costa; Vigário Felix Antonio de Sousa; Firmino José Porcino da Costa, alferes Florêncio Octaviano da Costa Ferreira; tenente João Fellipe da Trindade; João Luiz Teixeira

Rola; Joaquim da Costa Alecrim; Joaquim Teixeira de Souza Pinheiro; Manoel Rebouças de Oliveira Câmara.

Negociantes de Secos e Molhados: Felix Antonio Teixeira de Sousa. Manoel Paulino da Costa Pinheiro.

Antigos documentos escrevem Pata-Xoca ou Pata-Choca, no lugar de Patachó ou Pataxó, pois na nossa região não foi encontrada nenhuma tribo com esse nome.

Velhas notícias

Uma das minhas diversões é ler velhas notícias de antigos jornais, já extintos, que estão no site da Biblioteca Nacional. Através desse site, pode-se fazer muitas pesquisas sobre diversos assuntos. Muitas informações históricas, a partir dos meados do século XIX, são encontradas nesses velhos jornais. Podemos obter, também, muitas informações genealógicas através desse site, que complementam os registros da Igreja. Hoje, transcrevo para cá algumas dessas notícias. Por elas, observa-se quantas informações sobre os nossos antepassados podemos recuperar.

No *Diário do Natal*, de 9 de fevereiro de 1908, encontramos: "No dia 1º do corrente, proximidades da Vila de Santana do Matos, Joaquim Geminiano encontrando-se com o honrado cidadão Militão Alves Martins, vibrou-lhe diversas facadas, que lhe produziram a morte imediatamente. O covarde e perverso assassino, cometido o crime, evadiu-se. Militão Alves era um homem bom, geralmente estimado em Santana do Matos, e pai de numerosa família. Casado em 4ª núpcias deixou viúva a dias de dar a luz e 14 filhos dos quatro matrimônios".

José Alves Martins, pai de Militão, também foi assassinado com facadas no ano de 1871. João Militão, filho de Militão, foi prefeito de Lajes. Militão Alves Martins era irmão de Manoel Alves Martins, cujo neto Expedito Alves foi, também, assassinado, em Angicos.

O *Diário do Natal*, de 22 de dezembro de 1907, noticia: "O Sr. Idalino Teixeira de Carvalho e sua exma. esposa, residentes na Penha, tiveram a gentileza de comunicar-nos o nascimento do seu filho Waldemir".

Esse Idalino parece ser parente de meus amigos de infância Idalino e Eimar que moravam em frente ao Colégio Auxiliadora.

Outra notícia que encontro em antigos jornais é sobre o falecimento do meu tio-bisavô, cadete José Avelino. Está lá, na *Gazeta de Natal*: "Vítima de antigos e dolorosos sofrimentos faleceu no dia 20 de mês passado em sua fazenda Carapebas, do município de Angicos, o nosso prestimoso amigo José Avelino Martins Bezerra. O ilustre finado era um homem de bem. Ao seu digno e respeitável pai, a todos seus irmãos e a desolada esposa, D. Claudiana Francisca Bezerra Avelino, nossos sentimentos e pêsames".

O *Diário do Natal* de 1905 comunica: "Em Angicos, realizou-se o consórcio do nosso correligionário José Anselmo Alves e a gentil senhorita Marfisa Pinheiro Alves, filha do finado coronel José Rufino da Costa Pinheiro".

José Anselmo foi diretor dos Correios e Telégrafos. Morreu envenenado com arsênico, misturado na papa, que costumava comer. Era irmão do capitão José da Penha, assassinado no Ceará.

Alguns documentos da Igreja se perderam no tempo e, por isso, é difícil se comprovar certas suspeitas. Faltam registros de batismos de Angicos, de alguns anos. Alguns registros de casamento não contêm o nome dos pais dos nubentes. Acredito que o Professor Vicente Ferreira da Costa Torres era descendente de Francisco Xavier Torres Junior e Maria Joaquina Lúcia da Costa. A seguir, uma notícia sobre a remoção dele.

O jornal *Rio Grande do Norte*, de 14 de junho de 1891, noticia que: "Em 29 de maio de 1891, foi removido o professor público de instrução primária da povoação de São Bento de Touros, Vicente Ferreira da Costa Torres, para a de Areia Branca que se acha vago".

Aos que procuram recuperar informações genealógicas, sugiro visitar o site da Biblioteca Nacional, em particular sua hemeroteca.

Vicente Maria da Costa Avelino, uma correspondência (I)

Graças aos jornais antigos, digitalizados pela Biblioteca Nacional e postos à disposição dos internautas, recentemente, podemos conhecer melhor as pessoas que viveram no passado. Neste artigo, transcrevemos uma correspondência do rábula, Vicente Maria da Costa Avelino, meu tio-bisavô, pai do Deputado Emygdio Avelino e avô do Senador Georgino Avelino.

"Sr. Redator do *Brado Conservador.* Baldo dos conhecimentos e estilo necessários para escrever para o público, tive todavia o audacioso arrojo de oferecer-me no sentido de fornecer-lhe para serem estampadas nas colunas do seu bem conceituado jornal as emergências dignas de menção que se fossem dando neste Termo; e tendo-me entretanto animado a uma semelhante ousadia a benignidade e indulgência dos respectivos leitores, tardei a encetar o cumprimento do meu oferecimento, porque alguma coisa que por aqui apareceu e que merecia as honras da publicidade, já tinha sido referida por outros que melhormente explicaram em dois jornais

dessa Cidade, apesar de não haver razão que privasse de ser a publicação simultaneamente feita em outro jornal.

Partiu assim de mim um pouco de omissão, pelo que lhe impetro desculpa.

Hoje vou dar começo ao imerecido encargo que me impus pedindo-lhe, entretanto, vênia para principiar por defender-me e justificar-me de uma infernal calúnia de que fui vítima, e que somente a cabeça influenciada pelo espírito das trevas pôde sugerir.

Por cartas que tive da cidade de Macau, fui informado que ali andando um Sr. Galdino Lopes de Alencar, morador neste Termo, em procura de obter, perante o meritíssimo Dr. Juiz de Direito Morato, um injurídico recurso na execução que contra aquele move José Conrado de Sousa Nunes, de quem sou procurador, fora por dito Alencar boatado naquela cidade, que ao chegarem aqui uns autos da questão cível entre partes como autores Francisco do Rego Borges e sua mulher, e réus Roberto Barbosa da Cruz, sua mulher, e Anna Barbosa da Cruz, eu na qualidade de procurador destes saí pelas ruas desta Vila com ditos autos gritando que não temia mais perder questão, enquanto estivessem na referida cidade o meritíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito Morato, e o Ilmo. Sr. Capitão João Avelino, acrescentando o mesmo Alencar que igualmente dizia eu ‘que nunca pensei ganhar tal questão’!!!

Ao ler as cartas referidas fiquei inteiramente surpreendido a ponto que a noite não pude conciliar o sono, considerando que não é a vez primeira que parte um emissário de satanás de uma horda que aqui existe para desconsiderar-me ante aqueles a quem com justiça tenho quer pública, quer particularmente, feito a apologia de seus atos.

Desta maldita horda, um outro emissário com o mesmo fim saiu em 1863, quando o Conselheiro Luiz Gonzaga de Brito Guerra foi Juiz de Direito da Comarca do Assú, a que pertencia este Termo; porém debalde foram os seus uivos, por que esse magistrado, depois de duas correições feitas aqui, pôde felizmente conhecer quais os homens dignos de sua atenção.

Busque, antes o Sr. Galdino ocupar-se em coisas mais sérias e que possam aproveitar, do que neste modo de vilmente caluniar-me, embora as insinuações d'alguém, visto como o que o S S. relatou na cidade de Macau, jamais se deu nem aos menos por pensamentos.

Este pobre homem felizmente já é bem conhecido aqui, assim como igualmente são bem conhecidos outros do mesmo calibre e jaez que o cercam, e que com ele convivem comumente; e seria preciso que eu estivesse louco, ou que não tivesse reputação a perder, ou perante a opinião pública desconhecesse totalmente o que é honra e dignidade para degradar-me e comprometer ao mesmo tempo a elevada

reputação e integro caráter do meritíssimo Sr. Dr. Morato e do Ilmo. Sr. Capitão Avelino, aos quais tributo sincera e respeitosa amizade e subida consideração.

O documento junto, e cuja publicação também peço, creio que me há de plenamente justificar, poupando-me assim de recorrer a mais outras provas, as quais felizmente não me faltam.

Provoco o caluniador para sair ao prelo, contestando as verdades que aqui se acham exaradas. Até breve. Vicente Maria da Costa Avelino".

A parte que foi junta, e publicada no *Brado Conservador*, escreveremos sobre ela no próximo artigo neste jornal. Além disso, observamos o que se segue.

O Conselheiro Luiz Gonzaga de Brito Guerra foi padrinho do jornalista Pedro Avelino, em 1861; o capitão João Avelino Pereira de Vasconcellos (republicano, primo de Pedro Velho) foi padrinho de Cecília, em 1878. Portanto, tanto o conselheiro, como o capitão, foram compadres de Vicente Avelino. Galdino Lopes de Alencar era filho de Antonio Lopes Viegas Junior e Anna Manoela de Oliveira. Em 1874, o Juiz de Direito Mathias Antonio da Fonseca Morato e sua mulher, Anna Henriqueta de Macedo Morato, foram padrinhos de Julieta, filha do capitão João Avelino Pereira de Vasconcellos e Maria Olímpia de Vasconcellos.

Vicente Maria da Costa Avelino, uma correspondência (II)

Vicente Avelino não se conformou só com a carta que publicou no *Brado Conservador*, que vimos no artigo anterior. Mais dois documentos foram publicados. Vejamos, inicialmente, a petição que fez ao vigário e as pessoas gradas da Vila de Angicos.

"Aos Ilustríssimos Senhores e Reverendo Vigário e mais pessoas gradas desta Vila. Vicente Maria da Costa Avelino, a bem de sua reputação precisa, que VV. SS. lhe atestem ao pé desta o que com verdade souber sobre o seguinte: Primeiro, se em dia em que aqui chegaram uns autos de questão cível, da cidade de Macau, entre partes como autores Francisco do Rego Borges e sua mulher, por seu procurador, Francisco das Chagas de Azevedo Souza, e réus Roberto Barbosa da Cruz, sua mulher e sua cunhada Anna Barbosa da Cruz, por seu procurador o suplicante, este saiu pelas ruas gritando que não temia mais perder questão enquanto estivessem na referida cidade de Macau, o meritíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito Morato, o digno escrivão da mesa capitão João Avelino; segundo,

finalmente, se naquele dia ou em outro qualquer, ouviram o suplicante dizer, que nunca pensou ganhar tal questão, que a considerava perdida. Pela verdade do quanto se passou e se tem passado o suplicante pede a VV. SS. que se dignem atestar o que com relação ao exposto souberem por – Justiça. Vicente Maria da Costa Avelino, Vila de Angicos, 29 de maio de 1877".

No mesmo jornal, é publicado, na sequência, atestado assinado pelo Vigário Felis Alves de Sousa e mais treze pessoas da Vila de Angicos. Vejamos o atestado e as pessoas com suas respectivas posições, naquela Vila.

"Nós abaixo-assinados atestamos e juramos se necessário for, quanto ao primeiro quesito, que é uma calúnia irrogada ao peticionário, pois que nunca ouvimos este e nem alguém dizer que ele dissesse, que isso assim se passasse; quanto ao segundo, finalmente, atestamos negativamente, firmando apenas que por vezes ouvimos o peticionário dizer que toda questão era duvidosa, mas que a vista do direito que assistia a seus constituintes, não supunha perder dita questão.

Vigário, Felis Alves de Sousa; Florêncio Octaviano da Costa Ferreira, presidente da Câmara; Trajano Xavier da Costa, delegado de polícia; Eliseu Amâncio Brasiliano da Costa, capm. de 1ª Companhia; José Martins Pedrosa da Costa, capm. da 3ª Companhia; José Vitaliano Teixeira de Sousa, coletor; José Paulino Teixeira de Sousa, professor

público; José Bezerra Xavier da Costa, subdelegado de polícia; a rogo do tenente-coronel João de Deus Gonçalves, por estar cego, Joaquim Firmino de Deus Gonçalves; Alexandre Francisco Pereira Pinto, 1º suplente de Juiz Municipal; José Bezerra da Silva Grillo, 1º Juiz de Paz; negociante, Cassiano Maria da Costa Ferreira; negociante, Manoel Fernandes da Rocha Bezerra; negociante, João Luiz Teixeira Rôla; Taurino Tibúrcio da Costa Ferreira, tenente da Guarda Nacional; Antonio Francisco da Costa Machado, negociante; proprietário, José Conrado de Sousa Nunes; Francisco Xavier Torres Filho, alferes da Guarda Nacional; José Teixeira de Sousa, proprietário; José Gorgonio de Deus Gonçalves, negociante; Joaquim Firmino de Deus Gonçalves, proprietário; Francisco Alexandre Pereira Pinto, proprietário; Francisco Martins Ferreira, tenente-cirurgião da Guarda Nacional. Reconheço as firmas retro e supra serem as próprias dos signatários deste atestado, por ter delas inteiro conhecimento, do que dou fé. Vila de Angicos, 30 de maio de 1877. Em fé de verdade A. H. A o Tabelião Público de Paz. Antonio Honório d'Azevedo. Estava selado com a verba de 400 réis".

Essas pessoas, na sua maioria, tinham relação de parentesco umas com as outras ou por sanguinidade ou por afinidade. Como exemplo, citamos: Florêncio Octaviano era pai de Cassiano e de Taurino, e outro filho dele, de nome Francisco da Costa Ferreira, era casado com Valeriana, filha de João Luiz Teixeira Rola; José Paulino era filho de José

Vitaliano; Joaquim Firmino e José Gorgônio eram filhos de João de Deus Gonçalves. Manoel Fernandes e José Grilo eram irmãos, filhos de Agostinho Barbosa da Silva; o tenente-cirurgião era meu bisavô; Alexandre Francisco (capitão Antas) era irmão de Francisco Alexandre, sendo que o primeiro foi casado, em segundas núpcias, com Maria Batista Xavier da Trindade, sobrinha do meu bisavô João Felippe; Antonio Francisco da Costa Machado, meu tio-bisavô, era cunhado de João Felippe; Francisco Xavier Torres Filho era meu tio-bisavô, além de cunhado de Manoel Fernandes; José Bezerra Xavier da Costa era meu tio trisavô; o padre Felis era tio-avô do capitão José da Penha.

Por fim, Vicente Maria da Costa Avelino era filho do meu trisavô, Alexandre Avelino da Costa Martins, e foi casado com Anna Bezerra da Natividade, filha do professor Matheus da Rocha Bezerra, este irmão de Agostinho Barbosa da Silva, citado anteriormente.

Victorino Rodrigues de Sá, de Pirituba

Em 17 de setembro de 1753, na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres da Aldeia e Missão de Guajirú, da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, Victoriano Rodrigues de Sá desposou Luisa de Sousa. Ele era filho natural de Leandro Rodrigues de Sá e Laura Pereira, já falecida; e ela, filha do sargento-mor Manoel de Sousa Jardim, lá de Igarassú, e Felizarda Coelho Marinho, desta freguesia. Dona Felizarda era filha dos meus hexavós João Machado de Miranda e Leonor Duarte de Azevedo. Foi batizada em 1706, lá em São Gonçalo do Potengi.

Vamos conhecer melhor Victoriano através do seu testamento, que fez no dia 16 de setembro de 1797, no Sítio Pirituba, de sua propriedade. Foram seus testamenteiros o filho, Manoel Rodrigues de Sá, o tenente Salvador de Araújo e o irmão deste, tenente Alexandre Araújo. Nas suas determinações, pediu para ser sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Socorro de Utinga, em hábito de São Francisco. Antigamente, as pessoas eram enterradas nas igrejas.

Nas suas disposições testamentárias, confirmou os pais citados acima no seu casamento, mas que, na data do testamento, já eram falecidos. Com Luisa de Sousa, teve três filhos, Victoriano Rodrigues Junior, Manoel Rodrigues e Cordova (Córdula no batismo), todos casados. A filha Córdula foi casada com Liandro Rodrigues, contra a vontade dele, Victoriano. Informou ainda que o dito marido dela tinha feito um segundo casamento, e que os testamenteiros não dessem nada a ele de seus bens, pois deviam ser destinados aos netos, filhos dela, quando tivessem capacidade.

Cita uma filha natural de nome Anna Rodrigues que foi casada com Ignácio de Sousa (Jardim), morador no sertão de Mossoró. A essa filha já tinha dado o que lhe deveria dar, e mais nada os testamenteiros lhe deviam dar. O velho era ranzinza. Anna não era filha de Luisa de Sousa Jardim, mas casou com um irmão dela, Ignácio de Sousa Jardim.

Pelo que se nota do inventário, tinha muitos bens, e acredito que foi arrematador de dízimos. Tinha vários escravos, gados cavalar e vacum que se achavam no Sítio Pirituba e Fazenda Condessa. Tinha ainda mais de meia légua de terras pelo Rio Potengi abaixo buscando a Magalhães.

Apresentou uma relação de devedores, que vale a pena citar pelos detalhes, pessoas e lugares: José de Freitas, morador em Mossoró, um cavalo que lhe emprestou há mais de um ano; Manoel Macedo, um cavalo, um boi e uma vaca; José de

Araújo, morador em São Gonçalo, um cavalo que lhe tomou emprestado para ir ao sertão do Seridó; o capitão Manoel Ignácio Pereira do Lago, morador na cidade do Rio Grande, um cavalo que lhe tomou emprestado para ir a Pernambuco, no ano noventa; José Fidélis, um garrote que lhe emprestou; Luiz de Araújo, morador de Jundiaí, duas vacas; o Reverendo Francisco Sales, de Porto de Touros, uma vaca; Joaquim José de Barros, morador nas Bananeiras de Mipibú, dois mil-réis; José Ferreira, morador no Rio Trairi, dois mil-réis de resto de um boi; Manoel Pereira, morador de Mipibú, uma novilha que lhe vendeu por seis mil-réis; o defunto Antonio Marinho, morador que foi em Papari, por ele lhe deviam os herdeiros, um boi de resto de dízimo do triênio 1761-1763; Francisco Xavier da Cruz, morador em Mipibú, uma besta braba que pegou sem ordem, desde 1791; a viúva de Francisco Tavares, morador em Pequiçaba, umas rezes, o que já foi tratado com o filho Manoel Rodrigues de Sá por vinte e cinco mil-réis; Miguel dos Anjos, morador nesta, um garrote de empréstimo e mais três meia sola por dez patacas cada uma; me deve uma vaca que já paguei ao defunto José Teixeira, por Raimundo Pereira, morador na Utinga (?); Manoel Teobaldo, uma novilha que lhe emprestou; Manoel Machado, um garrote por empréstimo; Pedro Coitinho, dezoito mil e quatrocentos réis; Hieronimo de Sousa me deve 7 patacas; o coronel Francisco da Costa, uma besta; Ignácio Barbosa, uma vaca; Anna da Rocha, mulher de Manoel dos Santos, morador no Potengi,

um corte de saia e mais sete patacas que recebeu por mão do capitão Manoel Álvares Correa, que lhe mandei dar, que perfaz seis mil e duzentos e quatro réis.

Disse mais que não devia nada. Informou que para o neto João que criava, deixava uma besta, com duas crias e uma vaca na Fazenda Condessa, já ferrada. Esses bens que deixava para João que se conservassem na posse do seu filho Manoel, não entregando ao pai. Deixou ainda vinte mil réis para uma neta e afilhada, filha legítima do seu filho Victoriano Rodrigues Junior. Depois de cumpridos os legados da terça dele, deixa o restante para seu filho Manoel Rodrigues, em remuneração pelo muito que lhe tem servido e acompanhado sua mãe.

Anna Rodrigues de Sá, filha natural de Victoriano Rodrigues de Sá, reaparece em um inventário de Francisco de Barros Rego (1835). Quem me dá notícia dele é Marcos Pinto, lá de Mossoró.

Por esse inventário, Francisco de Barros Rego informa que foi casado com Anna Rodrigues de Sá, filha de Ignácio de Sousa Jardim e Anna Rodrigues de Sá. Francisco de Barros Rego também teve uma filha natural, de nome Helena Maria Bezerra, casada com João Rodrigues de Miranda. Os filhos de Francisco de Barros com Anna, portanto, os bisnetos de Victoriano, foram Ignácio de Sousa Jardim (2º do nome); Gonçalo de Barros Rego, casado com Theresa de Jesus; Anna

de Barros Rego, casada com Manoel Martins Bezerra; João do Vale Bezerra, casado com Anna Maria, primeiras núpcias, e com Maria Manuela, em segundas núpcias.

Viva a Hemeroteca da Biblioteca Nacional!

Hoje em dia é mais fácil fazer pesquisas genealógicas, até sem sair de casa, desde que se tenha uma internet. Os mórmons vêm disponibilizando, dia a dia, os seus microfilmes na web, com registros civis, livros de batismos, casamentos e óbitos da Igreja Católica, entre outros documentos, de várias partes do mundo, inclusive do Brasil. Do Rio Grande do Norte, já podemos encontrar registros do Seridó. Os diversos programas de Genealogia, e os vários trabalhos já publicados, ajudam os interessados. Algumas informações complementares sobre alguns dos nossos familiares ou conhecidos podem ser encontrados, também, nos velhos jornais digitalizados pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Vamos exemplificar com alguns que encontrei nesses velhos jornais.

No jornal do Rio de Janeiro, *A Época*, de 26 de setembro de 1912, consta a seguinte notícia: "vitimado por uma queda, quando passeava a cavalo, faleceu anteontem, na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte, o jovem cirurgião-dentista José Francisco Alves de Sousa. O moço, que por sua inteligência

e qualidades do coração era muito estimado no círculo de suas relações, recebeu, a meses, nesta capital, o diploma de cirurgião-dentista e achava-se no Rio Grande do Norte, de onde era natural, em visita a pessoas de sua família. Era irmão do nosso ilustre colaborador, capitão J. da Penha, que tem recebido muitas cartas, cartões e telegramas de pêsames e a quem sentimentamos".

Meu trisavô, Miguel Francisco da Costa Machado, foi nomeado agente dos Correios da Vila de Angicos, província do Rio Grande do Norte, em 1861, conforme Boletim de Expedição do Governo, e, também, no Correio da Tarde; Segundo o jornal *Actualidade*, de 26 de junho de 1861, ele foi nomeado coronel – comandante superior da Guarda Nacional dos municípios de Angicos e Macau, na província do Rio Grande do Norte; pelo Correio Mercantil, de 30 de setembro de 1867, ele foi reformado no mesmo posto de coronel – comandante superior da Guarda Nacional.

Pelo *Jornal da Tarde*, de 25 de outubro de 1870, saiu a notícia da concessão de licença, para residir no Rio Grande do Norte, ao 2º cadete 1º sargento reformado, José Avelino Martins Bezerra, devendo ser pago dos seus vencimentos de reforma pela Tesouraria da Fazenda daquela província. No *Diário do Rio de Janeiro*, de 24 de junho de 1870, consta que ele foi contemplado com uma pensão de 600 réis diários. No relatório do Ministério da Guerra de 1869, ele aparece

como um dos feridos. José Avelino Martins Bezerra, meu tio bisavô, era do 36º corpo de voluntário da pátria, na Guerra do Paraguai.

Outro jornal digitalizado pela Hemeroteca é o *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Nele há registros de várias localidades, enviados pelas diversas intendências municipais. Em 1885, encontramos, entre outras informações, as seguintes: a Câmara Municipal de Angicos era composta por João Luiz Teixeira Rola, seu presidente, José Avelino Martins Bezerra, seu vice, alferes Antonio Barbosa Xavier de Sousa, capitão José Martins Pedroza da Costa, José Gorgônio de Deus Gonçalves, Francisco Soares de Paiva Rocha e Antonio Pascoal Baylon Bezerra; o secretário era José Vitaliano Teixeira de Sousa, o procurador João Alexandre Alves de Sousa, fiscal o alferes José Bezerra da Silva Grilo e, porteiro, Luiz Antonio Cabral.

No mesmo *Almanak*, encontramos na lista de proprietários e capitalistas: Alferes Antonio Martins Wladislao da Costa, o vigário Felis Alves de Sousa, Firmino José Porcino da Costa, alferes Florêncio Octaviano da Costa Ferreira, tenente João Felippe da Trindade, João Luiz Teixeira Rola, Joaquim Costa Alecrim, Joaquim Teixeira de Sousa Pinheiro e Manoel Rebouças de Oliveira Câmara. Era inspetor do Telégrafo elétrico, Benjamim Lopes Abath.

Foi na *Gazeta de Notícias* de 1 de dezembro de 1883 que tive notícia dos falecimentos de Luiz José Soares de Macedo e do Major José Martins Ferreira, este último, meu trisavô e um dos fundadores de Macau, proveniente, e, talvez, nascido na Ilha de Manoel Gonçalves.

No jornal *A Província*, de Pernambuco, datado de 16 de janeiro de 1874, encontramos o embarque para o Norte de Maria Martins Ferreira, sua filha Maria Fernandes Moura e Silva, esposa de Balthazar de Moura e Silva e Ildefonso Moura e Silva, filho do casal; nesse mesmo jornal, datado de 9 de junho de 1874, quem embarcou no navio Pirapama foi Balthazar de Moura e Silva.

Maria Martins Ferreira era minha tia-trisavó, pois era irmã de meu trisavô, citado acima, Major José Martins Ferreira. No *Jornal do Brasil* e no *O Paiz*, ambos do Rio de Janeiro, encontramos notícias do falecimento de Balthazar de Moura e Silva, no ano de 1882, e o de Maria Martins Ferreira, em 22 de novembro de 1892. Nessa época, ela morava no Rio de Janeiro. Deve ter sido levada para lá pelo filho, Comendador Antonio Barroso Fernandes.

Outra informação, tirada do *Correio Mercantil*, diz que Joaquim Câmara Machado Rios era tio de Dr. Amaro Bezerra e que Balthazar da Rocha Bezerra, delegado em São Gonçalo, era cunhado de José Varella de Sousa Barca.

Se alguém quiser conhecer melhor a participação do capitão J. da Penha na luta contra a oligarquia Maranhão e no Ceará, onde morreu, um dos jornais que tem bastante informações é *A Época*, do Rio de Janeiro.

Por tudo que foi relatado acima, pode-se observar que nesses velhos jornais, digitalizados pela Hemeroteca, é possível encontrar informações sobre parentes, que podem ajudar na construção da história das diversas famílias brasileiras.

O Processo 636

Durante muitos anos, fiquei sem qualquer conhecimento sobre o que tinha acontecido de verdade com meu pai, de 1935 até 1939. Aqui mesmo, neste jornal, escrevi um artigo intitulado "O telegrafista extremista", no qual retratei os passos dele, Miguel Trindade Filho, após o levante de 1935, baseado em notícias de antigos jornais da época, digitalizados pela Hemeroteca Nacional.

Resumidamente, descobri que ele tinha sido transferido, ainda em janeiro de 1936, da Regional dos Correios de Pernambuco (estava em Recife desde 1926) para a de Mato Grosso, fato que não constava na sua ficha funcional. Na viagem para esse estado, no vapor Poconé, em fevereiro desse mesmo ano, foi impedido de desembarcar em Salvador, acusado de exercício de atividades comunistas. O vapor seguiu viagem para o Rio de Janeiro, tendo sido ele, e Wanderlino Vírginio Nunes, presos a bordo, por investigadores da Polícia Central, no dia 21 de fevereiro. Nesse mesmo ano, em 14 de março, chegavam presos ao Rio de Janeiro, no vapor Manaus, 116 extremistas, estando entre eles, Graciliano Ramos e duas mulheres, Maria Joana de Oliveira e Leonila Félix.

Após essa prisão, a única informação que tive a mais desse ano, é que o praticante diplomado, Miguel Trindade Filho, tinha sido exonerado por exercício de atividades subversivas de ordem política e social, em ato de 25 de junho de 1936. A sua nova prisão, em 1938, foi decorrente de duas cartas.

Voltei a encontrar novas notícias sobre Miguel Trindade Filho, nesses velhos jornais, somente em 1938. Havia um processo que tratava do julgamento dos participantes do levante de 1935, rolando nesse ano. Era o Processo 636, que posteriormente localizei uma cópia microfilmada, no Arquivo Nacional. Fiz a encomenda desse processo, que recebi em CD. Foi nele que encontrei uma ficha do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) e um auto de declaração prestado por Miguel Trindade Filho e outros participantes. Daqui do Rio Grande do Norte, além de papai, aparecem, também, o veterinário Dr. Raimundo Gurgel Cunha e o estudante de Direito José Ariston Filho.

Na ficha do DOPS, constava que papai fora preso em 21 de dezembro de 1935, com suspeita de participação no movimento extremista de novembro daquele mesmo ano; que, em 18 de janeiro de 1936, foi posto em liberdade e que foi procedida uma busca em sua residência. Por ocasião da prisão, foram apreendidos livros e boletins de caráter comunista; e que ele confessou-se simpatizante da doutrina marxista; que, em 14 de junho de 1938, fora preso em Natal, à disposição

da Delegacia em Recife, como acusado de exercer atividades extremistas.

Nessa ficha, ainda constava que, em 18 de junho de 1938, fora recolhido ao Presídio Especial; declarou que, em fins de abril desse ano, no escritório comercial Oliveira & Cia, situado à rua Chile, número 63, em Natal, onde trabalhava, foi procurado por um indivíduo desconhecido (que se identificou como Cardoso), que lhe disse que o procurava por indicação de José, pessoa que papai não sabia quem era; que tinha uma carta que era dirigida ao declarante, mas como Cardoso lhe dissera para entregá-la a quem procurasse, o declarante assim o fez; que reconhecia na fotografia que foi mostrada na Delegacia a pessoa de Cardoso, o que sabia naquele momento ser conhecido em Recife pelo nome de Hélio Soares ou "Amorim".

No auto de declaração que aparece, resumidamente, na ficha, ele conta que, dez dias após essa visita, apareceu a pessoa, que ele descreveu como sendo um rapaz de cor morena, estatura regular, trajado modestamente, o qual solicitou a entrega da carta deixada pelo tal Cardoso.

Continuando seu depoimento (o documento tem partes de difícil leitura), Miguel Trindade declarou: que exerceu neste estado (Pernambuco) as funções de praticante diplomado da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos; que, após o movimento subversivo de novembro de 1935, o declarante

foi preso como suspeito, tendo sido posto em liberdade dias depois; que, ao passar ao Rio de Janeiro com destino ao Estado de Mato Grosso, para onde fora transferido, o declarante foi detido pela polícia carioca, tendo passado três meses detido, sendo posto em liberdade sem ser ouvido; que então resolveu voltar ao Rio Grande do Norte e abandonou o seu cargo; que não sabe se a carta apreendida por esta Delegacia na agência postal da Praça Maciel Pinheiro, e que lhe fora dirigida por Cardoso, também fora escrita pela mesma pessoa que lhe dirigiu a carta que chegou às suas mãos; e, como nada mais disse nem lhe foi perguntado, a autoridade mandou encerrar o presente, que lida e achada conforme, me assina com o declarante e comigo Heitor de Araújo de Sousa, escrivão que a escrevi. Edson Moury, Miguel Trindade Filho.

Foi no livro *China Gordo* que Andrade Lima Filho cita papai, com quem esteve preso, em 1938.

"Habitavam-na três comunistas que seriam daí por diante meus companheiros de prisão por longo tempo. É curioso: o cárcere, que não conhece a aritmética, soma quantidades heterogêneas. Fizemos logo boa camaradagem. Os polos políticos se encontravam sob aquele meridiano sombrio. Tocavam-se os extremos. Dois deles eram boas praças, idealistas sinceros, a quem, apesar das nossas divergências então acirradas, afeiçoei-me logo. Um, o marinheiro José Leite, que mais tarde eu voltaria a encontrar na Assembleia

Legislativa feito deputado. O outro, o Trindade Júnior (na verdade, Trindade Filho), um telegrafista norte-rio-grandense, baixote, loquaz, muito lido. Trindade conhecia razoavelmente Marx e sabia de cor todo o *Eu*, do Augusto dos Anjos. Mas quando ele vinha com a teoria da 'Mais-Valia', eu cortava logo a doutrinação, dizendo: – 'Marx não, vamos ao Augusto'".

Bibliografia*

ALVES, Aluízio. *Angicos*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940.

BASTOS, Sebastião de Azevedo. *No Roteiro dos Azevedos e outras famílias do Nordeste.*

BEZERRA, Afonso. *Ensaios, contos e crônicas*. Rio de Janeiro: Pongetti Editora, 1967.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Notícia Histórica do Município de Santana do Matos*. Natal: Departamento de Imprensa, 1955. 139p.

CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras*, diversos números. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2002.

CUNHA, Maria Zélia Moreira Alves da. *Angicos, ontem e hoje*. Angicos: Grafitto Gráfica e Editora limitada, 1992.

DANTAS, Hélio. *Memórias de Macau*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

FLORÂNIA. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

HEMEROTECA da Biblioteca Nacional.

INVENTÁRIOS DOS Cartórios de Assú, Macau, e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

---

* Além das obras aqui referenciadas, outros livros e documentos são citados nos artigos.

LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. *Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte*. Natal, Volumes 1 e 2, Companhia Editora do Rio Grande do Norte, CERN, 1980.

LIRA, Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2008.

Sesmarias do Rio Grande do Norte, Cinco Volumes, Mossoró, Coleção Mossoroense, 2000.

LOPES, José Evangelista. *Itajá dos Lopes*. Natal: Clima, 1987.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas Figuras do Seridó*, Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol*. 5. ed. Recife: A Girafa, 2001.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1970.

MOURA, Getúlio. *Um Rio Grande e Macau*. Macau: Gráfica Santa Marta, 2005.

NIEUHOF, Johannes. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

NOTAS HISTÓRICAS e Curiosas, Major Salvador Drumond, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

PENHA, José da. *O espiritismo e os sábios*. Natal: Empresa da Gazeta do Comércio, [1903].

PERSONALIDADES HISTÓRICAS do Rio Grande do Norte, séculos XVI a XIX. Natal: Fundação José Augusto, Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine, 1999.

PINHO, Wanderley. *História de um Engenho do Recôncavo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1982.

PITA, Manoel Américo de Carvalho. *Famílias Tradicionais*: um estudo genealógico. Edição própria, [s. d.].

PRIMÉRIO, P. Fr. Fidelis de. *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz, Nos séculos XVII, XVIII e XIX*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

PROJETO RIO BRANCO – Centro de Memória Digital, UNB.

REGISTROS DE BATISMOS, de 1688 a 1712, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

REGISTROS DE CASAMENTOS, óbitos e batismos, Cúria Metropolitana.

REGISTROS DE CASAMENTOS, óbitos e batismos, IHGRN, atualmente na Cúria Metropolitana.

REVISTA 1º CENTENÁRIO da Ordenação Sacerdotal do Monsenhor Joaquim Honório da Silveira, Natal, Sebo Vermelho, 2002 (Reedição).

ROMÃO, João Evangelista. *Além dos Jardins*: História e Genealogia de Jardim de Angicos/RN. Jardim de Angicos: GBO Gráfica, 2006.

SANTOS, Paulo. *A noiva da revolução*. Recife: Comunigraf, 2007.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a História Territorial da Paraíba*. v. I e II, Coleção Mossoroense, Senado Federal.

TOLLENARE, L. F. de. *Notas Dominicais*. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1978.